

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/277305310>

Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil (volume 1)

Book · November 2009

DOI: 10.13140/RG.2.1.3211.6644

CITATIONS

86

READS

1,747

4 authors:



Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio

Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, Brasil

82 PUBLICATIONS 575 CITATIONS

[SEE PROFILE](#)



Mariana Siena

17 PUBLICATIONS 217 CITATIONS

[SEE PROFILE](#)



Victor Marchezini

Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais

188 PUBLICATIONS 1,473 CITATIONS

[SEE PROFILE](#)



Juliano Costa Gonçalves

Universidade Federal de São Carlos

37 PUBLICATIONS 159 CITATIONS

[SEE PROFILE](#)

SOCIOLOGIA DOS DESASTRES

Construção, interfaces e
perspectivas no Brasil

Versão Eletrônica
(PDF)



Norma Valencio
Mariana Siena
Victor Marchezini
Juliano Costa Gonçalves
(orgs.)

SOCIOLOGIA DOS DESASTRES

CONSTRUÇÃO, INTERFACES E

PERSPECTIVAS NO BRASIL

VERSÃO ELETRÔNICA
PDF

NORMA VALENCIO
MARIANA SIENA
VICTOR MARCHEZINI
JULIANO COSTA GONÇALVES
(ORGANIZADORES)

RiMa

2009

© 2009 dos autores

Direitos reservados desta edição

RiMa Editora

Versão Eletrônica

Desenho da Capa: Arthur Valencio

Belerofonte sobre Pégaso matando a Quimera – alusão à escultura datada de 450 A.C..

S681s

Sociologia dos desastres – construção, interfaces e perspectivas no Brasil / organizado por Norma Valencio, Mariana Siena, Victor Marchezini e Juliano Costa Gonçalves – São Carlos : RiMa Editora, 2009.

280 p. il.

ISBN – 978-85-7656-165-1 (PDF)

1. Sociologia dos desastres. 2. Vulnerabilidade. 3. Defesa civil. 4. Mudanças climáticas. I. Autor. II. Título.

CDD – 303.4

COMISSÃO EDITORIAL

Dirlene Ribeiro Martins

Paulo de Tarso Martins

Carlos Eduardo M. Bicudo (Instituto de Botânica - SP)

João Batista Martins (UEL - PR)

José Eduardo dos Santos (UFSCar - SP)

Michèle Sato (UFMT - MT)

RiMa

www.rimaeditora.com.br

Rua Virgílio Pozzi, 213 – Santa Paula

13564-040 – São Carlos, SP

Fone/Fax: (16) 3372-3238

Aos brasileiros que, sem terreno seguro para semear sua plena cidadania, semearam esperanças vãs e viram-se eles próprios ceifados pelas águas barrentas das enchentes.

No cume de suas utopias, lavrados foram pelos morros, deslizando lama e pedra sobre seus frágeis corpos.

Quando fulminados pelos raios, atormentados estavam entre a insegurança e o desespero, os céus carregados de fagulhas para levar-lhes de seu não-lugar no mundo da modernidade para um não-sei-onde, mais incerto e além.

Desde o lugar onde os seus espíritos repousam, velem para que a indiferença social, que lhes tomou a vida, torne-se uma página do passado na História dos descaminhos dessa nação

AGRADECIMENTOS

Aos muitos que possibilitaram que esta modesta obra viesse à tona, a gratidão dos autores é ilimitada e perene.

Há, no entanto, que se destacar àqueles que foram imprescindíveis para que mantivéssemos, como pesquisadores do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, o ânimo de persistir na organização de uma reflexão sociológica sobre o fenômeno dos desastres no Brasil, e suas interfaces, quando os canais para o debate dos pontos de vista dessa área de conhecimento ainda eram (e são) escassos.

Dentre os que partiram, é dever reconhecer o papel de Antonio Luiz Coimbra de Castro, general de brigada que deixou uma vasta obra sem a qual a defesa civil no Brasil não teria nenhuma base para se estruturar e persistir no desenho institucional nas últimas duas décadas. É fato que a abordagem dos autores aqui associados é preponderantemente cética, para não dizer abertamente crítica, quanto ao papel de lideranças militares à frente da instituição de defesa civil no Brasil. Mas, o esforço amplo de pesquisa e sistematização que Antonio Luiz Coimbra de Castro fez na área de defesa civil não foi para reivindicar luzes sobre si, nem aspirar ao comando de uma instituição civil, mas para deixar uma visão estruturada para fortalecer o papel de gestores de vários matizes e origens, uma representação complexa, dentre as tantas outras que poderiam coexistir e sujeitar-se a críticas e revisões.

Dentre os que estão conosco, na Secretária Nacional de Defesa Civil, a Secretária Ivone Valente e a Diretora do Departamento de Minimização dos Desastres, Cristina Silva, sem cujos respectivos apoio e aval, não teríamos meios para a publicação desta obra tampouco o respaldo para encontrar na instituição possibilidade de permanência da postura de escuta às críticas com a sapiência de entendê-las como aspecto relevante do mister acadêmico para subsidiar o arejamento, a renovação, a atualização e o compromisso público da defesa civil com a redução das desigualdades sociais no país que se revela, dentre outros, na melhoria das providências de diminuição dos desastres. Significa dizer, conviver no compromisso de reflexividade institucional, em o quê uma instituição pública no contexto de modernidade está fadada a perecer.

Ao coronel bombeiro militar Jorge do Carmo Pimentel, primeiro Secretário Nacional de Defesa Civil na gestão Lula que nos deu crédito quando lhe

dissemos: “a instituição que o senhor representa tem problemas sérios”. Pimentel ouviu atentamente nossos pontos de vista dentre tantos outros que lhe eram ofertados, estava comprometido em integrar cientistas, em colaborar no fortalecimento dos órgãos nas distintas regiões do país e com uma visão de defesa civil como um patrimônio de pertencimento coletivo. Sem sua paixão e compromisso pela consolidação do Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC), de onde apoiou algumas de nossas mais relevantes observações de campo e realização de oficinas e entrevistas, não teríamos tido a oportunidade de agregar muitas informações que compuseram análises sociológicas posteriores.

Por fim, ao nosso editor, Paulo Martins, da RiMa Editora, cuja amizade se revela pelos muitos gestos de acolhida, dentre os quais, a priorização na agenda, a dedicação e zelo na diagramação dessa obra.

APRESENTAÇÃO

Vivemos tempos de crescimento na Defesa Civil brasileira. O surgimento desta iniciativa da Professora Norma Valencio é mais um indicativo de que nossa área de atuação adotou um rumo firme de fortalecimento para enfrentar os diferentes desafios que o sofrimento humano causado por eventos adversos nos coloca. Este livro nos adverte de que é possível trabalhar, ao mesmo tempo, na atenuação dos danos causados às pessoas e na produção de consistência técnica e tratamento sistematizador das experiências vividas.

Talvez uma das maiores coincidências entre opiniões de profissionais e estudiosos da Defesa Civil no Brasil refira-se à debilidade ou inexistência de uma cultura relacionada a prevenção e proteção civil em relação a desastres. De fato, essa debilidade transparece tanto na escassa percepção de risco da população, quanto na reduzida circulação de informação técnica sobre o assunto.

Mesmo no tratamento dispensado à escolha de gestores de Defesa Civil isso pode ser observado. Muitas vezes são encontrados relatos de profissionais que afirmam terem começado a aprender sobre Defesa Civil depois de terem sido lotados em coordenadorias ou mesmo nomeados para geri-las. Isto é, parece não haver por parte dos tomadores de decisões político-estratégicas uma compreensão do que seja, nem de qual seja a importância dos postos de gestão das ações e organização da Defesa Civil.

A verdade é que também do ponto de vista da produção acadêmica sobre o tema das emergências de desastres, a escassez também pode ser considerada uma marca. Os grupos de pesquisa sobre assuntos de interesse da Defesa Civil, mesmo que preciosos, consistem em um pequeno número de iniciativas, ainda dispersas.

Da somatória dessas situações, resulta uma reduzida consistência de formulação do que devam ser as práticas e as rotinas da atuação na Defesa Civil. Exemplos impactantes podem ser observados na política de assistência aos afetados por desastres. Ainda que seja raro um mês do ano em que não haja abrigos provisórios instalados em algum ponto do Brasil, não temos ainda uma política e um padrão de atuação para esse tipo de iniciativa que vá além do oferecimento colchões e cestas básicas. Em grande parte das oportunidades, os próprios abrigos provisórios são estabelecidos e administrados a partir de iniciativas da própria sociedade, sem a participação dos gestores públicos.

Assim como as práticas profissionais, a área ressen-te-se também reduzida criação de racionalidades que possam dar sustentação à gestão pública na gerência e prevenção de desastres. Um exemplo relevante consiste na definição dos limites da assunção de responsabilidades pelo passivo gerado pelo desastre. Do nosso ponto de vista, urge formulações teóricas que permitam uma definição clara sobre temas como o padrão de atuação do estado brasileiro no apoio à reconstrução da vida dos afetados por desastres.

As conseqüências da fragilidade cultural são fortes: vivemos expostos a informações inconsistentes, consensos com escassa sustentação teórica, citações a textos de baixa credibilidade.

Temos reafirmado sempre: é urgente o estabelecimento de um processo de construção e fortalecimento de uma cultura de defesa civil. Essa construção exigirá iniciativas de diferentes ordens, articuladas com o fim de estabelecer linhas paradigmáticas para uma nova organização das ações da Defesa Civil. Ampliar a referência técnica, com sustentação teórica aponta para a possibilidade de aprimorar procedimentos e modos de análise atualmente em uso.

A perspectiva é de apontar para a formulação de uma política pública que dê conta de articular de forma orgânica os saberes acadêmico, profissional (civil e militar) e o saber popular. Sabemos que o saber acadêmico terá um papel fundamental nesse processo.

Nesse contexto é que temos o prazer de apresentar esta obra. Esperamos que ela sirva de exemplo para todos nós da Defesa Civil. Exemplo de seriedade no desempenho da função acadêmica relacionada à minoração dos desastres. Exemplo de empenho na construção de produção e contribuição sólida para o fortalecimento da Defesa Civil. Exemplo na capacidade de aglutinação de profissionais articulados numa construção coletiva de enriquecimento da cultura de Defesa Civil.

Esperamos que muito em breve, o Núcleo dirigido pela Professora Norma Valencio possa integrar o quadro de grupos de produção acadêmica organicamente relacionados com a Secretaria Nacional de Defesa Civil.

Obrigada pela contribuição!

Ivone Maria Valente
Secretaria Nacional de Defesa Civil

Cristina Silva
Diretora Departamento Minimização de Desastres

SUMÁRIO

Introdução	xii
-------------------------	------------

Seção I

Dimensões político-institucionais de Defesa Civil

Capítulo 1

Da morte da Quimera à procura de Pégaso: a importância da interpretação sociológica na análise do fenômeno denominado desastre	3
<i>Norma Valencio</i>	

Capítulo 2

O Sistema Nacional de Defesa Civil (Sindec) diante das mudanças climáticas: desafios e limitações da estrutura e dinâmica institucional	19
<i>Norma Valencio</i>	

Capítulo 3

Da ‘área de risco’ ao abrigo temporário: uma análise dos conflitos subjacentes a uma territorialidade precária	34
<i>Norma Valencio</i>	

Capítulo 4

Dos desastres da natureza à natureza dos desastres	48
<i>Victor Marchezini</i>	

Capítulo 5

Gênero e desastres: uma perspectiva brasileira sobre o tema	58
<i>Mariana Siena; Norma Valencio</i>	

Seção II

Dimensões sociais da vulnerabilidade

Capítulo 6

A vulnerabilidade social diante das tempestades: da vivência dos danos na moradia à condição de desalojados/desabrigados pelo recorte de gênero	69
<i>Mariana Siena</i>	

Capítulo 7

“Eu fui embora de lá, mas não fui” – a construção social da moradia de risco	80
<i>Dora Vargas</i>	

Capítulo 8

O olhar da criança sobre o desastre: uma análise baseada em desenhos	96
<i>Beatriz Janine Cardoso Pavan</i>	

Capítulo 9

Pessoas com deficiência visual: do estigma às limitações da vida cotidiana em circunstâncias de riscos e de desastres relacionados às chuvas	107
<i>Débora Geraldi</i>	

Capítulo 10

O impacto dos fenômenos climáticos sobre a organização e dinâmica sócio-produtiva num assentamento rural: estudo de caso dos efeitos das chuvas no assentamento “Bela Vista do Chibarro”, em Araraquara/SP	119
<i>Denis Roberto Carreto Koga</i>	

Capítulo 11

Água benta e água consagrada: representações religiosas e representações de risco na periferia de São Carlos/SP	131
<i>Joêverson Domingues Evangelista</i>	

Capítulo 12

Riscos, incertezas e desastres associados às barragens: os riscos referentes à Itaipu Binacional	146
<i>Érico Soriano; Norma Valencio</i>	

Capítulo 13

Colapso de barragens: aspectos sócio-políticos da ineficiência da gestão dos desastres no Brasil	160
<i>Juliano Costa Gonçalves; Victor Marchezini; Norma Valencio</i>	

Capítulo 14

Vivência de um desastre: uma análise sociológica das dimensões políticas e psicossociais envolvidas no colapso de barragens	176
<i>Norma Valencio</i>	

Seção III

Educação para redução de desastres

Capítulo 15

Maquetes interativas: fundamentos teóricos, metodológicos e experiências de aplicação	199
<i>Norma Valencio; Mariana Siena; Victor Marchezini</i>	

Capítulo 16

Cooperação e visão sistêmica em equipes de trabalho: uma proposta com jogos cooperativos em tabuleiro	216
<i>Sandra Felicidade Lopes da Silva</i>	

Seção IV

Mudanças climáticas: considerações das Ciências Humanas para pensar o sofrimento social na África

Capítulo 17

Defesa Civil num contexto multiétnico e multirreligioso: uma contribuição sociológica nos caminhos para a assistência humanitária em Guiné Bissau	227
<i>Norma Valencio</i>	

Capítulo 18

Refugiados ambientais no contexto das mudanças climáticas e do direito internacional	236
<i>Claudia Silvana da Costa</i>	

Capítulo 19

Vulnerabilidade e mudanças climáticas na África: contribuições para uma reflexão sociológica sobre a indiferença social frente ao genocídio	251
<i>Norma Valencio</i>	

Sobre os autores	267
-------------------------------	-----

INTRODUÇÃO

O Grupo de Pesquisa “Sociedade e Recursos Hídricos”, certificado pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em 1995, foi o primeiro a ser criado na interface da Sociologia com o tema dos conflitos sociais e dimensões político-institucionais em torno das águas doces no Brasil. Como desdobramento das pesquisas até ali empreendidas, privilegiou, a partir de 2003, a temática dos desastres relacionados à água no Brasil, razão pela qual constituiu um grupo de estudos, intitulado Grupo de Estudos e Pesquisas em Desastres (GEPED).

O GEPED se propôs continuamente a pesquisar o estado da arte no debate, bem como atuar em pesquisa de campo relacionada à prevenção, socorro e recuperação de grupos vulneráveis a ameaças naturais e tecnológicas relacionadas à água, em especial, concernente aos eventos hidrometeorológicos – chuvas, raios e vendavais – e impactos sociais oriundos de vivência de enchentes e inundações em zonas urbanas e rurais de municípios brasileiros. Os membros do GEPED dedicavam-se ao estudo dos diferentes grupos vulneráveis que podiam ser identificados como em expressivo sofrimento social numa situação de desastre – mulheres, idosos, crianças, pessoas em situação de rua, pessoas com deficiência – somados, na maioria dos casos, a uma inserção social, política, econômica e territorial precária.

Naquele momento, o tema dos desastres pouco ocupava as discussões acadêmicas no Brasil e foi este o primeiro grupo do país a criar e ofertar, como Curso de Extensão Acadêmica, Disciplina de Graduação e Disciplina de Pós Graduação, o tema de **Sociologia dos Desastres**. Paulatinamente, os debates das Ciências Sociais associando a degradação ambiental, o avanço da pobreza e o fenômeno das mudanças climáticas estão sendo incrementados, o que cria, pouco a pouco, a possibilidade de constituição de uma arena de debates não apenas sob as perspectivas de riscos que a literatura sociológica internacional traz, mas sobre a contribuição nacional para analisar as especificidades dos desastres que pululam no cotidiano de nosso país.

Em setembro de 2005, o GEPED institucionalizou-se, junto ao Departamento de Ciências Sociais (DCSo), como Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED). Atualmente, o referido Núcleo está institucionalizado junto ao recém-criado Departamento de Sociologia (DS) e dedica-se,

igualmente, a estudos sociológicos sobre vulnerabilidade relacionadas aos eventos extremos associados às mudanças climáticas no contexto de países africanos lusófonos. Essa linha de atuação do NEPED visa subsidiar o reforço da capacidade institucional para atender preparativamente aos segmentos mais expostos aos impactos de ameaças extremas, nos seus vieses ocupacionais, étnicos, religiosos, de pessoas com limitada mobilidade e outros.

A Sociologia de Desastres, como subárea da Sociologia do Desenvolvimento, está em franco e profícuo crescimento nas principais arenas científicas internacionais. Mas, no Brasil, as discussões e contribuições são, ainda, incipientes.

Os capítulos foram agrupadas em quatro seções. Na *Seção I*, são discutidos os fatores limitantes das dimensões político-institucionais atuais do Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC) na adoção de medidas de prevenção, preparação, resposta e reconstrução. Na *Seção II*, os autores abordam dimensões sociais da vulnerabilidade referentes aos riscos e danos sociais relacionados às chuvas, os quais se associam as enxurradas, enchentes, deslizamentos e colapso de barragens. São focalizados, especialmente, grupos sociais empobrecidos (com recorte de gênero, etário, étnico e pessoas com deficiência). Na *Seção III*, discute-se a temática dos fundamentos para a educação para a redução de desastres no contexto brasileiro, apresentando metodologias inovadoras, como a denominada *Maquete Interativa*, criada em janeiro de 2006 e aprimorada desde então no âmbito do NEPED e a reflexão sobre o papel dos jogos cooperativos em tabuleiro na coesão de equipes que lidam com contextos estressantes, como os desastres. Por fim, na *Seção IV*, é tratado o tema do contexto de vulnerabilidade de grupos sociais no continente africano, cujo incremento das agruras não encontra a solidariedade correspondente.

Almejamos que as discussões propostas possam ser proveitosas ao leitor, incitando novas indagações, novas reflexões e análises.

Os organizadores

SEÇÃO I

DIMENSÕES POLÍTICO-INSTITUCIONAIS DE DEFESA CIVIL

CAPÍTULO I

DA MORTE DA QUIMERA À PROCURA DE PÉGASO: A IMPORTÂNCIA DA INTERPRETAÇÃO SOCIOLÓGICA NA ANÁLISE DO FENÔMENO DENOMINADO DESASTRE

NORMA VALENCIO

Os direitos humanos reforçam ainda mais o que é agora reconhecido como o problema central da redução da pobreza – a capacitação dos pobres, vendo os pobres não como vítimas que precisam de mais recursos, mas como cidadãos que possuem direitos, e que estão qualificados a tomar parte na tomada de decisões para exigir e exercer seus direitos.

Venho enfatizando a necessidade de assegurar a inclusão e a participação de todos os membros da sociedade, e de assegurar que os grupos marginalizados e excluídos tenham uma voz significativa. O desenvolvimento humano efetivo só pode ser alcançado onde as pessoas são livres para participar nas decisões que moldam suas vidas. O livre-arbítrio de pessoas para determinar seus próprios sistemas político, econômico, social e cultural, e sua plena participação em todos os aspectos de suas vidas, é algo que, para mim, é axiomático. É, em síntese, inerentemente ‘civilizador’.

Sérgio Vieira de Mello

INTRODUÇÃO

Por ironia, ao darmos entrada ao século XXI, os desastres relacionados aos fenômenos naturais parecem nos assombrar tal como faziam no contexto das sociedades pré-modernas. Tal como na necessidade de embate com uma fera mitológica de várias cabeças e aparentemente indestrutível, uma Quimera, os desastres nos convocam a fazer o papel de Belerofonte, dissipando os temores que se disseminam em todos os cantos do planeta, junto aos vários povos e culturas circunscritas em ecossistemas os mais variados. Dizem os estudos sobre demonologia que as forças do mal, quando nos confrontam, só são dissipadas ou controladas se soubermos os nomes dos demônios específicos que nos vem atemorizar o que, de outra forma, também é o mote das várias ciências ante seus respectivos objetos. “*Que diabo é isso?*”, é a pergunta corrente frente a um desconhecido que, além de tudo, é desconcertante e desagradável em relação às nossas crenças, visões de mundo, nossas rotinas.

Quando Freud apontou, no *Mal-estar da civilização*, as três feridas narcíseas instauradas na sociedade no contexto de avanço científico - a saber, as que reportam ao heliocentrismo, retirando a crença na concepção da Terra como o

centro do mundo, ao evolucionismo, retirando a essência divina do Homem, na sua ascendência direta dos primatas, e ao Inconsciente, subtraindo-nos o controle racional sobre nossa personalidade e as relações sociais por elas balizadas – vimo-nos, subitamente, sós, em orfandade. Não somos o centro do mundo, nem filhos de Deus, nem chefiamos a morada de nossos desejos, nos lembrou Freud, sabendo-nos ao mesmo tempo livres e prisioneiros de outras razões. Tal como o herói mítico acima, e ambigualmente, nos regozijamos pelo destemor com o qual a cultura ocidental se lançou ao combate das verdades preestabelecidas, pela fera que abateu, cada cabeça pendendo inerte quando atravessada pela lâmina da verdade científica, culminado no reino da liberdade, no individualismo e no relativismo cultural que permeia o cotidiano, no qual tudo passou a ser permitido. Contudo, ao individualismo, ao hedonismo e à retirada de barreiras morais à inventividade humana – enfim, nas demonstrações de potência levadas ao paroxismo – se juntou indesejavelmente, como face da mesma moeda, o sentimento de desamparo radical num mundo em mudança contínua, necessitando incessantemente novas decodificações, novos ajustamentos, novas e provisórias ancoragens além de confrontos surpreendentes e desagradáveis com o Outro e conosco, frente ao espelho a refletir nossas deformidades. A orfandade tornou-se, enfim, uma triste constatação posto que a libertação aparente das garras da fera, e em relação ao pai superior e punitivo, não implicou em clima de permanente exultação, amplas possibilidades e controle total sobre o mundo, mas na perda de nosso cavalo alado num mundo gradualmente mais complexo, mais desafiador e incontrolável.

De um lado, como sociedade da informação, tornamo-nos suscetíveis a muitas coisas, dentre as quais, a sermos carreados pela enxurrada de notícias sobre os chamados desastres naturais, em ocorrência em todos os cantos do planeta e que invadem de intranquilidade nosso cotidiano por várias vias de comunicação (internet, jornais, rádio, torpedos, tv, revista). De outro, como sociedade do risco (cf. BECK, 1992) ou de modernidade tardia (cf. GIDDENS, 1991), somos produtores de alterações nos sistemas atmosférico, hídricos e demais que constituem o suporte integrado da vida no globo, produzindo cenários pouco alvissareiros segundo reportam os últimos relatórios do IPCC. De outro, ainda, perpetua-se, em escala global, as desigualdades econômicas, gerando assimetrias na capacidade adaptativa dos vários povos e nações que sofrerão os impactos negativos dos eventos extremos relacionados às mudanças climáticas. A assimetria de acesso às informações, às tecnologias adaptativas e à capacidade de deslocamento e inserção em territórios circunstancialmente mais seguros cria distinções significativas entre os que produzem os riscos e os que estão mais expostos aos mesmos.

Os chamados desastres naturais agem como monstro de muitas cabeças e sofisticados ardis, Quimera vivificada pela própria espada que lhe golpeou outrora, a ciência buscando-lhe os novos nomes para abatê-la. Entretanto, o fracionamento do conhecimento científico num sem número de especialidades só permite evocar sílabas desconexas. O pai se foi, rouba-nos o cavalo alado e não temos para onde fugir. Eis a nova face do desamparo e da luta inglória a que fomos lançados.

Metáforas à parte, o contexto supra está a exigir mais do que um entendimento estritamente climatológico sobre os encadeamentos das mudanças provocadas no sistema atmosférico e biofísico no ordenamento social local e global. Há um controle ínfimo sobre o nível atual de incertezas, pois que as explicações demandadas passam a orbitar em outras dimensões explicativas, tal como sob o olhar das Ciências Sociais. Isso, para não dizer da necessidade de ultrapassagem da explicação científica, trôpega, ainda que pretensiosa e arrogante, para congregar, numa hermenêutica diatópica (cf. SOUSA SANTOS, 2003) os demais saberes constantes no arcabouço da experiência humana, como os saberes artísticos, religiosos e populares.

No âmbito da Sociologia, há um profícuo debate em curso sobre os fenômenos denominados desastres. Uma gama de interpretações vem se desenvolvendo, sem que houvesse, até o momento, um consenso estabelecido. O que se pode, contudo, depreender até aqui, como um aspecto comum das discussões, é que os desastres ditos naturais não são, para a ciência supra, objetos cuja investigação repousa centralmente em variáveis independentes relacionadas intrinsecamente com os fenômenos naturais. A compreensão dos desastres para a Sociologia focaliza centralmente a estrutura e dinâmica social que, num âmbito multidimensional e multiescalar, dá ensejo a variadas interpretações acerca das relações sociais territorial, institucional e historicamente produzidas.

No que concerne ao contexto brasileiro, a Sociologia ainda não se debruçou detidamente sobre os desastres que assolam cá o país, o que é uma omissão cada dia mais grave em vista tanto da forma como os especialistas de outras áreas de conhecimento encontram-se bastante à vontade para tomar para si as diversas arenas de divulgação científica para difundir suas interpretações de senso comum – muitas, com identificáveis conotações preconceituosas e antidemocráticas – quanto da ausência de contribuições de caráter crítico para arejar idéias em subsídio ao fortalecimento dos movimentos sociais, ao aperfeiçoamento de políticas públicas, à deflagração de novos patamares de compromisso do Estado com a transformação social e, por fim, para atuar analiticamente ensejando crescentes processos de *reflexividade* (cf. GIDDENS, 1997), seja das instituições públicas, seja das próprias ciências sociais, cujo sentido é de, entre outros, colocarem-se em permanente construção de interpretações do mundo contemporâneo, no qual estas ciências estão indelevelmente situadas.

1. DESASTRES NO BRASIL: UM OLHAR SOBRE A NATUREZA DAS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS

Das várias interpretações possíveis sobre aquilo que toma a denominação de desastres, no Brasil, há que se ter em conta uma em particular; qual seja, a de que aquilo que é reconhecido no meio institucional de defesa civil como desastre é, antes de tudo, o fenômeno de constatação pública de uma vulnerabilidade na relação do Estado com a sociedade diante o impacto de um fator de ameaça que não se conseguiu, a contento, impedir ou minorar os danos e prejuízos.

Quando um município decreta, e tem reconhecido nos níveis superiores do Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC), uma situação de emergência (s.e.) ou estado de calamidade Pública (e.c.p.), em última instância sinaliza a constatação da vulnerabilidade institucional, ou seja, uma incapacidade em lidar, preventiva ou preparativamente, com um evento ameaçante o que, ao fim e ao cabo, engendra a materialização de danos ao cidadão ali inserido. Trata-se, assim, de um indicador de falha no cumprimento do contrato social relativo à organização e administração público do espaço das relações econômicas e extra-econômicas territorializadas, o que fere dimensões de confiança no ente público que, às duras penas, precisará repactuar a convivência dos sujeitos em bases mais precárias.

Se os processos de territorialização, numa dada localidade, naturalizam as desigualdades sociais, as relações assimétricas entre os sujeitos tendem a um franco esgarçamento, sendo o desastre um acontecimento crítico que potencializa o rompimento da tolerância às injustiças sociais continuamente sofridas e cuja face inversa são os privilégios concedidos regularmente a outrem. Isto é, os que sobrevivem precariamente na lógica de mercado e vivenciam uma crescente desterritorialização quando testemunham a multiterritorialidade dos estabelecidos podem entender que a ruptura de normalidade do cenário, calcada numa ordem desigual, seja a oportunidade de discutir as bases dessa mesma ordem para a refeitura do lugar. De fato, a sucessão e incremento dos desastres dito naturais, prognosticados pelos últimos relatórios do Painel Intergovernamental de Mudança do Clima – IPCC, é ocasião propícia para que a riqueza e a pobreza, como faces da mesma moeda, encontrem na sua relação com o Outro a razão pela qual uns estão mais expostos aos fatores adversos na natureza, mais facilmente morrerem na ocasião enquanto os demais preservavam-se vivos e em segurança, uns encontrarem meios para repor as perdas havidas e demais seguirem sem meios e providências algumas a favor de si para lhes possibilitar uma territorialização viável, o direitos de morar, trabalhar, conviver comunitariamente sem que temores crônicos advenham quando chuvas, vendavais, secas prolongadas, deslizamentos, erosões e afins se avizinharem.

Ocorre, entretanto, no meio institucional de defesa civil, uma persistente fuga das discussões sobre as questões supra, não porque não sejam relevantes, mas pelo seu justo oposto: são cabais e cujo enfrentamento é passível de dissipar ambiciosos projetos de poder ora constituídos em torno do controle de frações do Estado no tema referido. Das muitas estratégias de dissuasão utilizadas, contra os afetados e o meio científico, para que discutam a questão com seriedade e profundidade, não raro se lança mão da pior delas: a que mantém, na autoridade pública, a crença no direito de rechaçar o diálogo ao custo de práticas de afastamento e desencontros deliberados, como a dizer aos que reivindicam a possibilidade de explanar seus pontos de vista, *“ponha-se no seu lugar!”* ou, nos termos de DaMatta, lançar mão do argumento *“você sabe com quem está falando?”*.

A manutenção da distância social seguramente é um meio eficaz para impedir, durante algum tempo, a confrontação com a verdade do Outro,

sobretudo quando a mesma enseja autoconfrontação. Uma nuance dessa dimensão é o sentido de preocupação e adoção de providências imediatas do ente público com a minoração do sofrimento dos ricos enquanto segue com relativa indiferença frente às agruras dos pobres combalidos pelos mesmos desastres. Muito correntemente, em conversas informais no meio de defesa civil, se ouve discursos no qual o estresse dos estabelecidos, cujos meios materiais sofreram danificação ou destruição em desastre, deva ser objeto de amparo psicossocial ao passo que o dos empobrecidos não causa preocupação. A representação do mundo social que agentes de defesa civil por vezes mantém, com base em preconceito de classe, é de que o sofrimento recorrente cria calos emocionais aos empobrecidos; já os afluentes tem sensibilidades que merecem cuidados.

O aspecto mais característico da perspectiva de classe na atuação institucional de defesa civil quando, num dado município, ricos e pobres perdem ou vêem danificada suas moradias é que apenas em relação aos últimos o discurso de “remoção” é deflagrado. A territorialização dos pobres é sempre uma territorialização em contestação, uma “*área de risco*”, de molde que a remoção das moradias é tratada como uma discussão meramente paisagística muito embora subjacente ao núcleo residencial haja, para o grupo ali inserido, sentidos de pertencimento, necessidades, sociabilidades espacializadas. Do outro lado, as fraturas do território dos ricos são compensadas com medidas céleres de recomposição das funcionalidades do espaço, o poder público tomando medidas de abastecimento hídrico, drenagem urbana e afins para que estes possam se reerguer no lugar que consideram de seu e são reconhecidos pelo ente público como tal. Um aspecto complementar das injustiças ambientais, que os desastres revelam, é a compaixão e a solidariedade macroenvolventes com o sofrimento dos grupos étnicos de ascendência européia e a indiferença frente ao sofrimento social de negros, nordestinos, caboclos, indígenas, migrantes precarizados que, no país adentro, vivenciam inundações, enxurradas, deslizamentos, secas prolongadas, sem causar comoção social.

Há que se dizer persistentemente que os níveis de afetação em desastres ditos naturais têm correspondências evidentes com a estrutura de classes e essas, no Brasil e conforme as estatísticas oficiais revelam, tem correspondências étnicas historicamente produzidas. Os que sofrem menos dispõem de narrativas incompletas sobre as insuficiências operativas do Estado. Os que morrem, estes sim, são os que melhor dispõem do testemunho da indiferença, incapacidade, equívocos e má vontade contidos nas providências de coordenação do cenário arrasado. Como os mortos se vêem, por definição, impossibilitados de auto-expressão no tema, salvam-se circunstancialmente as aparências de cumprimento do dever. Embora isso, o silêncio providencial dos mortos também gera uma narrativa, acessível aos que tem olhos de ver: se expressa na quantidade de vítimas fatais havidas numa localidade esquecida, desde há muito, pelas providências do ente público, expressa-se nos corpos que permanecem por tempo prolongado insepultos, pelos que são facilmente dados como desaparecidos, os que são localizados com significativas mutilações e traumas, os que são ignorados sem que haja preocupação em resgatá-los.

1.1 AS DISPUTAS NO MEIO INSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL: PROBLEMAS DE UM RETORNO DA ASCENDÊNCIA MILITAR JUNTO AOS POSTOS DE COMANDO

Nos dias atuais, e muito amiúde, o contexto de desastres relacionados aos fenômenos atmosféricos tem levado o SINDEC a recorrer à presença das Forças Armadas. Estas têm sido solicitadas para ações de resposta (resgate e reabilitação), incitando a instituição a refletir acerca de qual papel que lhe caberá se porventura tais eventos se asseverarem. Ou, dito mais claramente, levadas a refletir em torno da oportunidade e legitimidade de reivindicar para si uma maior abrangência de suas competências institucionais no âmbito de defesa civil, passando não apenas a atender - com prontidão e presteza, como tem feito -, mas a comandar o Sistema Nacional de Defesa Civil.

É lícito que a instituição possa elucubrar em torno do tema, sobretudo se remontarmos, por um lado, às origens da defesa civil no país, vinculada à Aeronáutica, no contexto da II Grande Guerra e, de outro lado, aos quadros responsáveis pela criação de parte significativa do arcabouço conceitual que deu bases relativamente homogêneas de capacitação e treinamento bem como para a política nacional de defesa civil, oriundos do Exército Brasileiro. Contudo, se há o ato bravio do soldado que resgata a mulher civil por entre o lamaçal ou a inundação que se tornou seu lugar de moradia, fruto de um desastre - tal como vimos, através da imprensa, no Vale do Itajaí, em novembro de 2008 ou em municípios do Amazonas, em junho de 2009 -, o que é muito louvável, por ora é necessário consolidar a convivência do meio civil e militar em bases de confiança mútua sem precisar se relacionar, um com o outro, como algoz, como herói tampouco como vítima. A parceria com o meio militar no tema de desastres é bem vinda e deve ser promovida como parte constitutiva do diálogo de saberes e estratégias, na busca de sinergia em prol de um bem comum.

Contudo, a ruptura de mais de duas décadas na convivência em bases democráticas criou necessidades de refazimento das regras de uma interação respeitosa aos direitos consagrados, de serenidade no encaminhamento de soluções negociadas, consoantes ao novo contexto político-institucional de amadurecimento gradual das arenas democráticas representativas e participativas. Por parte das Forças Armadas há, ainda, uma forte resistência para aceitar um tipo de diálogo que propenda para a reflexividade institucional e que esta, enfim, ocorra por meio de negociação de sentidos, sobretudo se advindo de *inputs* do meio civil. A natureza essencialmente hierárquica das instituições das Forças Armadas – o que é igualmente verdadeiro junto a corporações de segurança pública – é inerentemente avessa à simetria que as negociações em bases democráticas exigem. Sendo assim, é temerário, em termos sócio-políticos que, à frente de instituições civis, haja sujeitos que tensionam abertamente com a racionalidade civil, desqualificam ou menosprezam os cidadãos a quem servem e, por vezes, insuflam intolerâncias no meio civil, indispondo grupos sociais afluentes e camadas médias contra os que já sofrem continuados abusos frente a seus direitos, o que vimos assistir em relação, especialmente, a operações nas favelas e nos discursos contestatórios à autodeterminação de indígenas no que concerne ao controle de territórios demarcados para estes povos.

Por outro lado, a missão precípua das Forças Armadas, de defender a nação no seu conjunto, protegendo-a assim como à soberania do território nacional, se coloca como um desafio considerável nos tempos difíceis que estamos atravessando; tempos nos quais a blindagem territorial que os países desenvolvidos estão celeremente realizando para conter a migração dos miseráveis, dos esquecidos e vilipendiados do mundo não têm correspondência ao apoio necessário para fazer vingar, nos lugares de origem de tais grupos, práticas duráveis de sobrevivência.

As Forças Armadas, obviamente, devem pronunciar-se no tema dos desastres, num ambiente de garantia da expressão de seu ponto de vista assim como o das demais instituições e grupos organizados e desorganizados do país. Porém, sem descurar da priorização à proteção de nossa soberania que será cada vez mais objeto de contestação na recomposição de poder global que as sucessivas catástrofes preditas poderão favorecer. Na parceria com o meio civil, auxiliar na elaboração de estratégias de antecipação solidária de providências de apoio aos grupos sociais de nações fragilizadas e que são potencialmente passíveis de se transformarem em refugiados do clima. Significa dizer, agir em consonância e providencialmente frente às expectativas de cooperação bilateral e multilateral que estão, em alguns casos, acima da, ainda, sonolenta discussão sobre a necessidade de atualização do arcabouço do Direito Humanitário Internacional.

Tal arcabouço segue, em certo sentido, indiferente ao fato que, em países menos avançados (PMAs, cf denominação da ONU) – em especial com características insulares e na porção desértica e subsaariana do continente africano –, os eventos de elevação de temperatura, redução ainda mais expressiva dos caudais de água potável, elevação do nível do mar, erosão costeira e mudança do regime de ondas, e outros, associados à pobreza estrutural, não apenas suscitam migrações de grandes contingentes como inviabilizam a possibilidade de retorno da mesmas aos lugares de origem. A não perspectiva de retorno cria, para o Direito Humanitário Internacional, a problemática nova (porém, escamoteada) de garantir meios para que nações inteiras preservem sua identidade nacional sem que tenham território próprio para exercer um controle soberano. Trata-se de territórios que se inviabilizarão por eventos naturais decorrentes do mal desenvolvimento de nações que, gerando gases de efeito estufa (GEEs) por mais de século, ora blindam seus territórios com uma legislação que impede aos migrantes adentrarem e serem amparados.

Quanto mais dispostas as Forças Armadas estiverem para congregarem-se em iniciativas junto ao meio técnico e científico, além de ongs e voluntariado, para viabilizar a manutenção da ocupação humana nos territórios de origem dos referidos povos, nos termos políticos e culturais dos mesmos, as práticas de solidariedade Sul-Sul assim pautadas serão alternativas à intolerância que a União Européia e os Estados Unidos muito especialmente ora demonstram. Essa disposição pode agir, no mínimo, para postergar os enfrentamentos na fronteira por meios violentos.

2. A RECRIAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE DEFESA CIVIL: ESTRATÉGIAS

ALTERNATIVAS À DE VER “O CIRCO PEGANDO FOGO”

A ampliação de desastres nas cidades brasileiras bem como nas porções rurais, em municípios de todos os portes, não é apenas um cenário que os eventos extremos relacionados às mudanças climáticas podem sugerir num futuro incerto. É uma realidade evidente, que os jornais estampam todos os dias, e tanto se associa aos eventos atípicos que aqui e acolá pipocam, como se associa à crescente imobilidade do gestor público, nos diversos níveis, para lidar com a vulnerabilidade. Os variados graus de transtornos que os fenômenos naturais porventura causam às rotinas dos municípios resultam da lógica social ordenadora do espaço, da complexidade de interações multiescalares na qual se envolve, onde há embates de interesses, demandas e direitos de variados e multifacetados grupos sociais. Além, é claro, de resultar da assimetria de poder desses sujeitos e da diversidade de tecnologias de proteção a que cada qual tem acesso através do mercado.

A vulnerabilidade de expressivos contingentes humanos na inserção em áreas susceptíveis no território urbano decorre, ainda, da naturalização de um ordenamento territorial socialmente perverso, fruto da indiferença cotidiana do cidadão comum à estrutural iniquidade distributiva, fruto da frágil interlocução política dos empobrecidos, os quais têm seus direitos de cidadania diuturnamente contestados, e também da míope capacidade técnica do setor público, o qual opera em prol de interesses corporativos mais do que pelo bem estar social. Logo, soluções possíveis (embora, sempre provisórias) para a redução de vulnerabilidades relacionadas aos eventos climáticos extremos não podem ser reducionistas.

O ambiente democrático deve servir para abrir o Sistema Nacional de Defesa Civil para um amplo espectro de visões da realidade, de conhecimentos, de saberes, de práticas, um ambiente polifônico e de equidade da vocalização dos diversos pontos de vista. Há desafios para lidar abertamente com a discussão acerca das contradições inerentes ao ordenamento territorial socialmente perverso, um dos quais é exercitarmos a igualdade, evitarmos desqualificar os grupos historicamente humilhados, os que são feridos em sua dignidade cada vez que as chuvas levam seus bens móveis e imóveis, seus instrumentos de trabalho, seus entes queridos, os que vivem em persistente e extenso sofrimento por verem seus direitos esfacelados pelo preconceito e estigmatização quando o que lhes resta, após as chuvas, é a roupa do corpo.

Desafios, ainda, há para lidar com as práticas arrogantes de agentes do setor público cujos órgãos, incluindo os de defesa civil, confundem a recomendação de operar com impessoalidade – conforme convém às instituições modernas – com a mera insensibilidade ao drama coletivo de desalojados e desabrigados, virando muitas vezes as costas para suas obrigações de pautar medidas de reconstrução em bases mais seguras, agindo corporativamente ao desprestigiar ou obscurecer o esforço do voluntariado e, simultaneamente, nos ataques que, de lado a lado, as corporações militares e militarizadas fazem umas a outras quando a frente de postos de comando em órgãos de defesa civil.

Se os antecedentes ligam a instituição de Defesa Civil às Forças Armadas, nas últimas décadas, as funções de gestão estiveram, nos três níveis do Sistema Nacional de Defesa Civil, indistintamente sob controle de oficiais de Corpos estaduais de Bombeiros Militares e oficiais de Polícias Militares, o que, no geral, não tem sido bom para a identidade e práticas institucionais.

Primeiro, porque as interpretações sobre o que se denomina como desastre – e, por conseguinte, orientadoras das ações de como evitá-lo ou reduzi-lo – costumam ser apreendidas, no meio militar, sob um enfoque doutrinário, isto é, coadunando-se com uma interpretação cristalizada do fazer e do agir do mundo civil. Mas, o mundo civil é, ao contrário de tipificações de cunho doutrinário, algo transbordante, multidimensional, complexo, conflitivo e dinâmico. Quando o arcabouço doutrinário da instituição militar forja estereótipos dos civis, os quais balizam condutas profissionais, por assim dizer, de superioridade de seus agentes frente ao cidadão que ele deve, por missão, servir, correlatamente forja sua baixa disposição ao diálogo, negando-se a reconhecer neste último um saber válido para restabelecer/redimensionar sua atuação, conforme acima dissemos.

Segundo, porque as disputas entre corporações militares e militarizadas não raro utilizam as informações privilegiadas como arma para atacar ou, ainda, impedir o avanço do outro. Para ver o circo pegar fogo na gestão do opositor, e devido o orgulho corporativo, esconde-se informações, omite-se frente a providências urgentes, esquece-se da necessidade de tratamento condigno na relação entre os que entram nos cargos e os que deles saem, compensam silêncios obsequiosos com medalhas e premiações, todos esses atos praticados em contexto onde o cidadão comum fica desatendido, sem acesso à máquina pública, à mercê desse *campo*, isto é, dessa batalha de forças visando o exercício do poder, segundo uma perspectiva bourdieusiana.

Em terceiro lugar, porque os agentes de defesa civil oriundos das corporações militares, sobretudo em cargos de comando, não abrem mão de sua visão orientadora de mundo construída na instituição de origem para apreender e interagir com o Outro segundo uma concepção alternativa. O Outro do policial militar é o “elemento”, o “suspeito” que, agindo pressupostamente em conflito com a lei, pretende se evadir da cena. Assim, quando o policial militar, já no papel social do agente de defesa civil, encontra pela frente o morador em área de risco, a interação não raro é pautada pela hierarquização e confrontação belicosa que foram objeto de treinamento na forma de abordar os “suspeitos”. O Outro do bombeiro é a vítima de um sinistro, pedindo socorro na sua impotência frente ao risco severo à vida, que precisa de um milagre e de um herói. Nesse particular, é interessante notar, todavia, que as populações das periferias, sujeitas a processos recorrentes de vitimização, aproximam-se cordialmente de um bombeiro, inclusive as crianças, mas afastam-se preventivamente dos policiais. O primeiro é visto como o que vem acudir, salvar, e o segundo, na concepção popular, o que vem intimidar, acuar. Ao agir à paisana, ambos, quando no papel de agentes de defesa civil, não conseguem deixar para trás os comportamentos, os discursos, as linguagens corporais, os valores e as

práticas que são próprias a cada um na sua origem e trata-se, assim, de uma ocultação muito precária. Por fim, o Outro das Forças Armadas é o inimigo, visto como um agente ameaçante externo (e ocorreu, na história brasileira, de ser um nacional tratado como um agente ameaçante interno, a quem se devia eliminar). Em todos os casos acima, é de notar que o Outro não é um cidadão, ou seja, alguém cujas motivações, capacidades e direitos são legítimos e com o qual se deva estabelecer uma relação de igualdade. Assim, para que as corporações militares possam agir e, sobretudo, assumir postos de comando em instituições hoje civis, como a Defesa Civil, integrando seu fazer aos princípios reinantes no arcabouço constitucional, ao conteúdo programático dos Direitos Humanos, à Política Nacional de Assistência Social e afins, haveria que desconstruir imaginários e práticas dominantes oriundas da sua formação nas instituições de origem para reconstruí-las em novas bases. Desmilitarizando-se, por assim dizer.

Se partirmos do pressuposto que, no conceito de desastre, subjaz necessariamente uma dimensão social, seria de esperar que, como instituição da modernidade, a Defesa Civil necessariamente dialogasse com os cientistas sociais para melhor entender a natureza última da afetação, seja no aspecto dos danos humanos, materiais e imateriais, dos prejuízos econômicos e da destruição de toda a ordem, o que é explicado em grande medida, no caso brasileiro, numa perspectiva histórico-estrutural. Porém, a crença na eficácia da visão doutrinária impede que os cientistas sociais sejam solicitados para essa reflexão conjunta, sendo recorrente e arbitrário que sejam postos de lado ao mesmo tempo em que as instituições de Defesa Civil se vinculam a outros *corpus* de conhecimento correspondente à peritagem cuja formação de base é insuficiente, impeditiva e, por vezes, alienante, do exame social profundo da realidade brasileira.

Cenários catastróficos são normalmente discutidos às portas cerradas quando os tomadores de providências são destituídos de preocupação em legitimar sua autoridade junto ao cidadão comum. Porém, a irresolução da vulnerabilidade cujas causas não estão nas chuvas, nas secas, nos ciclones ou furacões, mas na baixa densidade de pactos sociais fundados nos direitos da pessoa humana, engendrará a necessidade de reformulação do compromisso social de defesa civil.

3. DESASTRE E *ACCOUNTABILITY*

Num desastre não emerge apenas demandas por contabilização de danos e prejuízos, mas demandas por identificação de responsabilidades ou, na ausência de uma expressão lusófona melhor, exige-se *accountability*, algo a mais que a mera redutibilidade dos discursos oficiais a dimensões puramente monetizáveis, posto que solicita esclarecimento, no plano político-social, das decisões que afetaram negativamente os diferentes sujeitos.

Nessa perspectiva, tem sido preocupante a constatação de gestores que se perpetuam à frente de órgãos de defesa civil para usufruir de privilégios por mais ineficientes que se tenham mostrado no amparo ao cidadão afetado num desastre. Perpetuam-se no poder ainda que recorrentemente sobrevenham, na

localidade sob sua jurisdição, os mesmos fenômenos de ameaças naturais ocasionando, em correspondência, os mesmos portes de danos e prejuízos, quando não sobre o mesmo conjunto de cidadãos, os quais passam a sofrer reiteradas necessidades de recomposição material, de perdas de rotinas, de ansiedades, temores e devastação psicossocial.

A recorrência dos desastres havidos, ao invés de ser centralmente o foco de reflexividade de gestores, e feita publicamente – reconhecendo erros, insuficiências, lições a aprender –, passa a ser o palco onde o gestor constrói imperativas prioridades de exibição pública, instrumental para o passo seguinte, que é o contínuo pedido de recursos para instâncias superiores, sem que jamais seja cobrado sobre as insuficiências das estratégias adotadas e que tragaram os recursos materiais liberados ante o desastre do ano anterior. O desastre recorrente – e, portanto, mal resolvido quanto às estratégias de redução da vulnerabilidade adotadas – não é motivo de *mea culpa* do gestor, mas, ao contrário, da construção da ribalta para catapultá-lo para níveis elevados de articulação política e adquirir precedência de atendimento frente aos demais municípios e estados da federação, que só ocasionalmente, tem “desastrezinhos”, isto é, danos e perdas de pouca monta frente o primeiro.

Enquanto o senso comum considera que haja escassez de dinheiro público para lidar com os fatores recorrentes de ameaça ou mesmo com a nova situação climática, deveríamos indagar quem, e por quais meios, acessa os recursos liberados e como utiliza os mesmos. No geral, no Brasil, recursos financeiros para órgãos de defesa civil não sofrem contingenciamento. E, para a reabilitação de uma população e providências de reconstrução num município com decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública, há possibilidades legais de prescindir de licitações para contratação de serviços ou aquisição de produtos por parte do ente público. Se há dinheiro disponível, o cerne da questão é saber se há vieses no seu acesso e uso. Por exemplo, verificar se há municípios ou estados da federação que são persistentes “clientes” de desastres junto ao governo federal, isto é, a cada estação de seca ou chuva, decretam a perda de condições de lidar com a situação e, numa política de balcão, solicitam aportes adicionais. Verificar se os recursos chegam ao cidadão duramente afetado. Verificar se há fornecedores, em geral, e empreiteiras, em particular, que ficam de olho nas contratações sem licitação; se tais negócios porventura seriam contemplados em ações de prevenção aos desastres, essas dependentes de licitação pública. Verificar se os municípios que, além do reconhecimento da decretação de estado de calamidade pública ou da situação de emergência, receberam prioridade nos aportes adicionais de recursos são os que efetivamente sofreram maior afetação ou os que, por vinculações político-partidárias, de compadrio e afins, têm acesso favorecido aos gabinetes.

Considerando o *modus operandi* dos sujeitos hegemônicos no processo de modernização do país, os quais conservam privilégios, expressos, dentre outros, na lógica de territorialização econômica e extra-econômica – ilustrado na precedência incontestada de indústrias poluentes, dos automóveis e condomínios fechados frente ao direito mais amplo de se ter a água e ar saudáveis, ao direito de tráfego dos pedestres, ao direito de morar de todos os cidadãos –, a instituição

de Defesa Civil não pode prestar-se a ingenuidades, ambigüidades nem tergiversação. Significa dizer, precisa ter em conta, na leitura dos problemas socioambientais contemporâneos do Brasil, que está em curso a ampliação das rupturas sociais no meio urbano e rural devido a ausência de indícios de que a justiça social seja, de fato, exercitada no cotidiano das relações.

Campeiam a intolerância, a discriminação e o preconceito contra os setores empobrecidos do país ao ponto de elites e servidores públicos sentirem-se livres para propagar seus próprios parâmetros de justiça e incitarem violência aos princípios constitucionais, retalhando a nação entre os que devem ser tratados com civilidade e os “matáveis” (cf. RIZEK, 2002). Quando agentes de Defesa Civil disseminam que os grupos empobrecidos pela modernização tardia são ignorantes e preguiçosos por morarem nas chamadas áreas de risco – e teimosos, por lá retornarem –, e intencionalmente se esquecem de explanar sobre as razões estruturais da segregação espacial, abrem flancos para que o restante da sociedade cultive a indiferença social, senão mesmo o ódio em relação aos *outsiders*.

Reforçam, pois, o imaginário social no qual essa “gente desqualificada” ocuparia morros e áreas de mananciais onde deveria estar uma paisagem aprazível para fruição da gente “de respeito”, além de onerar os cofres públicos com políticas assistenciais sem nunca estarem satisfeitos, na predileção pelo discurso “*os pobres pedem demais e dão pouco ao país*” ao invés de reconhecer a pobreza como relação social de produção da riqueza que resulta em distribuição desigual da mesma. Os pobres e miseráveis, quando se vêem desabrigados nos desastres e tratados como escória nos abrigos temporários, são, no geral, vistos como pedintes, esquecendo-se, a Defesa Civil, que a cultura do pedinte é a outra face da moeda de uma cidadania negada.

Não nos utilizemos, pois, de meias palavras: trata-se de favorecer um ambiente de genocídio, pois não é outra a situação quando a instituição de Defesa Civil é controlada por agentes que tomam o Estado instrumentalmente para seus interesses particularizados ou quando tais agentes são corriqueiramente indiferentes ao sofrimento do cidadão ou impelem terceiros ao ódio àqueles que, no seio da nação, já se encontram socialmente enfraquecidos. Caso a instituição tenha isso em mente, seu papel deva ser desempenhado, idealmente, nos seus três níveis, como um dos principais articuladores dos diversos setores da sociedade para o estabelecimento de pactos sociais alternativos na busca de uma compreensão substantiva da vulnerabilidade sem a qual as estratégias de enfrentamento pontual de ameaças naturais, tecnológicas e mistas continuarão sendo balelas.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante o exposto, vários são os desafios de transformação institucional da defesa civil e, centralmente, são os que dizem respeito aos mecanismos de controle social sobre as práticas que visem à redução das vulnerabilidades, dentre as quais, as que dizem respeito à associação da pobreza com o impacto dos eventos climáticos que lançam sombras e inquietação no alvorecer no século XXI.

Acerca disso, a nosso ver, relevante, é endossar que se pautar a atualização da Política Nacional de Defesa Civil e seus programas tendo por base uma consulta pública de abrangência nacional, tal como a gestão da SEDEC em meados de 2009, se propôs a fazer. Nesse aspecto, é importante não olvidar os riscos subjacentes aos resultados esperados, dentre os quais, o de que os grupos que dominaram e ainda dominam corporativamente a instituição, nos três níveis do SINDEC, já se encontram organizados para apresentarem-se nas arenas públicas com propostas fechadas, jargões incompreensíveis e todo o aparato retórico e gestual que subverte a cena da simetria entre sujeitos. Nisso, pretendem evidenciar uma suposta superioridade intelectual e moral para que as suas idéias e alçar com facilidade sua representação como delegado em níveis superiores de consulta, com a presença incontestada de sua corporação, mas representação legitimada acima desta. Enfim, seria o risco do parto da montanha: muita mobilização para lograr resultados pífios em termos de mudança de conteúdo das relações de poder entre os sujeitos políticos na nação, sem alcançar renovação alguma de concepções programáticas e de estratégias de exercício de poder no interior da instituição.

Outro desafio, impostergável, é o de pautar uma agenda de financiamento de pesquisa científica, em caráter pluridiverso, tanto no que tange às áreas de conhecimento envolvidas como os paradigmas de referência dos diversos grupos dedicados ao tema de desastre e, particularmente, ao tema de defesa civil. Desastres são objetos de pesquisa diferentes de defesa civil, porém, integrados: o primeiro faz referência, a depender do paradigma, a uma realidade concreta ou a uma elaboração cultural; o segundo, refere-se a uma instituição circunscrita a um contexto político, econômico e social específico. Ambos, contudo, são aspectos de relações sociais estabelecidas historicamente, referidas a territórios e lógicas de produção e controle social sobre lugares bem (ou mal) definidos. Agências públicas de fomento à pesquisa, como o CNPq e a FINEP, deveriam alavancar os referidos temas, porém, advertidas que a produção de termos de referência que exijam parcerias dos grupos científicos com o ente público em defesa civil, neste momento, poderia resultar na replicação das mesmas alianças que impedem o arejamento das idéias e das práticas públicas.

Dentre os sub-temas que merecem ser abarcados por editais de agências de fomento à pesquisa, os abaixo elencados são essências, a saber:

- a) pesquisas científicas sobre as dimensões psicossociais de afetação nos desastres, na geração de recomendações para gestores visando à redução do sofrimento social em grupos sob situação de risco, ou grupos afetados por desastres e, ainda, redução de estresse em equipes de emergência;
- b) pesquisas científicas acerca das dimensões econômicas envolvidas na prevenção, preparação, resposta e reconstrução de desastres, buscando elaborar e testar metodologias de avaliação e aplicação em casos concretos no Brasil;
- c) pesquisas científicas sobre desastres e interação dos afetados com órgãos de emergência tendo por base os direitos de cidadania: explorar

as considerações referentes às dimensões etárias (crianças e idosos prioritariamente), no resgate e reabilitação, principalmente; analisar os protocolos dos órgãos envolvidos para lidar com afetados que se encontram em situação de mobilidade limitada e deficiência, bem como analisar as interações sociais com respeito à equidade de gênero, às especificidades comunitárias, étnicas e religiosas na administração de abrigos temporários, dentre outros;

- d) pesquisa científica para gerar recomendações para o melhoramento da Política Nacional de Defesa Civil;
- e) pesquisa científica relacionada aos aspectos demográficos suscitados por cenários de desastre relacionados às mudanças climáticas: levantamento de necessidades de deslocamento compulsório, as estratégias adequadas para realizá-los com base da compreensão profunda dos processos de territorialização dos grupos focalizados e análise das políticas de indução novos vetores de assentamentos humanos visando redução do risco; e
- f) pesquisa científica focalizando a sobreposição de vulnerabilidades frente aos fatores de ameaça naturais e eventos extremos: gerar subsídios a políticas de assistência social especial, saúde pública, segurança pública, direitos humanos e afins voltadas para grupos já estruturalmente vulneráveis. Dentre tais grupos, destacam-se: pessoas em situação de rua e grupos em regime de privação de liberdade, como inseridos em presídios e em asilos. Nesse item, gerar recomendações para agentes da saúde e de educação, responsáveis pela coordenação interna de estratégias de evacuação/remoção em estabelecimento como hospitais, pronto-socorros, creches e estabelecimentos de Ensino Fundamental, instituições de internação de dependentes químicos e outros.

Na mesma perspectiva, seria salutar a construção de uma agenda de discussão dos temas de desastre e defesa civil nos pólos da educação formal. De um lado, na Educação Fundamental, numa parceria SEDEC/MI com o MEC e com os cientistas da área de Educação, poder-se refletir acerca de conteúdos e metodologia apropriadas para tratar do tema dos desastres e consoantes com os Temas Transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais. De outro, na Educação Superior, na política de pós-graduação ensejada pela CAPES, a valorização de linhas de pesquisa em desastres e defesa civil nos programas de pós-graduação existentes e/ou a criar, mais do que propriamente valorizar o estabelecimento de programas de pós-graduação *latu* ou *strictu sensu* em defesa civil ou gestão de desastres ou algo dessa natureza. O Brasil não precisa, pelas razões acima, de desastrólogos, mas de bons gestores públicos e bons cientistas das várias áreas que, desde as mesmas, com um olhar teoricamente consistente, possam desvendar as causas e efeitos, além de propor novas explicações relacionadas aos temas em tela. Bons gestores públicos e bons cientistas (falamos de uma ciência contextualizada, que não tenha pretensões de se arrogar neutralidade) são, na perspectiva aqui concebida, os que agem dentro das regras

de convivência polissêmica e polifônica, com base no compromisso com a cidadania.

Por fim, destacar que as bases institucionais de defesa civil no Brasil – infelizmente, pouco conhecida pelo público em geral e, inclusive, pelos cientistas sociais – não a coloca como uma instituição qualquer frente a outras. Aquilo que é denominado, no discurso do ente público, como um desastre, permite à defesa civil exercer plenamente “a cereja” da sua missão institucional, ainda focada preponderantemente na resposta e não na prevenção e preparação: trata-se de coordenar as forças sociais na cena, sejam elas públicas, comunitárias, civis ou militares. Significa dizer, tem o papel de comandar um dado território, reorganizando o espaço conforme uma concepção particular de ordem e cujos veios, em muitos casos e como acima se disse, não são produzidos desde dentro de um arcabouço programático democraticamente produzido, mas desde fora, junto às corporações que dominam os órgãos para, após, controlarem amplamente a cena pública. Esse é o nome do demônio que está à espreita e que precisa ser expurgado. Ou, nas palavras de Marcovitch (2004, p. 14), lembrando Sérgio Vieira de Mello e reportando a Bobbio, “É sempre um erro supor que a razão está necessariamente com os vencedores ou com os que sobrevivem pela força (...) O objetivo do diálogo não é demonstrar quem é o melhor, mas chegar a um acordo ou, pelo menos, clarear as idéias de ambas as partes”.

Uma sociedade mal acabada em termos do exercício corrente de práticas democráticas é uma sociedade fadada a desastres e a transformação paulatina desses em catástrofes. Quanto a isso, afirma Martins (2000) a atualidade da obra de Sorokin (1889-1968), *Man and society in calamity*, na qual o espaço geosocial amplo estaria suscetível aos chamados, sob o viés de Mauss, “*fenômenos humanos totais*” ou também identificáveis, no imaginário coletivo como os Quatro Cavaleiros do Apocalipse, traduzidos na fome, nas pandemias, das guerras e grandes convulsões coletivas. Tais contextos predisporiam, segundo o autor, ao incremento da “solidariedade do mal”, à destruição dos bens culturais, enfim, à barbárie, movidos pelo pensamento Fáustico (sedução das tecnologias com obsolescência planejada, vontade-de-poder, cultura irredutível e particularista de um povo sem constrangimentos de valores humanista). Implicaria, ao fim e ao cabo, fragilidade estrutural da administração pública em todos os níveis e, acresce Martins à Sorokin, em ambiente propício à prática do genocídio. Assim, Martins considera que a crise socioambiental contemporânea deveria ser levada em conta num quadro analítico mais abrangente da calamitologia.

Por esta razão, particularmente, o nível superior do SINDEC não deveria ficar submetido ao controle de alianças políticas de ocasião, posto que os efeitos de uma má gestão pública no tema dos desastres têm reflexos duradouros e negativos sobre o desenvolvimento da nação. Dito de outra forma traz consequências profundas e adversas à sociedade e ao planejamento de Estado. A instituição precisa, sem tardar, debruçar-se sobre si, expurgar os pré-conceitos, reconhecer as lições aprendidas e aquelas a aprender, fazendo-o com humildade, como parte constitutiva do seu fazer numa sociedade democrática, cujo preceito é o auto-exame público. E permanente.

REFERÊNCIAS

- BECK, U. **Risk society**: towards a new modernity. Trad. Mark Ritter. London: Sage, 1992.
- GIDDENS, A. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.
- _____. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S (orgs). **Modernização Reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, p.73-133, 1997.
- MARCOVITCH, J. Um brasileiro na história do mundo. In: _____ (org). **Sérgio Vieira de Mello: Pensamento e Memória**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. Editora Saraiva, 2004.
- MARTINS, H. Catastrofismo e plenitude: para uma sociologia das calamidades revista e ampliada. **Epistema**, ano II, set 1999/fev 2000, p. 31-68.
- RIZEK, C. S. Os sentidos da cidade brasileira: da civilidade ao seu avesso. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 23, 2002, Gramado. **Anais...** Gramado: ABA, 2002.
- SOUSA SANTOS, B. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: **Conhecimento prudente para uma vida decente**: “Um discurso sobre as ciências” revisitado. Porto: Afrontamento, 2003. Disponível em: http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/sociologia_das_ausencias.pdf . Acesso em: 12 abr. 2007.

CAPÍTULO 2

O SISTEMA NACIONAL DE DEFESA CIVIL (SINDEC) DIANTE DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS: DESAFIOS E LIMITAÇÕES DA ESTRUTURA E DINÂMICA INSTITUCIONAL¹

NORMA VALENCIO

Aquele que olha para fora, sonha.
O que olha para dentro de si mesmo, desperta.

Carl Gustav Jung

INTRODUÇÃO

O tema das mudanças climáticas vem ganhando importância em vista dos relatórios recentes do Painel Intergovernamental de Mudanças do Clima – IPCC apontarem para fatores de ameaça à espécie humana em escala global. No território nacional, os eventos de chuvas concentradas e estiagens prolongadas são os mais preocupantes pela repercussão negativa sobre a produção agrícola, o abastecimento hídrico, a saúde pública, dentre outros. Vulnerabilidades estruturais a que estão sujeitas parcelas significativas da sociedade brasileira – que já se encontra hoje com acesso limitado ao mercado para provimento de sua sobrevivência, incluindo aí o mercado de alimentos, de água potável, de atendimento médico e de habitação digna – tenderão a deletéria sinergia com aquelas que as mudanças climáticas farão emergir.

Se tomarmos o conceito de desastre como um fenômeno que entrelaça acontecimento físico e elaboração cultural (QUARANTELLI, 1998), as mudanças climáticas deveriam ser tipificadas não como ameaças apenas naturais, tal como ora segue aderido ao imaginário social, mas como ameaças produzidas socialmente para derivar, na outra ponta, em não termos reduzido previamente nossa vulnerabilidade e, portanto, engendrado por nós mesmos um desastre em escala global, do qual os eventos extremos seriam desastres secundários. Dito de outra forma, trata-se de um suicídio coletivo, pois arbitramos, por assim, dizer, tocar fogo na casa sem nos ocorrer que nos mantivemos trancando ali dentro, engendrando males e danos a nós mesmos sem escapatória.

No referente aos fatores de ameaça, há que se considerar que o discurso que veicula a raiz antropogênica do desastre anunciado, a tomar proporções catastróficas, escamoteia a estrutura de classe subjacente tanto no que concerne

1. A primeira versão deste capítulo foi apresentada no Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos da Defesa, realizada na UFSCar em 2007.

o poder de destruição quanto o de proteção mínima diante do contexto adverso esperado. A capacidade de destruir dos grupos sociais e países afluentes é correspondente, num certo sentido, à sua capacidade de projetar os riscos e, ao menos, minimizar os danos. Quando os acordos multilaterais ambientais (AMAs) são produzidos e legitimados é porque há um reconhecimento, nas arenas políticas globais, que o histórico de emissão dos gases de efeito estufa é um passivo a revisar, mas incluso estão os processos de subordinação de uma sociedade a outra por meio de pressões econômicas, militares, apropriação indébita de riqueza materiais, tráfico de pessoas. Logo, a possibilidade de ocorrência de fenômenos atmosféricos e biofísicos tidos como atípicos e adversos diz respeito à forma como a sociedade organizou contemporânea e globalmente seus meios e modos de vida. Deve-se buscar explicações no seio da própria sociedade uma vez que a *natureza* não protagonizou uma hostilização deliberada ao processo organizador da sociedade no espaço e, ao contrário, há uma tessitura historicamente construída em relação às catástrofes anunciadas.

No caso brasileiro, o tema das vulnerabilidades frente aos eventos naturais, que passou a ser objeto recente de preocupação de autoridades na área de defesa civil e congêneres, ainda está sob névoas, persistindo a crença na busca das abordagens matematizadas e a-históricas, padecendo de densidade interpretativa no entendimento da complexidade da estrutura e dinâmica do tecido social. Isso impede a tais instituições interagir preventivamente de modo compatível com demandas sociais diversas, simultâneas e, não raro, contraditórias, no que segue a adoção de práticas de resposta e recuperação igualmente débeis e perniciosas ao desenvolvimento porque mais custosas social e economicamente e porque sequer reduzem o patamar de insegurança em que os fixos e fluxos públicos e privados, na cidade e no campo, ora se organizam. Ambiguamente, a relativa alienação frente o desafio do real não ocorre por ignorância acerca da essência dos fatos históricos, mas porque há um cálculo político envolvido na decisão de não enfrentamento da discussão de fundo a fazer, que é a discussão acerca da perpetuidade da injustiça social. Na qual historicamente persistimos, mas que se tornou, por assim dizer, um assunto *démodé*, um tabu até nas rodas de conversa das Ciências Sociais.

Eventos extremos relacionados às mudanças climáticas – como intensas precipitações pluviométricas, vendavais, secas severas e desertificação, erosão marinha e afins – são parte constitutiva de ameaças que, no século XXI, colocarão em xeque a técnica. Isso se dará não apenas nas barragens que ameaçarão colapsar pelo excesso de chuvas em cabeceiras – podendo ceifar vidas que fizeram ocupação a jusante, buscando na regularidade da vazão uma benção para as lavouras e abastecimento de cidades -, mas também nas casas de mal fabrico dos que estão à margem do mercado fundiário no meio urbano e rural, nas adutoras e demais obras hídricas por onde águas não correrão para chegar aos rincões, desde sempre esquecidos. Enfim, devido à persistência das más condições institucionais, nos três níveis de governo, para lidar com o contingente de desfiliaados sociais por todo o país, sem haver vontade política para enfrentar o cerne do problema, que é a perpetuação da lógica de desfiliação social, os desastres ora chamados de “desastres naturais” tenderão a, na

irresolução de caminhos para o devir dos afetados, deflagrar novos questionamentos sobre tal ordem social. Serem, enfim, o elemento culminante de novíssimos movimentos sociais: não os ambientais, mas o de desabrigados, que tomará escala nacional e estará movido pelo cansaço de soluções inconsistentes, que sequer alcançam sustentação até a próxima estação de secas ou de chuvas.

Numa sociedade que forja sua territorialidade, coesão social e interlocução política na apartação dos empobrecidos, mais do que na resolução da pobreza, o risco de uma relativa alienação pública frente à necessidade de enfrentamento das causas estruturais da desigualdade distributiva é alto; porém, gerará pressões cada vez maiores sobre a instituição de defesa civil, embora paliativas no conjunto das necessidades gerais das camadas empobrecidas. Para lidar com tais pressões, no jogo de empurra do enfrentamento das pressões sociais, a necessidade de aperfeiçoamento da política de atendimento às emergências e ações preventivas, preparativas, de resposta e reconstrução por ela balizadas é imperiosa.

Diante isso, propõe-se uma reflexão sociológica acerca de alguns dentre os muitos recortes dos desafios e das limitações presentes no Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC), a saber:

- a) acerca da insuficiência das principais ferramentas de avaliação de danos contidas na Política Nacional de Defesa Civil para orientar as medidas diante dos desastres que se intensificarão;
- b) e da tendência de recrudescimento das tensões, na relação do SINDEC com os afetados em desastres, quando o desiderato dos órgãos de defesa civil, de restabelecimento da *normalidade do cenário*, se tornar cada vez menos factível no plano da realidade concreta.

1. LIMITANTES DO SINDEC E DOS INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DE DANOS

A forma que o Brasil, dentre as várias nações, adotou para lidar com os desastres, foi a institucionalização da Defesa Civil.

Num cenário promissor, era de se supor que a defesa civil, como um tema transversal, tangenciasse as ações dos vários setores governamentais, além de ser incorporado nas práticas cotidianas do setor privado e da vida comunitária. Isto é, que o tema fosse paulatinamente diluído nas formas e regras da sociabilidade nacional e na expressão política e espacial que estas tomam. Como ilustração, isso ocorreria se o setor de habitação popular tivesse uma política de crédito e assistência técnica para reforçar nas moradias os itens de preparação ao impacto de vendavais ou de apoio a projetos domiciliares de microdrenagem, colocação de pára-raios e outros. Ou, se o setor de transporte coletivo, sobretudo de ônibus de linhas urbanas, fosse instado à melhoria da proteção e conforto dos passageiros nos pontos de ônibus onde os esses se amontoam nos dias de chuvas, quando uma guerra surda de pontas de guarda-chuvas a ferir olhos e cabeça na disputa por marquises, por subir primeiro ao veículo, com os furtos que acontecem nessa hora de breve descuido, estresse ainda acrescido pelo esforço

de cálculo do passageiro para preservar sua indumentária seca e limpa quando há célere rota de tráfego de automóveis sobre as poças d'água logo ali no desnível da rua, em frente ao ponto de ônibus.

No Brasil, a forma setorizada que o tema tomou, nos vários níveis de governo, foi buscando, ao longo de décadas, uma afirmação no desenho institucional que, por um lado, surtiu a paulatina apartação/alienação em relação a outros temas e políticas que deveriam estar imbricados, tais como o de direitos humanos, da assistência social, da habitação, da saúde, dos transportes, da educação. A setorialização implicou, ainda, na constituição paulatina de um corpo técnico – estruturado conforme a interpretação de desastres tomada pelo gestor e contratante da ocasião – e cuja afirmação profissional passou, em muitos casos, a utilizar-se instrumentalmente da máquina pública dissociando o seu trabalho da missão institucional ao qual deveria estar servindo, isto é, do compromisso constante com as demandas prementes de grupos sociais vulneráveis ou afetados por desastres.

Conforme sua autodescrição, a Defesa Civil caracteriza-se como um conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e de reconstrução destinadas a evitar ou minimizar os desastres, preservar o moral da população e restabelecer a normalidade social (BRASIL, 1995). Essa não é uma tarefa fácil pelas razões abaixo descritas.

1.1 A POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA CIVIL: DO TEXTO À PRÁTICA

A Política Nacional de Defesa Civil (PNDC) em vigor é datada de 1995 e atualizada, em certos aspectos, pelo Decreto 5.376 de 17 de fevereiro de 2005. Constitui-se de um marco legal, condicionantes, finalidades, objetivos e instrumentos de avaliação de danos, além de apresentar uma conceituação própria da área, diretrizes, planos e programas. A PNDC destaca a competência da Defesa Civil na garantia do direito natural à vida e à incolumidade, em circunstâncias de desastre e de forma permanente, promovendo a articulação e a coordenação do Sistema Nacional de Defesa Civil – SINDEC, em todo o território nacional (BRASIL, 1995).

O SINDEC apresenta a seguinte estrutura na PNDC:

- ◆ Como órgão superior, o Conselho Nacional de Defesa Civil – CONDEC, responsável pela formulação e deliberação de políticas e diretrizes do Sistema;
- ◆ Como órgão central, a Secretaria Nacional de Defesa Civil – SEDEC, responsável pela articulação, coordenação e supervisão técnica do Sistema;
- ◆ Como órgãos regionais, as Coordenadorias Regionais de Defesa Civil – CORDECs, localizadas nas cinco macrorregiões geográficas do Brasil e responsáveis pela articulação e coordenação do Sistema em nível regional;
- ◆ Como órgãos estaduais, as Coordenadorias/Secretarias/Sub-secretarias Estaduais de Defesa Civil ou órgãos correspondentes, Coordenadoria de Defesa Civil do Distrito Federal ou órgão correspondente, inclusive as

suas regionais, responsáveis pela articulação e coordenação do Sistema em nível estadual;

- ♦ Como órgãos municipais, as Coordenadorias Municipais de Defesa Civil – COMDEC's ou órgãos correspondentes e Núcleos Comunitários de Defesa Civil – NUDEC's, ou entidades correspondentes, responsáveis pela articulação e coordenação do Sistema em nível municipal.

Há, ainda, os órgãos setoriais, tais como os órgãos da administração pública federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, que se articulam com os órgãos de coordenação, com o objetivo de garantir atuação sistêmica, como na área de saúde, assistência social, dentre outros; e, por fim

- ♦ órgãos de apoio, sejam eles públicos e entidades privadas, associações de voluntários, clubes de serviços, organizações não-governamentais e associações de classe e comunitárias, que apóiam os demais órgãos integrantes do Sistema (BRASIL,1995).

A existência formal da referida estrutura não se coaduna com aquilo que, na prática, existe ou opera efetivamente no SINDEC.

O CONDEC pouco tem sido convocado para deliberar acerca da reformulação da política, dos programas e das diretrizes do Sistema, embora passados anos em que, dentre outros aspectos, os condicionantes da PNDC já se mostram ultrapassados pela realidade social e pelos novos desafios que a persistência da lógica de empobrecimento, no campo e na cidade e os eventos de ameaças ditas naturais estão a impor. Os órgãos executivos do SINDEC encontram-se subjugados a alianças políticas, que se deslegitimam mutuamente quando um desastre ocorre. A autoridade federal perde a condição técnica de articulação, coordenação e supervisão do Sistema. As CORDECs, na prática, inexistem, a despeito do prognóstico de ocorrência de eventos extremos que ultrapassarão os limites estaduais, o qual deveria ser visto como oportunidade de integração das capacidades instaladas nas macrorregiões, para além dos vieses político-partidários e outros que indispõem ou colocam em disputa unidades federativas vizinhas que poderão vivenciar as mesmas agruras. A não coincidência do processo eleitoral no âmbito municipal e estadual e deste com o federal gera, a cada dois anos, tendência de mudança no quadro de autoridades dos órgãos executivos dos referidos níveis, o que obstaculiza que um diálogo profícuo em busca de estratégias integradas seja assegurado no longo prazo. Se as comunidades fossem parte ativa das Coordenadorias Municipais, seriam os mantenedores de regras e processos de discussão que se tornaria a linha mais durável entre gestões que passam em quatro anos.

Desta forma, fragiliza-se o propósito do SINDEC para que haja redução de desastres no Brasil no que tange às suas ações, sucessivas ou simultâneas, de:

- a) planejamento, posto que a capacitação de lideranças para lidar com prevenção aos desastres é lenta e o processo tende a ser descartado quando perdem disputas inerentes aos processos políticos;

- b) preparação, como na formulação e implantação de alertas antecipados, na organização de simulados e resolução prévia de tensões no comando e controle quando da organização de plano de chamada, posto que as técnicas não chegam a ser implantadas e, em sendo, são abandonadas por novas autoridades as quais vêm cooperação como ameaça ao poder exercido de modo personalista;
- c) resposta, quando um evento exige analisar o cenário a partir de equipes multidisciplinares, construindo compreensões compartilhadas acerca do nível de comprometimento individual, familiar, comunitário e da sociedade diante um desastre, o que inclui suporte às equipes no trabalho, posto que a imposição de interpretações e procedimentos unilaterais é regra geral ao invés de um ambiente de polifonia e igualdade entre os envolvidos, e
- d) recuperação ou reconstrução, na garantia do provimento dos mínimos vitais e sociais com incorporação de um nível maior de segurança e bem-estar, posto a ausência e/ou ineficiência da articulação dos órgãos setoriais para garantir que as novas estratégias de produção social do lugar foram as bases resilientes.

1.2 OS INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DE DANOS: CONSIDERANDO A COMPLEXIDADE E DINAMICIDADE SOCIAL

Os instrumentos de Avaliação de Danos que fazem parte da Política Nacional de Defesa Civil, a Notificação Preliminar de Desastres (NOPRED) e a Avaliação de Danos (AVADAN), são documentos imprescindíveis para que as autoridades municipais de Defesa Civil, em contexto de desastre, comuniquem os danos e prejuízos, prováveis ou já ocorridos, para as instâncias superiores do SINDEC. Tal comunicação é relevante, dentre outras razões, para que os trâmites burocráticos permitam que a localidade logre obter o auxílio necessário quando a capacidade endógena de preparação, resposta e recuperação mostrarem-se insuficientes.

Embora a NOPRED possa ser utilizada como instrumento de comunicação de um evento em circunstância de pré-impacto, ou seja, acionando o sistema preventivamente, o usual é a autoridade local recorrer ao mesmo apenas no pós-impacto, transmitindo aos demais níveis do SINDEC as informações consideradas mais relevantes sobre o evento, tais como: o dia e a hora do acontecimento, a localização do desastre e a área afetada, a causa do desastre, a estimativa dos danos humanos e materiais e os serviços essenciais afetados. O AVADAN é um documento mais detalhado balizado pelo primeiro. Ocorre que são muitos os municípios brasileiros cujos órgãos de Defesa Civil inexistem, ou existem apenas no papel ou ainda, sua coordenação constitui-se de apadrinhados políticos que pouco se preocupam em compreender a estrutura burocrática e a interlocução local.

A ineficiência, no nível local, de comunicar o risco ou o desastre aos níveis superiores do SINDEC acarreta retardamento para que as instâncias superiores

formem um quadro completo da situação, indispensável para o delineamento das prioridades de atendimento. Há que se notar que a ‘fotografia’ do evento do desastre que o formulário NOPRED oferece, num determinado momento, é algo dinâmico e que precisa ser sempre atualizado. Os feridos que apareçam numa primeira notificação podem evoluir para o óbito; as instalações danificadas de um pronto-socorro ou hospital podem desabar. E, nos casos supra, solicitações que indicavam, ao nível superior, demandas por medicamentos aos feridos passam a ser por remoção segura de corpos e providências de serviços hidráulicos num pronto-socorro passam a ser descartados em prol de busca de instalações móveis e equipamentos de atendimento de urgência e assim por diante.

Em relação ao AVADAN, este formulário não obedece à categorização da faixa etária e gênero necessários ao Ministério da Saúde para compatibilizar com sua base de dados e avaliar epidemiologicamente a situação (por ex., obedecendo uma estratificação compatível com o DATASUS). E há grupos sociais que não conseguem ser visibilizados nos desastres, replicando a indiferença social que sofrem cotidianamente, tal como certos grupos em fluxos contínuos, migrantes que não conseguem criar laços e radicar-se nos lugares – e, assim, apresentam baixa capacidade para interagir politicamente e reivindicar direitos diante prejuízos havidos, como moradores em pensões populares, cortiços, favelas e outras ocupações subnormais e, em especial, pessoas em situação de rua. São esses milhares de brasileiros no Brasil, os quais tendem a ficar de fora da contabilização oficial, no AVADAN de um município que porventura tenha decretado situação de emergência ou estado de calamidade pública. Para estes, o desastre é eventualmente mais trágico – como enchentes que carreiam pontes que lhes serviam de moradia provisória, vendavais e inundações que derrubam paredes de instalações cuja manutenção era, desde há muito, temerária. Os agentes não os vêem constituídos como *gente do lugar* e estes, por seu turno, incorporam a forma estigmatizante como são tratados e somem na paisagem devastada sem que o ente público se dê conta (ou para seu alívio). Ou seja, a invisibilidade social do grupo não resulta em possibilidade de ser superada, junto ao Estado, numa circunstância de desastre. Ao contrário, é reiterada para não dizer favorecida. O desastre mata, antes de tudo, o que se encontra pobre. A pobreza, por sua vez, não é um estado do sujeito, mas o é da natureza de relações sociais num contexto local, regional, nacional, global. O pobre que morre no desastre não é apenas um indivíduo, mas um ser em situação. Sua morte nessas circunstâncias sempre indicador naufrágio das estratégias de afirmação de sua cidadania, um indicador, enfim, de (mal) desenvolvimento.

O comprometimento da capacidade de comunicar o ocorrido, atualizar as informações comunicadas e, enfim, estabelecer uma interlocução na qual o nível superior entende o problema nos mesmos termos como foi pretendido pelo produtor da informação, interfere no tipo de suporte que porventura o município venha receber. Um aspecto igualmente relevante é que a ausência de capacitação dos agentes de defesa civil para entender os termos do documento supra e preenchê-lo corretamente, além da ausência de melhoria do próprio formulário – embora a SEDEC já tivesse promovido, em 2005, ampla consulta

e várias propostas nesse sentido² – torna a informação pouco veraz, isto é, com baixa consistência para finalidades outras, como para fins de subsidiar a pesquisa científica e o planejamento do Estado. Se, por um lado, a comunidade for alijada do processo de descrição dos danos e prejuízos havidos, o olhar eventualmente equivocado, para não dizer preconceituoso, do agente de defesa civil é capaz de tecer subestimações das dimensões materiais e humanas da afetação dos pobres enquanto reproduz hiperbolicamente a afetação dos ricos, vendo o volume material das perdas desses como mais relevante na priorização de reconstrução do que a perda dos pobres, embora sejam esses últimos os que menos possuem mecanismos alternativos para recompor-se, como recorrendo ao sistema securitário (VALENCIO *et al*, 2006). A ausência de transparência e controle social das informações da NOPRED e do AVADAN – o que seria mitigado através de acesso público em página da SEDEC e demais níveis do SINDEC; a desatualização da informação, congelando o desastre ao invés de apresentá-lo ao público como um processo, no qual as variáveis em cada item tanto apresentam melhoras quanto piores; e, por fim, a não transferência de competência de estimação, coleta, sistematização e interpretação para órgãos especializados, como a Fundação IBGE, impede que o desvelamento de lógicas produtoras de recorrentes vulnerabilidades e cenários tendenciais e alternativos sejam montados com rigor técnico e científico. Nisso, criam-se óbices de difícil transposição: não há como o nível local ajustar sua leitura da realidade de molde a fazer o sistema funcionar a seu favor.

Se as instâncias superiores do SINDEC não incitarem os municípios a implantar e fazer funcionar a contento suas coordenadorias municipais e capacitá-las adequadamente na comunicação do risco e do desastre – tanto no que concerne à melhoria da informação produzida ou acesso à mesma para produção por terceiros quanto, correspondentemente, à maior celeridade, enxugamento e apoio para lidar com os trâmites burocráticos e atendimento junto ao grupo em risco ou afetado – os problemas se evidenciarão em circunstâncias nas quais as Coordenadorias Estaduais e Secretaria Nacional tampouco suprirão as demandas por esclarecimentos no tempo que as providências em campo serão exigidas. Dito de outro modo, o Sistema entrará em colapso quando a cadeia de eventos preditos ocorrer. Não se trata de alarmismo, mas de uma perspectiva que a inércia desenha.

Ao longo do período de 2003-2006, 5.777 municípios brasileiros tiveram o reconhecimento do Ministério da Integração Nacional de sua situação de emergência ou estado de calamidade pública, sendo 4.256 desses reconhecimentos devido à estiagem e seca e 1.517 devido às chuvas (BRASIL, 2007). É como se houvesse uma demanda média de reconhecimento de desastres de aproximadamente um quarto dos municípios brasileiros por ano, o que significa que, se os eventos extremos relacionados às mudanças climáticas ocorrerem, a

2. Dessa consulta, realizada sob coordenação do NEPED/UFSCar, participaram representantes de vários ministérios, órgãos de defesa civil de municípios e estados da federação, grupos afetados por desastres, visitados *in loco*, e consulta virtual do público em geral através do site oficial da SEDEC.

intensificação das demandas locais se dará numa circunstância em que, muito provavelmente, os recursos humanos e meio materiais do Estado para amparar as simultâneas solicitações não estarão em condições de supri-las.

2. OS EVENTOS EXTREMOS COMO FATOR DE AMPLIAÇÃO DAS TENSÕES ENTRE NECESSIDADES, INTERESSES E RACIONALIDADES DISTINTAS

Conforme dissemos, os eventos extremos relacionados às Mudanças Climáticas tendem a ampliar a vulnerabilidade sócio-econômica preexistente. Isso deverá exigir três diferentes, porém indissociáveis, orientações no âmbito do SINDEC, a saber:

- a) o fortalecimento das ações integradas nos três níveis de governo;
- b) a melhoria das relações dos agentes de Defesa Civil com o grupo de afetados, com foco na cidadania participativa; e
- c) a construção coletiva de outras representações sociais acerca do entendimento do conceito de “normalidade do cenário”.

Vejamos como tais aspectos se entrelaçam na circunstância de desastres.

2.1 O FORTALECIMENTO DAS AÇÕES INTEGRADAS NO SINDEC

As perspectivas de chuvas volumosas e das secas prolongadas, dentre as várias ameaças associadas às Mudanças Climáticas, apontam para a possibilidade de intensificação de danos ambientais, materiais e humanos. Daí derivam tanto das suscetibilidades endógenas do SINDEC – visto os problemas estruturais que cada órgão, em maior ou menor medida, reconhece existir, como reflexo da capacidade própria de operação bem como da obstrução na comunicação dialógica e cooperativa entre os diferentes níveis do Sistema – quanto da resistência ao envolvimento da população afetada ou em risco para ensejar novas soluções e incremento das ações *preventivas*, *mitigadoras* e *reparativas* dos desastres (VALENCIO et al, 2004). Em relação a ambos os aspectos, as racionalidades civil e militar subjacentes aos segmentos envolvidos tendem ao entrechoque.

Desde sua origem, o SINDEC formatou-se como instituição militarizada (VALENCIO, 2007b), mas não se assume contemporaneamente como tal, gerando relativa opacidade frente à sociedade brasileira. À aparência civil, com agentes à paisana e organograma dissociado das forças militares de origem de parte considerável seu quadro, nos três níveis de governo, implica uma essência militarizada, na qual as relações hierárquicas são vistas como ideais e razão pela qual um desastre, entendido como desordem de um cenário, busca na obediência estrita do civil à restauração da ordem.

Ocorre que, em cada instância do SINDEC, forjaram-se nos cargos de liderança agentes oriundos de diferentes corporações militares e, em menor medida, civis, cuja lógica de mando e obediência é diversa. Quando, em instâncias diferentes do SINDEC, quadros da reserva das Forças Armadas

deparam-se com quadros da Polícia Militar e/ou de Corporações de Bombeiro Militar, as vaidades derivadas do orgulho de sua própria corporação e respeito a patentes custam a ser superados, além do fato que a instituição de origem é aquela que constrói um arcabouço próprio de como interagir com o mundo civil do qual a Defesa Civil, como uma instituição oficialmente autônoma, não consegue se desvencilhar. O entendimento que um Coordenador Municipal de Defesa Civil tenha acerca de como proceder diante de um afetado por desastre sofrerá influência de sua origem como policial ou bombeiro. Ademais, a alta rotatividade de agentes no Sistema não os retira da valoração maior à capacitação em suas instituições de origem do que a capacitação promovida pelo SINDEC, onde será assimilado o que converge e descartado o que não se coaduna com sua formação de base a começar com a idéia de construção de processos decisórios participativos. De outra parte, coordenadores municipais civis serão tratados como incapazes ou desrespeitosos quando não aceitar submeter a interlocução técnica aos ritos e valores do poder militar.

Todavia, uma vez que convirjam aparentemente forças militares distintas, representadas em amistosas trocas de condecorações, isso não poderá justificar a protelação das ações de preparação do SINDEC para lidar participativamente com a preparação relacionada aos grandes eventos prognosticados, sendo pertinente, às autoridades brasileiras, passar a tomar a questão como tema de *adaptação* às mudanças climáticas e não mais de *mitigação* a tais fenômenos. A publicização dos riscos para a sociedade brasileira, feita através da grande mídia, não permite que falhas na preparação e resposta sejam colocadas na conta de ocorrências surpreendentes, isto é, fatalidades. A mídia, mais do que as autoridades brasileiras, ofereceu ampla visibilidade às conclusões do IPCC, favorecendo a que a sociedade não mais confundisse a subtaneidade dos eventos como o ponto de partida da ação técnica; o ponto de partida passa a ser visto como prévio e socialmente envolvente. Nenhuma omissão grave será justificável.

É passado o tempo no qual as recomendações da peritagem em defesa civil, no Brasil, eram a de que não se falasse em desastre com comunidades em risco para não alarmá-la e gerar pânico e convulsão social. A orientação hodierna, sobretudo nos fóruns multilaterais que produzem importantes protocolos para ações de proteção civil em cenário de desastre (como o Projeto Esfera) denota que, quão mais envolvido estiverem os atores locais na formulação e implementação das estratégias, menor os danos causados por desastres e mais legitimamente os órgãos de defesa civil passam a atuar. Por exemplo, quando o agente de defesa civil ajuda a comunidade a construir consensos em torno de medidas de prevenção às enchentes ou deslizamentos, mais motivadas as lideranças comunitárias estarão para atuar junto aos respectivos conselhos municipais, representantes do legislativo e do executivo, dentre outros mecanismos, para cobrar a realização de obras de melhoria de drenagem, contenção de encostas e demais medidas que protejam sua população, assim como tomam para si as tarefas que lhe competem na sua própria segurança.

O Ministério das Cidades tem atuado significativamente na construção de espaços coletivos de planejamento de ações preventivas relacionadas à diminuição da vulnerabilidade de comunidades inseridas em áreas de risco,

sobretudo suscetíveis às chuvas, mas o SINDEC, pelos órgãos de defesa civil, está deixando a desejar a sincronia desse esforço com a constituição e fortalecimento dos Núcleos Comunitários de Defesa Civil, os NUDECs. Se o tema de defesa civil passa a ser parte da questão de planejamento urbano, mas se ausentam as competências que deveriam construir e partilhar os conhecimentos e saberes disponíveis em proteção civil, mais à frente, um tipo de despreparo acaba se evidenciando. Se algo der errado, o ator ausente será responsabilizado.

As secas mais prolongadas é outra variante das Mudanças Climáticas que, por razões históricas, pode ser mote para a expansão da indústria da seca a qual a Operação Carro Pipa, executada pelo Exército Brasileiro, através do Comando de Operações Terrestres (COTER), sob solicitação da SEDEC, tentou combater. No caso do semi-árido brasileiro, como também é passível de ocorrer na região Norte do país, a frágil acomodação dos direitos de cidadania e a existência de carência dos mínimos vitais viabilizam a emergência e permanência de lideranças políticas cujas estratégias de manutenção no poder estão calcadas no assistencialismo.

Dito de outra forma, o controle político, em bases patriarcais, da distribuição de cotas emergenciais de água doce pode comprometer o direito natural à vida e à incolumidade com o qual o SINDEC se comprometeu. Esse viés torna relevante a manutenção da Operação Carro Pipa sob a condução do Exército Brasileiro até que formas de gestão de defesa civil participativas, com Coordenadorias Municipais de Defesa Civil e NUDECs atuantes estabeleçam consensos acerca dos critérios de distribuição do recurso e fiscalização das ações seja garantido. O desdobramento natural de Coordenadorias Municipais e NUDECs ativos é manter uma interlocução com a Secretaria Nacional de Recursos Hídricos (SRH/MMA), a Agência Nacional das Águas (ANA) e o Comitê da respectiva Bacia Hidrográfica, dentre outros órgãos em demais instâncias, a fim de acompanhar as medidas de caráter estrutural que possam ser tomadas para que a dependência de carros-pipa ceda a outras técnicas de armazenamento e acesso a água com menor envolvimento recorrente de forças militares a quem compete, prioritariamente, a defesa contra o inimigo externo, tarefa não desprezível se considerar que as dimensões continentais do país podem ser contestadas diante perdas substantivas de território utilizável que outras nações poderão sofrer em decorrência das mudanças climáticas.

2.2 A QUALIDADE DAS INTERAÇÕES SOCIAIS DA DEFESA CIVIL

COM OS AFETADOS POR DESASTRES

No Brasil, a criação de arenas decisórias dita participativas não acompanhou a representação efetiva que as populações empobrecidas nelas deveriam ter sobretudo naquelas em que são produzidas as estratégias (tentativas, muitas vezes vãs) de controle social da natureza (VALENCIO *et al.*, 2006). O SINDEC, nesse sentido, precisa institucionalizar arenas participativas de discussão e de deliberação para além do que os NUDECs discursivamente pretendem. Trata-se do fato de que os desastres associados aos eventos extremos que às mudanças climáticas trarão revelar-se-ão como processo de ampliação do contingente de afetados que não terão meios próprios para se recuperar de danos e prejuízos.

Chuvas intensas, assim como secas prolongadas e processos erosivos na costa afetarão os que, sem contar com meios para integrar o mercado formal de terras, o emprego formal, as arenas políticas, sem entendimento dos direitos de cidadania, isto é, na paulatina desfiliação social, tenderão a migrar de um lado ao outro, como grupos de *sem-lugar*. O grupo afetado pelas secas nas regiões Norte e Nordeste, ali vivendo à margem do socorro e da recuperação, será provavelmente o vitimado pelas enchentes e deslizamento da região Sudeste.

Na ausência de raízes com o local, constituir-se-á no imaginário desta região como uma horda de desviantes, concepção preconceituosa de fácil repercussão no aparelho do Estado – como parte constitutiva que é da sociedade – e mais insidiosamente nas estruturas militarizadas, como o SINDEC, posto que não possa replicar em nenhuma medida a ordem que a racionalidade militar impinge – na forma de morar, de se vestir, de se expressar, de se portar.

A inviabilidade de utilização da moradia por populações fragilmente radicadas no espaço, sobretudo pelos danos causados pelas chuvas, torna parcela desse grupo de afetados, sem vínculos com o lugar, em desabrigados, junto aos quais o Estado se obriga a fornecer abrigo temporário ou outras alternativas de reabilitação, como auxílio aluguel.

No primeiro caso, os abrigos temporários, tal como a lógica que ora prevalece, são alternativas em que, ao invés do sentido de acolhimento, prepondera a relação de subjugação dos abrigados a um processo de estigmatização. A ausência de capacitação em larga escala dos órgãos do SINDEC para serem aptos à administração de abrigos temporários fá-lo-ás requerer ajuda direta de órgãos setoriais militares para os quais as práticas de sociabilidade de reabilitação farão do abrigo um tipo de acampamento que não visa promover a cidadania senão prover garantia de sobrevivência sujeitando-se a um ordenamento próximo ao do aquartelamento. Isto é, sujeito a uma gestão para o qual o ordenamento civil é considerado irrelevante e devendo prestar-se a uma relação hierárquica e burocrática. A operacionalização das rotinas do abrigo dentro de tal racionalidade leva em consideração o provimento das necessidades segundo os termos espaciais e temporais da funcionalidade de acampamento, isto é, de uma instituição total (VALENCIO, 2007a).

No segundo caso, o auxílio-aluguel dá provimento de um território privado mas sem a garantia de que os bens móveis e de valor imaterial (igualmente destruídos ou danificados) que caracterizam o exercício dos papéis privados sejam repostos. Assim, de um lado, nos abrigos temporários, há a ausência total do espaço privado e, de outro, de conteúdos materiais que dêem sentido ao espaço privado provisório, agindo ambos como fator relevante na desestruturação do convívio familiar e identidade social de seus membros. Um desastre que gera desabrigados é um processo potencialmente desestabilizador da vida comunitária e também da vida familiar ao descaracterizar o espaço onde estão ancoradas as relações e o sentido do viver, no âmbito privado e público.

Assim, se os eventos extremos tendem a elevar o número de afetados, dentre esses e em especial, a dos desabrigados, as representações sociais dos órgãos de defesa civil acerca desta população – que justificarão a sua própria

inoperância – podem reforçar a imagem do grupo como a de fracassados, com os quais a sociedade não tem compromissos nem dívidas. Conquanto isso funcione, o será às custas de retrocessos da garantia dos direitos humanos. Porém, a despeito do desenraizamento de grupos afetados, em especial de desabrigados, e mesmo em decorrência disso, interações conflituosas com os órgãos da base do SINDEC poderão deixar de ser fenômenos locais e, diante sua multiplicidade, passarem a articularem-se como movimento social, resistindo à imagem que lhes é impingida. Assim, uma autêntica promoção social, e não apenas as provisões circunstanciais, é o que passará a ser reivindicado como forma de vinculação social com o Estado. Diante tal cenário, recomendar-se-ia que os discursos e práticas preconceituosas arraigados no SINDEC – para além daquilo que os documentos orientadores estabelecem – sejam revistos e ultrapassados. Quando o que está por detrás da condição de desabrigado é a vulnerabilidade sócio-econômica estrutural, essa vulnerabilidade precisa dar lugar às políticas compensatórias e interações com base na cidadania.

Se os eventos extremos relacionados às Mudanças Climáticas tendem, por um lado, a ampliar a pobreza, pelos danos e prejuízos que poderão causar à população já vulnerável sócio-economicamente, nada garante que o SINDEC dirigirá seus esforços prioritários à proteção desta população. A compreensão dos agentes acerca da missão institucional pode falhar na pressão das inúmeras solicitações de preparação e resposta que os estabelecidos na sociedade irão fazer caso sintam-se desprotegidos, um quadro que poderá levar lideranças dos órgãos componentes do SINDEC, ou órgãos setoriais sob sua coordenação em operações específicas, a desobrigar-se com os ‘não sujeitos’, dando atendimento preferencial aos incluídos: os que pagam impostos, formam opinião e influenciam diretamente as ações do Estado e medirão sua eficácia conforme sejam supridos prioritariamente. Se esse estado das preferências se efetivar, tem-se por perdido o foco de proteção civil que os fóruns multilaterais estão a clamar, qual seja, o de compromisso com a mitigação das desigualdes máximas, com a explicitação das contradições e com as possibilidades de refiliação consonantes aos interesses coletivos.

2.3 QUAL A NORMALIDADE A SER RESTABELECIDADA NO CENÁRIO?

Tal como o direito humanitário concebeu as estratégias de proteção aos refugiados apontando para o retorno deste à sua pátria de origem, o que será inconcebível diante as circunstâncias que gerarão os refugiados ambientais, o status de desabrigado deveria apontar para o retorno das famílias às suas respectivas casas, como se fosse possível uma re-territorialização nos mesmos moldes de outrora. Em ambos os casos, prepondera a concepção, das instituições envolvidas, de restabelecimento da *normalidade do cenário*.

Entretanto, diante a vulnerabilidade sócio-econômica estrutural, os eventos extremos relacionados às mudanças climáticas tenderão a transformar a frágil inserção espacial de determinados grupos em desterritorialização definitiva ao que cabe problematizar o termo *normalidade do cenário* na medida em que a *normalidade* designará um tecido de relações de classe já esgarçado e

o termo *cenário* designará uma base biofísica inviável à ocupação. Ou seja, o *cenário* mostrar-se-á de difícil recuperação e a relações que o esteiam de difícil restabelecimento.

Na disputa pelos territórios viáveis – com fixos, funções e recursos ecossistêmicos, fundamentais para a sobrevivência e reprodução tais como aqueles relacionados à dessedentação humana e animal, a agricultura, à extração de recursos vegetais e minerais, à produção e consumo de bens duráveis etc – a disputa de discursos legitimadores de direitos na produção do lugar tornará claro o confronto de classes, exigindo uma nova síntese que repercutirá inevitavelmente, no desenho institucional e governança pública. Destaque-se, ainda, o caso de comunidades tradicionais cuja identidade coletiva radica em territórios e dinâmicas ecossistêmicas específicos, os quais terão maiores dificuldades em alicerçar sua identidade na feitura de outros lugares.

Enquanto essa síntese não ocorrer, não serão as concepções de espaço que estarão propriamente em embate, mas os valores que nortearão as práticas de sobrevivência e de desenvolvimento em condições adversas.

PARA CONCLUIR

Analisando-se a possibilidade de eventos extremos relacionados às mudanças climáticas sob a perspectiva da vulnerabilidade, tem-se um cenário que tanto pode afirmar a atual ordem social como pode colocá-la em xeque, na medida em que as disputas da sociedade, nos seu recorte de classe, junto ao SINDEC, revelarão, numa situação limite, a quem o Estado estará a servir prioritariamente.

O SINDEC tem, diante de si, o desafio de, junto com demais parcelas do Estado, preparar a todos para uma repactuação necessária da produção e uso do espaço nacional, sem desqualificar aqueles com os quais dívidas históricas ainda não foram devidamente sanadas. O ambiente público da negociação em torno de uma outra convivialidade social só será auspicioso na medida em que as representações institucionais do SINDEC estiverem imersos em autocrítica, resignificando as carências e sofrimento dos empobrecidos diante os revezes, ou seja, refazendo as relações sociais que são a base desse empobrecimento.

Desastres não são apenas fenômenos sociais nos quais, assim parece, uma dada localidade entra em colapso. É uma oportunidade de revisão dos valores que assentam a forma de sociabilidade. Cabe ao SINDEC, diante da iminência de desastres mais severos, reconhecer as contradições e disputas de poder e, diante disso, mediar a proposição de sínteses nas quais os processos de empobrecimento sejam contestados. Reconhecer a existência dessas contradições, fundado em seus próprios pré-conceitos e pré-juízos, é parte do esforço dos órgãos de emergência, que, infelizmente, estão pouco preparados para lidar com o volume de demandas e contestações que os desatendidos, de forma cada vez mais organizada, farão junto ao aparelho do Estado.

Quando as discussões no tema das mudanças climáticas, no apoio à pesquisa e desenvolvimento e no diálogo interinstitucional, focalizam preponde-

rantemente a preocupação com os fatores de ameaça sem a correspondência com o conhecimento sociológico, em bases qualitativas, das dimensões de vulnerabilidade, o risco da má estimativa dos danos se desenha. Nesse caminho, a missão de Defesa Civil seguirá incompleta quanto ao conjunto de reflexão, existente e a se realizar, que a instituição precisa incorporar (VALENCIO, 2007b).

REFERÊNCIAS

BRASIL. SECRETARIA NACIONAL DE DEFESA CIVIL. Política Nacional de Defesa Civil. Brasília: Diário Oficial da União, 1995.

BRASIL. SECRETARIA NACIONAL DE DEFESA CIVIL. 2007. Políticas públicas de prevenção e resposta aos desastres: as ações da SEDEC de 2003 a 2006. Relatório de Atividades. 47 p. Brasília: Ministério da Integração Nacional.

QUARANTELLI, E.L (ed) (1998) **Introduction:** the basic question, its importance, and how it is addresses in this volume. What is a disaster? Perspective on the question. London and New York: Routledge. p 1-8.

VALENCIO, N.F.L.S. et al. A produção social do desastre: dimensões territoriais e político-institucionais da vulnerabilidade das cidades brasileiras frente às chuvas. **Revista Teoria e Pesquisa**, São Carlos, 2004a, 67-115.

VALENCIO, N.F.L.S et al . Implicações éticas e sócio-políticas das práticas de defesa civil diante das chuvas: reflexões sobre grupos vulneráveis e cidadania participativa. **Revista São Paulo em Perspectiva**, v. 20 n. 1 , jan-mar 2006 (no prelo).

VALENCIO, N.F.L.S. Por uma reflexividade institucional da Defesa Civil no Brasil. **Revista Emergência**. Porto Alegre, 2007b.

VALENCIO, N.F.L.S. A gestão de desastres como prática institucional de reiteração da violência contra grupos vulneráveis: o caso dos abrigos temporários in: XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, UFPE, Recife, 2007a , 20 p. **Anais...**, Recife: SBS, 2006.

CAPÍTULO 3

DA ‘ÁREA DE RISCO’ AO ABRIGO TEMPORÁRIO: UMA ANÁLISE DOS CONFLITOS SUBJACENTES A UMA TERRITORIALIDADE PRECÁRIA^{1, 2}

NORMA VALENCIO

INTRODUÇÃO

No Brasil, são freqüentes as disputas territoriais nas quais os pobres sofrem contestação do seu direito de morar e fazer parte do espaço da cidade.

Dos mecanismos de contestação sub-reptícia que o Estado utiliza contra os direitos de tais populações ao território urbano, o mais usual é a protelação *ad infinitum* da instalação de equipamentos públicos nas bordas periféricas. A falta persistente de pavimentação, saneamento, eletrificação, transporte coletivo, estabelecimentos escolares e de saúde, dentre outros, deveria repelir dali os novos contingentes e expulsar os radicados. Entretanto, os mesmos encontram meios alternativos de provimento e renovam, em bases precárias, o seu desejo e necessidade de permanecer como ente ativo na produção do lugar, aspirando constituir-se no tecido maior da cidade.

‘Área carente’ foi uma nomenclatura elaborada pelos setores estabelecidos e perpetrada no imaginário social no cidadão comum para reportar, a um só tempo, uma condição territorial, sócio-econômica e política de menor valia. Subjaz ao referido termo a idéia de um espaço deteriorado materialmente, uma população incapaz e inerte para fazer face ao provimento de seus mínimos vitais e sociais e uma interlocução deteriorada dos ali residentes com o Estado. Configura a imagem de periculosidade imanente ao grupo e seu lugar, aos quais o Estado se deveria dirigir a atenção ostensiva das forças de segurança pública uma vez que ali estariam os que ameaçam a ordem idealizada da cidade. A ‘área carente’ expõe formas de convivência e costumes afrontadores à racionalidade mercadológica e aos bons costumes. Ali, as ligações clandestinas da rede de luz e de água, os ‘gatos’, são estratégias rotineiras de abastecimento dos domicílios, para além dos contratos regulares de fornecimento; os veículos caindo aos pedaços, as ‘latas velhas’, constituem a frota comum de veículos particulares, pouco condizente com os padrões de segurança automotiva; os direitos de titularidade relativos ao imóvel, de uma dubiedade inquietante; as formas de

1. Apoio: MCT/CNPq.

2. A primeira versão deste texto foi apresentada no GT4 “Conflitos ambientais, processos de territorialização e identidades sociais” do 32º Encontro Anual da ANPOCS, ocorrido em Caxambu, em outubro de 2008.

produção da moradia e partilha do espaço, no âmbito privado – com materiais reciclados, com pouco cômodos, de múltiplas funções, para uso de muitos membros, os quais mantêm mescla de laços formais e informais –, acintoso à concepção de família e casa que a camada média concebeu como um modo típico do viver urbano. Tudo, enfim, concorre ali como desafiador às normas e convenções e incrementa o processo de identificação dos moradores como inferiores e potencialmente violentos, usurpadores, arruaceiros, trapaceiros e promíscuos.

A cidade é idealizada como *locus* dos *winners*. Sua circunscrição numa ordem econômica excludente é motivo pela qual a ‘área carente’ ameaça a concepção de normalidade social do meio urbano. Diante da persistência dos pobres no fazimento do lugar, nele depositando sentidos para a sua existência, emerge novos mecanismos de contestação a essa territorialização, dentre os quais tem destaque a progressiva substituição da nomenclatura ‘área carente’ para ‘área de risco’. Essa nomenclatura, em processo de difusão, tem como objetivo garantir a legitimidade do Estado no desfazimento do lugar, eliminando-se, da paisagem urbana, a vizinhança indesejada. O termo ‘área de risco’ corrobora com os significados do termo precedente, mas acresce componentes do ambiente natural na equação a fim de problematizar o direito de morar como algo situado além da esfera sócio-política acima considerada. Trata-se do que Torres *et al* (2003), analisando o caso do município de São Paulo, denominam como hiperperiferias, nas quais os piores indicadores sócio-econômicos coincidem com os riscos de enchentes e deslizamentos de terra. Tudo se passa, entretanto, como se a inserção de moradias em solos propensos a tais eventos fosse um risco auto-imposto à vida, uma convivência arbitrária dos moradores do local com ameaças naturais o que converteria sua territorialização em algo inadmissível, ilegítimo.

Nesse contexto, o discurso e a prática institucional do Sistema Nacional de Defesa Civil se voltam para a priorização da elaboração de mapas de risco das cidades brasileiras, emblemático de um fazer técnico que atribui responsabilidade aos pobres pelos danos ou destruição de suas moradias, sobretudo em eventos relacionados às chuvas. Implica dizer que, sob uma narrativa de compromisso com o valor maior da vida humana, se procede a uma cartografia da cidade que descarta a compreensão dos fatores de ameaça no terreno de uma dimensão sócio-histórica mais abrangente e relacional. O deslocamento involuntário dos moradores da área de risco dá-se na desconsideração dos vínculos desses com sua moradia, relações e hábitos espacializados, isto é, desacoplando bruscamente as pessoas de suas coisas e de seu meio. Obscurece-se, por decorrência, o viés político no qual o poder público opta municiar-se por uma dada interpretação espacial da realidade local. O mapa de risco, cuja feitura e análise são de responsabilidade preponderante de peritos da área de exatas (como engenheiros, geólogos e afins), se apresenta como uma ferramenta conveniente para justificar, na agenda dos investimentos públicos, que o Estado priorize os sujeitos cuja territorialização seja consentida. Destituem-se os demais da possibilidade de exercer uma figuração em que se reconheça a plausibilidade de suas demandas.

Embora haja uma perspectiva cultural na construção cultural do risco, as análises ora empreendidas não têm incorporado a existência de lutas simbólicas em torno da sua caracterização enquanto tal. Significa dizer, deixa-se de articular pertinentemente a reflexão sobre degradação ambiental e injustiça social (ACSELRAD, 2002). A problemática acerca de instrumentalidade dos mapas de risco para reforçar a performatividade do ente público na expulsão dos que se territorializam fora da ordem faz parte dessa reflexão necessária.

A cartografização do risco se impõe como uma fala técnica que impede a vocalização de direitos dos que ali vivem, descartando simultaneamente a necessidade de outras interpretações. Ao simplificar a realidade sócio-espacial, suprime as correspondências de sentido entre o aqui e o lá e a tessitura associada da fluência e da miséria no território. Como toda a fala técnica, trata-se de uma linguagem silenciadora dos *topoi* leigos, sobretudo os que transgridem a situação de classe. Ao delimitar o lugar de vivência de populações empobrecidas como área de risco, o referido mapa fundamenta as práticas de remoção compulsória dos ali inseridos e evita mostrarem o pulsante conflito territorial que caracteriza a cidade.

As remoções são medidas de caráter higienista; porém, tal caráter ultrapassa as práticas de remoção dos moradores das chamadas áreas de risco ao complementar-se com a forma como procede à gestão dos abrigos temporários. Abrigos temporários fazem parte das medidas de reabilitação de desabrigados quando perdem as suas moradias. Mas, esta medida de reabilitação tem se processado numa crescente desumanização dos serviços inerentes, havendo restrições para que as famílias desabrigadas vejam atendidas providências referentes sua promoção social.

Tendo como fundo especialmente os fenômenos de desterritorialização relacionados às chuvas nas cidades brasileiras, essa reflexão visa apresentar elementos para uma análise sociológica do processo de construção social dos desastres no Brasil.

1. PROBLEMATIZANDO O TERMO DESASTRE

No debate sociológico contemporâneo, não há consenso acerca do que o termo desastre designa. Para a Secretaria Nacional de Defesa Civil, desastre designa “o resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema (vulnerável), causando danos humanos, materiais e/ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais” (CASTRO, 1998, p. 52) enquanto para a Estratégia Internacional de Redução de Desastres da ONU reporta uma séria ruptura do funcionamento de uma comunidade ou sociedade tendo como consequência perdas humanas, econômicas e ambientais que excedem a capacidade dos afetados em responder com os seus próprios recursos (ISDR, 2004). Em ambos os casos, o desastre se configura como uma anormalidade inaceitável na rotina de um lugar para os que ali se inserem; porém, com baixa capacidade endógena para a recuperação das perdas havidas. Deixa-se em aberto a indagação relativa ao conteúdo das relações sociais que vulnerabilizam, material e socialmente, os grupos afetados diante um dado fator de ameaça.

Para Quarantelli (1989) e Nasreen (2004), dentre outros, o termo desastre pode indicar desde uma situação coletiva de *stress*, com ruptura do funcionamento de um grupo na sua base territorial, a um período de crise social. Sob esse ângulo, o desastre é visto como um fenômeno próprio à dinâmica social e, assim sendo, é no interior da mesma que se identifica os limites da ação técnica seja na evitação do problema como na sua irresolução.

A variável duração é enfatizada nas diferentes concepções do que a maioria dos cientistas sociais designa como desastre. Bankoff (2004) aponta a tendência de se abordar o tema sob o prisma do processo histórico, no qual os parâmetros temporais de curto prazo contam muito pouco na explicação de uma cena de devastação, embora haja quem focalize a desorganização da rotina da vida social através do entendimento de seqüência de eventos recentes, pontos de vista que, segundo o autor, deveria convergir, o que nem sempre ocorre. Essa convergência seria sobremaneira útil para deslindar o caso brasileiro dos sucessivos desastres relacionados às chuvas uma vez que concorre, por um lado, a apropriação desigual da riqueza e a fragilidade dos valores democráticos e, de outro, seqüências de equívocos, omissões e descaso no tratamento que as defesas civis concedem a populações vulneráveis. Não há contradição em se analisar aspectos da subta- neidade de um evento danoso e a afetação ao mesmo associado à explicação sócio-econômica e política da construção da vulnerabilidade do grupo afetado. Lieber & Romano-Lieber (2005, p.71) analisam que os desastres articulam prejuízos materiais, morais, físicos e emocionais propiciando à sociedade interrogar-se a si mesma, “em seus meios e propósitos, tanto por aquilo que (não) se fez antes (a prevenção e a precaução), como naquilo que (não) se faz durante (a gestão da crise) ou depois (as transformações necessárias)”.

No Brasil, a valorização excessiva do meio institucional de defesa civil na compreensão de determinados fatores de ameaça descarta de uma compreensão igualmente consistente acerca do processo de vulnerabilidade frente os mesmos. Quer-se fazer crer, de um lado, que uma coisa possa tomar o lugar da outra, alegando-se que o conhecimento aprofundado do fator de ameaça suscitaria a criação de instrumentos para controlá-lo. São cada vez mais sofisticados os meios técnicos para apurar fenômenos meteorológicos. Mas a ampliação do conhecimento sobre o funcionamento do fator de ameaça não encontra correspondência com a eficácia de ações de redução da vulnerabilidade, patinando a discussão do meio perito entre o aumento da ‘comunicação do risco’ ou, na pior das hipóteses e conforme Acsehrad (2002), na necessidade de ‘educação ambiental’ dos afetados. Persistem representações do mundo social impermeáveis à instauração de um ambiente polifônico onde vários conhecimentos e saberes possam construir a definição de problema e suas soluções.

Jena (2004), reiterando Quarantelli (1981), assinala que é no funcionamento normal da sociedade que a maioria dos desastres é fabricada, não devendo enfatizar-se o fator de ameaça em si; nem a extensividade do cenário de dano físico e humano, como um evento concentrado no tempo e espaço com perda de funções essenciais; tampouco a insuficiência de recursos próprios para ações de resgate e reabilitação; ou, ainda, a declaração da autoridade competente

de que aquilo mereça atenção política especial ou seletiva. O desastre, segundo o autor, diz respeito a todos esses fatores associadamente. Ou seja, àquilo que é considerado normalidade, mas que vai incrementando riscos; estes, provocando danos ao ponto de uma ruptura social; tal ruptura, tratada por considerações políticas em maior ou menor escala correspondendo à afetação material, física e moral dos envolvidos na cena. Fritz (1961 apud Jena, 2004) considera desastre como um distúrbio vital no funcionamento de uma sociedade envolvendo abrigo, saúde pública, trabalho, padrões de autoridade, regras sociais, normas culturais, rupturas no sistema de significados para definir uma dada realidade. Deste modo, a perda de vidas, de infra-estrutura e outros requerem um foco interpretativo na organização das interações sociais, mais imediatamente no que concerne ao plano sócio-cultural e político-institucional que produzem uma territorialização precária e no qual os demais aspectos estão imbricados.

Como experiência coletiva de distúrbio das rotinas intraterritoriais, desastres propiciam a quebra de hábitos, normas e práticas rituais que davam sentido à ação, incluso aí as relacionadas à reafirmação de identidades culturais e ao exercício de papéis públicos e privados. Suscitam, ainda, a desritualização de práticas que indivíduos ou grupos exercitam freqüentemente, dificultando a recomposição de significados do mundo (THORNBURG; KNOTTNERUS E WEBB, 2005). A isso se acresce os medos e ansiedades devido o fracasso na pré-concepção de controle sobre o meio. Não implica, contudo, que os afetados ajam irracionalmente. Ao contrário, o contexto disruptivo dá dinamicidade às relações para a busca de novos mecanismos de autoproteção nos quais, no geral, o altruísmo prevalece (IDEM, 2005). No entanto, ao manter uma visão simplificadora do meio social, os órgãos de defesa civil naturalizam a apartação social e dão uma aparência de correção às práticas técnicas junto ao que serão desterritorializados. Essa estratégia transforma paulatinamente os desastres em catástrofes.

Ao refletir sobre a distinção entre desastre e catástrofe, Quarantelli (2006a) aponta como variável fundamental o nível de organização social, tirando o foco do fator de ameaça e valorizando as relações políticas multiescalares que se refletem territorialmente. O autor lembra que um furacão que atravessasse vários territórios, com a mesma potência, faz um número diferente de vítimas em cada um deles. Os danos do momento do impacto e pós-impacto estarão associados à pobreza e ao funcionamento da rede de relações para aliviar o sofrimento social, o que tem implicações diretas na esfera política, sendo algo que antecede ao acontecimento trágico. Trata-se da injustiça ambiental prévia constituída no terreno. Herculano (2006) salienta que o conceito de injustiça ambiental diz respeito ao mecanismo de distribuição desigual das conseqüências ambientais negativas oriundas da vida econômica e social, recaindo os danos sobre grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, grupos raciais discriminados, populações marginalizadas e mais vulneráveis. A passagem do furacão Katrina por Nova Orleans deu mostras de que a riqueza material, sofisticada tecnificação e profissionalização do corpo de defesa civil presentes no nível nacional não estavam disponíveis para a população negra e pobre que padecia na localidade após a inundação de 80% da cidade.

O caso Katrina demonstrou que a primorosa monitoração do fator de ameaça natural – através do Centro Nacional de Furacões dos Estados Unidos (NHC) – não impediu o rompimento da estrutura de contenção das águas do rio Mississippi, nem substituiu as operações de defesa civil incapazes de responder, por dias a fio, desde o colapso das comunicações ao restabelecimento de serviços essenciais de água, eletricidade e transporte, passando pela ausência de estratégias de remoção rápida de feridos, doentes e mortos. A expectativa da população, pobre e negra, de que seria atendida – em parte alimentada pela crença nos seus direitos e nos valores da democracia, em parte pela crença de eficácia da máquina pública frente situações de intervenção no território – provocou deslocamentos e esperas vãs no Superdome, incrementando o contexto estressante que levaria a outros óbitos e adoecimento físico e psicossocial. Aquilo que, nos dias que se seguiram, foi representado no imaginário dos afetados como uma inabilidade circunstancial da Casa Branca e do Federal Emergency Management Agency (FEMA) tomou outro significado no recorte temporal mais amplo no qual a extensividade da devastação e o viés de classe e racial no descaso do ente público ficaram evidentes.

A catástrofe, no caso em tela, foi tecida pela combinação de vários elementos sócio-políticos, a saber: recursos materialmente limitados do grupo afetado para seu autoatendimento; expectativa de providências por parte do ente público; e, imobilismo e conflito entre autoridades de escalas diferentes (QUARANTELLI, 2006a). Os elementos supra são encontráveis nos vários casos ocorridos no Brasil nos últimos anos.

Desastres e/ou catástrofes não levam ao fim as disputas inter-territoriais mas podem levá-las ao paroxismo, tanto promovendo um processo para que haja mudança cultural e política acerca dos direitos de territorialização, desenvolvendo-se habilidades de negociação para a procura de novos arranjos espaciais (JENA, 2004), como radicalizando o processo de intolerância dos estabelecidos contra os grupos afetados, olvidando-se os direitos dos últimos. Isso pode se manifestar através de indiferença pública frente ao sofrimento social dos afetados como pela forma humilhante como são tratados. Dado que a destituição material tem correspondência na reduzida condição de fazer-se ouvir e influenciar o poder regulatório e fiscalizatório (ACSELRAD, 2006), as demandas de recuperação ficam relegadas. Referindo-se a realidade americana e a brasileira, Acselrad (2002; 2006) afirma que as decisões de alocação de resíduos tóxicos têm por critério relevante a falta de poder das comunidades, com recorte de classe e étnico e não resta aos atores com menos força política senão resistir no terreno.

É, pois, relevante perscrutar as relações em que essa tentativa de resistência esboroa-se devido práticas de defesa civil que, no imaginário social mais amplo, são representadas como algo pautado na garantia dos direitos humanos.

2. VULNERABILIDADE SOCIAL E RISCOS AMBIENTAIS

A sociedade se define, dentre outros, por seu contexto geográfico e, portanto, o território contribui para materializar as relações sociais hierar-

quizadas (SANTOS, 1996). Daí, Haesbaert (2004) apontar os mais fracos, para quem o território é abrigo, como passíveis a deslocamentos arbitrários os quais os conduzirão para a constituição de novos espaços cada vez mais debilitados, dificultando-lhes a afirmação de suas identidades na medida em que estas sejam geograficamente mediadas. Enquanto isso, os atores fortes podem usufruir livremente a multiterritorialidade como recurso, o que a flexibilidade do capital permite e a ausência de políticas de redistribuição assente (HAESBAERT, 2004).

O conceito de vulnerabilidade auxilia o entendimento da desigual exposição aos fatores ameaçantes. Um grupo vulnerável é aquele que, exposto a determinado fator de perigo, não pode antecipar, lidar com, resistir e recuperar-se dos impactos disso derivados, situação que está associada a mudanças inesperadas do ambiente e rupturas nos sistemas de vida (CONFALONIERI, 2003). Encadeia-se com a capacidade do grupo em lidar com os perigos no âmbito das relações sociais, intervindo na cadeia causal dos acontecimentos (CLARK *et al*, 1998). A pobreza é a variável mais relevante para explicar a vulnerabilidade no contexto das chuvas nas cidades brasileiras e os aparatos cartográficos são a principal ferramenta para impedir aos pobres persistir na luta no terreno ao designar seu lugar como área de risco.

A área de risco é desprovida de legitimidade ante o meio técnico para as funções sociais ali contidas e exorbita paulatinamente da tolerância do ente público. Recorrentemente, os meios de comunicação de massa fazem uso da narrativa na qual os moradores são provocadores de sua vulnerabilidade e nisso reiteram a interpretação dos mapas de risco nos quais se dissocia os processos de territorialização desejáveis dos ditos temerários. Os cordões de isolamento utilizados na interdição das 'áreas de risco' agem não apenas como mecanismo de obstaculização legal do acesso ao lugar por todos e, em especial, pelo morador, mas como um juízo moral deletério deste. À pecha de ignorância/insensatez do ali outrora residente, tido como provocador de seu próprio drama, passa a corresponder a explicitação mais flagrante da indesejabilidade em partilhar com o mesmo o espaço da cidade e dele se espera que dê seqüência à solução de automoradia algures.

Porém, há grupos que resistem à narrativa do risco, como detectou Vargas (2006). Em sua pesquisa empírica sobre a luta de classificações entre agentes de defesa civil e moradores na periferia de Juiz de Fora/MG, a autora identificou que aquilo que os primeiros designavam como área de risco era tida, pelos últimos, como oportunidade. No discurso perito, prevalecia uma interpretação hierárquica da realidade espacial de molde a atender a burocracia estatal local e o sistema de poder subjacente, pronto para censurar e barrar as demandas dos desfavorecidos economicamente. Os parâmetros do que era entendido como risco para os peritos no referido contexto encontrava, na narrativa dos moradores, um contra-discurso de permanência, fortalecendo a idéia da existência de um embate que culminava na imposição de uma visão. Se o discurso técnico balizava-se pela previsibilidade do dano, ao morador, aceitá-lo seria aceitar a legitimidade da sua remoção. Daí porque, a resistência, segundo a autora, se compunha menos como uma reflexão construída subitamente diante

da fala perita e mais como prática de segurança alinhada à vasta experiência de privações dos moradores do local. Significa dizer, assegurar a conquista da casa própria, deixando para o passado o risco de humilhação de ser despejado por atraso do aluguel; assegurar a redução de gastos frente fontes de subsistências limitadas; livrar-se, enfim, da memória de ameaça da expulsão. E se compunha, ainda, como desconfiança de um Estado que imiscuia indiferença e controle, o qual indicava a possibilidade de transferência dos residentes para territórios mais distantes e isolados.

Ante a rotulação social que lhes impinge irresponsabilidade, julgando sua experiência limítrofe de enraizamento como suicida, respondem os moradores de áreas de risco com um sofrimento não estático, procurando as brechas nas novas institucionalidades para que sua fala coletiva possa ser vocalizada. Lideranças comunitárias passam a buscar apoio em movimentos sociais e/ou as arenas para formalizar suas reivindicações, assumindo a questão territorial como um *campo político* (BOURDIEU, 1990) no qual a disputa com o Estado na apropriação dos elementos do mundo material é objeto em torno do qual persiste a contestação. Evitam, desta forma, que os processos de segregação sócio-espacial se legitimem numa explanação em torno de sua falência moral. Dessa abordagem moralizadora resultou um discurso científico incontestado na representação dos riscos, enunciado de acordo com outros projetos de construção da ordem social que não o dos pobres (CARDOSO, 2006).

A transformação da área carente em área de risco, e desta em prenúncio de desastre envolvendo os que ali residem, indica uma forma de controle territorial excludente que se reflete em medidas de reabilitação de operacionalidade duvidosa sob a égide dos direitos humanos. Tal como analisa Douglas (1994), é necessário uma síntese interpretativa na qual se perceba que o controle das instituições pretende não deixar brechas aos pobres sendo preciso ir além das dimensões subjetivas das perdas e danos para compreender a esfera coletiva das representações do território e as práticas institucionais que negam os projetos de vida que ali se pretende estabelecer.

Aos afetados num desastre relacionado às chuvas, não é o pânico a conduta típica, mas a ação orientada por valores e cooperativamente. As circunstâncias coletivamente estressantes – com o fracasso da rotina normal e da interlocução prévia com o Estado – impõem maior esforço de racionalidade sobre as alternativas possíveis, demonstrando-se iniciativa, cuidando os afetados uns dos outros, propiciando mútua assistência (AGUIRRE *et al*, 1995).

3. O ABRIGO TEMPORÁRIO COMO O FINDAR DO PROCESSO DE DESTERRITORIALIZAÇÃO

A solução alocativa provisória da defesa civil aos desabrigados, o abrigo temporário, apresenta-se como um aspecto complementar da negação do conflito territorial.

Desabrigado é, para a defesa civil, a “pessoa cuja habitação foi afetada por dano ou ameaça de dano e que necessita de abrigo provido pelo Sistema”

(CASTRO, 1998, p. 52). Essa tipificação mescla características sociais e territoriais limitantes na medida em que, para ser amparada pelo Estado, a família será inquirida para comprovar sua destituição material e, também, de relações sociais (de parentesco, compadrio, amizade ou vizinhança) que lhe providenciem acolhimento. Logo, revela-se como uma situação mais acentuada de assimetria de poder para o grupo reivindicar condições para se restabelecer no lugar. Se a característica do desabrigado é o desprovimento das coisas e das relações, é tratado pelo Estado como um desqualificado. E, ao desqualificado, não é dado, no imaginário dominante, referenciar suas necessidades no escopo dos direitos de cidadania, mas no escopo da ajuda, tendo que considerar suficiente os provimentos que lhe chega fruto da bondade alheia e demonstrar gratidão e motivação para renunciar paulatinamente ao local de abrigo provisório e às provisões caritativas (VALENCIO, 2007a).

Estruturados circunstancialmente em ginásios de esportes, estabelecimentos escolares e, em menor escala, em acampamentos, os abrigos temporários são geridos para ver deteriorar definitivamente a espacialização das relações comunitárias e privadas dissolvendo-se umas nas outras. No abrigo, perde-se o direito à privacidade, colocando as famílias em constante estado de alerta e ansiedade frente à curiosidade alheia, sem condições de descanso e devaneio. As regras de convivência são ditadas por um ente externo – o gestor do abrigo – e o desempenho dos papéis complementares do interior da família, como marido/mulher, mãe/filho, ficam restringidos pelas regras formais e informais impostas ao grupo (VALENCIO *et al*, 2008). Os padrões de convivência recomendados pelo gestor destoam dos que as famílias buscam para si. Quarantelli (2006b) afirma que contradições como essas decorrem, não raro, da absorção de noções de planejamento em contexto de desastres que seguem concepções distantes do contexto sócio-cultural dos afetados.

O incentivo do gestor à participação dos abrigados nas rotinas do lugar geralmente parte do princípio de que se trata de uma população indolente. Indolência que teria resultado na sua afetação num desastre previsível, discurso que é fruto da abordagem malthusiana que vê a pobreza como culpa dos pobres. O significado da organização das rotinas das famílias no lugar provisório bem como da produção de um rol de tarefas a serem seguidas pelos abrigados, exigindo seu devido cumprimento, tem menos referência com a coisa em si (limpeza de cômodos, elaboração de refeições, regulação de horários e pessoas em circulação etc) do que em manter o controle do tempo e do espaço dos que ali vivem. A ausência de espaço físico de uso privado impede que, nos abrigos temporários, as práticas corriqueiras se reproduzam como hábitos. Daí porque Thornburg; Knottnerus e Webb (2005) reportam, entre os que foram severamente afetados por desastres, a existência de comportamentos que são aparentemente confusos, preponderando um discurso de que estariam vivenciando ‘o fim do mundo’ e, enfim, um sentimento de castração prevaleça. Não se trata, pois, da destruição material em si, mas da decomposição do território como referente espacial do *self*, da vida familiar e comunitária.

Devido à insatisfação dos abrigados com as normas impostas, a irregularidade de provimentos (sobretudo após o desastre deixar de ser interessante

à mídia) e o risco de que conflitos com os gestores e entre o grupo eclodam, o abrigo temporário passa a ser visto pela defesa civil como de difícil administração. Seus gestores reportam a constante indisposição para lidar com seu funcionamento e o desejo de desativação do estabelecimento público para essa função mesmo que as ações de reconstrução de moradia dos abrigados não tenham sido devidamente viabilizadas. A recuperação da comunidade afetada ou sua reterritorialização passa, por seu turno, por vieses burocráticos que dificultam uma solução favorável aos afetados. Estimula-se, assim e novamente, que as famílias percam a crença o Estado como instituição que lhes deve satisfação, como no caso abaixo.

Passados dois anos desde que as águas das fortes chuvas carrearam suas moradias (em junho de 2005), as famílias conviventes no abrigo temporário da Vila das Aeromoças, município de Jaboatão dos Guararapes/PE, esperavam por uma solução de moradia que não aparecia devido à falta de integração entre os três níveis de governo responsáveis pelo processo. A esfera federal liberaria recursos se a esfera estadual apresentasse uma área segura para implantar o projeto habitacional de realocação das famílias. Como os terrenos sucessivamente apresentados não atendiam a esse critério, as verbas disponibilizadas permaneciam sem uso, contexto no qual a esfera municipal, a quem caberia a gestão do processo de reconstrução, ficou inoperante (VALENCIO *et al*, 2008a).

Aquilo que é visto por agentes de defesa civil como desinteresse e letargia das famílias afetadas para agir, o quanto antes, na busca de soluções de automoradia – já que estariam insatisfeitas com o abrigo e impacientes na falta de solução pelo Estado –, diz respeito à ausência de alternativas que o meio social envolvente oferece às mesmas. O abrigo torna-se um espaço de confinamento que não deixa ao grupo possibilidades para reencontrar meios de expressar-se espacialmente no uso de suas próprias normas e torna-se, ambigüamente, o terreno que indica o cruzamento do último fio de confiança no poder público com a reiteração da desconfiança neste poder; enfim, o grupo compreende a persistência de sua categorização como ‘um problema’ para o meio envolvente. Nesse aspecto, os abrigos temporários tal como são administrados hoje no Brasil, revelam-se como um misto de campo de concentração e campo de refugiado, um lugar que, numa perspectiva higienista, é criado para confinar os *losers*, ali privados do último fio de sua privacidade e dignidade como pessoa humana. Em seguida, brutalizando os que ali vivem em desesperança, os abrigos sofrem abandono pelo ente público – revelado pela diminuição das providências de atendimento imediato e também de pelas providências de soluções habitacionais duradouras – culminando em estigmatização do grupo pela vizinhança que exige sua expulsão, a morte social levada ao paroxismo.

No município de Sumidouro/RJ, em janeiro de 2007, eventos de enxurrada e inundação brusca tomaram a totalidade da área municipal, gerando vários focos de erosão e deslizamentos. Abrigos temporários foram providenciados para os mais de 1.500 desabrigados (10% da população do município) em estabelecimentos escolares. Em um deles, ocorreu episódio de roubo de itens do estoque de donativos recebido. Conforme Valencio *et al* (2008b), os abrigados atribuíram à vizinhança da escola que, segundo os mesmos, os tratavam com hostilidade.

Por fim, o processo faz recorrer à reflexão de Aguirre (1983) quando constata que existem dois tipos de mobilidade geográfica relativo ao domicílio: a evacuação e a migração. No caso de grupos inseridos em abrigos temporários, a trajetória existencial imiscui esses tipos de mobilidade num processo de contínua degradação: da área de risco são evacuados e impedidos de voltar e, como abrigados, sem solução habitacional à vista, levados a procurar noutra sítio, em bases sempre mais precárias, o restabelecimento de uma vida privada que a convivência coletivamente forçada no abrigo temporário deteriorou. Trata-se da procura, de fato, de uma cidadania que a cidades brasileiras reiteradamente negam. Negam porque suprimem deliberadamente um espaço de relações para discutir, enfrentar e superar os processos de empobrecimento que, paulatinamente, transformam as cidades em palcos de pura barbárie.

PARA CONCLUIR

Diante o exposto, vê-se que não são os eventos naturais produtores de vulnerabilidade, mas apenas um elemento frente a uma dinâmica social apartadora. Os prognósticos de concentração das chuvas na região sul e sudeste do Brasil – aí entendido, além da elevação da quantidade de águas pluviais, as rajadas de ventos fortes, tornados, queda de granizo, aumento das descargas elétricas etc – (IPCC, 2007) traz, como desdobramento, um cenário tendencial de desastres; em especial, nas cidades, a afetar primeiramente a territorialização dos empobrecidos. A lógica segregadora, que dá fluidez ao capital na produção do espaço, sanciona a transferência dos custos ambientais para os mais fracos contra os quais, então, se exercita instrumentos de controle que reforçam a injustiça ambiental (ACSELRAD, 2002).

A territorialização indesejável dos empobrecidos na cidade irá persistir, senão mesmo recrudescer, de modo a ser identificável cartograficamente como novas áreas de risco. E, tratada como um dado da geografia física da cidade apartadora, será seguida de intervenção pública para removê-la tal como o discurso perito sequer com eufemismos. À remoção das moradias sub-normais, segue-se a desconsideração ampla para com as razões da fixação, os vínculos e laços estabelecidos, as necessidades das pessoas que produziram aquele espaço na ausência de um melhor dentro dos seus projetos de vida e de seus direitos ao espaço. A remoção é um discurso em prol de uma estética e funcionalidade monológica, o removido visto como alguém sem direito a autodeterminação, portanto, sem tratamento com base nos princípios de igualdade.

Numa sociedade que forja sua territorialização, coesão social e interlocução política na apartação e inferiorização dos empobrecidos, e não na resolução da pobreza, mantêm-se preocupantes as condições institucionais para lidar com o contingente de desfiliações sociais por todo o país, os quais procurarão suas formas próprias de mobilização e reivindicação para se fazerem ouvidos.

O aperfeiçoamento das práticas de defesa civil deveria pautar-se numa lógica operativa diversa daquela que até aqui prevaleceu; porém, a capacitação de novos agentes e/ou formalização de novos órgãos dentro do Sistema Nacional de Defesa Civil continuam pautados numa concepção de normalidade na qual

a territorialização dos empobrecidos está envolta numa inerente perniciosidade. Considerações políticas, escamoteadas por um discurso tecnicista, envolverão procedimentos cujos aparatos modernos na cena (mapas, gps, *walk talkies*, radares, satélites, uniformes, grandes caminhonetes e faixas amarelas de interdição) serão simbólicos de uma razão monológica que, calcada na idéia de resolução e potência frente às coisas, suplanta os valores e normas de uma sociedade democrática.

A ruptura das rotinas, que o desastre ocasiona, não deve ser entendida como ruptura da ordem social. Quando populações em periferias desatendidas vêm-se na condição de desabrigadas apenas reconfirmam, num nível maior de degradação, a sua inferioridade construída por essa ordem social. O status de desabrigado torna-se, assim, não só um termo definidor de um tipo de carência – a da falta de moradia e acesso a terra onde esta é erigida – mas um termo estigmatizante dentro da racionalidade hegemônica de manutenção de distâncias sociais e territoriais e que precisa, sem mais tardar, ser questionada.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Justiça Ambiental e Construção Social do Risco. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13, 2002, Ouro Preto. **Anais...** Ouro Preto: ABEP, 2002. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_MA_ST5_Acselrad_texto.pdf>. Acesso em: 30 abr 2006.

_____. Tecnologias sociais e sistemas locais de poluição. **Horizontes antropológicos**, ano 12, n. 25, p. 117-138, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832006000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 Mai 2008.

AGUIRRE, B. Evacuation as Population Mobility. **International Journal of Mass Emergencies and Disasters**, v. 1, n. 3, p. 415-437, 1983.

AGUIRRE, B. *et al.* The Social Organization of Search and Rescue: Evidence from the Guadalajara Gasoline Explosion. **International Journal of Mass Emergencies and Disasters**, v. 13, n. 1, p. 67-92, 1995.

BANKOFF, G. Time is of the Essence: Disasters, Vulnerability and History. **International Journal of Mass Emergencies and Disasters**, v. 22, n. 3, p. 23-42, 2004.

BOURDIEU, P. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

CARDOSO, A. L. Risco urbano e moradia: a construção social do risco em uma favela do Rio de Janeiro. **Cadernos IPPUR/UFRJ**, v. 20, n. 1, p. 27-48, 2006.

CASTRO, L. A. **Glossário de Defesa Civil**: estudos de riscos e medicina de desastres. 2.ed. Brasília: Ministério do Planejamento e Orçamento/Departamento de Defesa Civil, 1998.

CLARK, G. E. *et al.* Assessing the vulnerability of coastal communities to extreme storms: the case of Revere, MA, USA. **Mitigation and Adaptation Strategies for Global Change**, v. 3, n. 1, p. 59-82, 1998.

CONFALONIERI, U. Variabilidade climática, vulnerabilidade social e saúde no Brasil. **Terra Livre**, São Paulo, ano 19, v. 1, n. 20, p. 193-204, 2003.

DOUGLAS, M. **Risk and Blame: essays in cultural theory**. New York: Routledge, 1994.

FRITZ, C. Disasters. In: MERTON, R.; NISBET, R. (eds). **Social problems**. New York: Harcourt Brace, 1961. p. 651-694.

GIDDENS, A. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. (orgs). **Modernização Reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

- HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HERCULANO, S. O clamor da justiça ambiental e contra o racismo ambiental. *InterfacEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Ambiente*, v.3 n.1, p. 1-20, 2006. Disponível em: <http://www.interfacehs.sp.senac.br/BR/artigos.asp?ed=6&cod_artigo=113>. Acesso em: 28 abr 2008.
- IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima). **Mudança do Clima 2007**: a base das Ciências Física. Paris: OMM/PNUMA, 2007.
- ISDR (International Strategy for Disaster Reduction). **Living with risk**: a global review of disaster reduction initiatives. Geneve: United Nations/ISDR, 2004.
- JENA, S. K. **Disaster: need for a sociological intervention**. Jawaharlal Nehru University. New Delhi, 67, jan-jul, 2004. Disponível em: <<http://www.geocities.com/husociology/disaster4.htm>>. Acesso em: 28 jan 2007.
- LIEBER, R. R.; ROMANO-LIEBER, N. S. Risco e precaução no desastre tecnológico. **Cadernos de Saúde Coletiva**, v. 13, n. 1, p. 67-84, 2005.
- NASREEN, M. Disaster Research: Exploring Sociological Approach to Disaster. **Bangladesh e-Journal of Sociology**, v. 1, n. 2, s/p, 2004. Disponível em: <<http://www.bangladeshsociology.org/nasreen%20-%20sociology%20of%20disaster,%20pdf.pdf>>. Acesso em: 30 mai 2005.
- QUARANTELLI, E. L. **An Agent Specific or An All Disaster Spectrum Approach to Socio-Behavioural Aspects of Earthquakes?** Preliminary Paper n. 69, 1981. University of Delaware, Disasters Research Center. Disponível em: <<http://dspace.udel.edu:8080/dspace/bitstream/19716/4413/PP69.pdf>>. Acesso em: 13 mai 2008.
- _____. The Social Science Study of Disasters and Mass Communication. In: WALTERS, L.; WILKINS, L.; WALTERS, T. (eds.). **Bad Tidings**: Communication and Catastrophe. New Jersey: Lawrence Erlbaum. Current Sociology, v. 45, n. 3, p. 1-18, 1989.
- _____. **Catastrophes are Different from Disasters**: Some Implications for Crisis Planning and Managing Drawn from Katrina. 2006a. Disponível em: <understandingkatrina.ssrc.org/Quarantelli/>. Acesso em: 10 jul. 2009.
- _____. **Research based criteria for evaluating disaster planning and managing emergency**. Newark, Delaware, Working paper #83. 2006b Disponível em: www.udel.edu/DRC/preliminary/246.pdf Acesso em: 07 ago 2007.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SIENA, M.; VALENCIO, N. Moradias Afetadas pelas Chuvas: dimensões objetivas e subjetivas dos danos pelo recorte de gênero. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 3, 2006, Brasília. **Anais...** Brasília: ANPPAS, 2006.
- THORNBURG, P. A.; KNOTTNERUS, J. D.; WEBB, G. R. **Disaster and Deritualization**: a re-examination of Early Disaster Research. 100 th Annual Meeting of the American Sociological Association, Marriott Hotel, Loews Philadelphia Hotel, Philadelphia, PA, 2005. Disponível em: <http://www.allacademic.com/meta/p21712_index.html>. Acesso em: 01 set 2007.
- TORRES, H. G. *et al.* Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 47, p. 97-128, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-4014200300100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 Mai 2008.
- VALENCIO, N. A gestão de desastres como prática institucional de reiteração da violência contra grupos vulneráveis: o caso dos abrigos temporários. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 13, 2007. **Anais...** Recife: SBS, 2007a.
- VALENCIO, N. *et al.* Após o desastre: abrigos temporários como loci de reafirmação da vulnerabilidade dos afetados pelas chuvas. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 26, 2008, Porto Seguro. **Anais...** Porto Seguro: ABA, 2008a Disponível em: <http://201.48.149.88/abnt/arquivos/6_5_2008_10_8_47.pdf>. Acesso em: 10 out 2008.
- _____. Práticas de reabilitação no pós-desastre relacionado às chuvas: lições de uma administração participativa de abrigo temporário. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO

NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 4, 2008, Brasília. **Anais...** Brasília: ANPPAS, 2008b. Disponível em: <http://www.teia.fe.usp.br/biblioteca_virtual/Valencio%20et%20al-ANPPAS-2008-ABRIGO%20TEMPORARIO.pdf>. Acesso em: 12 out 2008.

VARGAS, M.A.R. **Construção Social da Moradia de Risco**: trajetórias de despossessão e resistência – a experiência de Juiz de Fora/MG. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ/Mestrado em Planejamento Urbano e Regional, 2006. 160p. Dissertação de Mestrado.

DOS DESASTRES DA NATUREZA À NATUREZA DOS DESASTRES¹

VICTOR MARCHEZINI

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre os desastres são relativamente recentes na agenda científica. Na cidade de Halifax (Canadá), após o choque entre dois navios, uma explosão de um suprimento de munição ocasionou mais de dez mil mortos e feridos, além de vinte e cinco mil desabrigados. A partir de então, um canadense chamado Samuel Henry Prince realizou o primeiro estudo nessa temática em 1917 (QUARANTELLI, 1998).

Entretanto, segundo Quarantelli (1998), foi somente a partir da Segunda Guerra que os cientistas começam a produzir pesquisas recorrentes nessa área, focando-se particularmente em estudos perceptivos e comportamentais das pessoas em situações de desastres. Desde então, vários cientistas e instituições têm delineado definições sobre o que seria um desastre, não havendo um consenso acerca de uma base conceitual mínima a respeito do termo o que, segundo Quarantelli, impediria o avanço no debate científico, posto que haveria mais ênfase nas discussões de estudos de casos de desastres em detrimento de um aprimoramento teórico para a compreensão dos fenômenos como um todo. Isto é, haveria muita pesquisa empírica e pouca reflexão teórica. Longe de defender uma visão hegemônica sobre o termo, seria necessário, segundo o autor, um consenso mínimo, posto que o conceito é um referente central para a área de estudo.

Kroll-Smith e Gunter (1998), por sua vez, defendem a necessidade de um dissenso, uma vez que seria impossível reduzir um estado de desordem às definições científicas. Segundo os autores, cada vez mais se tem mais dados sobre os desastres e cada vez menos certeza sobre o que eles são. Questionar-se sobre o que é um desastre implicaria acompanhar o debate do que é a sociologia, isto é, os dois debates não poderiam ser dissociados. Nesse sentido, os autores argumentam que se deve interrogar “como é (ou foi) o desastre”, valorizando uma dimensão interpretativa acerca do mesmo, pois muitas das definições constituídas pelas instituições de emergência são limitadas porque foram

1. Apoio: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Uma versão preliminar deste trabalho foi apresentada no XXVII Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia (ALAS), em 2009.

construídas na ausência das experiências subjetivas daqueles que o vivenciaram desde um outro ponto de vista.

O objetivo deste artigo é apresentar os principais modelos de compreensão acerca dos desastres, e propor a discussão destes, tomando como referencial o caso dos desabrigados, como um processo em que está imbricada a desterritorialização.

1. MODELOS E DEFINIÇÕES EM RELAÇÃO AO CONCEITO DE DESASTRE

Em geral, segundo Gilbert (1998), as diferentes abordagens sobre o conceito de desastre poderiam ser agrupadas em três principais paradigmas, quais sejam: o desastre como um agente externo ameaçador; o desastre como expressão social da vulnerabilidade; e, por fim, o desastre como um estado de incertezas geradas pelas próprias instituições.

O primeiro paradigma, que compreende o desastre como um agente externo ameaçador, seria fruto da replicação de um modelo de guerra, no qual desastres tendem a ser concebidos como um agente externo que causa impactos sobre as comunidades humanas e estas tendem a responder a esta “agressão”. Os desastres são assim concebidos como decorrentes de causas externas à comunidade, isto é, os desastres da natureza que causam danos: “são as chuvas que destroem casas”, “são as chuvas que matam, que deixam desabrigados”.

Segundo Gilbert (1998), a emergência desse primeiro paradigma ocorreu nos Estados Unidos, durante a Guerra Fria. Alguns cientistas do campo de estudos sobre desastres reportaram, na época, que as instituições governamentais financiavam estudos que analisassem como as pessoas reagem frente a ataques aéreos repentinos. Foi somente na década de 1970 que esse paradigma sofreu uma confrontação, em particular por Enrico Quarantelli, que introduziu a concepção do desastre como um consenso social a respeito da vivência de uma crise. Este autor, segundo Gilbert (1998), empreendeu, dentre outros aspectos, uma crítica explícita à vinculação mecânica entre um fator destrutivo e a idéia de pânico, demonstrando, assim, que há autonomia nas reações das pessoas em relação aos problemas que enfrentam. Ao basear sua análise nos agentes humanos e não somente nos “agentes destrutivos externos”, Quarantelli ensinou novos modos de abordagens em relação aos desastres: os agentes destrutivos passam a ser compreendidos não como causa do desastre, mas sim como prenúncio de uma crise e de determinados comportamentos relacionados ao contexto social. Essas mudanças ensinadas pelos cientistas sociais nos anos de 1970 permitiram o reconhecimento dos desastres como objeto legítimo de investigação das Ciências Sociais.

O segundo paradigma – o desastre como expressão social da vulnerabilidade – surge dessa mudança iniciada em 1970 e, segundo Gilbert (1998), foi engendrado sobretudo por cientistas sociais europeus. Sobre isso, Marandola & Hogan (2006, p.34) salientam que “o rompimento com o pressuposto recorrente na literatura sobre perigos e desastres de que haveria uma ‘vida normal’, um *status quo* de normalidade” foi ensinado a partir das discussões da teoria da

sociedade de risco, representada por Beck (1997) e Giddens (1991). Esta teoria² deslocou a idéia do perigo e do risco como eventos excepcionais para sua compreensão na própria estrutura social, ou seja, os riscos produzidos na e pela modernidade são fabricados socialmente, procedem da incisiva intervenção humana sobre o meio. Em suma, este segundo paradigma descartou a noção de que os desastres da natureza causam determinados impactos sobre as comunidades humanas: a natureza dos desastres deve ser buscada na organização social, compreendendo-os como um processo ligado à vulnerabilidade social, suas causas devem ser explicadas como problemas estruturais, devendo ser contextualizadas.

Valencio et al. (2006) afirmam que o conceito de vulnerabilidade pode definir a possibilidade de um grupo social sofrer danos. Os riscos relacionados às chuvas, por exemplo, demonstram que não é este fator de perigo que torna o grupo vulnerável, mas “a interação, e mesmo sinergia, do evento físico com os fixos e fluxos sociais em que o grupo se insere, além das características específicas, individuais ou coletivas, de seus membros” (VALENCIO et al., 2006, p.98). Nesse sentido, haveria um recorte macrosocial e microsocial em que a reflexão acerca da vulnerabilidade em relação ao perigo das chuvas poderia se desenvolver. Num recorte macrosocial, a vulnerabilidade, como condição prévia de um dado coletivo, teria “dimensões nitidamente políticas e diria respeito ao tamanho e demais características dos grupos excluídos das arenas decisórias em que são produzidas as estratégias (tentativas) de controle da natureza” (VALENCIO et al., 2006, p.98) como, por exemplo, as omissões acerca dos riscos relacionados ao rompimento de barragens a que estão submetidas as populações ribeirinhas situadas à jusante. Já em relação à reflexão sobre a vulnerabilidade relacionada ao perigo das chuvas desde um recorte microsocial, esta pode ter imbricações diretas com os aspectos materiais de um dado ordenamento territorial com as especificidades que os subgrupos (crianças, idosos, pessoas com dificuldade de locomoção, gestantes, populações em situação de rua, enfermos etc.) possuem na proteção de sua integridade social, física, mental e emocional no lugar.

De acordo com Gilbert (1998), a ampliação do debate a partir desse segundo paradigma introduziu novos desafios. Como um primeiro desafio estava o desfazimento da noção presente no senso comum do “agente externo destruidor”, sobretudo porque implicaria a perda dos referenciais que certos atores e agências institucionais constroem para orientação de suas práticas e valores. Existiriam, inclusive, cientistas que persistiriam em compreender a disfunção e o acidente como aspectos centrais em um desastre, isto é, negando a vulnerabilidade produzida socialmente. Um segundo desafio apresentado seria a compreensão do que é vulnerabilidade, conceito que tem sido muito debatido no meio científico, em diferentes áreas do conhecimento, bem como em outras instituições (MARANDOLA & HOGAN, 2006).

Por fim, Gilbert considera um terceiro paradigma que compreende o desastre como um estado de incertezas geradas pelas próprias instituições. Esse

2. Para ver uma análise da trajetória dos estudos sobre risco, vide SIENA (2009).

paradigma emergiu no final da década de 1980, embora a incerteza tenha sido anteriormente tomada como objeto de análise científica por parte das Ciências Sociais no estudo de organizações, políticas públicas e crises internacionais. De acordo com o autor, a incerteza poderia ser compreendida como produzida pelas sociedades complexas, a partir de disfunções resultantes das frágeis articulações entre as especialidades científicas, criando vácuos de representações e práticas capazes de reduzir os riscos, o que ocorreria tanto em regimes democráticos quanto autoritários. A incerteza não seria meramente produzida em razão da ausência de comunicação ou informação, mas também pela profusão anárquica de informações que acaba interferindo nos sistemas de pensamento e nos modos de organização das esferas administrativas, políticas e científicas. Alguns cientistas sociais criticam esse paradigma por pensarem que ele desconsidera as dimensões interpretativas de outros sujeitos sociais.

A análise desses três paradigmas propostos por Gilbert (1998) foi aprofundada por Dombrowsky (1998), o qual analisou as definições de desastre emergidas no interior das diferentes instituições tais como a Cruz Vermelha, algumas empresas de seguro, instituições de emergência, governos etc. Segundo este último autor, muitos dos que definem o que é o desastre, na verdade, acabam declarando aquilo que pretendem fazer em relação a um processo social chamado desastre. A Cruz Vermelha Alemã, por exemplo, define desastre como uma situação extraordinária na qual o cotidiano da vida das pessoas é subitamente interrompido, de modo que as necessidades de proteção, nutrição, roupas, abrigo, cuidados médicos e sociais são demandadas (KATASTROPHEN-VORSCHRIFT, 1998 apud DOMBROWSKY, 1998). As companhias alemãs de seguro, por sua vez, definem o desastre como uma situação que envolve danos e/ou perdas de vidas que ultrapassam determinados valores ou número de mortes. Já para o Estado, o desastre seria sinônimo de perda da ordem pública, razão pela qual a segurança pública seria a maior prioridade, devendo ser garantida sob quaisquer circunstâncias, independentemente da avaliação dos fenômenos que causaram os problemas. Isto é, a identificação de desastres específicos que passa a ser importante para delinear as medidas apropriadas para recuperação da ordem e da segurança, e não propriamente para elucidar as razões dos problemas que levaram ao desastre buscando, a partir disso, políticas públicas que focassem na redução dos desastres.

Nesse sentido, compreender o desastre como um evento, como um agente externo ameaçador, como algo conjuntural, seria muito mais viável do que considerá-lo como um processo social complexo e dinâmico. Outra implicação de abordá-lo como um evento estaria evidenciada na forma com que as organizações passam a defini-lo dentro de um mecanismo que visa sua autopreservação: a ênfase dada por elas não se remete à possibilidade de considerar as soluções mais adequadas para os problemas surgidos, mas sim à aplicação de soluções existentes na própria instituição de emergência. Assim, os problemas passariam a ser definidos de acordo com as soluções que tivessem em seu poder. O foco não estaria na realidade do desastre como um todo, mas sim na ênfase de aspectos dessa realidade que pudessem ser abarcados pela capacidade institucional de lhes prover soluções. Desse modo, os elementos que definiriam

o que é o desastre não seriam orientados a partir dos problemas apresentados pelas vítimas, mas sim pelas soluções técnicas que as instituições possuem. A solução, nesse caso, definiria o que é o problema, o que é o desastre. Esse seria chamado de mecanismo solução-problema.

Dentro da criação desse mecanismo solução-problema, podemos identificar que o que lhe dá sustentação é o poder simbólico que as instituições dispõem para construir realidades mais afeitas aos problemas que devem solucionar. Nesse sentido, no contexto brasileiro, a ênfase dada às chuvas como causadoras de desastres, em detrimento da consideração das vulnerabilidades e das dinâmicas de desterritorialização engendradas socialmente após seu impacto – como àquelas atinentes às populações que ficaram em desabrigo –, pode sinalizar um processo de transição paulatina de um desastre para uma catástrofe.

2. DESASTRE, DESTERRITORIALIZAÇÃO E CATÁSTROFE: O CASO DOS DESABRIGADOS

Para Haesbaert (2004), o território “nasce” com uma dupla conotação, material e simbólica, isto é, relaciona-se à dominação (jurídico-política) da terra que inspira terror, medo e impedimento de entrar e, ao mesmo tempo, relaciona-se a uma identificação, a uma apropriação simbólica. O território, segundo o autor, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não somente ao tradicional poder político. Refere-se ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação.

A casa pode ser concebida como um território, que tem historicamente permitido uma variedade de imagens e significados, seja como uma construção específica que serve de abrigo, seja como uma imagem de um espaço simbólico de pertencimento social, de intimidade e de segurança (HIGUCHI, 2003), de lugar da família na cidade. Bourdieu (1997) afirma que “família” é uma categoria, um princípio de construção da realidade social que, ao mesmo tempo, empreende uma descrição e uma prescrição, que não aparece como tal porque é quase universalmente aceita e admitida como dada. A casa é assim um território que permite a construção da realidade social da família.

Todo território é construído a partir das disputas de poder entre os agentes, isto é, um território não é dado, não tem sentido em si mesmo, mas somente a partir do uso que se faz dele. Ou seja, pode ser desfeito, pode ser negada a fixação do grupo social a uma base biofísica ou física, sendo este grupo, portanto, desterritorializado.

Haesbaert (2004) considera que a discussão acerca dos processos de desterritorialização precisa incorporar a dinâmica da natureza e a chamada questão ambiental, porque elas “afetam e afetarão cada vez mais nossa organização territorial”, o que implica considerar até mesmo “os eventos naturais mais imediatos, de amplitude temporal bastante reduzida, mas de efeitos muitas vezes igualmente intensos” (HAESBAERT, 2004, p.368-698). Quando as chuvas precipitam sobre uma determinada configuração territorial, a ocorrência de um desastre depende da interação entre o fenômeno natural e

a vulnerabilidade produzida socialmente, de modo que esta relação implique danos e prejuízos. Entre tais danos se inserem os ambientais (erosão etc.), materiais (casas destruídas etc.) e humanos (desabrigados, feridos etc.).

Se casas forem destruídas ou danificadas, haverá a desterritorialização de famílias por parte dos órgãos públicos, e estas serão denominadas como desalojadas ou desabrigadas. Desalojados são classificados como aqueles que foram obrigados a abandonar suas habitações, temporária ou definitivamente, em função de evacuações preventivas, destruição ou avaria do imóvel, mas que não necessitam que as providências de abrigo sejam tomadas pelo Estado, pois encontram apoio de parentes ou amigos para abrigar-se em sua casa provisoriamente. Desabrigados são os que, na ausência de relações de parentesco, compadrio e afins para provimento de uma acolhida circunstancial, dependem exclusivamente do Estado para encontrar alojamento (CASTRO, 1999).

Assim, em um desastre, desalojados e desabrigados têm o par família-casa, como elementos de construção da realidade social, dissociado em razão da moradia estar destruída ou danificada ou em área considerada de risco. Torna-se inviabilizado, por questões ditas de “segurança”, o modo como as famílias reproduziam-se na casa, “no seu fazer algo”, “por ou com alguém”, “em algum lugar do lar”. Isto é, com a desterritorialização, elas precisam tentar recriar as práticas associadas ao mundo privado da casa num outro território forjado pelos órgãos públicos para a suposta segurança das mesmas: os abrigos temporários.

Haesbaert (2004) considera a existência de formas de desterritorialização extrema, denominados como *aglomerados humanos de exclusão*. Segundo o autor, tal conceito deveria ser aplicado a situações, conjunturais ou estruturais, de: instabilidade ou fragilização territorial, em que as pessoas estão impossibilitadas de construir e exercer efetivo controle sobre seus territórios; de segregação social; de vivência na mobilidade e insegurança; de luta pela sobrevivência física cotidiana, vivendo num lugar precário e provisório.

Os abrigos são organizados em locais adaptados que possuem outro uso social, como escolas públicas destinadas a práticas educativas. Esta utilização é justificada pelos órgãos públicos sob a alegação de que o abrigo é algo provisório. Todavia, a demora no processo de reconstrução vem a contestar esta justificativa, tornando-se o abrigo um território precário e permanente do morar. Podemos, dessa forma, considerar o abrigo como um local de desterritorialização extrema, isto é, um aglomerado humano de exclusão: ocorre a perda do território da casa para a construção da realidade social da família; a rotina no abrigo passa a ser controlada pelo gestor público; a convivência pública entre famílias é exacerbada e gera conflitos contínuos no interior delas e entre elas; há incerteza quanto ao processo de reconstrução das casas, em razão da falta de informação ou o conflito de informações por parte dos órgãos públicos; prepondera a ameaça de “despejo”, em razão da reivindicação social pelo uso original a que a infra-estrutura que serve de abrigo cumpria (VALENCIO et al., 2008).

Tais dimensões da desterritorialização caracterizam algumas dimensões do desabrigo daqueles que socialmente passam a não se constituir mais por categorias como família, cidadãos, mas sim como “desabrigados”. Dito de outro

modo, o desabrigado perde o chão, o local da cidade que lhe é cabível o qual, em geral, teve de ocupar e resistir durante um tempo para lhe servir de direito, isto é, perde a dimensão política associada ao território. Mas também é desterritorializado do ponto de vista simbólico: perde a casa e a trajetória de luta que, em geral, envolve a sua construção; perde o passado, o presente e o futuro que o projeto familiar incorporou na casa e nos objetos que compõem o mundo privado. Está sujeito a perder o próprio exercício da família e os papéis à ela associados, tendo em vista que esta é uma construção social que se fundamenta a partir do mundo privado.

Se, no início, o abrigo temporário adquire a conotação de área segura frente às ameaças de deslizamento, inundações, enchentes – recebendo, portanto, pessoas de uma área de risco –, num segundo momento, com a aglomeração das mesmas no abrigo, este passa a ser representado pelos órgãos públicos como locais de riscos associados a epidemias, contaminação, violência, desordem. Num terceiro momento, após a interrupção das chuvas, a pouca cobertura dos meios de comunicação, o esfacelamento da comoção social em relação aos desabrigados e a desassistência social, o abrigo passa a ser exterminado da cena pública, ficando à própria sorte, à deriva.

Quarantelli (2006) afirma que, ao longo da década de 1980, os pesquisadores se propuseram a distinguir analiticamente a magnitude dos desastres, considerando que existem “desastres” e “desastres além dos típicos desastres” – os quais mais tarde foram chamados de “catástrofes”. Embora tenham feito essa distinção, Quarantelli (2006) salienta que somente alguns deles se preocuparam em tentar compreender as características das catástrofes, pois a maioria estava mais interessada em realizar estudos empíricos do que propriamente esclarecer as distinções conceituais.

A diversidade dos danos e a variabilidade destes são consideradas por Quarantelli (2006) como fatores que permitem caracterizar uma catástrofe, sobretudo quando as infra-estruturas da vida cotidiana moderna – como fornecimento de energia elétrica, de água, de serviços de comunicação, de transporte etc. – são seriamente comprometidas. Isto é, há uma correlação entre danos em áreas residenciais e destruição de áreas não-residenciais, de tal sorte que, num cenário de catástrofe, há maior variedade de atividades de caráter social que precisam ser restabelecidas em comparação à magnitude dos danos verificada num desastre. Geralmente, a diversidade dos danos numa catástrofe implica considerar a danificação ou destruição de infra-estruturas de órgãos de emergência e de outras instituições públicas. Nesse sentido, outro aspecto salientado pelo autor para diferenciar o conceito de desastre e catástrofe se refere à capacidade de atuação dos órgãos de emergência: o que geralmente vai contribuir para a configuração da catástrofe se refere à impossibilidade de capacidade de resposta e reconstrução frente ao cenário de destruição em virtude do pessoal especializado estar ferido, morto ou incomunicável.

Outro aspecto importante se refere aos conflitos no interior e entre os próprios órgãos de emergência, e destes com outras instituições (organizações não-governamentais, por exemplo), que acabam emergindo quando o cenário de

desastre demanda uma atuação de instituições externas à localidade afetada (instituições da esfera estadual ou federal; de instituições regidas por um conjunto de regras totalmente distinto da realidade local, como as regras das Forças Armadas que pressupõem uma hierarquia ao superior militar e não a um coordenador-civil).

Desse modo, um outro elemento de distinção entre desastre e catástrofe se refere à impossibilidade de auxílio externo por parte das comunidades próximas à localidade afetada. Numa catástrofe, várias municipalidades tendem a ser afetadas porque ela assume um caráter regional. Isso acaba gerando uma concorrência entre os municípios afetados para obterem auxílio externo na forma de dinheiro, pessoal técnico, comunicação, suprimentos etc. e, conseqüentemente, causando uma convergência de ajuda e recursos para as cidades maiores ou para as que apareceram mais nos meios de comunicação.

Não por acaso, outro elemento de distinção se refere à cobertura dos meios de comunicação. Enquanto os desastres tendem a evocar, ao menos, a cobertura da mídia local, alguns desastres de grandes proporções despertam a atenção da comunidade midiática durante um período relativamente longo. Se se pensar no caso das catástrofes, o papel cumprido pelo sistema midiático revela-se distinto daquele que é desempenhado num desastre. Entre um desses aspectos que permitem a diferenciação, insere-se o tempo de cobertura dada pela mídia ‘nacional’, isto é, aquela com difusão nacional de notícias. O outro se refere à presença da mídia eletrônica na conformação de uma catástrofe, ao difundir coberturas visuais diárias dos acontecimentos, permitindo um acompanhamento quase *in loco* da situação, logicamente explicitando e definindo elementos condizentes à produção simbólica de um ponto de vista sobre a catástrofe.

Por fim, Quarantelli (2006) acredita que, em razão da conjugação dos elementos de distinção enunciados acima, a esfera política assume maior importância numa catástrofe do que num desastre. Isso porque, na maioria das vezes, na catástrofe estão envolvidas instituições da esfera federal. Assim, há maior exposição dessas instituições, demonstrando supostas falhas em seus desenhos institucionais, na coordenação de suas atuações, na dissociação entre os seus discursos e suas práticas etc.

Analisando o contexto dos desastres relacionados às chuvas no Brasil, Valencio (2008) empreende um apontamento importante que permite iniciar uma reflexão para questionar se seria condizente ou não, pensar em catástrofes no contexto brasileiro. A autora afirma que muitas das definições de desastre elaboradas no âmbito da Sociologia dos Desastres enfatizam a variável duração. Enquanto uns tendem a abordar o desastre sob o prisma de um processo histórico – em que os parâmetros temporais de curto prazo são pouco considerados – outros tendem a focalizar a desorganização da rotina a partir de uma sequência de eventos recentes que culminam nessa disrupção. Salienta a autora que uma convergência entre essas duas abordagens seria condizente para analisar o caso brasileiro, uma vez que “a apropriação desigual da riqueza e a fragilidade dos valores democráticos, sendo fundamentos de um processo estruturalmente conflitivo de territorialização, também apresentam especi-

ficidades (...) perante fatores pontuais de ameaça” (VALENCIO, 2008, p.5). Isso porque uma visão simplificadora do meio social concorreria para a transformação paulatina de desastres em catástrofes.

Quarantelli (2006) propôs a discussão acerca da diferenciação entre os termos desastre e catástrofe a fim de compreender a escala dos impactos nas dinâmicas sociais, a atuação das instituições de emergência etc. Entretanto, além de diferenciar os termos a partir das escalas dos impactos que produzem situacionalmente num tempo definido, é preciso inserir a possibilidade de pensar a variável duração como uma variável que pode distinguir, a longo prazo, um desastre de uma catástrofe. Isto é, analisar os impactos de forma processual, considerando o desastre ou a catástrofe não de uma forma circunscrita à temporalidade da ameaça natural (as chuvas), mas que são configurados por relações sociais que se prolongam no tempo e que dependem, por seu turno, das políticas públicas de defesa civil – não restritas às ações de evacuação, mas de monitoramento do processo de reconstrução. Dito de outro modo, uma desterritorialização extrema que perdura no tempo pode tornar o desabrigo não mais uma *condição*, mas uma nova situação, significando, desse modo, uma catastrofização, isto é, a transição paulatina do que inicialmente era tido como um desastre para uma catástrofe, prescindindo de qualquer ameaça natural, ou de qualquer “agente externo ameaçador”, sendo fruto sobretudo do abandono do Estado.

PARA CONCLUIR

Se as definições conceituais orientam as práticas institucionais, é preciso reconhecer que os diferentes modelos de compreensão em relação ao conceito de desastre surgiram em diferentes contextos históricos, e sempre são alterados com base nas contribuições oriundas de análise científicas, na reivindicação de demandas sociais, nas mudanças políticas, nos novos desafios que se apresentam às instituições como, por exemplo, a conjunção entre uma crise econômica – e, consequentemente, o aumento da pobreza – e a intensificação dos eventos extremos associados às Mudanças Climáticas. Insistiremos em considerar como “normalidade” um contexto de Mudanças Climáticas, pobreza e escassez?

REFERÊNCIAS

- BECK, U. A Reinvenção da Política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S (Org's). **Modernização Reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997. p.11-71.
- BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1997.
- CASTRO, A. L. C. Manual de Planejamento em Defesa Civil. **Brasília: SEDEC, 1999.v.1.**
- DOMBROWSKY, W. R. Again and again: is a disaster we call a “disaster”? In: QUARANTELLI, E.L. **What is a disaster?** Perspectives on the question. Routledge: London and New York, 1998. p.19-30.
- GIDDENS, A. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.
- GILBERT, C. Studying disaster: changes in the main conceptual tools. In: QUARANTELLI, E.L. **What is a disaster?** Perspectives on the question. Routledge: London and New York, 1998. p.11- 18.

- HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HIGUCHI, M.I.G. A sociabilidade da estrutura espacial da casa: processo histórico de diferenciação social por meio e através da habitação. **Revista de Ciências Humanas**. Florianópolis, n. 33, p.49-70, 2003.
- KROLL-SMITH, S.; GUNTER, V.J. Legislators, interpreters, and disasters. In: QUARANTELLI, E.L. **What is a disaster?** Perspectives on the question. Routledge: London and New York, 1998. p.160-176.
- MARANDOLA Jr., E.; HOGAN, D.J. As dimensões da vulnerabilidade. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 33-43, 2006.
- QUARANTELLI, E. L. Introduction: the basic question, its importance, and how it is addresses in this volume. In: _____(Org). **What is a disaster?** Perspective on the question. London and New York: Routledge, 1998. p.1-7.
- _____. **Catastrophes are Different from Disasters: Some Implications for Crisis Planning and Managing** Drawn from Katrina. 2006. Disponível em: <understandingkatrina.ssrc.org/Quarantelli/>. Acesso em:10 jul. 2009.
- SIENA, M. **A Dimensão de Gênero na Análise Sociológica de Desastres: conflitos entre desabrigadas e gestoras de abrigos temporários**. São Carlos: UFSCar/Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2009. 161p. Dissertação de Mestrado.
- VALENCIO, N. Da ‘área de risco’ ao abrigo temporário: uma análise sociológica dos conflitos subjacentes a uma territorialidade precária. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 32, 2008, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 2008, 28p.
- VALENCIO, N. et al. Implicações éticas e sociopolíticas das práticas de Defesa Civil diante das chuvas: reflexões sobre grupos vulneráveis e cidadania participativa. **Revista São Paulo em Perspectiva**, v.20, n.1, p. 44-60, 2006.
- _____. Após o desastre: abrigos temporários como *loci* de reafirmação da vulnerabilidade dos afetados pelas chuvas. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 26, 2008, Porto Seguro. **Anais...**Porto Seguro: ABA, 2008.

CAPÍTULO 5

GÊNERO E DESASTRES: UMA PERSPECTIVA BRASILEIRA SOBRE O TEMA¹

MARIANA SIENA
NORMA VALENCIO

INTRODUÇÃO

Nos dias 16 e 17 de agosto de 2005, a pesquisadora e especialista em gestão de desastres do Hazard Reduction & Recovery Center/Texas A&M University, Carla Prater, ministrou o mini-curso “Gestão de Desastres²”, no qual relatou duas significativas experiências de campo no tema: a primeira, na Índia, a pesquisadora, juntamente com sua equipe, foi analisar a situação social das comunidades mais vulneráveis após o *tsunami*, e, em particular, entender a razão de uma afetação na qual o recorte de gênero se evidenciava.

Carla Prater relatou que tal fenômeno ocorreu em virtude das práticas sociais que se tornaram *habitus* femininos na estrutura social daquelas comunidades: eram elas as responsáveis pela limpeza e comercialização dos peixes que seus maridos pescavam; também cuidavam da casa, dos filhos; além das práticas espirituais da família. Quando da chegada do *tsunami*, os maridos dessas mulheres estavam em alto mar na pesca (e assim não sentiram as ondas passarem, ou sentiram-nas levemente), enquanto elas os esperavam na costa para pegarem os peixes que iriam ser comercializados, o que acabou vitimando-as em grande número. Outro agravante da vida social local é que, com o falecimento de tais mulheres, vários viúvos agregaram outra dimensão de responsabilidade na criação dos filhos, porém, sem encontrar no imaginário e nas práticas correntes masculinas os elementos balizadores nas interações interpessoais voltadas para a formação das crianças. Tal fragilidade foi o fator desencadeador de um processo de desestruturação familiar, na qual tais homens caminham para o alcoolismo e os filhos para o abandono ou cuidados de terceiros.

A segunda experiência relatada por Prater foi o caso do desastre derivado de explosão de gasoduto na área urbana, num bairro popular, em Guadalajara,

-
1. Apoio: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Uma versão preliminar deste trabalho foi apresentada no Congresso Internacional da Associação Latino-Americana de Sociologia (ALAS), em setembro de 2009.
 2. O mini-curso foi realizado em Itirapina/SP/Brasil, no Centro de Recursos Hídricos e Ecologia Aplicada da Escola de Engenharia de São Carlos/USP, com carga horária de 12h/a.

no México. Desta feita, o fenômeno de explosão, no período da manhã, quase não causou vítimas fatais e, segundo Prater, a explicação se devia ao fato que, no referido horário, os homens já haviam saído para trabalhar e as mulheres estavam na parte dos fundos da casa – local preferencialmente da cozinha e dos quartos. As providências de arrumação da casa e feitura das refeições, além da espacialização das funções daquelas moradias, fez com que a sala de visitas fosse o cômodo mais vulnerável, mas onde, no referido horário, não havia um intensivo uso, o que teria sido diferente no período noturno.

Pergunta-se: os casos acima relatados pela pesquisadora são exemplos de fatalidades decorrentes de uma ameaça natural/tecnológica?

A resposta que a Sociologia pode dar é que não se trata de uma coisa nem outra. Tais exemplos demonstram que, por mais que haja a presença de um fator de ameaça, seja natural como o *tsunami* ou tecnológico, como o rompimento de um gasoduto, a territorialidade, no seu recorte de gênero, definiu o maior e menor número de vítimas nos desastres. Tais exemplos, apesar de não serem casos brasileiros, ilustram a discussão sobre a imbricação do tema de gênero e desastres. E, no decorrer deste trabalho, serão abordadas experiências de pesquisas brasileiras acompanhadas e analisadas pelo NEPED (Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos) do qual a autora é integrante e a coautora é coordenadora.

1. A VULNERABILIDADE SOCIAL FRENTE ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

O tema das Mudanças Climáticas tem sido foco de discussões em todo o mundo e, por conseguinte, tem ganhado maior repercussão em vista dos recentes relatórios do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas apontarem para fatores de ameaça à espécie humana em escala global, desenhando-se, assim, quadros desafiantes para a nova dinâmica global nos âmbitos econômico, político, social e cultural. Na América Latina e Caribe, o anuário Estatístico de 2008 aponta a ocorrência de 4.875 perdas humanas em decorrência de inundações no período de 2003 a 2006 e quase 3 milhões de pessoas afetadas (CEPAL, 2008).

No Brasil, o debate em torno das Mudanças Climáticas tem abordado o detalhamento de alguns fatores de ameaça, tais como os eventos de precipitações concentradas, de desertificação. Contudo, menor atenção tem sido dada à análise sociológica das dimensões socioeconômicas das vulnerabilidades dos afetados. Sendo assim, os subsídios que a Sociologia pode fornecer à mitigação dos desastres passam pela necessidade de enfocar pertinentemente a vulnerabilidade social, precedente ou circunstancial do grupo que interagirá com o fator de ameaça, analisando as relações sociais e políticas que se refletem territorialmente (QUARANTELLI, 2006).

Cabe ressaltar que o desastre é uma disrupção que ocorre como fenômeno social e como acontecimento físico. O olhar hegemônico sobre o tema foca apenas no acontecimento físico, creditando apenas às chuvas fortes, por

exemplo, a causa do desastre que é relacionado às enchentes, deslizamentos e afins. Contudo, o desastre constitui-se, também, como a ruptura da dinâmica social existente, como o desaglutinador da ordem social, ou seja, ele é a vivência de uma crise e, portanto, mostra-nos o limite de uma determinada rotina e a necessidade de construção de uma nova dinâmica social.

Assim, para analisar os impactos de um desastre, segundo Quarantelli (2006), a variável fundamental é a estrutura e dinâmica da organização social, tirando-se, assim, o foco da importância do fator de ameaça e valorizando as relações sociais e políticas que se refletem territorialmente (VALENCIO, 2008).

A ênfase na abordagem da vulnerabilidade, esforço de Quarantelli e demais autores que com ele debateram, ganhou ainda maior relevância à medida que se desdobrou para uma reflexão sociológica acerca dos processos de desenvolvimento, revelando que estes não somente estavam alterando os graus de vulnerabilidade, mas “também estavam alterando e aumentando os padrões de ameaça; um conceito que cada vez ganha mais adeptos à medida que aumentam as próprias conseqüências da mudança climática global” (PNUD, 2004, p.18). Ou seja, as Mudanças Climáticas geram eventos e o que os definem como ameaça é a vulnerabilidade da população que será afetada. E, tanto a total imersão num modelo equivocado de desenvolvimento quanto a ausência de desenvolvimento são fatores problemáticos para lidar com fatores de ameaça constante ou, ainda, que se agravam, como os eventos extremos prognosticados com as Mudanças Climáticas.

As chuvas, dentre outros fatores de ameaça natural, podem, de fato, contribuir para o agravamento dos revezes cotidianos em várias camadas da sociedade que partilham o território citadino, socializando-se, por assim dizer, os perigos aos quais as mesmas estão expostas; todavia, são distintas as condições sócio-econômicas dos grupos afetados para suplantar as adversidades (VALENCIO et al., 2004).

2. A DIMENSÃO DE GÊNERO NA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DE DESASTRES

O recorte de gênero é uma categoria histórica nas Ciências Sociais que define especificidades sexuais ao exercício de papéis numa determinada estrutura social (SILVA, 2005). Assim, a reprodução desta categoria só ganha inteligibilidade se vista desde dentro das instituições que compõem a sociedade em cada momento histórico, a família, a Igreja, a Escola, o Estado (BOURDIEU, 2003).

Obedecendo ao *habitus*³ e à estrutura de dominação corrente na sociedade brasileira, cabe ao homem realizar todos os atos ao mesmo tempo breves, perigosos e espetaculares, situados do lado exterior da casa. É dele que se espera a autoridade moral, as práticas públicas, que representam a família no âmbito

3. Segundo Bourdieu (2004, p.158), “o *habitus* é ao mesmo tempo um sistema de esquemas de produção de práticas e um sistema de esquemas de percepção e apreciação das práticas. E, nos dois casos, suas operações exprimem a posição social em que foi construído”.

social. Já, à mulher, cabe todos os trabalhos domésticos, escondidos, invisíveis, os quais demandam muito tempo e constituem a rotina do lar. À ela deve-se a construção simbólica do lugar como seguro e o sistema de valores e crenças da família onde se encontra a unidade do grupo. Logo, o universo de homens e mulheres constitui duas classes de *habitus* diferentes e, porque não dizer, numa divisão das atividades produtivas que incluem aquelas de reforço do capital social e do capital simbólico (BOURDIEU, 2003).

Outro ponto importante considerado Bourdieu é o fato das mulheres serem submetidas a uma socialização que tende a diminuí-las, reconhecidas sempre como vítimas, vulneráveis, fracas, sem a coragem para lidar com as dificuldades agudas as quais exigiriam o ato viril, sendo o homem o esteio das mulheres nos momentos críticos. Reportando a um momento de desastre, o agente de emergência trata a mulher como o ser vulnerável que precisa obedecer a uma ordem oficial, pública. Essa concepção que se acomoda no imaginário social naturaliza o espaço público como um espaço do homem ao passo que, às mulheres, fica destinado, predominantemente, o espaço privado doméstico, de reprodução da família. Tal confinamento, exercendo atividades não remuneradas, faz com que tais mulheres estejam mais dispostas a exercer beneficência, sobretudo religiosa ou de caridade (BOURDIEU, 2003). Isso condiz em situações de pós-desastre, nas quais as mulheres se dedicam, mais que os homens, à reconstrução e à assistência, como que extravasando para o espaço público seu fazer privado sem, no entanto, ameaçar as estruturas de poder.

Para Sarti (1996), a casa é identificada com a mulher, isto é, uma expressão material do que seus membros precisam para exercitarem seus respectivos papéis e saciarem suas necessidades vitais. É a mulher quem cuida da divisão e organização dos cômodos e dos bens ali acondicionados, da garantia e asseio dos mesmos, do suprimento à demanda por alimentação, enfim, o zelo para que o bem-estar dos seus membros seja garantido. O homem tem precedência à mulher sendo considerado o chefe da família e a mulher a chefe da casa. O homem é a autoridade moral, responsável pela respeitabilidade familiar no âmbito externo, mas aquilo que ele apresenta como uma família é uma rede tecida pelas mãos femininas. Se for ele quem sai para trabalhar e traz o dinheiro para casa, assumindo o papel de provedor do grupo, é a mulher quem, em certa medida, controla este dinheiro, pois é quem dita as prioridades de gastos da renda familiar, repartindo-a na saciedade de necessidades individuais e do coletivo. Contudo, estudos de Izaura Fischer (2000) têm demonstrado que as mulheres já se reconhecem como chefes de família (por causa de sua inserção cada vez maior no mercado de trabalho), porém a consciência crítica não se apresenta suficientemente elevada para ignorar as tradições seculares. Assim, classifica, por exemplo, a sua participação na compra de alimento como ajuda, como complementar, dando a entender que o homem, enquanto chefe da família, assume tal despesa, quando, muitas vezes, ela é totalmente responsável por essas obrigações.

Dessa forma, notamos que as mulheres ainda aceitam uma figuração na qual suas identidades são forjadas numa assimetria de poder em relação ao homem, cujas práticas sociais são tidas como mais relevantes. Segundo Goldani

(2002), os fundamentos estruturais nos quais se apóiam a atual estrutura hierárquica de gênero são o mercado de trabalho e a família. No primeiro, há uma divisão de sexo e discriminação no emprego e, no segundo, há uma divisão de trabalho de sexo, maternidade e reprodução.

Diante do exposto, podemos afirmar: a identidade de homem e de mulher realizam-se na junção do público com o privado, ou seja, na família que contém a casa. Tal fato nos permite fazer uma “ponte” com nosso estudo especificamente, pois, se essa identidade se realiza, prioritariamente, de tal forma, especialmente nas zonas periféricas das cidades, o que ocorrerá quando a família vivenciar a destruição de suas moradias em desastres? Como as mulheres desabrigadas⁴, em especial, vivenciarão a perda de seu mínimo espaço de reconhecimento social, a casa? Sabemos que, quando bens materiais, como geladeira, fogão, colchão e afins ficam inutilizados, e parte da estrutura da casa fica danificada ou destruída, o deslocamento para abrigos temporários⁵ é inevitável se não houver redes sociais que alojem a família em outra moradia. Tal deslocamento implica mudanças nas referências espaciais para a realização de suas identidades, isto é, dos marcos referenciais para saber qual é o espaço (regras, práticas aceitáveis) entre o eu e o outro em um território de uso coletivo.

3. GÊNERO E DESASTRE PELA PERSPECTIVA DO NEPED

A mulher, como chefe da casa, é quem culturalmente desenvolveu aptidões para identificar e expressar tanto as dimensões objetivas das perdas concretas na moradia quanto as dimensões imateriais e intersubjetivas dos danos no núcleo familiar. Tais aptidões devem-se ao fato de que é ela quem, historicamente, “produz” o núcleo familiar, isto é, toma para si a responsabilidade de reprodução e manutenção do sistema de valores e crenças para os demais membros bem como a de zelar o território onde se realiza a sociabilidade deste grupo, qual seja, a moradia (SIENA, VALENCIO, 2006). Uma vez que esta responsabilidade é incorporada, ela se torna o membro da família mais suscetível diante das perdas materiais e simbólicas associadas à moradia. Vai daí, a imagem corrente, em cenários de desastre, de mulheres prostradas em frente aos escombros da casa afetada, em busca de algo que não se revela de imediato, uma forma dela mesma reelaborar suas perdas procurando alcançar meios para evitar a morte social do grupo (VALENCIO et al., 2007).

4. Conforme o Glossário de Defesa Civil, Estudos de Riscos e Medicina de Desastres (CASTRO, 1998, p. 56) desabrigado é um “desalojado ou pessoa cuja habitação foi afetada por dano ou ameaça de dano e que necessita de abrigo provido pelo Sistema”.

5. O abrigo temporário é, segundo os manuais de defesa civil, um *locus* provisório de atendimento de necessidades básicas dos desabrigados, devendo o gestor público ali atender a um conjunto de provisões que se referem à proteção física, a um local de repouso, à alimentação, ao vestuário, à medicação, dentre outros, até que uma solução duradoura seja adotada pelo Estado (VALENCIO et al., 2008).

As experiências de pesquisas do NEPED⁶ mostram que, no caso destruição da moradia e ida para abrigo temporário, um aspecto sociologicamente relevante é que há, desde logo, práticas tensionantes entre grupos em obrigatória interação: a identidade da mulher como mãe, por exemplo, passa a ser influenciada por um agente externo que a faz sair de casa, que são os agentes de defesa civil, bombeiros etc. No abrigo, a mulher afetada busca reproduzir o ambiente privado no espaço público, mesmo que seja tarefa difícil, pois como mantenedora da unidade do lar, tenta restabelecer o cenário de afirmação de sua identidade e, por consequência, da identidade dos membros da família, o mais rápido possível, como forma de aliviar o sofrimento do grupo (VALENCIO et al., 2007; SIENA, 2009). Nesta busca, ao longo de observação direta de casos na região Sul e Sudeste do Brasil, constatamos os conflitos entre os gestores dos abrigos e as desabrigadas, causados, dentre outros: pela concepção distinta de organização do espaço do abrigo; pelos critérios de responsabilidade e distribuição das tarefas de limpeza, preparo das refeições e afins; pela ida constante da mulher à casa avariada para se relacionar de várias formas possíveis com o espaço privado perdido etc.

As famílias afetadas pelos desastres perdem seus marcos referenciais (bens materiais, a própria casa, ou ainda entes queridos), do espaço de realização da rotina no qual a identidade se afirma e, assim, a sua noção interna de ordem torna-se impraticável no plano da realidade concreta. Se considerarmos, ainda, a recomendação da Defesa Civil brasileira, particularmente, do Estado de São Paulo – em caso de famílias desabrigadas – para que haja separação dos alojados por sexo e não por família – pois a instituição acredita que assim as pessoas ficarão aflitas e agirão por conta própria para deixarem o local (ginásios, galpões, escolas e demais instalações provisoriamente alocadas para tal fim) não esperando nenhuma providência adicional do Estado em termos de reconstrução – a situação torna-se mais lamentável⁷ no que concerne ao dever de proteção da família e da dignidade da pessoa humana previstos em lei. E não apenas mais lamentável: do ponto de vista da lógica familiar, tal atitude da Defesa Civil constitui-se como prolongamento do desastre, pois este não é o evento natural e, sim, um problema social agravado tanto pelo impacto de fatores de ameaça (natural ou tecnológico) quanto pela forma como o ente público entende e pratica seu papel diante do ente civil afetado.

6. Grande parte dessas experiências foram frutos de pesquisas realizadas para o projeto “Representações Sociais dos Abrigos Temporários no Brasil: uma análise sociológica de base qualitativa da ótica dos gestores públicos e dos abrigados em contexto de desastre relacionado às chuvas”, coordenado pela Profa. Dra. Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio. Este projeto foi aprovado junto ao edital universal do CNPq no final de 2006 e encerrou-se em julho de 2009. Os pesquisadores do NEPED colaboraram com sua execução. Dentro deste projeto alguns abrigos temporários foram visitados, localizados nos seguintes municípios: Jaboatão do Guararapes/PE; Nova Friburgo/RJ; Sumidouro/RJ; Ilhota/SC; São Sebastião do Cai/RS.

7. Essa recomendação parte da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil do Estado de São Paulo, cf. CAEM, município Dourado/SP, em 2004.

Nesse sentido, se um evento hidrometeorológico, como as chuvas intensas, pode desencadear um desastre referente à perda de moradia e dos equipamentos do entorno, será a ida da família ao abrigo, sendo tratada no escopo de um controle social negativo à restauração de seu estado psicossocial, como por meio dos vários tipos de restrição (separação por sexo), de adequação a uma outra racionalidade (neste caso, especificamente militar que rege a concepção de abrigo temporário), as marcas do desastre continuam sendo impregnadas nesta família e tornam-se indelévels na memória do grupo e de cada pessoa. Ou seja, a situação de desastre não muda, pois sob o amparo do Estado ela continua numa situação de sofrimento social.

Tal figuração do Estado com as famílias abrigadas e, em espacial, com as mulheres, configura-se em um conflito de racionalidade que o discurso institucional não é capaz de reconhecer e reciclar. Porque, se a instituição existe no sentido do amparo e no fornecimento de condições para que a família desabrigada se reajuste, e encontre uma reinserção social, não há nenhum tipo de base na interação social que essa família possa tomar como mola propulsora de novas condições de vida, de enfrentamento da memória do desastre como lições aprendidas pelos sujeitos na cena.

A família é o ente coletivo mínimo que resta em meio aos vários danos materiais de um desastre e é com base nela, na sua unidade, que tudo mais pode ser refeito, pois se trata da instituição primordial de constituição do *habitus*. Porém, quando o Estado fragmenta a própria família, que é reconhecida constitucionalmente como célula da sociedade, e tira a possibilidade dela exercer seus vários papéis, faz com que o tipo de sofrimento vivido termine numa indiferença social paulatina que rompe ainda mais qualquer possibilidade de cidadania. Ou seja, o Estado adota práticas que, aparentemente, açambarca e protege a família, mas, na relação de dominação, exercida dentro do abrigo temporário, a fragmenta, deixa de prestar assistência balizada nos direitos da pessoa, deixando os abrigados sem a oportunidade de se realizar e prover a reintegração da base, na família.

Agindo de tal forma, o Estado acentua ou mesmo induz o aparecimento das psicopatologias como estados depressivos ou ansiedades, assim como os transtornos por estresse agudo e por estresse pós-traumático, além de patologias como diabetes do tipo 2, pressão alta, doenças cardiovasculares, respiratórias, do aparelho digestório e outros (OPS, 2002a). O abrigo, local que deveria fornecer o suporte para os afetados se recuperarem, pode, deste modo, criar ainda mais problemas. As práticas do Estado junto aos afetados no abrigo revelam uma sociopatologia a partir da qual irão decorrer as psicopatologias supra, o nível individual lidando com a sobrecarga deriva de uma doença social não reconhecida pelo Estado, o qual evita agir com reflexividade.

Os desastres desmancham as rotinas e, muitas vezes, os meios necessários aos mínimos vitais e sociais da família, sendo a mulher a encarregada de cumprir vários papéis associados a tais rotinas. Assim, como consequência do evento traumático “las mujeres tienen que encontrar, frecuentemente, una salida para las dificultades económicas de la familia y esto requiere invertir muchas energías

físicas e gran desgaste psicológico” (OPS, 2002b, p. 06). Enfrentando a recuperação ao lado de seus companheiros e, em muitos casos, sozinhas, como chefes de seu núcleo familiar, idosos, jovens e crianças pedem requerimentos vários acima de sua capacidade emocional e material para lidar, e o apreço desses membros por ela passa por riscos. Quando têm companheiros, algumas mulheres, após o evento traumático, experimentam a violência pela primeira vez ou suportam maiores níveis de violência de seu companheiro, pois é habitual aos homens sentirem impotentes frente à realidade do desastre e terem sentimentos de perda e frustração, aumentando as reações de cólera e violência com aqueles familiares mais próximos e mais vulneráveis.

Em artigo que analisa o desastre causado pelo rompimento de uma barragem no município de Camará/PB, Valencio (2005) afirma que, dentre os desabrigados, abrigados por parentes e os mantenedores da rede informal de apoio, destacam-se as mulheres: “é ela quem, por iniciativa, e maior senso de doação e renúncia, mantém o sentido de segurança para o núcleo familiar quando abalado em desastres” (VALENCIO, 2005, p. 10). Contudo, ao competir à mulher, tradicionalmente, as funções de manutenção dos valores no âmbito da família é a mulher quem sofre com uma dupla pressão: a de não poder externalizar sua fragilidade individual na vivência da situação; e a de manter-se como referência para os demais membros da família. “Em termos psicossociais, é mais sujeita a apresentar receios de reviver a experiência do impacto, nisso ficando em ansiedade, medo e vigília constantes” (IDEM, p. 11). Isso realmente ocorre em uma quase anomia a que ficam sujeitas em abrigos temporários.

PARA CONCLUIR

O recorte de gênero dessa problemática teve como pressuposto de alteridade um olhar tecnocrático do gestor público, oriundo de uma interpretação masculina do mundo moderno, que tem por hábito não compreender as práticas/reivindicações das mulheres abrigadas – por exemplo, quando estas reclamam de não poderem cozinhar, da distância entre o abrigo e o bairro onde moravam, ou seja, da rotina imposta pelo próprio gestor.

Enfim, essas observações remetem à necessidade de aprofundar a reflexão sociológica sobre os mecanismos de poder que se manifestam na relação do Estado com os afetados e vendo neste grupo heterogêneo como as mulheres são especiais devido à sua posição/função na estrutura social de cada sociedade.

Somente considerando tais práticas, as políticas públicas na área de Defesa Civil serão, sobretudo no Brasil, mais eficazes, devendo-se, assim, imbricar o tema das emergências com o da promoção da cidadania.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
_____. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CASTRO, A. L. C. **Glossário de Defesa Civil, Estudos de Riscos e Medicina de Desastres**. Brasília: MP, 1998. Disponível em: <<http://www.defesacivil.gov.br/publicacoes/publicacoes/glossario.asp>>. Acesso em: 29 jul. 2008.

CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe). **Anuario estadístico de América Latina y el Caribe**, 2008. Disponível em: <http://www.eclac.org/publicaciones/xml/7/35327/LCG2399B_3.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2009.

FISCHER, I. A trabalhadora rural: assalariamento, reprodução biológica e conflitos de gênero na família. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12, 2000, Caxambu. **Anais...** Caxambu: Abep, 2000. p. 01-16.

GOLDANI, A. M. Famílias e Gêneros: uma proposta para avaliar (des)igualdades. In: ALGRANTI, L. M. (Org.). **A Prática Feminista e o Conceito de Gênero**. Campinas:UNICAMP, 2002. (Textos Didáticos n° 48).

OPS (ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD). Programa de Preparativos para Situaciones de Emergencia y Socorro en Casos de Desastre. **El Cuidado de la Salud Mental en Situaciones de Desastre**. Washington: OPS/OMS, 2002a, CD-rom.

_____. **Protección de la salud mental en situaciones de desastres y emergencias**. Washington: OPS, 2002b.

PNUD (PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO). Dirección de Prevención de Crisis y de Recuperación. **La Reducción de Riesgos de Desastres Un Desafío para el Desarrollo**, Un Informe Mundial. New York: ONU, 2004.

QUARANTELLI, E. L. **Catastrophes are Different from Disasters: Some Implications for Crisis Planning and Managing Drawn from Katrina**. 2006. Disponível em: <understandingkatrina.ssrc.org/Quarantelli/>. Acesso em: 22 mar. 2007.

SARTI, C. A. **A Família Como Espelho**. Campinas: Autores Associados, 1996.

SIENA, M.; VALENCIO, N. F. L. S. Moradias Afetadas pelas Chuvas: dimensões objetivas e subjetivas dos danos pelo recorte de gênero. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 3, 2006, Brasília. **Anais...** Brasília: ANPPAS, 2006, v. cd. 14p.

SIENA, M. **A Dimensão de Gênero na Análise Sociológica de Desastres**: conflitos entre desabrigadas e gestoras de abrigos temporários. São Carlos: UFSCar/Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2009. 161p. Dissertação de Mestrado.

SILVA, M.A.M. Transversalidade do Gênero nas Relações Sociais. In: III SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E ESTUDOS MARXISTAS/ UFSCAR, 2005, São Carlos. **Mini-curso...**

VALENCIO, N. Dimensões psicossociais e político-institucionais do desastre de Camará (PB): limitações da resposta da Defesa Civil frente ao rompimento de barragens. In: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, 1, 2005, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: IPPUR/ UFRJ, 2005. 20p.

_____. Da 'área de risco' ao abrigo temporário: uma análise sociológica dos conflitos subjacentes a uma territorialidade precária. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 32, 2008, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 2008.

VALENCIO, N. et al. A produção social do desastre: dimensões técnicas e político-institucionais da vulnerabilidade das cidades brasileiras frente às chuvas. **Revista Teoria e Pesquisa**, São Carlos, n. 44-45, p. 67-115, 2004.

_____. O desastre como desafio para a construção de uma hermenêutica diatópica entre o Estado e os afetados. **Revista Cronos**, Natal, v. 8, n. 1, p.81-100, 2007. Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/cronos/8/d4.pdf>>.

_____. Práticas de reabilitação no pós-desastre relacionado às chuvas: lições de uma administração participativa de abrigo temporário. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 4, 2008, Brasília. **Anais...** Brasília: ANPPAS, 2008. 20p.

SEÇÃO II

DIMENSÕES SOCIAIS DA VULNERABILIDADE

A VULNERABILIDADE SOCIAL DIANTE DAS TEMPESTADES: DA VIVÊNCIA DOS DANOS NA MORADIA À CONDIÇÃO DE DESALOJADOS/DESABRIGADOS PELO RECORTE DE GÊNERO¹

MARIANA SIENA

INTRODUÇÃO

Dentre os vários perigos de origem natural, os perigos hidrometeorológicos são aqueles cuja manifestação tem incitado recorrentes desastres nas cidades brasileiras como consequência das mudanças climáticas e do crescimento desordenado das aglomerações humanas. Cabe entender por desastre “(...) um acontecimento, ou uma série de acontecimentos, que altera o modo de funcionamento rotineiro de uma sociedade. Estes acontecimentos são provocados por uma grande variedade de agentes naturais ou criados pelo homem (...)” (MATTEDI; BUTZKE, 2001, p. 09).

Na situação de desastre, ocorre com a população afetada um desarranjo parcial ou total de seus lugares habitacionais de vivência, assim como perda das fontes de trabalho e da rede social de apoio. E este quadro tende a se agravar num contexto em que o aumento dos eventos extremos relacionados às chuvas (fato debatido atualmente com os recentes relatórios do IPCC – Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas) soma-se com a vulnerável inserção territorial dos mais pobres, gerando um acréscimo no número de desalojados e desabrigados em todo o país. Desabrigados são aqueles cujos imóveis de uso domiciliar sofreram danificações e/ou destruição, acarretando não só a desintegração do espaço privado de convivência como alterando o seu *habitus*². Caracterizam-se como aqueles que não encontram apoio da vizinhança, de amigos e de parentes para alojarem-se circunstancialmente em suas moradias – o que, caso ocorresse, designá-los-ia como desalojados.

Esse conjunto de fatores faz com que os afetados sofram com a desorganização de seus núcleos familiares. Adentraremos especificamente no propósito deste trabalho: análise e caracterização das famílias em risco, estas

-
1. Apoio FAPESP. A primeira versão deste texto foi apresentada no 2º. Simpósio Brasileiro de Desastres Naturais e Tecnológicos/SIBRADEN, ocorrido em Santos, em dezembro de 2007.
 2. Segundo Bourdieu (1990, p. 158), “o *habitus* é ao mesmo tempo um sistema de esquemas de produção de práticas e um sistema de esquemas de percepção e apreciação das práticas. E, nos dois casos suas operações exprimem suas posições sociais”.

vistas como um coletivo afetado pelos desastres e que tem a mulher como principal produtora do núcleo familiar. Esclarecendo que esta análise não se limitou às famílias afetadas em sua residência, mas também àquelas que tiveram de abandonar suas casas pelos efeitos do desastre.

Os procedimentos metodológicos aplicados neste estudo tiveram como base: a revisão bibliográfica (pautada em discussões teóricas sobre sociedade de risco, habitus, gênero e representações sociais); a pesquisa documental (análise dos registros de atendimento da defesa civil do município de estudo e da Política Nacional de Defesa Civil); e a pesquisa de campo de base qualitativa, na qual se buscou relatos orais de mulheres que chefiam o lar para trazerem elementos privilegiados à análise sociológica. Para fins de ilustração da importância de tais relatos, apresentar-se-á alguns deles derivados de um estudo de caso focalizando moradias afetadas por chuvas na área urbana do município de São Carlos/SP. O município tem uma população estimada, segundo o censo IBGE 2000, de 192.988 habitantes sendo que 95,1% vivem na zona urbana; e apresenta um crescimento demográfico de 2,4% ao ano. Já no ano de 2007, segundo estimativas do censo IBGE, a população total do município é de 212.956 habitantes.

A pesquisa de campo foi dividida em duas etapas. Na primeira, foram acessados Registros de Atendimento da Defesa Civil do município de São Carlos, dos anos de 2000 a 2004 a partir da base de dados do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED), que se relacionavam com os fenômenos hidrometeorológicos, para seleção de casas que sofriam com desastres. Como foram entrevistas com roteiro aberto, que permitiram longos relatos numa abordagem de caráter exploratória, a quantidade de entrevistadas não foi um fator relevante e sim a qualidade e o detalhamento nas respostas. Os relatos que serviram de ilustração foram de seis mulheres, de diferentes regiões do município: informante 1, 48 anos, casada, eixo geográfico Oeste; informante 2, 43 anos, casada, eixo geográfico Norte; informante 3, 41 anos, casada, eixo geográfico Norte; informante 4, 41 anos, casada, eixo geográfico Sul; informante 5, 28 anos, casada, eixo geográfico Sul; informante 6, 56 anos, viúva, eixo geográfico Nordeste). Importante ressaltar que todas são mães e que seus filhos ainda vivem com elas.

Já a segunda etapa foi feita em um bairro que houve casos de famílias que ficaram num misto entre desalojadas e desabrigadas. Neste caso, as entrevistas foram realizadas depois do retorno das famílias para suas casas. A prefeitura do município não organizou abrigo temporário aos desabrigados, forneceu um vale-aluguel de até R\$ 250,00 para arrumarem outro lugar até que pudessem ocupar novamente suas moradias. Quando da realização das entrevistas apenas duas famílias haviam voltado e estas foram entrevistadas.

1. A SOCIEDADE DE RISCO

O conceito de risco tem tomado o centro do debate nas Ciências Sociais, principalmente a partir dos anos 80, em virtude do aumento de frequência e intensidade da intervenção técnica, na qual os perigos ficam em latência e,

inesperadamente, manifestam-se na forma de desastres. Anteriormente a isso, predominavam apenas as análises técnicas e quantitativas dos riscos, nas quais

[...] o ‘ambiente’ soa como um contexto externo à ação humana. Porém, as questões ecológicas só vieram à tona porque o ‘ambiente’, na verdade, não se encontra mais alheio à vida social, humana, mas é completamente penetrado e reordenado por ela (BECK; GIDDENS; LASH, 1997, p. 08).

Sendo assim, a contribuição da Sociologia acerca dos debates sobre riscos é a de demonstrar que os riscos não são exclusivamente um fenômeno natural ou tecnológico, mas também social. Para Beck e Giddens, os riscos não são meros efeitos colaterais do progresso, mas centrais e constitutivos desta sociedade altamente moderna. Os vários grupos são constantemente confrontados, na sociedade de risco, com os limites e com as consequências de suas ações de onde deriva o conceito de reflexividade para explicar a possibilidade de autocrítica que se pode ter diante das práticas perigosas:

a reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas práticas sociais, alterando assim constitutivamente seu caráter (GIDDENS, 1991, p. 46).

Como se trata de um tema novo, e que vem sendo discutido e renovado, pode-se observar um enriquecimento do debate acerca dos riscos, principalmente no que se refere ao conceito de *globalização dos riscos*. Para Valencio (2004), é certo que com as mudanças climáticas algumas regiões vão sofrer ou pela intensidade, ou pela persistência dos extremos eventos hidrometeorológicos. Isto reporta a um risco de que: primeiramente, populações já sem-teto vão sofrer danos; na sequência, os que têm teto, porém precário, sofrerão, são os ditos “*potenciais desabrigados*”; por fim, dependendo da dimensão do evento, mesmo aqueles que acreditam possuir uma casa segura poderão vir a sofrer, sobretudo por esta não ter sido projetada para situações extremas. Ou seja, todos estão expostos aos perigos; todavia, são distintas as condições para superar as adversidades.

A Defesa Civil, assim como o Corpo de Bombeiros, são os braços do Estado no provimento de segurança quando os limites parecem prestes a ruir. No espaço público, a ação de tais órgãos tem uma visibilidade que incita certo tipo de juízo acerca de sua efetividade, o que não necessariamente corresponde ao juízo que se tem quando as relações se dão no espaço privado. Assim, compreender as dimensões das perdas e danos das moradias afetadas pelas chuvas, pela ótica da mulher, é o que permite avaliar se as novas estratégias de convivência com tal fenômeno são deflagradas e se as formas institucionais que derivam da reflexividade são suficientes para aplacar o sofrimento das famílias (SIENA; VALENCIO, 2006).

2. MORADIA: ESPAÇO DE PRODUÇÃO DA FAMÍLIA E DA IDENTIDADE DA MULHER

Correspondendo ao *habitus* e à estrutura de dominação corrente na sociedade brasileira, cabe ao homem realizar todos os atos ao mesmo tempo breves, perigosos e espetaculares, situados do lado exterior da casa. É dele que se espera a autoridade moral, o juízo oficial, que representam à família no âmbito público. Já, à mulher, cabem todos os trabalhos domésticos, escondidos, invisíveis. Assim, o universo de homens e mulheres constitui duas classes de *habitus* diferentes regidas por uma divisão das atividades produtivas que incluem aquelas de reforço do capital social e do capital simbólico (BOURDIEU, 2003). Sendo assim, a mulher tem muitos papéis justapostos na moradia que constituem sua identidade: o de mãe; o de chefe do lar; o de esposa; e, principalmente, o de mantenedora da coesão familiar; todas, formas de socialização fundamentais para a perpetuidade dessa instituição na sua dinâmica endógena.

Para Sarti (1996), a casa é identificada com a mulher e *está contida* na família, pois é a mulher quem cuida da divisão e organização dos cômodos e dos bens ali acondicionados, do suprimento às demandas por alimentação e vestuário a contento, enfim, de zelar para que o bem-estar dos seus membros seja naturalizado. O homem tem precedência à mulher sendo considerado o chefe da família e a mulher a chefe da casa. Tal divisão complementar permite a realização das diferentes funções da autoridade na família. O homem é a autoridade moral, responsável pela respeitabilidade familiar no âmbito externo, mas aquilo que ele apresenta como uma família é uma rede tecida pelas mãos femininas (SIENA; VALENCIO, 2006). Se for ele quem sai para trabalhar e traz o dinheiro para dentro de casa, assumindo o papel de provedor do grupo, é a mulher quem, em certa medida, controla este dinheiro, pois é quem dita as prioridades de gastos da renda familiar.

Quando as chuvas provocam inundações na moradia e bens permanentes (geladeira, fogão, colchão, televisão) ficam inutilizados, assim como a estrutura da casa fica danificada ou destruída, há mudanças nas referências espaciais para constituição de identidade dos membros da família e, em especial, da mulher.

3. RELATOS DAS PERDAS VIVIDAS PELA PERSPECTIVA FEMININA

Falar do exercício de papéis implica abordar as representações sociais dos mesmos. Moscovici argumenta que:

O propósito de todas as representações é tornar algo não-familiar, ou a própria não-familiaridade, familiar [daí porque as representações são] um sistema de valores, idéias e práticas, com uma dupla função: primeiro, estabelecer uma ordem que possibilitará às pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controlá-lo; e, em segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade (MOSCOVICI, 2004, p. 20-21).

Uma das formas que o cientista social encontra para ter contato com essas representações é por meio dos relatos orais. Estes, colhidos por meio de uma interação estabelecida a partir de roteiros semi-estruturados, permitem ao entrevistado transmitir sua experiência naquilo que considera relevante no seu próprio ponto de vista (QUEIROZ, 1987). Embora a narrativa possa reconstituir os acontecimentos segundo aquilo que o entrevistado julga ter experienciado de uma forma única, o tema do impacto das chuvas sobre a moradia e a família em áreas tidas como de risco propicia que os relatos das mulheres sejam convergentes no que tange às perdas sofridas, às estratégias de mitigação dos danos; isto é, revelam valores e práticas coletivos (SIENA; VALENCIO, 2006).

A aproximação das chuvas é um fator de apreensão para as mulheres dessas moradias, sobretudo no que concerne ao seu papel de mãe. Manter a prole em segurança diante dos acontecimentos faz parte de sua tarefa. Há aquelas que se apegam às suas práticas religiosas como também as que se esforçam para que os filhos superem o estado emocional provocado pela reiteração das adversidades:

Eles [referindo-se às crianças] são assim (...) começou a chover eles trata de pega a bíblia para ler porque eles quer ficar tudo em volta de mim [grifo nosso], aí eu tava lendo a bíblia com eles, aí de repente caiu em cima da gente [o telhado](...) Foi um susto (...)Eu falo para eles vamos rezar, se apegá com Deus, pra que não aconteça o pior (informante 4, 41 anos).

Ah, eu queria eles [filhos] em casa, e eu ficava apavorada quando um deles tava na rua, eu ligava, ficava com medo (informante 1, 48 anos).

A preocupação com os filhos vem em primeiro lugar:

Até hoje eles [os filhos] têm trauma de chuva (...) catei eles corri pra casa do vizinho, lá pro vizinho de baixo. Aí eu cheguei lá, enfiei eles pra dentro e voltei pra acudi as coisas [grifo nosso] (informante 4, 41 anos).

Uma vez que os mesmos se encontrem fora do perigo, então, retorna a casa para, já no papel de chefe do lar, salvar os utensílios pelos quais ela se sente também responsável:

Eu ergo aquilo que pode ser erguido, mas mesmo assim você tem que erguer muito, porque chega a 20 cm de água. Molhou o sofá, molhou o fogão, molhou mantimento, molhou roupas nas gavetas do guarda-roupa. Minha máquina de lavar roupa ficou dentro, não deu tempo de erguer, ela queimou. Os móveis ficam feios, né? Os pés dos móveis, a fachada, então ficou tudo feio. Levou dias pra secar (informante 3, 41 anos).

Eu tiro as coisa da tomada, coloco o menino pra dentro, tiro roupa do varal e espero (informante 5, 28 anos).

Aí, choveu, nós temos que por saquinho, tem que por um monte de entulho na porta [água]pra não entrar (...)eu perdi 2 guarda-roupas (...)

a estante, também, embaixo tá tudo ruída, tá tudo danado A máquina de costura também (informante 2, 43 anos).

A mulher cuida de várias coisas, no domicílio, em um curto espaço de tempo, lida de maneira muito eficiente com a gestão do tempo. Mas, o desempenho intensivo e simultâneo de seus afazeres tende a elevar o seu nível de estresse. Com tantas providências a tomar com a casa e a família, não raro subordina a necessidade de cuidar de sua própria integridade física e emocional. Os relatos acima sinalizam que há uma atuação feminina prévia, durante e no momento posterior à precipitação, o que amplia o espectro temporal do seu sofrimento. E quando indagadas a respeito das perdas materiais na moradia expressam as dimensões imateriais ali contidas:

Estragou o telhado, um forro sabe?! Um forro que meu filho tinha acabado de colocar! [grifo nosso]. Estragou só um pouco as cadeiras. Estragou assim: os móveis molharam, mas não chegou a jogar fora, molhou o sofá. Mas ninguém se machucou (informante 6, 56 anos).

Se, para a mulher, como chefe do lar, há um senso de responsabilidade para com a segurança da moradia, a solicitação de socorro institucional é tarefa do chefe da família que tem a autoridade nesta comunicação com o mundo externo. Assumi-la no lugar do homem tem implicações na forma como o agente de emergência (na maioria das vezes, um ou vários homens) supõe que deva interagir: trata-se, a mulher, como alguém que precisa obedecer a uma ordem oficial, pública, sem contestação, mesmo quando as medidas indicadas pelo agente sejam incompatíveis com o entendimento que ela tem de suas próprias responsabilidades, ou seja, a desigualdade de gênero remete a consequências no relacionamento de ambos:

A gente não quer sair [quando a Defesa Civil Municipal quer a remoção da família do lugar], quer cuidar das coisas. Depois que casa, tem família, é difícil, né? (informante 2, 43 anos).

Eles [da Defesa Civil Municipal] vêm, tira as mulheres, as crianças que estão dentro da água, carregam para outro lugar. Mas a gente quer ficar naquilo que é nosso, entende?! Quer salvar as coisas, porque você sabe que é difícil ter de novo. Eu sei, eu trabalhei a vida inteira pra ter o que tenho, eu valorizo isso que eu tenho, porque eu sei quanto difícil foi pra mim ter. E assim todos os que estão aqui (...) (informante 3, 41 anos).

Muitos dos sistemas peritos, oriundos da composição da sociedade moderna, como a Defesa Civil e o Corpo de Bombeiros, partem da premissa que a realidade é uma totalidade homogênea e de semelhantes *habitus*. Assim, não há um diálogo entre a percepção de risco por parte de órgãos de Defesa Civil e das famílias para uma aferição consensual das dimensões dos danos e perdas envolvidos (SIENA; VALENCIO, 2006).

Quando o marido é uma figura presente, o papel de esposa é de evitar o conflito e a exposição de suas carências materiais e emocionais. Deve, ao

contrário, demonstrar resignação diante do ocorrido e considerar as preocupações do parceiro como sendo as suficientes para absorvê-lo:

Eu, como mulher casada há 25 anos, (...) se você passar muito desagrado pro seu esposo, você cria um conflito. Então, tem muita coisa que você tem que se guardar, mostrar que você está bem. Porque ele já tem o problema do trabalho, já tem o problema também, tá vivendo esse problema, talvez com outra visão, mas tá vivendo o mesmo problema. Mas, eu tô em casa, eu to cuidando, atrapalha, a vida do casal. Atrapalha bastante, porque às vezes você quer falar mas..., não deixa falar. (informante 3, 41 anos).

Esse silenciamento culturalmente imposto faz com que a mulher sofra com uma dupla pressão: a de não poder externar sua fragilidade individual na vivência da situação; e a de manter-se como referência para os demais membros da família (SIENA; VALENCIO, 2006).

Quando a moradia não resiste ao impacto das chuvas, a mulher vê abalados os seus marcos referenciais da vida privada: a garantia de bem-estar dos filhos; a quantidade e qualidade dos bens materiais; a integridade da própria casa. Contudo, pior para a mulher do que tentar manter a ordem em seu domicílio afetado é ter de deixá-lo. Os relatos a seguir fazem parte de uma segunda etapa de entrevistas realizada apenas em uma das áreas de risco entrevistadas anteriormente, porque esta por sofrer recorrentemente com desastres gerou famílias desalojadas/desabrigadas.

Uma das moradoras entrevistadas nesta etapa disse que quando a Defesa Civil ordenou a saída de seu domicílio, a prefeitura ofereceu aos afetados um vale-aluguel de no máximo R\$ 250,00, para que eles alugassem outra casa até que as obras para evitar as inundações no bairro se iniciassem. Dessa forma, as 10 famílias procuraram casas dentro do valor estipulado. Contudo, perceberam que com aquele valor não seria possível encontrar uma casa que se aproximasse daquela que eles habitavam:

Com 250 reais não tinha como eu ficar em um lugar igual ao que eu moro, como a assistente social disse. Ou pelo menos com o mesmo número de quartos, porque eu tenho um moço (filho de 20 anos) e uma mocinha (filha de 10 anos) em casa (informante 3, 41 anos).

No caso da informante 3 o problema de encontrar uma casa compatível à sua foi resolvido com a ajuda de amigos de sua filha mais velha que ofereceram uma casa, no próprio bairro, mas longe do local das inundações. Tal casa já era toda mobiliada e muito “chique”, segundo a própria informante 3, e isso foi motivo de ela e sua família serem hostilizados pela assistente social da prefeitura, já que esta dizia que a informante 3 “queria ir para um lugar melhor e mais chique.”

O caso da informante 3, contudo, foi diferente da maioria, já que, segundo ela mesma, muitos não conseguiram alugar casas compatíveis com suas

realidades. E ainda, alguns moradores, que tinham maiores condições financeiras, aceitaram o vale-moradia, mas pagavam a diferença do aluguel mais caro. Assim, a vizinhança foi desfeita. A entrevistada relatou a dificuldade em sair de seu espaço:

Não queremos sair, só queremos que resolva nosso problema. Não adianta vir aqui, levar a gente para outro lugar, colocar as coisas em cima de uma camionete e levar tudo. Até sairíamos mais fácil se a gente soubesse que quando voltasse ia estar resolvido ou pelo menos começando a resolver. Não foi fácil para mim ficar em um lugar mais “chique”, cheio de coisa, ainda mais sabendo que o que é meu estava lá abandonado (informante 3, 41 anos).

O interessante neste caso do bairro Varjão³ é que houve um misto de desabrigado com desalojado, já que os afetados não foram para abrigos temporários. Mas a não ida para abrigos não resultou em uma situação melhor, as preocupações continuaram.

Enquanto eu não voltava para casa, eu, meu marido tinha medo que saqueassem nossa casa lá abandonada. Meu marido, todo dia, depois que saía do trabalho passava lá para ver como que tava. Chegamos até a espalhar que nosso filho tava dormindo lá todos os dias, mas era mentira. (...) Meu marido até deixava uma luz dentro de casa acesa para pensarem que meu filho tava dormindo lá mesmo (informante 3, 41 anos).

Tal preocupação gerou a necessidade de averiguar a situação de sua casa todos os dias e isso só fez por aumentar os gastos da família, já que agora tinham “duas contas de luz para pagar, continuava pagando o telefone da outra casa para não perder a linha, e gastava cada vez mais com combustível. E nosso salário não aumentou conforme nossos gastos” (informante 3, 41 anos).

Essa mulher, além de se preocupar com a casa que estava abandonada – exercício de sua faceta como chefe do lar, mantenedora da unidade familiar – ainda tinha que se preocupar com a casa que ela e sua família ocupavam. A informante 3 relatou que não permitiu que sua filha levasse todos os brinquedos para lá, nem mesmo bicicleta, com receio de estragar a pintura da casa que não lhe pertencia.

Além dos problemas no âmbito privado, esta família também sofreu com o âmbito público. A informante 3 conta que sua família foi hostilizada pela assistente social da prefeitura por ter reclamado da perda do motor da banheira. Nas palavras da própria afetada:

3. O bairro Varjão encontra-se no 5º. Anel de ocupação que corresponde aos bairros que “surgiram” a partir de 1988. Este bairro, inicialmente mais conhecido como o loteamento Tutoya do Vale, teve sua aprovação no dia 10 fev. de 1987, contendo 207 lotes em uma área total de 170.589,09 m² (estes dados foram colhidos de um documento cedido pela Secretaria de Habitação do município). Segundo os próprios moradores, a ocupação se deu mais intensa a partir dos anos 90.

A assistente social é muito arrogante (...). Eu e meu marido ficamos conhecidos como “os da banheira” porque ela achava que a gente reclamava de coisa que tinha pouca importância. Mas, ela não sabia como a gente tinha conquistado aquilo, a banheira foi um presente do meu patrão quando construímos aqui (informante 3, 41 anos).

Há uma coerência do cenário (lar) com a representação do eu da mulher que, na circunstância de um desastre e necessidade de deslocamento, dissolve-se, o que acaba por sujeitá-la à estigmatização pela perda das referências para o exercício de sua identidade condizente à vida privada, isto é, as condições propiciam, no geral, à formação de uma identidade deteriorada (GOFFMAN, 1989).

O *status* estigmatizante ao qual a afetada é rotulada por aqueles que administram a situação – no caso, a assistente social – tem a ver com a discussão acerca dos *outsiders* de Elias e Scotson (2000), na qual o estigma social imposto pelo grupo mais poderoso ao menos poderoso costuma penetrar na auto-imagem deste último enfraquecendo-o. Dessa forma, observamos que o ente público precisa considerar os aspectos do sofrimento do outro antes de tentar ampará-lo, já que a afetada sentiu-se extremamente acuada com a posição da assistente social, colocando, assim, em descrédito a ação pública de amparo e reabilitação de afetados.

Por conta desse descrédito no ente público, outra entrevistada, a informante 7, também moradora do Varjão, e seu marido não aceitaram a ajuda da prefeitura no aluguel de outra moradia, até porque tinham uma casa, de um sobrinho que atualmente mora fora do país, para poderem se abrigar. Segundo Valmeire:

Nós não fomos atrás de prefeitura nenhuma e nem ela veio atrás de nós. Ela não forneceu nenhum tipo de auxílio, mas também não queria passar pelo desgaste que muitos passaram correndo atrás disso, alguns ficaram depressivos, não falou para mim, mas eu sei. Você imagina depois de tudo que passamos ainda temos que ouvir um “*ai, ainda não podemos fazer nada*”. Por isso, desta vez, nem quisemos a ajuda da prefeitura (informante 7, 36 anos).

Pode-se observar que a recorrência do desastre somando-se com a não ação do ente público geraram uma descrença neste. E mesmo quando uma possível solução momentânea para o caso foi encontrada pela prefeitura, a mulher não quis a ajuda.

Durante a entrevista com a informante 7, pôde-se observar que suas aflições e problemas eram os mesmos que da informante 3. O medo de deixar sua casa abandonada também esteve presente:

Tinha receio de deixar minha casa sem ninguém com medo que saqueassem, porque a casa que fiquei é do meu sobrinho e as coisas dele estão tudo lá. As minhas tiveram que ficar aqui em casa, tinha que vim buscar

roupa todo dia até para ver como a casa estava. Meu marido vinha todo dia e também deixamos o cachorro aqui para trazer mais segurança (informante 7, 36 anos).

A reclamação com o aumento dos gastos familiares também foi outra recorrência nas entrevistas: a afetada reclamou de ter que pagar duas contas de luz, de água. Disse que os gastos aumentaram muito mesmo sem pagar aluguel e afirma que foram “4 meses mantendo duas casas”. Contudo a entrevistada disse que só saiu de sua casa porque passava por um momento complicado com relação a sua saúde:

Quando saí daqui eu tinha passado por uma cirurgia de retirada de um câncer de mama e tinha acabado meu tratamento de quimioterapia. Por isso eu estava muito debilitada e o médico disse que eu não podia ter nenhum tipo de contato com água da inundação. Até para eu sair daqui os bombeiros veio ajudar meu marido (informante 7, 36 anos).

Em decorrência de seu estado de saúde, a informante 7 lamentou não ter podido limpar sua casa, seus móveis, por conta de sua doença sua função de chefe do lar ficou totalmente comprometida. Em sua preocupação como mãe, ressaltou que seu filho adquiriu micose nas pernas com a enchente:

Meu filho (9 anos) de andar na água suja pegou umas micoses no joelho. Lá na casa onde ficamos meu filho só tinha a irmã dele para brincar (menina de 6 anos). E eu naquela situação de recuperação da doença, foi bem difícil (informante 7, 36 anos).

A fala da “mulher mãe” expõe sua preocupação com a saúde e o lazer de seu filho que foram totalmente prejudicados pela mudança temporária de lar, pelo desfazimento da vizinhança, já que os amigos do filho foram cada um para um lugar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O atual estágio da modernidade não é apenas o que produz novos perigos tecnológicos à sociedade, mas o que transforma os perigos naturais em algo capaz de desorganizar as rotinas dos setores da população que carecem de uma rede de proteção. Quando a *reflexividade* da sociedade desenha respostas institucionais ao risco, construindo uma percepção de segurança, as interações dessas instituições com afetados por desastres indicam antagonismos na forma de entendimento das necessidades frente às perdas e danos havidos (SIENA; VALENCIO, 2006).

Quando a família tem de sair de sua casa, observou-se que a representação que as mulheres teceram de seus novos espaço tem direta correspondência com as limitações para desempenhar seus respectivos *habitus*, suas rotinas diárias, de afirmação da identidade que o espaço de seu domicílio outrora propiciava. E não só o espaço do domicílio, mas também todo o espaço ao redor, que se constitui na vizinhança, nos laços de solidariedade que foram temporariamente rompidos.

As representações femininas diante dos desastres descrevem as inumeráveis habilidades que, em cada um dos seus afazeres domésticos (sua rotina), a mulher exercita – em virtude dos diferentes *habitus*, impostos historicamente pelo sistema sexo/gênero –, traduzindo uma consciência muito ampla das dimensões materiais e imateriais que ela precisa administrar em prol da unidade familiar. Assim, estruturas de suporte social às famílias que passam recorrentemente por tais situações – recorrência derivada das limitações de alternativa a fixação do domicílio, incluindo a preservação de sua rede de convivência – precisam ser instauradas para favorecer a cidadania, isto é, considerar os saberes, interesses e dores que há por detrás daquilo que as chuvas levam (SIENA; VALENCIO, 2006). Não esquecendo que a percepção dos grupos envolvidos na condição de afetados por danos, principalmente a percepção da mulher, pode trazer a necessária alteridade ao olhar do gestor público.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, P. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os Estabelecidos e os Outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- GIDDENS, A. **As Conseqüências da Modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.
- _____. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: **Modernização Reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, p.73-133, 1997.
- GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. **Modernização Reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. Trad: Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.
- GOFFMAN, E. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1989.
- MATEDDI, M.A.; BUTZKE, I.C. A Relação entre o social e o natural nas abordagens de hazards e de desastres. **Revista Ambiente & Sociedade**. Ano IV, N.9, 2001, p. 1-22.
- MOSCOVICI, S. **Representações Sociais**: investigações em psicologia social. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- QUEIROZ, M. I. P. Relatos Oraís: do ‘indizível’ ao ‘dizível’. In: **Ensaios**. CERU/Departamento de Ciências Sociais: FFLCH, USP, p. 273-284, 1987.
- SARTI, C. A. **A Família Como Espelho**. Campinas: Autores Associados, 1996.
- SIENA, M.; VALENCIO, N. Moradias Afetadas pelas Chuvas: dimensões objetivas e subjetivas dos danos pelo recorte de gênero. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 3, 2006, Brasília. **Anais...** Brasília: ANPPAS, 2006.
- VALENCIO, N.F.L.S. et al. A produção social do desastre: dimensões técnicas e político-institucionais da vulnerabilidade das cidades brasileiras frente às chuvas. **Revista Teoria e Pesquisa**. São Carlos, vol. 44-45, 2004, p. 67-115.

CAPÍTULO 7

“EU FUI EMBORA DE LÁ, MAS NÃO FUI” A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA MORADIA DE RISCO

DORA VARGAS

“COM A CHUVA DESCIA TUDO, MAS NÓS NUNCA *PENSAMO* EM SAIR DAQUI!” – O RISCO AMBIENTAL E SUA CONSTRUÇÃO SOCIAL.

O leitor encontrará neste texto o breve relato de uma investigação exploratória: a apresentação e análise de narrativas que colocam em pauta trajetórias de despossessão e resistência cunhadas, entre tantas experiências, a partir da moradia de risco. Trajetórias tecidas, como toda experiência humana, de ações, emoções, valores e representações, ensejando a proclamação de um lugar social e de uma forma de pertencimento à sociedade (YAZBEK, 1996) e revelando a construção social do risco por grupos sociais específicos. A ênfase dada aos depoimentos colhidos junto a famílias removidas de áreas urbanas diagnosticadas pelo aparato técnico como *áreas de risco* em Juiz de Fora/MG é proposital, posto que se mostram como um rico caminho em possibilidades na revelação e interpretação dos muitos elementos que constituem a realidade social, mas que não têm sido apontados como prioridades no terreno das investigações acerca do risco.

É possível, nesse sentido, afirmar que a problemática da moradia de risco tem ganhado ênfase no debate contemporâneo sobre políticas públicas urbanas. No entanto, as iniciativas daí decorrentes se enquadram, de maneira geral, na perspectiva objetivista do risco que tem como centralidade sua mensuração e quantificação com vistas ao seu controle. A visão técnica dominante acerca deste fenômeno tem promovido não só a noção de que as situações precárias envolvendo grupos específicos são decorrentes de decisões imprevidentes, como também intervenções de remoção que afetam as condições de vida de frações populacionais significativas. Pode-se identificar a distância existente entre a produção do conhecimento científico e a apropriação deste mesmo conhecimento pela população em geral. As práticas de vida construídas pela população leiga são frequentemente subestimadas pelo conhecimento científico num exercício de poder.

Problematizando esse argumento, a literatura sociológica da construção social do risco afirmará: o risco não pode ser tratado a partir de uma visão técnica absoluta e objetiva, mas sim como objeto de construção social por grupos sociais diferenciados. Buscará evidenciar os contrapontos existentes entre a percepção de técnicos e leigos, entendendo que os sujeitos têm percepções

diferentes de um mesmo perigo a que estão expostos. Esse debate ainda carece de pesquisas que revelem a associação entre risco e desigualdade, numa perspectiva que protagonize atores sociais presentes, mas ainda não evidenciados, num cenário caracterizado pelos conflitos – e que incorpore analiticamente a diversidade social, além de uma lógica política a orientar a distribuição desigual dos mesmos, como aponta Acselrad (2002).

A fim de colaborar para a melhor compreensão do argumento em pauta, temos que: a concepção de risco não é igual para todos; grupos em piores condições socioeconômicas estão mais sujeitos a riscos ambientais, sendo que esses fenômenos têm dimensões naturais e também sociais – o que envolverá a discussão das formas de acesso ao ambiente construído urbano; e ainda, a noção de risco se apresenta como uma das ligações da luta pela representação do mundo, perspectiva que comporta uma dimensão de conflito e poder envolvendo uma diversidade de atores.

1. “COMO É QUE VAMO PAGAR ALUGUEL?” – O CONTEXTO DA PESQUISA

A base empírica da investigação foram os depoimentos de oito demandários cujas solicitações foram registradas no então Departamento de Defesa Civil da Prefeitura de Juiz de Fora/MG (DDC/JF), em situações e períodos diferenciados, priorizando os deslizamentos de encosta, desabamento (ou ameaça de) parcial ou total de edificação e inundação. Os casos foram selecionados com base em pesquisa documental, considerando-se informações relevantes já registradas institucionalmente acerca dos eventos apontando para situações de vulnerabilização e diagnóstico de risco. Foram elencados oito diferentes bairros, quais sejam: Progresso, Marumbi, Ladeira, Três Moinhos (Leste); Ponte Preta (Noroeste); Granjas Bethânia (Nordeste); Graminha (Sul) e Poço Rico (Centro). A forte presença da Região Leste se deu devido à concentração de 76 (setenta e seis) das 146 (cento e quarenta e seis) remoções ocorridas nos anos de 2002, 2003 e 2004.

As entrevistas abertas foram utilizadas, como meio privilegiado para a aproximação das trajetórias nos locais de viver e morar, contemplando apenas um representante de cada família (em sete casos, mulheres) por diversos fatores atinentes tanto à procura pelos depoentes como o momento específico das abordagens.¹

Cabe assinalar, preliminarmente, que não se deve confundir a construção social do risco aqui privilegiada com uma defesa romantizada das condições precárias das moradias de risco. Tampouco se quer incorrer, como alerta Guivant (1998), numa banalização dos conhecimentos peritos, polarizando as duas formas respectivas de saber. A idéia de construção social do ambiente e do risco opõe-se, com efeito, aos mecanismos que tendem a naturalizá-los. Não se

1. Para preservar os entrevistados, omitimos seus nomes verdadeiros, bem como seus endereços. Os bairros informados, entretanto, correspondem aos lugares onde tiveram suas respectivas experiências de contato com o *risco* e/ou remoções.

pretende, portanto, desconsiderar a dimensão concreta dos desastres, mas considerar a necessária reflexão acerca do seu *ambiente*, que não está dado, mas que é produto de uma construção social e histórica.

2. “A GENTE CONSEGUE CONTORNAR O PERIGO PRA FICAR!”

A NARRATIVA DOS MORADORES

Em noite de chuva eu sentava, cobria as pernas com cobertor e ficava esperando o barulho. Porque ninguém acredita, mas quando um barranco cai, não sei o que é, mas ele ‘rusna’ que nem bicho. Ele vem demolindo! É só quem nunca viu é que não sabe, mas parece que a terra é um monstro. (Maria Camélia – Progresso).

A construção social do risco em contextos de despossessão e desigualdade ambiental, enfocada a partir dos elementos materiais e simbólicos apresentados pelos entrevistados: estes serão os aspectos centrais deste estudo. Serão considerados dois grandes eixos que se mostram interligados: a presença de uma estratégia discursiva de recategorização do que é o risco, fundamentada numa prática social específica que depende da permanência no lugar para garantia da posse e dos ativos sociais e que se revelará como uma forma de resistência à noção técnica dominante do risco.

As narrativas revelam a presença de um conhecimento acumulado pela população ao longo de suas trajetórias, oriundo da experiência pessoal e das permanentes lutas pela sobrevivência, que se confronta e resiste à noção técnica do risco. Formas de resistência particulares e difusas de reagir às imposições do discurso técnico gerador de constantes expulsões sem outras garantias de acesso ao território urbano e à moradia própria. Um conhecimento que pode ser dito híbrido ou não propriamente codificado e que se confronta com os modelos dos quais se utiliza a ciência moderna, na tentativa de explicar os fenômenos e codificá-los. Esses saberes tidos como *subalternos*, provenientes de trocas intergeracionais – entre outras experiências esboçadas nas trajetórias –, conflitam com as técnicas padronizadas e com o poder a elas associado.² No universo do debate sobre o risco, o discurso técnico se confronta com as práticas cotidianas

2. Há um desprezo da ciência moderna com relação a práticas e crenças específicas, o que resulta, na expressão de Santos (2000), num “desperdício da experiência”. O autor afirma que o modelo de racionalidade científica admite uma variedade interna, mas se defende ostensivamente das formas de conhecimento não científicas (p. 60). E acresce que, sendo um modelo global, a nova racionalidade científica é, também, um modelo totalitário, na medida em que nega o caráter racional a todas as formas de conhecimento que não se pautarem pelos seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas (p.61). Reconhecer as *inovações* produzidas fora dos padrões da racionalidade científica seria, para o autor, uma forma de conceber outra epistemologia das ciências, que teria como pressuposto uma democratização dos saberes e a incorporação de práticas, experiências e sentidos.

resultantes de uma luta que é material e simbólica e que se dá no plano imediato da vida dos sujeitos.

Os técnicos da Defesa Civil *falou* isso, que ia cair, só que aí a minha mãe não quis sair de lá. A gente era criança, não tinha como decidir, eles que eram os adultos que decidiam por nós, a gente *continuamos* no lugar. Aí foi passando só que, do jeito que a Defesa Civil falou, com o passar do tempo começou a cair. Toda chuva caía um pedaço de barranco. Foi indo até começar a atingir a nossa casa. Pra isso acontecer foram 20 anos, 20 anos (Aline Cordeiro – Marumbi).

A aceitação de um diagnóstico técnico que aponte para uma remoção definitiva é, quase sempre, dificultada pela ausência de alternativas — num contexto de superposição de carências — e ainda mais transtornante quando se dá baseado na probabilidade de ocorrência futura do problema. Eis a experiência relatada por Inês Helena Silva Inácio (Três Moinhos):

[...] eles disseram que minha casa não tinha tanto perigo, daí nós *ficamos* lá. Depois eles iam sempre lá e olhavam pra ver como é que tava. E disseram que eu tinha que sair. Minha casa não tinha problema nenhum. Não caiu nada. Eu achava que não ia ter perigo. Mas eles disseram que iam derrubar todas, que não ficaria nenhuma inteira ali. Eu fui a última a sair de lá, porque o Adauto (*marido*) ficou perguntando se eles não faziam um muro pra gente, porque não queria sair de lá (...).

O risco ambiental, exemplificado por deslizamentos de terra e enchentes, se apresentará, então, apenas como mais um elemento componente do cenário de dificuldades e demandas imediatas, numa condição de quase insignificância frente a outros elementos presentes – mostra-se contornável e passível de convivência. Diante da vasta experiência de privações, as conquistas (como a construção de suas casas, mesmo que precariamente) – tão raras e árduas – ganham relevância, delimitando as posturas de resistência frente às avaliações técnicas (estas, por vezes, pouco claras na perspectiva do morador, mas quase sempre decisivas nos rumos de sua vida).

A maior recordação que tenho foi a penitência pra gente construir a casa. Da gente subir e descer aquela escada carregando água, lajota, carregando o material porque não tinha como deixar descer, nem como o caminhão chegar mais perto. Depois que colocaram a luz *né*, a gente podia ficar no terreiro batendo papo com os vizinhos, o que era até muito gostoso. É... Porque lá eu fiz com tanto sacrifício... Eu saí num dia da minha casa e no outro eles derrubaram *ela*. Isso é que é triste, né? Você faz com tanto sacrifício e depois vê aquele monte de tijolos jogados no chão (Inês Helena – Três Moinhos).

Coloca-se em dúvida o argumento de que a população pobre aciona a Defesa Civil com vistas ao acesso a recursos públicos, como um dos únicos meios existentes para tal. Se o acionamento dos técnicos ocorre em grande parte em

razão dessa expectativa – acesso a recursos que possam atenuar o risco –, por outro lado, podem levar ao enfrentamento de avaliações extremadas com remoções definitivas ou com desdobramentos indesejados, o que delimita a opção de não envolvimento, em alguns momentos, com o setor, mesmo que haja a configuração de ameaça e perigo.

Não raro, populações em *áreas de risco*, uma vez afetadas por desastres, como os relacionados às chuvas, deixam de reportar à Defesa Civil as pequenas tragédias particulares vivenciadas, assim como vêm com desconfiança e agem com resistência às estratégias de prevenção que são colocadas em operação, como a remoção das pessoas do lugar, o que é realizado geralmente, como deslocamento involuntário. [...] a associação do descaso cotidiano do poder público em relação a eles com a abordagem pontual dos serviços de emergência em épocas de chuvas, que buscam retirar as pessoas do lugar ameaçado, é passível de tomar a compreensão de que a emergência não se trata de um resquício de proteção social, mas de um esforço público de deslocar a vulnerabilidade em vez de resolvê-la. Portanto, trata-se de um tipo de violência. Como seria possível àqueles que são invisíveis a maior parte do tempo, para o Estado e para a sociedade organizada, aceitar que, ocorrendo o desastre (...), tornaram-se, desde ali, objeto de preocupação para o outro? A desconfiança (...) justifica-se pelo histórico de abandono e silenciamento, muitas vezes violento, de suas demandas, inclusive as que mitigariam os riscos de desastres [...] (Valencio, et al. 2003).

As narrativas mostram fragmentos de um cotidiano que se compõe da realidade da pobreza, que aparece de forma dura: privações diversas, sacrifícios constantes, trabalho aviltante ou desemprego, violência constituem algumas dimensões dessa realidade (YAZBEK, 1996). Sobreviver é urgente, imediato. Colocada nesse plano, a sujeição a um possível *risco*, à noção de uma ameaça futura, se torna dado secundário. O risco é reinterpretado a partir de outra natureza de ameaça: a de expulsão. Torna-se importante considerar a existência de uma hierarquização dos riscos aos quais se expõe a população. Na verdade, argumenta Guivant (1998), a atenção que as pessoas dão a determinados riscos em lugar de outros seria parte de um processo sociocultural, que dificilmente tem uma relação direta com o caráter objetivo dos riscos.

Ainda resgatando a existência de um conhecimento específico por parte de determinados grupos sociais, temos também que este se revelará através das formas e do lugar onde se constrói – exercícios provenientes de suas experiências de desposseção, autoconstrução e improviso. Observa-se que os moradores de áreas e/ou edificações apontadas como de risco reproduzem pensamentos e práticas comuns a seu grupo social, reafirmando o *habitus* enquanto sistema de predisposições que leva os indivíduos a pensamentos e práticas socialmente compartilhadas (BOURDIEU, 2005). Dentro disso, tem-se a utilização de um conhecimento próprio mais próximo, acessível e inteligível do que aquele apresentado pelo técnico, ao indicar as soluções para seus problemas e uma apropriação parcial de conhecimentos organizados associados a técnicas não necessariamente codificadas, expressando um hibridismo nas intervenções e práticas.

Grizendi (2003) nos revelará a existência de uma consciência por parte dos grupos ameaçados de que seria possível uma solução técnica de consolidação das suas áreas ou edificações sem que houvesse necessidade de remoção da população. Porém, como a questão é econômica, se defrontam com o argumento da falta de recursos: a solução é delegada aos sujeitos, no plano individual. Valencio et al. (2003) afirmará

que a ausência sistemática de uma rede de proteção social cria, aos vulneráveis, formas próprias de entender o mundo [...], podendo provocar o predomínio de percepções que balizam práticas peculiares de convivência com os riscos [...]. Tais percepções passam a constituir-se, assim, como construção cultural que se fortalece naquele coletivo a cada situação de adversidade e legitimam certas ações do mesmo, inclusive as que inviabilizam a implantação de estratégias tidas pelos gestores como eficazes na redução dos desastres [...] (p. 234).

Nas palavras de Márcia de Oliveira (Poço Rico):

Eu fico alegre de estar fora do risco, porque eu tenho meus filhos. Mas triste porque me pergunto: por que tiraram só *nós*? Será que nós somos *melhor* ou nós somos *pior*? Ah! Deixa o pobre morar onde quer. Eu falei com o engenheiro: vocês vão me dar uma casa no centro da cidade? Eu quero morar perto da cidade. E ali dava, de coração, pra fazer uns prediozinhos, sem risco, sem nada. Todo mundo ali tá ciente disso. Eu não *sô* engenheiro não, mas é só colocar uma fundação lá embaixo. Quer dizer, pros ricos não condena nada, o bolso fala alto, mas pros pobres. Condenado é o bolso dos pobres.

As estratégias também se configuram, no plano discursivo, através da reinterpretação dos fatos e sinais do cotidiano. Há um aprendizado acerca dos fenômenos naturais (a descida dos barrancos, a chegada das águas das enchentes), oriundo do viver em meio a eles e enfrentá-los. A leitura desses sinais se soma à apreensão de noções acerca de técnicas construtivas e outras práticas cotidianas, conformando um conhecimento que norteia suas ações, apesar da marginalização dessas práticas pela ciência.

Pensei comigo: ‘o rio é pequeno, não vai acontecer problema nenhum’, isso era eu pensando. Fiz uma cerca, procurava manter e fiz um portãozinho pra eles não *passar* pra beira d’água. Meu neto caiu lá, mas Deus ajudou que ele agarrou na moita de capim e o outro gritou e tirou. Se cai no meio do rio tava morto (Siléia Assis de Jesus – Ponte Preta).

Pra você ver que a gente não tinha medo, nós pusemos duas colunas de tijolo até em cima. Meu menino fez uma mão de cimento segurando a laje. E o cômodo que tava mais perigoso, que já tinha estufado pra dentro, nós demolimos. E ali a gente viveu até o barranco começar a fazer gracinha, a me desafiar. Ele me desafiava e eu desafiava *ele...* (*risos*). Eu não

durmo. Ali era assim: quando começava a chuva eu não dormia. Sempre ficava ligada porque eu tinha muito medo dos meus filhos *morrer ‘subterrados’*. Então, eu já fazia com eles assim: vocês vão dormir *tudo* aqui perto da porta, e já punha cama ali perto da porta. (Maria Camélia – Progresso).

É forte a presença da religiosidade e muito se resolve na explicação mística: é sustentação frente à falta de apoio, pessoal ou público, manifestando-se na forma de avisos, proteção, explicações e expectativas diversas. Segundo Gomes e Pereira (1992), as camadas empobrecidas da população engendram mecanismos que atendam não só às necessidades da vida material mas também às questões de relacionamento com o sagrado. Visto assim, “o universo divino não se coloca paralelamente ao universo humano, mas penetra-o, investindo-o de possibilidades sobre-humanas” (GOMES; PEREIRA, 1992, p. 160).

O contato com o sagrado implica a aceitação da hierarquia, que coloca Deus acima de tudo. Essa superioridade divina, entre as camadas populares, não é uma formulação abstrata, diante do cotidiano. Contrariamente, a vontade divina é um ato que se humaniza, tornando-se passional pois, como os homens, *Deus quer ou Deus não quer*. Por outro lado, a totalidade é resgatada como traço que vincula os seres numa Grande Cadeia, na qual todos têm suas funções e importância (IDEM).

A religiosidade manifesta-se em graus diferenciados obedecendo à dialética da própria vida, entendida como sucessão de ganhos e perdas, subserviência e dominação, inteireza e fragmentação. É parte de um sistema de trocas simbólicas com a divindade, onde a hierarquia se mantém e com ela a integridade do homem que crê.

Lá em casa a família é muito controlada pela minha mãe. Até que Deus abençoou que um dia ela... ela cochila muito durante o dia porque toma remédio de pressão; numa dessas cochiladas, não sabe se tava acordada ou dormindo, ela escutou um barulho como se o barranco tivesse caindo. Aí naquele dia ela disse: Aline, eu vou sair daqui! Deus já me avisou que realmente essa casa vai cair. E na noite que a gente *saímos*, caiu uma quantidade de barranco muito grande atrás dos cômodos lá de casa. Parece que Deus só tava esperando a gente sair. Já tinha caído um pouco, mas caiu mais ainda na noite da nossa saída (Aline Cordeiro – Marumbi).

E para além desse *caráter divino* esboçado, as estratégias de resistência também se sustentam nas tentativas de permanência ou retorno e reconstrução no local do acidente, mostrando a importância de “um lugar seu”, conformando a luta por pertencimento e vinculação, frente à despossessão vivenciada, inclusive a espacial. Configura-se a noção de um “lugar identitário”. Cardoso (2005) afirma também que a escolha de locais, como os elencados nesta pesquisa, como espaços de moradia e convivência, em parte, se originam

[...] de uma limitação estrutural básica: as possibilidades de opção são limitadas, dada a pobreza e a precariedade dos vínculos de trabalho, frente ao custo elevado da moradia em áreas mais bem servidas de infra-estrutura e “regulares” do ponto de vista jurídico-formal. Ou seja, resta a essa população a “escolha” entre áreas similares do ponto de vista do custo de acesso à terra, num *trade-off* entre o preço do terreno (ou o custo social da invasão) e as condições de infra-estrutura e acessibilidade e, também, os perigos associados à precariedade dos serviços e à irregularidade da área. (p.13).

A experiência da pobreza constrói referências e define “um lugar no mundo”, onde a ausência de poder de mando e decisão, a privação de bens materiais e do próprio conhecimento dos processos sociais que explicam essa condição, ocorrem simultaneamente a práticas de resistência e luta. Os sujeitos vão aí constituindo os padrões mais gerais de sua identidade, sua consciência e representações associadas a um lugar identitário e revelando que, os conteúdos e significados do ambiente são diferentes para os diversos grupos. O meio ambiente, assim como as idéias que se tem sobre ele, são socialmente construídos (SEPÚLVEDA, 1997).

Eu não vendo isso aqui de jeito nenhum, pode me dar a fortuna que der. Porque nós, se chegar aqui e falar: vocês querem uma mansão lá em Benfica, pode falar comigo, Dona Gilda, qualquer um filho, ninguém quer sair daqui. Nosso lugarzinho é aqui. Daqui eu quero sair só lá pro Municipal (*Cemitério*), onde eu já tenho um lugarzinho (Matias M. Faria – Ladeira).

A identidade implica partilha de valores num contexto determinado. A posição ocupada no espaço social, isto é, na estrutura de distribuição de diferentes tipos de capital, que também são armas, comanda as representações desse espaço e as tomadas de posição nas lutas para conservá-lo ou transformá-lo. O relato abaixo aponta para uma vinculação criada e fortalecida a partir dos ativos sociais presentes na experiência da referida família e comunidade. A rede de apoio externa à comunidade atuou compondo o capital social e suprindo as consequências mais ameaçadoras que a expulsão do mercado de trabalho provoca, assim como a carência de ações públicas.

Eu te falo: minha riqueza era lá. Ali iam pessoas à noite pra dar o lanche para as crianças. Natal nunca foi esquecido ali, dia das crianças, Páscoa, tudo você tinha ali. Cada um saía um pouco e arrecadava agasalhos, sapatos e levava lá. Mesma coisa era a Casa do Caminho, a Igreja... era bom, não que você queira viver eternamente de ajuda, mas hoje você tá empregado e amanhã? Ali é um lugar que pra mim é riqueza. Essa seria minha alegria, o retorno, as amizades, as ajudas, do ponto de vista de que é perto da rua (*centro da cidade*)[...] (Márcia de Oliveira - Poço Rico).

A luta pela sobrevivência mais imediata, que aglutina e ao mesmo tempo fragmenta, se mostra como um elemento encontrado pelas camadas mais

estigmatizadas e excluídas de nossa sociedade, para o exercício de seu papel social e para as suas práticas de resistência. Evidencia-se também uma busca pela manutenção de hábitos, valores e práticas apreendidos – principalmente entre os mais velhos –, que estão relacionados à subsistência, atuando como complementação de suas rendas. Pode-se identificar a presença de elementos do meio rural ou mesmo suburbanos nos modos de vida: a questão do espaço (da casa e do terreno), as práticas de plantar, trabalhar na terra, criar animais, cozinhar no fogão à lenha, possuir quintal.

A casa do meu filho também foi demolida e ele mora aqui perto. O Adauto (*seu marido*) ficou chateado no princípio, porque a gente podia criar galinha, porco... Até ele já tentou criar aqui também, mas eu falei: é dos outros e aí fica chato. Lá tinha lote pra frente e pra baixo, então tinha chiqueiro, galinheiro, a gente plantava alguma coisa. Ele ficou chateado. E é bom ter uma verdura no quintal, poder colher, não precisar comprar (Inês Helena – Três Moinhos).

O apego ao lugar aparece por vezes associado aos laços mais gerais criados ao longo da trajetória: à vizinhança, às práticas cotidianas, hábitos e valores. Em outros casos, em que a sociabilidade se mostra mais frágil, este apego estará diretamente associado a conquistas mais específicas como a construção da casa própria, marcada pelos sacrifícios constantes e por uma interminável luta pra se atingir um mínimo necessário.

No processo de construção social do risco, o ambiental situa-se no contexto do risco social, ou, como já foi enunciado, no contexto das desigualdades ambientais, em que o conjunto de privações experimentadas, a consciência do constrangimento de buscar áreas mais instáveis ou degradadas como única alternativa, a possibilidade de despejo, desmoralização e humilhação para os que não conseguem pagar o aluguel levam à relativização do risco físico.

O que a gente viveu foi assim de muita dificuldade. Dificuldade financeira, de não ter o que comer, de não ter o que vestir direito, sabe? É isso o que eu lembro. Sempre foi assim [...] Mas aquela casa que a gente ficou, ela caiu. Nós *ficamos* só com a parte da cozinha. Essa foi a primeira casa pra onde *fomos*, era grande mesmo, era a maior que tinha lá no beco. Caiu, nós *fomos* pra casa de uma vizinha por um dia, e depois *voltamos* pra viver nela mesmo. Teve uma época que *colocamos* um plástico que a DC deu e nós *ficava* debaixo do plástico (Nádia – mãe de Aline).

As perdas aparecem vinculadas ao contexto dos acidentes e às remoções – de utensílios e eletrodomésticos à própria casa e também de ativos sociais fundamentais. Este fato marca a trajetória desses sujeitos, sendo que a recuperação desses bens, ativos e a expectativa de uma vida mais segura, compõem o conceito de qualidade de vida e bem-estar, conforme nos sugerem os depoimentos a seguir:

A casa não é nossa, é de aluguel, mas é casa boa, casa em que você pode dormir tranqüila, casa de laje. A gente hoje vive em paz, sabe? Graças a

Deus! Agora é só melhorar, com a ajuda de Deus é só melhorar. Porque a gente tá aí na fila esperando a nossa casa própria e aí é só ir pra frente [...]. Nós *dormia* com aquela preocupação de chegar alguém e querer fazer alguma maldade. Hoje nós *tamo* num pedacinho do céu, ônibus aqui na porta! Pra mim, hoje eu *tô* no pedacinho do céu mesmo (Aline Cordeiro – Marumbi).

[...] eu já tinha sofrido muito na minha adolescência, na infância também. Mas hoje eu vejo isso como uma vitória. Porque com todas as lutas e dificuldades, tudo o que passei, problema em gravidez, separar de um e de outro, e trabalhar e cuidar dos filhos sozinha. (Simone Rodrigues – Graminha).

Em todos os relatos, a presença do aluguel antecede a ocupação das *áreas de risco*. Pressionados pela ausência de recursos para custear as despesas com o mesmo, a decisão por “invadir os locais disponíveis para os pobres” – expressão utilizada pelos próprios entrevistados – torna-se, na escala de privações, um posicionamento legítimo. O risco torna-se pouco significativo diante da ameaça de desabrigo. A *oportunidade* de morar explica, em grande parte, o fato de as pessoas estarem em locais instáveis e precários. Essa *reelaboração do risco* aparece ancorada na necessidade da segurança da posse e dos ativos sociais e está ligada em particular à localização da moradia com relação às fontes de subsistência, à redução de gastos, incluindo o pagamento do aluguel, livrando-os do pesadelo do despejo e da humilhação. Sair da condição de risco através da remoção, mesmo com subsídios públicos para o pagamento do aluguel, não configura a situação de segurança almejada. Fica mantida a expectativa da casa própria que os livre da ameaça da expulsão.

[...] O mais importante é a casa. Aqui é de aluguel, mas nós *tamo* vivendo. Mas se eu pudesse, eu voltava de novo. Se eu tivesse condições de construir, eu voltava pra lá (Maria Camélia – Progresso).

[...] A casa que nós fizemos tinha dois quartos, sala, cozinha, banheiro e uma varandinha. Quando a DC mandou demolir, eu não agüentei ver. Tem uns sete ou oito meses. Eu fico satisfeita na parte do risco de vida, *né*? Mas meu sonho é voltar pra lá, poder fazer uma casinha decente, dar uma segurança maior pros meus filhos, isso eu queria [...] eu construí meu castelo, eles foram e derrubaram (Márcia de Oliveira – Poço Rico).

Por outro lado, a experiência de administração do recurso recebido da ação pública revela os expedientes de sobrevivência já apreendidos: um esforço para que seja utilizado de modo que possa suprir não só as despesas com o aluguel mas também com água, luz e gás, despesas estas, na maior parte dos casos, inexistentes nas situações anteriores, onde o fogão à lenha representava a economia do gás, luz e água eram cedidas ou substituídas pelas velas, lampiões, lanternas ou minas e poços d’água. Os contratos de aluguel são, quase sempre, semestrais, permitindo a busca constante pelo menor valor, flexibilizando assim a utilização do benefício. São observadas flutuações nos seus ritmos de vida que sinalizam a freqüente necessidade de adaptação a novas situações.

A ocupação dos locais possíveis, sobranceiros, abandonados, se dá, por vezes, intermediada por atores que, mesmo sem possuir a propriedade dos terrenos – do ponto de vista jurídico-formal – se propõem a comercializá-los, estipulando valores e condições. Os relatos de Siléia Assis de Jesus (Ponte Preta) elucidam bem essa situação:

Um rapaz falou comigo: um moço tá vendendo e se a senhora quiser comprar, ele faz as prestações pra senhora. Eu falei: dependendo das prestações, porque eu não tenho condições de pagar à vista mesmo. Ele disse: ele faz um precinho mais ou menos, de uns 50 reais por mês. Assim eu fiz. Mas pra eu pagar esses 50 reais, eu tenho que fazer o barraco e entrar e ir pagando. Deixar o aluguel... Aí eu peguei e fui pra lá. Dei a ele 50 reais e fiz o barraquinho de lona e eu entrei *pra dentro*. [...] Tinha a água que vinha da Ponte Preta, que nós *pagava* 20 reais ao Sr. Bené. Era água cedida. Dava 60 reais de água contando minha filha e irmã. Esse senhor era dono de uns lotes que ele pegou. Muita gente ali pegou muito dinheiro, porque eles venderam muito lote ali que não era deles. E passava água pra gente, cobrando 20 reais. Se não pagasse não tinha. Como é que nós *ia* fazer? Beber daquela água suja do rio? Não tinha condições [...] O rapaz me cobrou 500 reais do terreno. Hoje nem lote, nem dinheiro, nem documento. Ele falava assim: amanhã eu vou dar pra senhora o papel que é da senhora. Mas nunca me deu.

O sentido de *oportunidade* que um local de risco incorpora está, então, diretamente associado às impossibilidades de acesso à moradia, experimentadas por grandes parcelas populacionais urbanas que são levadas para as piores áreas, constituindo diversas situações de *irregularidade urbanística* com impactos diferenciados sobre suas trajetórias e a cidade. Um ponto relevante acerca do aspecto da irregularidade e que está diretamente atrelado aos argumentos em pauta, diz respeito, segundo Cardoso (2003):

ao papel da irregularidade na reprodução do sistema político: dada a incapacidade sistêmica de garantir mínimos sociais universais, a “solução” adotada foi a tolerância à transgressão, permitindo que os mecanismos informais ou ilegais, embora precários, garantissem o atendimento em algum nível às necessidades da população, sem a necessidade de investimentos públicos de vulto. Essa tolerância reflete a incapacidade de respeitar, para as populações pobres, os padrões mínimos de habitabilidade instituídos, já que isso implicaria associá-los a um conjunto de investimentos públicos que drenariam recursos que ‘precisavam’ ser alocados em outras prioridades. (...) a irregularidade mais que um problema, foi uma solução, que possibilitou a progressão do processo de acumulação, sem contrapartidas sociais do poder público e sem gerar tensões insuportáveis [...] (p. 45).

A forma de morar não é algo que se possa compreender fora da trama da dominação econômica e política, que se realiza nas múltiplas esferas do

cotidiano marcado pelo desrespeito a direitos mínimos, colocando à prova a dignidade que a cada oportunidade deve ser reafirmada. As experiências vividas pelos sujeitos da pesquisa esboçam imagens particulares, próprias, mas que se unificam na privação. Abaixo, representações de diversos impasses que testam, expõem, conformando expedientes e uma hierarquia de valores – as suspeitas sobre o comportamento social dos pobres, o trabalho infantil que expulsa da escola, o trabalho aviltante que explora e submete a humilhações:

O meu filho Paulo Jr. foi o que menos teve chance na vida. Eu dizia: precisa trabalhar, estudo vale a pena, mas hoje o homem *trabalhar* vale muito mais, porque ajuda a criar os irmãos que são menores. Ele tomava conta de carros com 12 anos, durante a noite inteira. Eu também trabalhava, trabalhava todo mundo junto. Ficavam em casa só as meninas menores. Mas eu sempre exigi mais dele, e hoje ele saiu um excelente homem. Agora ele está estudando, tem 25 anos, tá na 3ª série. Hoje ele fala: agora mãe, eu sei ler (Maria Camélia – Progresso).

[...] Eu trabalhava três vezes na semana, deixava as crianças de dia no colégio, na creche. (...) já me denunciaram por causa de eu deixar as crianças sozinhas. Tinha dia que eu saía do trabalho às 10 horas da noite. Quando eu cheguei um dia lá, encontrei eles quatro (*os filhos*) no carro da polícia, porque minha mãe tinha mandado a vizinha chamar a polícia pra mim, porque eu estava deixando *eles abandonado*. Aí naquele dia eu ainda falei pro sargento que, se ele fosse me bancar, eu parava de trabalhar e ficava com as crianças dentro de casa. Fora disso eu ia continuar trabalhando pra não deixar as crianças passando fome (Simone Rodrigues – Graminha).

As representações acerca da pobreza e da condição de assistidos carregam um tom de denúncia e revolta frente ao tratamento que lhes é conferido pelas políticas sociais. Como usuários de serviços assistenciais, sofrem as consequências de uma condição tantas vezes discriminatória que vai interferir em sua concepção de mundo e em sua luta para preservar uma dignidade sempre ameaçada – situações exemplificadas nesta investigação pelas avaliações de risco e remoções. Vivem em relação à assistência social uma experiência ambígua e muitas vezes constrangedora.

Eu nunca fiquei à toa. Depois que aconteceu isso tudo (*remoção*) eu entrei em depressão. Mas da parte da prefeitura nós não tivemos ajuda nenhuma, de alimentação. A gente come por necessidade. Quando eu estava no Poço Rico e fui pedir ajuda e eles mandaram um assistente social lá, um homem. A minha casa era limpinha. O homem chegou e disse: “que limpeza que é sua casa!”. O assistente social me disse que eu era muito caprichosa e eu respondi todos os requisitos que ele me perguntou. Mas ele não voltou mais. E eu fui lá e a moça me disse que eu não tinha passado na pesquisa de carência da AMAC pra você ser encaixada. Eu falei: meu Deus, o que é preciso pra você passar nessa

carência que eles falam então? Precisa da casa estar suja, dos filhos estarem com o nariz escorrendo, andando com os pés no chão e cabelo enorme? Sujeira pra eles é carência. Eu não sou orgulhosa, eu sou pobre, mas não gosto de nada dado. Dado é isso aí, é só humilhação que a gente escuta (Márcia de Oliveira – Poço Rico).

Também portando um sentido de *oportunidade*, a sociabilidade local interferirá na escolha do local de moradia. A sociabilidade no bairro popular implica estratégias de ajuda mútua que também explicam a razão da escolha desses locais. Manifesta-se a presença de redes de sociabilidade como determinantes na condução da sobrevivência – solidariedades que se manifestam como resultantes do vínculo criado no bairro com o decorrer dos anos de convivência.

[...] eu não podia mais pagar aluguel. No começo eu fiz lá de lona. Um vizinho me cedeu água, o outro a luz, até quando eu tive condição de trabalhar. Depois disso, durante uns 10, 12 anos, eu vivi ali nesse local. Eu fui, cerquei em volta de madeira e o telhado eu fiz de lona. Teve dois colegas meus que minha tia pagou, eles cortaram bambu, colocaram por cima e fizeram tipo uma barraca. Quando eu comecei a trabalhar eu comprei lajota, um pouco de material e fiz mais dois cômodos, que eu dividi e fiz cozinha, banheiro, sala e quarto. Até o acidente eu tinha esses cômodos (Simone Rodrigues – Graminha).

No entanto, nem sempre essas redes de apoio têm características de acolhimento e amizade. Muitas vezes, o que se tem na favela é a “unidade na miséria e não a solidariedade entre iguais” (SAWAIA *apud* YAZBEK, 1996), uma vez que, mesmo vivendo próximas e se conhecendo, as pessoas nem sempre se estimam e muitas vezes se temem. O relato seguinte revela uma luta solitária, retratada pelo distanciamento total da família, ausência de um parceiro com quem compartilhar a criação dos filhos, pela sociabilidade fragilizada e dependência constante da assistência social – esporádica e incerta – conformando um abatimento, desânimo e a noção de desprestígio.

Minha família é do Paraná. Tenho um filho que mora lá com meus pais. Tem quase 20 anos que não vejo ninguém. Entra ano e sai ano e a gente nunca tem dinheiro pra poder ir lá. Aqui eu tô praticamente sozinha, só com meus filhos. A prefeitura paga esse salário de R\$180, e eu pago R\$150 de aluguel, e o resto que fica eu pago água e luz. E eu recebo uma bolsa escola! Mas mesmo assim pra sustentar 5 filhos, comigo 6, não dá. É difícil, eu não trabalho, não tenho ganho nenhum [...] o pai deles é bem folgado, bem sossegado. Aí tudo é eu que corro atrás e é até por isso também que filho fica grudado na gente (...). Ajudar ninguém ajuda, não! Vir aqui perguntar se a gente tá precisando de 1 kg de feijão ninguém vem, não. Mas tomar conta da vida da gente tá em primeiro lugar. Mas isso não é só aqui, né? (Maria Tavares Davi – Granjas Bethânia).

Somados a todos esses elementos, surgem com relevância os posicionamentos assumidos pelos removidos com relação ao poder público (“a prefeitura”), no que diz respeito às áreas públicas ocupadas, conformando uma cultura segundo a qual sua omissão é compreendida como permissão/benefício. A ocupação de áreas restantes, pobres, sem infra-estrutura, é vista como aquilo que é destinado e permitido ao pobre – uma tolerância que tem como fundamento o clientelismo: favor em troca de apoio político.

[...] Porque minha tia e a amiga dela foram nesse vereador, *conversou* com ele e ele falou que não teria problema de eu construir ali pra mim (*em terreno da prefeitura*). [...] Nunca tive problema com a prefeitura, ao contrário, consegui colocar água no meu nome, luz. Em termos da prefeitura me perturbar, isso eu não posso falar [...] (Simone Rodrigues – Graminha).

[...] Esse lote era da prefeitura, tipo assim invasão, porque as pessoas invadem [...] a prefeitura não ligou muito porque era perto de córrego e tudo, então ela não ligou [...] É terra pública, só que a prefeitura não dá atenção nenhuma pra aquele lugar não (Aline Cordeiro – Marumbi).

Por outro lado, revela-se uma desconfiança com relação às ações do Estado, nem sempre claras e efetivas, e à insuficiência de suas intervenções — paliativas, precárias, inacabadas. De intervenções que são pontuais, tem-se a viabilização de pequenas obras, sempre inacabadas, iniciativas isoladas de cadastramento das famílias, com vistas à regularização da posse do lote, nunca efetivada, de remoção para áreas ditas mais seguras, porém sempre mais distantes e isoladas. A possibilidade de viverem a transferência para locais isolados, distantes dos ativos sociais favorecedores de suas subsistências, é fator determinante em seus posicionamentos e marca sua resistência. Descortina-se a desconfiança da população, sendo que a saída dos locais condenados tecnicamente simboliza o risco de ficarem sem qualquer apoio, uma vez que o Estado constantemente falha em seus compromissos.

Quando eu vi, chegou lá o pessoal da AMAC (*assistência social do município*) fazendo inscrição pra tirar, isso antes da enchente... Foi passando o ano, mais ano e não tirou ninguém. Até que veio essa tragédia da água pra acabar com tudo (Siléia Assis de Jesus – Ponte Preta).

A metade dessa área onde o pessoal foi desalojado é da prefeitura. O pessoal passou, acho que é funcionário da EMCASA mesmo, da prefeitura, passou pegando os dados da gente. Disseram que como a gente já tinha muito tempo ali, que eles iam liberar pra gente um documento comprovando que a gente já era morador dali de muito tempo. Mas até o dia que houve o desabamento eles não tinham dado documento nenhum pra gente (Simone Rodrigues – Graminha).

Cardoso (2005), utilizando-se de Hirschman (1996), afirma que a forma de lidar com uma situação de precariedade e de ameaça poderia ser a “saída” ou

a “voz”, alternativas colocadas para as camadas de maior renda e instrução, mas não para as camadas populares, já que os custos neste caso (em busca de um local mais seguro ou na forma de protesto junto ao poder público) tendem a ser elevados e com baixa expectativa de retorno positivo. Resultam daí, as buscas pelas alternativas individualizadas de minimização dos danos com permanência nos mesmos lugares. Os custos associados à “voz” se mostram também elevados, uma vez que o Estado se faz “impermeável” frente às demandas populares, adotando de modo mais conveniente e imediatista as tradicionais práticas clientelistas.

Como exceção, o contexto da pesquisa revelou uma experiência diferenciada no que diz respeito à mobilização e organização da comunidade do Bairro Ladeira na luta pela permanência, propriedade da terra e melhorias na urbanização da área. O relato de Matias Machado Faria expõe parte da experiência de 20 (vinte) anos de luta da pequena comunidade do “Ladeira”, que se mobilizou para enfrentar a possível expulsão da área pertencente à Rede Ferroviária Federal S.A (denominada “Leito da Leopoldina”), localizada em área central do município – primeira e única de Juiz de Fora a ser decretada como *área de risco* pela Prefeitura (Decreto do Executivo 05830/1997).

Uma forma de resistência articulada se deu num cenário com múltiplos atores: a Comissão de Moradores do Leito da Leopoldina, a imprensa, as forças policiais, o poder público, os políticos locais e o Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Juiz de Fora (CDDH), ONG que assessorou a comunidade durante o processo de luta pelo direito de permanência no local. O fato ganhou tal visibilidade ao longo dos anos que outros interesses em torno da área (do mercado e do próprio poder público) foram ofuscados e a permanência das famílias no local parece dificilmente reversível. O recurso da “voz” teve seu lugar.

O CDDH foi uma porta que abriu e nós começamos a luta (...) o prefeito ficou os quatro anos e pra nós conversar com ele nós tivemos que fazer uma passeata com umas 600 pessoas. Saímos daqui e reunimos umas 600 pessoas com faixa, cartaz, batemos lata, assoviamos. Então, nesse dia fizemos uma manifestação pública lá e ele recebeu três do CDDH e três da Comissão. Porque nós formamos uma comissão de moradores. [...] Fizeram uma avaliação da área (Defesa Civil, Prefeitura, Universidade)... bem, mas antes o pessoal foi retirado pro aluguel, pro Abrigo... Na época tiraram 72 famílias, pro aluguel e pro Abrigo. Nós fizemos mais união com o CDDH. Fizeram um levantamento e uma proposta pra nós. Disseram o seguinte: vamos pagar o aluguel por três meses e vocês tornam a voltar pro mesmo lugar. Daí, começaram a mexer, fizeram a contenção (Matias Machado Faria – Ladeira).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos aqui alguns elementos facilitadores da compreensão de como se dá a construção social da noção de risco. As evidências não conduzem

a uma negação ou minimização do risco configurado em sua versão técnica – como se poderia num primeiro momento presumir –, mas sim à pertinência de se considerar a reinterpretação e reelaboração do risco por parte da população. Tal reelaboração se manifesta através de estratégias discursivas e práticas sociais específicas que apontam para a permanência no lugar – com a garantia da posse e dos ativos sociais previamente construídos – em resistência à noção técnica de risco, que justifica a remoção.

Assim, evidenciou-se a presença de um conhecimento acumulado pela população ao longo de suas trajetórias: representações e práticas comuns a esses grupos sociais configurando um *habitus* (BOURDIEU, 2005) como sistema de predisposições que leva os indivíduos a representações e práticas socialmente compartilhadas. Fatores como religiosidade e a noção de um lugar identitário ancoram a resistência e a luta pela permanência. O apego ao lugar, associado aos laços mais gerais criados ao longo das trajetórias, coloca em plano secundário o fator *risco* das moradias. Por fim, ante as dinâmicas de vulnerabilização decorrentes do desigual poder entre os atores sociais na cidade, os moradores de áreas vulneráveis, num processo de reelaboração moral do risco, associam tal experiência a uma *oportunidade* de moradia em contexto de desposseção e de dificuldade de acesso a recursos públicos.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. Justiça ambiental e construção social do risco. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 5, p. 49-60, 2002.
- BOURDIEU, P. Sobre o poder simbólico. In: _____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p.7-16.
- CARDOSO, A. L. A construção social do risco ambiental em uma favela do Rio de Janeiro. In: CONGRESSO ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE SOCIOLOGIA, 25, 2005, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: ALAS, 2005.
- _____. Irregularidade urbanística: questionando algumas hipóteses. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, ano XVII, n. 1, p. 35-50, 2003.
- GOMES, N. P. M.; PEREIRA, E. de A. P. Mundo encaixado: significação da cultura popular. Belo Horizonte: Mazza; Juiz de Fora: UFJF, 1992.
- GRIZENDI, L. T. **Condições de moradia e risco**: representações sociais de técnicos e moradores da periferia de Juiz de Fora. Rio de Janeiro: PUC-Rio/ Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2003. 114p. Dissertação de Mestrado.
- GUIVANT, J. S. A Trajetória das Análises de Risco: da periferia ao centro da teoria social. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n.46, p.3-38, 1998.
- SANTOS, B. de S. **A Crítica da Razão Indolente**. Contra o Desperdício da Experiência. Para um Novo Senso Comum: a Ciência, o Direito e a Política na Transição Paradigmática. São Paulo: Cortez, 2000. v. 1.
- SEPÚLVEDA, C. Cultura y conflictos ambientales: la formación social de la demanda ambiental en el caso de Golden Spring. In: SEPÚLVEDA, C.; SABATINI, F. (ed.) **Conflictos ambientales: entre la globalización y la sociedad civil**. Santiago: CIPMA, 1997. p.157-179.
- VALENCIO, N. et.al. Gestão de desastres no Brasil: considerações sociais acerca das políticas de emergência ante os perigos hidrometeorológicos. In: VALENCIO, N.; MARTINS, R. C. (Orgs.). **Uso e gestão dos recursos hídricos no Brasil: desafios teóricos e político-institucionais**. São Carlos: RiMa, 2003. v. 2.
- YAZBEK, M. C. **Classes subalternas e Assistência Social**. São Paulo: Cortez, 1996.

O OLHAR DA CRIANÇA SOBRE O DESASTRE: UMA ANÁLISE BASEADA EM DESENHOS

BEATRIZ JANINE CARDOSO PAVAN

INTRODUÇÃO

Permitir que as crianças sejam estudadas a partir de suas próprias vozes e não apenas através daquilo que os adultos dizem delas é uma das formas de superar as concepções tradicionais dominantes acerca da infância e das crianças, que as definem “como um ser irresponsável, imaturo, incompetente, irracional, amoral, a-social, a-cultural [...] simples objectos passivos e meros receptáculos de uma acção de socialização” (FERREIRA, 2008, s/n.).

Embora a cultura da infância seja universal, as culturas infantis são muito diversas, distanciadas por disparidades econômicas, religiosas, sociais e transformadas ao longo do tempo. As mudanças envolvendo o mundo infantil demandam que as ciências estejam comprometidas com a reflexão dos riscos gerados sobre as crianças, principalmente a partir dos seus próprios olhares sobre as experiências sociais que lhes são oferecidas. Os problemas sociais e ambientais que afetam esta geração exigem comportamentos diferentes daqueles tomados pelas gerações passadas e fazem pesar sobre ela a responsabilidade de mudar o mundo.

Se, no passado, as crianças corriam os riscos das doenças infecto-contagiosas, da precariedade dos partos, das doenças sem diagnósticos, hoje, vivem os riscos da pedofilia na Internet, da violência no trânsito, nas ruas e na escola, do tráfico de drogas etc. Vivenciam também novos riscos ambientais relacionados aos altos níveis de poluição, contaminação dos rios, uso indiscriminado de agrotóxicos na produção de alimentos e desastres naturais relacionados ao clima.

Dentre os desastres que já atingem milhares de crianças anualmente e que tendem a intensificar-se nas próximas décadas, estão aqueles relacionados às chuvas, como inundações, enchentes e deslizamentos. As crianças apresentam uma vulnerabilidade especial diante do desastre, pois, além da fragilidade física, esta é, na maioria das vezes, uma situação inédita a ser enfrentada, o que gera angústias, medos e traumas. Uma das formas delas compreenderem e superarem estes possíveis traumas, ou mesmo de evitá-los, é refletir, discutir e dimensionar os riscos e perigos ali envolvidos. Uma ferramenta que pode trazer resultados são atividades lúdicas e recreativas como a proposta de desenhos temáticos.

É, pois, essa experiência que será aqui apresentada, na qual identificamos em desenhos realizados por crianças desabrigadas, a dimensão social e territorial da casa em que elas habitavam e as noções de segurança e risco que elas

apontam na situação de “normalidade” (pré-desastre) em contraponto com a situação de “anormalidade” (pós-desastre). Na ocasião, as crianças, assim como suas famílias, estavam abrigadas em escolas públicas, pois suas casas haviam sido destruídas ou estavam em situação de risco, em decorrência das chuvas de janeiro de 2007 na região serrana do Rio de Janeiro, nas cidades de Nova Friburgo e Sumidouro.

1. A CRIANÇA NA PESQUISA, A CRIANÇA NO DESASTRE

Segundo estimativas da organização não-governamental (ONG) Save the Children (Salvem as Crianças), das 350 milhões de pessoas que serão afetadas por desastres naturais em todo o mundo, a cada ano, durante a próxima década, 175 milhões serão crianças. A ONG afirma que não é possível ainda saber exatamente quais desastres as mudanças climáticas podem trazer no futuro, mas que é certo que serão os países mais pobres e as populações mais vulneráveis, como crianças e idosos, que serão mais fortemente afetados (INTERNATIONAL SAVE THE CHILDREN ALLIANCE, 2008).

É cada vez mais recorrente casos em que crianças vêm a óbito em decorrência de deslizamentos, enxurradas e inundações. Em muitos casos, mais de uma criança de uma mesma família acaba sendo soterrada em meio ao desmoronamento de casas e deslizamentos de barrancos, ou, ao ser levada pela enchente, acaba afogando-se. Na Grande São Paulo, somente na primeira semana de setembro de 2009, cinco crianças foram encontradas mortas, soterradas após deslizamentos.

A Estratégia Internacional para a Redução de Desastres (EIRD/ ONU) afirma que as crianças que experimentam um evento traumático antes dos 11 anos têm três vezes mais probabilidade de desenvolver sintomas psicológicos do que aqueles que vivem seu primeiro trauma sendo adolescentes ou adultos. Todavia, as crianças podem superar melhor uma situação deste tipo se seus pais, amigos, familiares, professores ou outros adultos, apoiarem-nas e, esta ajuda, deve começar o mais rápido possível depois da ocorrência do evento. Entre as várias ações que poderão ajudar as crianças estão:

- ◆ O provimento de informação clara e concisa sobre o desastre;
- ◆ Explicar que o desastre não é culpa delas;
- ◆ Mantê-las ocupadas com tarefas, que inclui ajudar a família a se recuperar do desastre;
- ◆ Não minimizar a gravidade do evento ocorrido;
- ◆ Entender que as crianças sofrem com a perda de brinquedos, jogos, roupas e outros objetos favoritos. (EIRD/ONU, 2001).

As crianças devem fazer parte das soluções dos problemas, pois a sua preparação pode garantir, numa outra situação de risco, que elas consigam se proteger e alertar a própria família ou irmãos menores para que os danos humanos sejam minimizados ou evitados. É a partir das informações que lhes são transmitidas pelo convívio social, que elas reagem e atuam diante das mais

diversas situações. Por exemplo, ao aprender a atravessar a rua, deve-se “olhar sempre para os dois lados”, “obedecer aos semáforos” ou num dia chuvoso, deve-se “ficar em casa”, “não tomar chuva”, “agasalhar-se”. Todavia, numa situação de risco, atitudes contrárias, como, “correr para fora da casa em meio a uma chuva forte”, precisam ser tomadas e este discernimento perceptivo de como agir frente ao desastre pode ser decisivo para evitar trágicos danos humanos (VALENCIO et al, 2007). Malho (2004, p.49) traz importantes considerações acerca do desenvolvimento destes processos de percepção do mundo:

As acções e interacções permanentes, onde a emoção desempenha o papel mais decisivo para a organização dos vários sistemas de comunicação interpessoal, permitem à criança experiências de vida (contexto-pessoa) que a levam a descobrir e desenvolver os seus próprios processos adaptativos, as suas competências para a integração social dinâmica. Essa descoberta e o desenvolvimento desses processos adaptativos dependem ainda da possibilidade que lhe for facultada de estruturar e identificar o meio ambiente; quando tal acontece, verifica-se uma actividade essencial para a criança, a de, por si, desenvolver e poder elaborar imagens claras e organizadas dos seus contextos, de poder desenvolver capacidades de orientação, de criação e identificação de símbolos colectivos e individuais de comunicação.

Ou seja, é por meio das experiências vivenciadas cotidianamente, que a criança seleciona, transforma e cria percepções e representações sobre o mundo que a rodeia, inclusive no que diz respeito aos riscos.

Preservada sua integridade física, outras situações poderão fazer com que a criança vivencie o desastre de forma traumática, como contabilizar sua perda material (a casa, os brinquedos, as roupas, os materiais escolares) e encontrar-se abrigada num local que para ela possuía outro significado (a escola ou o ginásio de esportes, por exemplo). Por mais que a escola seja um local que traz certa familiaridade à criança, ao tornar-se abrigo, a escola perde sua função primordial e, sem aulas, a criança vivencia uma nova perda. Além disso, a escola é um espaço de convivência com outras crianças, que poderão – quando retomadas as aulas – estigmatizar a criança que ali estivera abrigada, caso a sala de aula – que, por exemplo, era um “quarto” da família – tenha sido de alguma forma “depredada”. Esta preocupação fica clara na fala desta mãe: “(...) aqui é a sala de aula do meu filho maior, de 8 anos. Ele vai voltar a estudar nesta sala quando formos embora, voltarmos pra casa. Imagina o que os colegas vão pensar de nós se algo aparecer quebrado? (A., Abrigo em Nova Friburgo, 2007).

2. A PROPOSTA DOS DESENHOS TEMÁTICOS

Uma das formas das crianças compreenderem e superarem os possíveis traumas diante do desastre é refletir sobre ele, discutir e dimensionar os riscos e perigos. Uma ferramenta que pode trazer resultados é oferecer atividades lúdicas e recreativas, como a proposta de desenhos temáticos.

Se, de um lado, a coleta dos relatos orais dos adolescentes e adultos é uma das principais ferramentas para a pesquisa sociológica, no caso das crianças, a comunicação por expressões gráficas, mostra-se um instrumento eficiente, e que pode, em muito, colaborar na análise dos problemas sociais a serem enfrentados pela população, como a sua situação de vulnerabilidade diante das chuvas.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), o trabalho educativo pautado no ensino das artes espera que a criança adquira competências de sensibilidade e de cognição, podendo com suas produções exercitar a cidadania cultural (BRASIL, 1997, p. 95). Assim, o desenho infantil é um instrumento importante para o desenvolvimento de conhecimentos, além de revelar as imagens mentais das crianças sobre um determinado tema. As expressões gráficas infantis são expositoras de espontaneidade e transparência, revelando valores e intenções. Goldberg (2005, p.98) afirma que os desenhos

(...) configuram-se como expressão da percepção que as crianças têm dos ambientes que habitam, [...] entre pessoas, e entre pessoas e os seus ambientes. Desta forma, o desenho infantil pode emergir como uma atividade molar que faz o elo de representação destas relações e de outras vivências significativas para o desenvolvimento social, afetivo e cognitivo.

Para Piaget (1976), o conhecimento é originado no estabelecimento de uma relação de interação entre o sujeito e o objeto e como este último é percebido pelo sujeito, dependendo das estruturas mentais que ele possui num determinado momento. Assim, numa proposta em que as crianças são estimuladas a desenhar situações que envolvam o seu local de moradia, a sua cidade, seu bairro, é possível identificar a representação que deles vê a criança, importante para todos que tenham responsabilidades por seu planejamento e manutenção, incluindo elas próprias, seus familiares, colegas e as autoridades e administradores daqueles locais.

É essa experiência que traremos a seguir, no qual foi desenvolvida uma análise sociológica nos desenhos realizados por crianças desabrigadas. Tais desenhos fazem parte do acervo do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED/UFSCar) e foram colhidos em uma visita de campo, em janeiro de 2007, aos abrigos temporários nas escolas “Centro Integrado Educação Pública (CIEP) Maria Amélia Pacheco” e “Escola Municipal Estação do Rio Grande”, respectivamente nas cidades de Sumidouro/RJ e Nova Friburgo/RJ.

Foi proposta às crianças uma atividade lúdica, funcionando como um momento de brincadeira, mas que, ao mesmo tempo, permitisse uma reflexão sobre a sua situação de desastre, sobre as possíveis causas, as perdas, os medos, fazendo-as expressar tais questionamentos e anseios no papel. Indicamos que desenhassem como era a sua casa antes da ocorrência do desastre e depois, numa outra folha, que desenhassem o que havia acontecido com suas casas, que nas análises chamo também de situação I e II. Após as atividades, elas nos deram espontaneamente os desenhos que, trazidos para o NEPED, foram classificados e analisados.

O material utilizado para o desenho foi lápis preto, borracha e papel sulfite. Na identificação dos desenhos, os nomes das crianças foram ocultados

e utilizamos apenas as iniciais. Vale comentar o fato de que a presença uniformizada dos integrantes do NEPED no abrigo (realizando pesquisa científica) e, em particular no caso de Nova Friburgo, a disposição das carteiras, simulando uma sala de aula trouxeram, a princípio, certa “rigidez” à atividade, como uma tarefa escolar, em que seria considerado o “certo” ou o “errado”. Durante a proposta da atividade, isto foi esclarecido, mas, mesmo assim, crianças menores sentiram-se inseguras e diziam não saber se estavam fazendo “certo”, e muitas deixaram de nos entregar o desenho. Já as crianças acima de sete anos compreenderam facilmente o propósito da atividade e realizaram os desenhos na situação pré e pós-desastre.

As crianças não são um grupo homogêneo e é importante considerar a idade, o gênero, o status social, entre outros. No caso da atividade com desenhos, houve participação espontânea de crianças de diversas idades e, inclusive de adolescentes, que se mostraram entusiasmados com a atividade. O interesse se deu pelo fato de que, segundo relataram os pais e as próprias crianças, a rotina no abrigo apresentava-se um pouco entediante. Nenhuma atividade de recreação foi proposta durante o período que ali se encontravam e o único momento de entretenimento era assistir televisão ou correr pelo pátio. Vale ressaltar o fato de que a maioria das crianças havia perdido seus brinquedos.

Como recorte etário para a análise, não foi utilizado o rigor no que diz respeito à diferenciação dos traços em cada idade do desenvolvimento cognitivo, como propõe a literatura pedagógica de Piaget (1976) e Luquet (1979). Neste caso, o estudo baseou-se na constatação de que, a partir de sete anos de idade, as crianças têm um maior discernimento na realização da proposta, que era a representação gráfica de sua moradia no pré- desastre e no pós-desastre. É nesta fase que a criança vive a abertura para o mundo, com impressões sensoriais afloradas:

[...] Uma criança, de cerca de sete ou oito anos até os treze, catorze, vive a maior parte do tempo, neste mundo vívido. Ao contrário do infante que está aprendendo a andar, a criança mais velha não fica presa aos objetos mais próximos nem aos arredores; ela é capaz de conceituar o espaço em suas diferentes dimensões; gosta das sutilezas na cor e reconhece as harmonias na linha e no volume. Ela tem muito da habilidade conceitual do adulto [...], [mas] sem a carga das preocupações terrenas, sem as cadeias de aprendizagem, livre do hábito enraizado, negligente do tempo, a criança está aberta para o mundo (TUAN, 1974, p.65).

Apesar das representações serem uma amostra comum da realidade daquelas crianças (elas vinham de uma mesma situação socioambiental – proximidade ao morro e ao rio, região serrana, moradias simples), houve heterogeneidade das representações, correspondendo às impressões subjetivas provocadas tanto pelas transformações do espaço na situação de desastre, quanto pela representação idealizada de como ela gostaria que fosse o seu lugar de morar. Este comportamento é explicado por Mazzotti (2002, p.17), sob as bases teóricas de Moscovici:

(Para este autor) [...] sujeito e objeto não são funcionalmente distintos, eles formam um conjunto indissociável. Isso quer dizer que um objeto não existe por si mesmo, mas apenas em relação a um sujeito (indivíduo ou grupo); é a relação sujeito-objeto que determina o próprio objeto. Ao formar sua representação de um objeto, o sujeito de certa forma, o constitui, o reconstrói em seu sistema cognitivo, de modo a adequá-lo ao seu sistema de valores, o qual, por sua vez, depende de sua história e do contexto social e ideológico no qual está inserido.

Enquanto desenhavam, as crianças resgataram na memória e na sua história de vida, as características das suas moradias no pré-desastre e somaram a esta representação seus medos, preocupações e sofrimentos para ilustrar a situação das suas casas no pós-desastre.

2.1 O QUE OS DESENHOS NOS CONTARAM...

Em traços e linhas imaginárias, as crianças conseguiram apontar diversas dimensões da territorialidade da casa. Os desenhos são valorosas expressões gráficas que traduzem uma interpretação da realidade infantil que, neste estudo de caso, trouxe representações características da situação de desabrigo vivida, como a perda do *habitus*. O contexto social – de pobreza, desestrutura familiar, moradias precárias – caracteriza uma vulnerabilidade que se acentua diante de um contexto ambiental e climático problemático – chuvas intensas, rios poluídos, encostas devastadas. A situação de pobreza somada à situação estigmatizante de desabrigada, pode fazer com que as crianças construam uma determinada representação sobre o local em que vivem, como um local de insegurança e de exclusão. A degradação ambiental é um dos pontos que podem ser avaliados, pois a presença de valas de esgoto, lixo, pouca arborização, rios poluídos próximos às moradias, contribuem para as enchentes e deslizamentos que assolam aquele local (ARGUETA, 2000). Enquanto desenhavam, muitas crianças relataram oralmente que no rio apareciam animais mortos, que as pessoas jogavam muita sujeira, esgoto etc: “O rio tava fedendo água podre, cocô, tinha vaca boiando no rio, as vaca morreram e tavam boiando lá no rio...”, disse-nos uma garota de 12 anos.

Para algumas crianças isto representa uma situação estigmatizante, que fica clara tanto nos desenhos que apontam estas vulnerabilidades, quanto nos desenhos que são representados por uma realidade idealizada, diferente da vivida pela criança. Isto pôde ser observado em alguns desenhos, nos quais as crianças trouxeram a representação do rio como um local limpo, repleto de peixes.

Nos desenhos da garota B, de 7 anos, foi interessante observar o fato de que, na situação pré-desastre, somente a sua casa com o rio à volta e o sol trazendo um singelo sorriso foram representados. Já na situação pós-desastre, além da sua casa, havia a presença da casa vizinha, ambas submersas no rio, uma vez que no contexto do desastre a criança foi capaz de entender que o risco de inundação e a sua vulnerável inserção espacial, não são características exclusivas da sua casa, mas estende-se por toda a vizinhança. Provavelmente, este vizinho encontrava-se na situação de desabrigo também, reafirmando a situação

estigmatizante da precariedade territorial daquele grupo (os denominados moradores de “áreas de risco”). Não há, ali, a possibilidade de que ocorra uma rede de solidariedade para que, por exemplo, a família da garota pudesse alojar-se temporariamente em casas vizinhas, o que os condena à situação de desabrigados.

Nos desenhos de W., de 7 anos, ele foi muito explícito em mostrar que a situação de risco e perigo, que o levou à situação de desabrigo, estava diretamente relacionada aos elementos geológicos – no caso, uma pedra prestes a cair sobre as casas. Na situação de normalidade, apenas sua casa foi retratada (sem nenhum elemento natural, como nuvem, sol, árvores), isto é, desenhou elementos materiais. Já na situação II, somente elementos naturais foram representados (uma grande pedra no alto de um morro), significando para ele a principal ameaça à sua moradia. Escreveu junto ao desenho: “A *petra* vai cair”.

O garoto L, de 8 anos, representou as características arquitetônicas de sua casa, como pôde ser observado *in loco* nas construções daquela região afetada (pequenos sobrados com laje exposta). Na situação I, desenhou apenas sua casa e seu animal de estimação; já na situação II representou três elementos de risco que ameaçavam a sua moradia: a chuva caindo, uma grande pedra prestes a deslizar (assim como no desenho de W.) e um barranco desmoronando em direção à sua casa. O animal de estimação não apareceu no segundo desenho.

Uma variável presente de forma representativa no desenho das crianças foram os animais domésticos, principalmente o cão. Como, na maioria das vezes, os animais não podem ser levados para dentro do abrigo, tornam-se mais uma fonte de preocupação para seus donos. É fato que a situação de desabrigo demanda maior cuidado em relação à higiene, a fim de evitar a propagação de doenças, mas é preciso compreender que, para as crianças, a ausência do seu animal de estimação pode ser dolorosa. Em muitos desenhos, os únicos elementos sociais que apareceram foram os animais de estimação. Dada esta explícita relação afetiva com estes animais, é preciso levantar informações para prever certos cuidados de saúde, como a inclusão de controle de zoonose, providenciar certos tipos de equipamentos (coleiras, correntes, anti-pulgas e carrapatos etc.) e planejamento de espaço (para evitar que os animais transitem entre colchões e roupas dos desabrigados que ficam, na maioria das vezes, no chão). A vacinação e asseio dos animais garantem não apenas salubridade aos moradores, mas também podem preservar a vida dos animais que, uma vez contaminados, poderiam acabar sendo sacrificados, aumentando o sofrimento de seus donos.

Com uma idade um pouco mais avançada, a criança começa a inserir legendas junto ao desenho. Em um dos casos, C., de 10 anos, narrou a situação I como “antes de tudo aquilo acontecer...”, e representa ela e o irmão, felizes, brincando com a mangueira de água, em volta de uma casa florida e arborizada. Já na situação II, descreve seu desespero com a fala “Mãeee!” e a seguinte frase: “naquele dia foi meu primeiro maior dia de susto”. Mesmo que nada fosse escrito, a expressão facial dos bonequinhos desenhados, representando ela e o irmão, já seriam capazes de apontar a dimensão de sofrimento destas crianças.

Os elementos florísticos desapareceram e, ao fundo, pedras e lamas escorriam pela casa. A mãe apareceu na fala da garota, como a busca desesperada por proteção e socorro.

Sabemos que não são raras as situações que nem a mãe nem o pai encontram-se na casa, pois diante da necessidade de trabalhar e, longe de assistências como creches, deixam os filhos maiores cuidando dos menores e da casa. Não foi possível saber se, neste caso, a mãe estava ou não ausente. Todavia, fica explícita a importância da figura materna numa situação de ruptura da normalidade que a criança enfrenta, principalmente pelo fato de ser uma ocasião inédita e desconhecida, como ela mesma narrou.

No desenho de outra garota, P. de 10 anos, ela nos apresenta como é a paisagem que circunda a sua moradia. Pudemos observar morros, bem abaixo, o rio, uma casa vizinha próxima ao barranco e algumas outras pequenas casas mais abaixo, próximas ao rio. Na sua casa, a caixa d'água e a antena apareceram como bens importantes, que nos revelaram a existência de televisão e água encanada na casa. Mais uma vez, o animal de estimação está presente e foram desenhadas também, próximas ao rio, pessoas em fluxo. Na situação II, pessoas e animais não estão mais presentes. O pasto atrás de sua casa apareceu representado, com a legenda: “esse pasto está rachado e pode cair na minha casa levando para o rio”. A casa vizinha também apareceu como um elemento de risco: “essa casa está descendo e se ela descer cai na minha casa”, o que demonstrou a incerteza do desastre que poderia ali ocorrer diante da intensificação das chuvas. Neste desenho, coube notar que a casa estava ameaçada por um elemento ambiental, mas modificado: o pasto, um local onde a mata original fora devastada.

Na ilustração de J., de 11 anos, a situação pré-desastre trouxe aspectos de normalidade, mas ele já apontou o desastre que poderia ocorrer ali, caso a ameaça levantada se concretizasse. Identificou uma continuidade do desastre: o desmoronamento da encosta e a possibilidade da casa ser levada para dentro do rio, e relata junto ao desenho I: “corre o risco de desabamento e minha casa pode cair dentro do rio”. Concretizada a ameaça, ele não visualizou sua casa danificada ou destruída, todos os elementos ambientais sumiram (morro, árvores, chão), mas a sua casa permaneceu intacta, enquanto um mar de lama passava por trás dela, levando tudo.

Nos desenhos de V., de 11 anos, ela não trouxe a figura do animal de estimação, mas a sua “casinha”, e o rio e os peixes como elementos ambientais. Na situação II, os barrancos aparecem “encurralando” a casa de V. e a chuva intensa “promove” o deslizamento dos barrancos, que podem cair dos dois lados da casa, como apontavam algumas setas. Os detalhes da casa, como número de janelas, continuam aparecendo em ambas situações. Este foi um ponto interessante de ser observado nos desenhos, pois representa um comprometimento com a representação da sua moradia, do seu lugar de morar, da casa de que sentem falta por estarem longe dela, no abrigo.

De algumas crianças ouvimos o discurso de que no abrigo era “mais legal”, “melhor” do que sua casa, mas a maioria dizia querer voltar logo, assim como relataram seus pais, pois a casa é

(...) o ambiente do ficar, do descansar, do restaurar-se, do enlevo, do devaneio, enquanto o abrigo é o ambiente a que se quer, desde logo, deixar, abandonar, posto que ali sobrepõe-se tensões, angústias, insônias, uma experiência concreta e simbólica que os sujeitos poucos apreciam rememorar (VALENCIO et al., 2008, p.8).

Para aquelas crianças que consideraram o abrigo “legal”, tal conotação pode estar relacionada ao fato de que ali havia um espaço grande para correr e brincar (o pátio da escola), pois na casa não há, muitas vezes, espaço para brincar. A rua é o principal espaço de diversão, mas associa-se, frequentemente, à repressão da mãe, pois é um local “perigoso”, tem fluxo de carros, motos, pessoas estranhas. Há, ainda, o fato da criança abrigada poder estar no mesmo lugar, o tempo todo, com os amiguinhos da rua (pois a maioria das pessoas abrigadas é vizinha). Com o passar do tempo, aquela situação que, a princípio, poderia ser para a criança “inédita”, ou “diferente”, tornar-se-á entediante e desconfortável.

É na casa que os indivíduos podem exercer por completo seu *habitus*. É onde os papéis só se fazem por completo, como filho (a), como criança. Perder a casa significa perder toda esta dimensão de familiaridade e aconchego do seu lugar de morar. Isto fica muito explícito nos desenhos da jovem B., de 13 anos, que apontou na situação I, com uma riqueza de detalhes, todos os aspectos internos da sua casa: o quarto, com a cama e a cômoda; a sala, com a televisão e o sofá; a cozinha, com o fogão, a geladeira, a pia; o banheiro (com alguém tomando banho), o vaso sanitário (com a caixa de descarga) e a pia. No quintal, seu animal de estimação foi representado preso próximo à “casinha” e, dentro da moradia, outro animal de estimação também apareceu. Outros aspectos do ambiente externo também foram representados como o morro, o rio e o trilho do trem.

Na situação II, pós-desastre, a casa foi tomada por um completo vazio. Ficou desenhado apenas o contorno da casa e todas as situações cotidianas que eram realizadas ali, representadas na situação I por meio dos bens materiais (assistir televisão, tomar banho, cozinhar, dormir, brincar com o cachorro), foram perdidas. Talvez alguns destes bens materiais tenham sido levados para o abrigo, onde a família tentava reproduzir parte do espaço da casa. O rio, que antes corria tranquilo, virou um grande rabisco e o trilho do trem também desapareceu. O morro atrás da casa pareceu desmoronar e apenas um elemento social permaneceu: o animal de estimação. Os animais que não foram levados para o abrigo, ficaram nas casas, mas não foram abandonados, pois algumas pessoas relataram que voltavam diariamente para alimentá-los e para verificar as condições da casa.

CONCLUSÕES

Diante das ilustrações, pudemos observar que a casa é a referência espacial para o exercício das interações da vida privada, é onde há o entendimento do habitar, das interações socioambientais que podem aumentar os riscos no seu território. Foi possível observar que a representação dos elementos sociais, ambientais e materiais corresponde à atribuição de sentido dada pela criança,

constituindo-se realidade conceituada, e não material (VYGOTSKY, 1988). As crianças foram claramente capazes de identificar quais elementos, para elas, significavam a sua situação de risco. Portanto, supõe-se que a criança também deva ser envolvida nas práticas de esclarecimento das medidas de recuperação do seu direito à moradia.

O desenvolvimento, no conteúdo escolar, do tema dos desastres deveria ser uma preocupação pública para que um conhecimento formal fosse introduzido às crianças, ajudando-as a organizar cognitivamente suas curiosidades, temores ou vivências em desastres, um tema indubitavelmente importante diante das dezenas de ameaças da modernidade. Envolver as crianças na redução dos desastres, por meio de atividades que promovam o seu interesse pelo tema, auxilia para que as mesmas sintam-se dispostas a identificar os riscos e adotar medidas de proteção civil.

Dessa forma, os desastres trazem à tona uma preocupação que precisa ser refletida e debatida pela sociedade. Particularmente, a interpretação sociológica dos desenhos pode contribuir no que concerne ao entendimento da casa, para a criança, como elemento de (in) segurança. O desabrigo é, assim, a vivência de uma relação conflitante da casa como lugar de segurança ontológica do sujeito e de uma experiência de privação desta segurança, o que tira a sua família do seu lugar de ser e pertencer. Os desenhos apontaram que os danos de um desastre, não são apenas materiais, são também simbólicos (BOURDIEU, 2001), visto que a casa é o lugar de reprodução do *habitus*, é onde o morador encontra proteção, familiaridade, pertencimento. É preciso reconhecer que os afetados são movidos por idéias e crenças enraizadas em estruturas espaciais – o seu lugar de morar (MOSCOVICI, 2003).

As representações sociais de tudo o que antecedeu àquela situação até a vivência no abrigo, deflagram conflitos, medos e dúvidas. Assim, é necessário entender que aquele é um tempo de sofrimento, mas é também um tempo de importante reflexão. Reviver esta memória pode subsidiar, para a criança, o entendimento sobre o conjunto de fatores que levaram ao desastre, assim como as melhores maneiras de suplantá-los ou mesmo evitá-los em um outro momento.

REFERÊNCIAS

- ARGUETA, L. B. S. Crianças em Ação: desconstruindo estigmas. In: Seminário de Metodologia de Projetos de Extensão, 3, 2000, São Carlos. **Anais...** São Carlos: UFSCar, 2000.
- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- ESTRATÉGIA INTERNACIONAL PARA A REDUÇÃO DE DESASTRES/ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Niños y Jóvenes**. 2001. Disponível em: <http://www.eird.org/esp/revista/No2_2001/pagina9.htm> Acesso em: 18. jan.09
- FERREIRA, M. **Criança tem voz própria** (pelo menos para a Sociologia da Infância) Entrevista. 2008. Porto, Portugal. Entrevista concedida a Costa, R. J. Disponível em: <<http://www.apagina.pt/arquivo/Artigo.asp?ID=2139>>. Acesso em: 18 jan.09.
- GOLDBERG, L. G.; YUNES, M. A.; FREITAS, J. V. O Desenho Infantil na ótica da Ecologia do Desenvolvimento Humano. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 1, p. 97-106, 2005.

INTERNATIONAL SAVE THE CHILDREN ALLIANCE. **Children and Climate Change: In the Face of Disaster**. 2008. Disponível em: <http://www.savethechildren.org/publications/emergencies/Climate-Change-ReportPDF.pdf>. Acesso em: 16 jan.09.

LUQUET, G. H. **O Desenho Infantil**. Porto: Livraria Civilização, 1979.

MALHO, M. J. A criança e a cidade: Independência de mobilidade e representações sobre o espaço urbano. In: Congresso Português de Sociologia, 5, 2004, Lisboa. **Anais....**Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia, 2004. p.49-56. Disponível em: <http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR4628ed529c42d_1.pdf>. Acesso em 18 jan.09.

MAZZOTTI, A. J. A. A Abordagem estrutural das representações sociais. **Psicologia da Educação**, São Paulo, n. 14-15, p.17-37, 2002.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2003.

PIAGET, J. **A equilibração das estruturas cognitivas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

TUAN, Y. F. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Rio de Janeiro: Difel, 1974.

VALENCIO, N.F.L.S. et al. **Gestão de desastres na escola**: bases metodológicas para a utilização de maquetes interativas no Ensino Fundamental. São Carlos: NEPED/UFSCar, 2007. Disponível em:< <http://www.defesacivil.gov.br/escola/exemplos/index.asp>>. Acesso em: 20 set. 2009.

_____. Após o desastre: abrigos temporários como *loci* de reafirmação da vulnerabilidade dos afetados pelas chuvas. In: Reunião Brasileira de Antropologia, 26, 2008, Porto Seguro. **Anais...**Porto Seguro: ABA, 2008.

VIGOTSKY, L. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

**PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL:
DO ESTIGMA ÀS LIMITAÇÕES DA VIDA COTIDIANA EM CIRCUNSTÂNCIAS DE
RISCOS E DE DESASTRES RELACIONADOS ÀS CHUVAS¹**

DÉBORA GERALDI

INTRODUÇÃO

A sociedade moderna é repleta de novas práticas, tecnologias e inovações que possuem como objetivo a suposta melhoria da qualidade de vida da população. Entretanto, autores como Beck (1997), acreditam que seria essa máquina de “produzir conforto” quem colocaria em risco a vida das pessoas, pois as melhorias acabam apenas substituindo determinados riscos, por outros. Logo, esse “progresso”, por muitas vezes apenas amplia a ameaça para a população, sendo que esta pode entender como normais certas práticas sociais e econômicas que, na verdade, possuem altas probabilidades de geração de danos materiais e efeitos na dimensão simbólica. As concretizações dessas ameaças são os denominados desastres, caracterizados como sendo uma forma de interação entre a construção social e um acontecimento físico (VALENCIO et al., 2006).

Embora as ameaças de origem tecnológica sejam as mais retratadas pela literatura científica, ameaças de origem natural precisam ser também consideradas como fatores de interação preocupante, devido à vulnerabilidade do meio sócio-cultural. No caso brasileiro, as chuvas aparecem como catalisadores de vários desses eventos: a Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC) considera que durante o período de 2003 a 2006, 5.777 municípios brasileiros tiveram o reconhecimento do Ministério da Integração Nacional de sua situação de emergência ou de estado de calamidade pública, sendo 1.517 desses reconhecimentos relacionados às chuvas. Em 2003, 7.476.596 pessoas foram afetadas; enquanto em 2006 este número saltou para 12.548.701 pessoas, ou seja, um aumento aproximadamente de 68% (BRASIL, 2007).

As chuvas quando em contato com o meio sócio-cultural – com cidades construídas de formas desordenadas – acarretam os mais diversos tipos de danos e prejuízos, em decorrência de enchentes, enxurradas e deslizamentos de encostas, constituindo-se assim numa ameaça e demonstrando problemas causados ou “camuflados” pelo ordenamento territorial, cuja capacidade de suporte ambiental é flagrantemente desrespeitada. É importante ressaltar, que elas não são a causa em si dos problemas, atuando apenas no sentido de “revelar” o risco latente naquele território.

1. Apoio: CNPq.

E, mesmo que não afetem todas as camadas sociais igualmente, não seria correto afirmar que os bairros de classe alta, ou população de renda média e alta, não sofram algum tipo de transtorno com as chuvas, pois, nas ligações entre os bairros, num ordenamento territorial que aparta, mas, ao mesmo tempo avizinham pobres e ricos, sempre ocorrem problemas para as rotinas de ambos. Os danos imateriais – de significados emocionais e simbólicos para os afetados – também são muitos. Além das pessoas possuírem rotinas que podem ser facilmente rompidas com os transtornos decorrentes das chuvas, começando pelas rotinas familiares e estendendo-se ao ambiente de vizinhança e de trabalho, elas também sofrem devido ao apego à moradia que é destruída, assim como com a morte de entes queridos em virtude de descargas elétricas, enxurradas, desabamentos e outros. A partir disso, inúmeras pessoas precisam abandonar suas casas, e se alojar em abrigos temporários, no qual terão seus papéis, hábitos e rotinas modificados, e passarão a conviver com outras famílias, com lógicas de funcionamento distintas.

São diversas as situações de vivência reveladas pelas chuvas, podendo inclusive culminar em uma situação de desastre. Também são diversas as representações e práticas sociais que porventura a população possa ter a respeito do problema e frente aos riscos gerados, variando de grupo para grupo. Assim, a fim de se obter uma compreensão sociológica adequada acerca dos danos relacionados com as chuvas, é necessário conhecer cada um desses grupos nos quais as especificidades de sua vulnerabilidade irão se evidenciar – no sentido de que surgem desafios diferentes quando comparados grupos de pessoas diferentes.

Neste estudo ocorreu a tentativa de analisar sociologicamente as representações das pessoas com deficiência, mais precisamente das pessoas com deficiência visual, com relação tanto às situações de normalidade envolvendo a chuva, como também em situações de desastres, especificamente quando a pessoa com deficiência se dirige a um abrigo temporário. É importante considerar o grupo, pois apesar dos inúmeros avanços no aparato legal em seu favor, muitas leis, principalmente no que concernem às barreiras arquitetônicas, não são colocadas em prática e, assim, o grupo acaba se tornando vulnerável devido a sua dependência com relação aos outros, e quando é exposto a uma situação de chuva ou desastre se torna ainda mais vulnerável, pois rotinas pré-estabelecidas acabam sendo modificadas.

Para tal estudo, foram realizadas entrevistas junto a pessoas com deficiência visual residentes na cidade de São Carlos/SP – município que apresenta chuvas fortes na estação de verão – a respeito de situações nas quais a pessoa se encontrava na via pública. Também foram realizadas entrevistas no estado do Rio de Janeiro, mais precisamente no município de Sumidouro, onde chuvas geraram tal nível de danificação e destruição que obrigou os moradores afetados a irem a abrigos temporários. Com essas duas abordagens distintas – situação de “normalidade” e de desastre – puderam ser analisadas as dificuldades oriundas daquilo que é considerado um aborrecimento mais corriqueiro – tal como obras públicas intrafegáveis – como também situações nas quais as suas casas tinham sido soterradas, alagadas e, em muitos casos, levadas pelo rio em enxurrada. A interpretação das dificuldades específicas do grupo pode contribuir

para a reflexão sobre as melhores práticas que serão adotadas em favor dele num momento de risco (VALENCIO et al., 2006).

1. INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA DEFICIÊNCIA

Nas palavras de Goffman: “na concepção grega os estigmas eram sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os apresentava” (GOFFMAN, 1988, p.11). O estigma seria então um tipo de relação entre o atributo (sinais) e estereótipo, e que acaba por resultar em uma depreciação da pessoa frente à sociedade e possivelmente, por ela mesma. Nas pessoas com deficiência visual, os sinais visíveis estão presentes à primeira vista, ou seja, percebe-se logo num primeiro contato a deficiência.

Na antiguidade, tais pessoas eram excluídas da vida social, atitude relacionada com os ideais morais da época, nos quais a eugenia e a perfeição do indivíduo eram muito valorizadas. Com o Iluminismo e a Revolução Industrial, a concepção de deficiência sofreu alterações, grande parte devido ao avanço da medicina e da ciência. Assim, surgiu o modelo médico de deficiência, que a considerava como uma variação normal da espécie humana, do saudável, pois um corpo com deficiência somente se delimita como tal ao ser comparado com um corpo teoricamente sem deficiência, por um “corpo padrão”. Essa linha de pensamento foi uma criação discursiva do século XVIII, na qual a deficiência era vislumbrada como um problema individual, como uma expressão de uma restrição de funcionalidade (DINIZ, 2007).

Em uma tentativa de contrapor-se a esse modelo, surgiram na Inglaterra, por volta dos anos 70, os primeiros esboços do modelo social da deficiência, que defendiam a idéia de que a desigualdade só é vivenciada porque a sociedade é pouco sensível a uma diversidade de estilos de vida. Para eles, por exemplo, a dificuldade de locomoção “não deveria ser entendida como uma tragédia pessoal fruto da loteria da natureza, mas como um ato de discriminação permanente contra um grupo de pessoas com expressões corporais diversas” (DINIZ, 2007, p.19). Articularam, então, uma resistência política e intelectual ao antigo modelo médico, que atribuía à deficiência um problema individual ao invés de entendê-la como uma questão social. Desse modo, as causas da opressão e discriminação não estariam nas seqüelas, mas sim, em barreiras sociais, dificultando ou impedindo diversos fatores da vida da pessoa com deficiência (DINIZ, 2007).

Num segundo momento, o modelo social da deficiência passa por uma reestruturação. Ocorre graças à entrada de abordagens pós-modernas e de críticas feministas nos anos 1990 e 2000, e ficou intitulado como a segunda geração do modelo social. Essa segunda geração deixou claro que se forem considerados os papéis de gênero e a experiência do cuidado, muitos pilares do modelo social da deficiência seriam desestabilizados. Agora, nos estudos são inseridos debates a respeito do cuidado, da dor, da lesão, da dependência e também da interdependência. A abordagem do segundo modelo – mais subjetiva – diferentemente do primeiro, não se embasou apenas nos discursos das próprias pessoas com deficiência, mas também nas pessoas que possuem o papel

de “cuidadoras”. A discussão começou a considerar novos aspectos, como a dor, e o que significaria viver em um corpo lesionado. No entanto, não surge no sentido de encerrar as discussões realizadas pelos primeiros teóricos, mas sim, no de complementar/aprimorar, pois de acordo com o segundo modelo, são as estruturas sociais que oprimem as pessoas com deficiência (DINIZ, 2007).

Há uma grande preocupação por parte desse modelo em não se converter num bloco opositor às conquistas argumentativas que o primeiro modelo social até então conseguiu. A discordância principal em relação à primeira geração é a respeito do argumento de que a eliminação das barreiras permitiria a demonstração de toda a capacidade e potencialidade produtiva, ou seja, uma total independência. Para a segunda geração essa posição demonstraria uma insensibilidade à diversidade de experiências, pois alguns casos de deficiência jamais terão habilidades para a independência. É importante analisar subjetivamente e reconhecer que o corpo lesado impõe dor ou sofrimento, afinal, em algum momento da vida todas as pessoas são dependentes, seja na infância, na velhice ou na experiência de doenças e, portanto, a idéia da igualdade pela interdependência demonstra-se como um princípio mais adequado para reflexão do que a idéia de independência (DINIZ, 2007). E logo, apenas eliminar as barreiras não seria suficiente para alguns tipos de deficiência.

Nota-se que discussões a respeito da deficiência são extensas, e sempre com “uma infinidade de concepções, que foram se alternando de acordo com as visões de mundo, de homem, de sociedade e de moralidade de cada região e em diferentes intervalos de tempo” (MARQUES, 1998, p.105). A concepção atual, no caso, é extremamente ligada à idéia de “capacidade” e “incapacidade”, normalmente relacionada à produção. Esse grupo, por não produzir, é colocado em uma condição de inferioridade corpórea e de incapacidade produtiva, gerando uma estratificação, com limites muito claros com relação às possibilidades de realização pessoal, profissional e afetiva de seus membros (MARQUES, 1998).

Nos últimos tempos, principalmente com os avanços dos direitos humanos, ocorreram melhorias no Brasil no que se diz respeito aos direitos conquistados. Essas leis procuram englobar a maior parte das necessidades das pessoas com deficiência, sempre no sentido de aumentar sua inserção social. No entanto, muitos acreditam que mesmo com as leis, com os direitos conquistados, a população ainda não mudou sua forma de pensar, exprimindo pena da pessoa com deficiência, até se sensibilizando, mas nada além: “a mudança na forma de tratamento das pessoas com deficiência não ocasionou uma mudança completa na consciência e na mentalidade da população em geral” (MARQUES, 1998, p.111). Essas discussões sobre as diferenças sempre tendem a acabar caindo na idéia de tolerância, ou seja, não resolvendo o problema.

Tendo essa discussão em vista, este trabalho caminha em conjunto com a idéia de interdependência, proposta pela segunda geração do modelo social, principalmente por estar de acordo que para algumas formas de deficiência a total independência não seria possível. No entanto, isso não significa que se deve parar de pensar na eliminação das barreiras (qualquer tipo de barreira), pois a

existência destas mostra que não estão sendo respeitados os diferentes modos e estilos de vida existentes.

2. SOCIEDADE DE RISCO E VULNERABILIDADE

No Brasil chamam a atenção os desastres de origem natural que resultam do “conhecimento socialmente organizado, mediado pelo impacto do industrialismo sobre o meio ambiente material” (GIDDENS, 1991, p.111). As chuvas, as quais, devido à má estruturação presente na grande maioria das cidades brasileiras, ocasionam muitas vezes inúmeros transtornos, como a interdição de vias públicas devido ao transbordamento de rios ou entupimento de bueiros, ou então, provocando enchentes nos rios, alagando casas próximas.

De acordo com Valencio et al. (2005), chuvas cada vez menos volumosas revelam cenários de calamidades, pois o processo de fixos e fluxos é vulnerável à água que cai. E com isso, os trânsitos se complicam, moradias são destruídas, assim como os comércios, e por fim, as pessoas sofrem os mais diversos tipos de danos. Por muitas vezes, a cidade pára. Todos estão sujeitos a ser afetados, no entanto, nota-se que os danos na maioria das vezes não ocorrem de forma homogênea: algumas realidades especiais são consideradas mais vulneráveis do que outras, não por conta do evento físico em si, mas devido à interação desse evento físico com os fixos e fluxos no qual aquela população está inserida.

Portanto, a vulnerabilidade está diretamente ligada com dois aspectos: com o modo de ocupação do território, normalmente seguindo a equação: classes mais pobres ocupando áreas ambientalmente mais suscetíveis; e também com as especificidades de diversos subgrupos na sua vida diária (VALENCIO et al., 2006). Entre os subgrupos mais vulneráveis estão mulheres, idosos, crianças e as pessoas com deficiência. Cada um com dificuldades particulares diante das chuvas. As pessoas com deficiência, que já enfrentam uma série de adversidades diárias devido às barreiras arquitetônicas, dificuldades de inserção na vida social, entre outros, encontram esses transtornos com proporções maiores e, em situações como essas, percebe-se que o grupo necessita de ajuda especial, principalmente ao serem resgatados por profissionais da Defesa Civil.

Mas o que seria considerado vulnerabilidade? Segundo Acsehrad (2006) se com a noção de risco se procura estimar a probabilidade da ocorrência de um agravo em um determinado grupo, com a noção de vulnerabilidade se procura julgar a suscetibilidade desse mesmo grupo com relação a esse agravo. Para o autor, a vulnerabilidade comumente está conectada a uma exposição aos riscos, designando uma maior ou menor susceptibilidade de pessoas, lugares, infra-estruturas ou os três sofrerem infortúnios. No entanto, existem também os fatores subjetivos: ocorrem distintas concepções do que é tolerável ou não numa dada condição de existência. A condição de vulnerabilidade, além de ser socialmente construída, é também sempre definida a partir de um ponto de vista, sendo que “os grupos sociais convivem com horizontes e expectativas de vida distintas: quanto mais estreito for o arco das expectativas, maior a propensão a aceitar condições, em outras circunstâncias, momentos e lugares,

inaceitáveis” (ASCELRAD, 2006, p.3). Assim, cabe-se sempre analisar o contexto social envolvente.

Com relação à vulnerabilidade ambiental, os manuais de Defesa Civil reconhecem algumas áreas com maiores propensões a riscos, assim como consideram extratos populacionais dentro dessas áreas mais vulneráveis aos desastres, como os idosos, crianças, enfermos, pessoas com deficiência física, pessoas desnutridas e mulheres nos últimos meses da gestação (BRASIL, 1999). De acordo com a Defesa Civil, a pessoa com deficiência física é considerada mais vulnerável por conta da sua menor capacidade física. Segundo o manual de Planejamento em Defesa Civil, os idosos, deficientes físicos e desnutridos, em função de sua menor capacidade física, são mais vulneráveis aos desastres e devem ser objeto de programas especiais de proteção (BRASIL, 1999). No entanto, o referido manual não inclui outros tipos de deficiência, como a visual.

Presume-se que aos poucos ocorram mudanças nos manuais de Defesa Civil, no sentido de melhor considerar as necessidades das pessoas com deficiência, e cada tipo de deficiência, pois a última “Convenção sobre os direitos das Pessoas com Deficiência”, ocorrida em 2008, analisando o cenário de Mudanças Climáticas e, conseqüentemente, o aumento do número de desastres globais, atribui ao Estado – e no caso, a Defesa Civil – formas de defesas e atuações contra danos, garantindo os direitos do grupo. Consta na Convenção:

Cabe à Política Nacional de Defesa Civil de cada Estado promover a integração entre as demais políticas nacionais, especialmente as políticas de desenvolvimento social, econômico e de proteção ambiental, o implemento de programas de mudança cultural e treinamento de voluntários objetivando o engajamento de comunidades participativas, informadas, preparadas e conscientes de seus direitos e deveres relativos à segurança comunitária contra desastres (BRASIL, 2008).

3. AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NUM CONTEXTO DE CHUVAS

As entrevistas realizadas no município de São Carlos/SP junto a pessoas com deficiência visual levantaram primeiramente uma série de críticas no que tange aos problemas de infra-estrutura da cidade, considerada pelos entrevistados como pouco acessível. Assim, de uma forma bem prática, elencaram como os principais problemas encontrados na via pública, as calçadas com grandes degraus, com buracos, remendos e sem rampas; a existência de lixeiras e orelhões maus posicionados; garagens sem sinalizações no centro comercial; propagandas de lojas em locais inadequados; a falta de rampas em locais comerciais, ou então rampas desproporcionais cujos ângulos estão fora dos padrões; calçadas com jardins diminuindo o espaço; faróis sem sinal sonoro etc. Segundo relatos, são comuns os machucados para as pessoas com deficiência visual que decidem “se aventurar” sozinhas, pois, cada objeto estranho, fora do lugar e que impeça a passagem pode causar uma situação constrangedora, além de danos físicos para a pessoa.

Nos últimos tempos inúmeras leis foram impostas no sentido de tornar o ambiente acessível para todos, no entanto isso requer grandes investimentos em infra-estrutura. Por conta disso, algumas cidades brasileiras têm um grau bom de acessibilidade e outras não possuem nenhuma. Como já dito, isso acarreta para a pessoa com deficiência uma vida reclusa dentro de sua casa, ou então grande dependência para com outras pessoas, pois sempre precisará de ajuda para realizar suas atividades na via pública. Não que aqui seja defendido que com a plena existência de acessibilidade a pessoa com deficiência seria 100% independente, pois como já dito, todos passam por situações ao longo da vida (e faixas etárias) em que somos dependentes de alguém para realizar alguma coisa. Mas que seja pensado no sentido de proporcionar para a pessoa uma maior inserção na sociedade.

Pode parecer, à primeira vista, lugar-comum as dificuldades apresentadas, pois estas são do conhecimento de grande parte da população. Mesmo assim, nota-se que mesmo com a legislação as mudanças não ocorrem e, muitas vezes, nossas próprias práticas, por não terem incorporado a necessidade de respeitar as diferenças, acabam prejudicando a locomoção de uma pessoa com deficiência visual ao colocar, por exemplo, o carro estacionado em cima da calçada, ou então, construir um jardim na calçada de uma forma que impeça a passagem. Não deixa de ser uma forma de violência simbólica – “violência suave, insensível, invisível à suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento” (BOURDIEU, 2003, p.7) –, pois auxilia na exclusão da pessoa com deficiência física da vida social, inclusive, podendo causar situações constrangedoras como quedas, trombadas etc. A violência simbólica repousa na imposição de categorias de percepção do mundo social, e assim, impõe-se e faz com que os indivíduos vejam como naturais as representações ou as idéias sociais dominantes.

Consequentemente, se a situação da via pública em São Carlos/SP já é pouco acessível sem as chuvas, quando estas ocorrem, atuam no sentido de piorar os problemas já existentes. Uma das frases mais retratadas pelos entrevistados foi: “se já é difícil sem chuva, imagina com...”.

Quando chove as calçadas tornam-se escorregadias, isso quando não alagam dificultando a caminhada, principalmente quem precisa usar bengala e guarda-chuva ao mesmo tempo. Nesse período de chuvas, outro problema são as bocas de esquina mal tampadas ou nem tampadas, deixando intransitáveis as ruas e calçadas (A., 23 anos).

Eu já me perdi, por exemplo, uma vez no caminho de casa quando deu uma tempestade muito forte, e era de noite. Eu desci do ônibus e meu bairro não tinha asfalto, eu fiquei sem saber onde estava pisando, no temporal tudo emendava e eu fiquei sem referencial. Então, dentro do bairro que eu morava há dez anos eu tive dificuldade para chegar à minha casa. Eu não conseguia nem localizar a rua e nem a entrada da minha casa (M., 40 anos).

A chuva, como demonstrou a literatura, revela uma série de problemas que antes não eram percebidos, e contribuem para aumentar o risco graças aos problemas de infra-estrutura presentes no território. Assim, são relatados como principais problemas: o fato de algumas calçadas se tornarem mais escorregadias, o que facilita quedas; os inúmeros buracos e bueiros destampados que se enchem de água, criando o risco de a pessoa escorregar dentro deles, e as calçadas mal feitas, pois é impossível distingui-las da rua. É importante deixar claro que a culpa não é do fenômeno chuva por si só, pois há transtornos, como ficar molhado com a água, que todos estão suscetíveis a passar. No entanto, o problema se dá quando o local se encontra com problemas de infra-estrutura e que tornam impossível o ir e vir de uma pessoa com deficiência visual quando esta, por exemplo, é pega de surpresa pela chuva. Por conta disso, a maioria dos entrevistados fica com o medo de sair de casa, ainda maior em dias de chuvas:

Então para a gente o dia de chuva é de fato o pior dia, prejudica a locomoção terrestre, prejudica a audição e você perde a noção de espaço, consequentemente você tromba muito mais vezes, você percebe menos os postes, as árvores. Às vezes eu estou numa rua e de repente acaba uma calçada sem mais sem menos, isso atrapalha (M., 40 anos).

Com isso, percebe-se que a chuva, um fenômeno natural, acaba revelando problemas de infra-estrutura do território, e que acaba gerando inúmeras situações constrangedoras para a pessoa com deficiência visual. Contudo, as situações até aqui apresentadas não são propriamente consideradas desastres por não interromperem de forma total o andamento das atividades locais mas, mesmo assim, não devem ser postas de lado com relação às melhorias que podem ser realizadas, no sentido de proporcionar melhores condições de acessibilidade e, em consequência, a inserção social da pessoa com deficiência, pois de nada adianta leis que prevêm vagas em postos de trabalhos, garantia de vagas na escola, entre outros, se a via pública não propicia que a pessoa chegue sem maiores contratempos ao seu destino.

4. CONSIDERAÇÕES SOBRE ABRIGOS TEMPORÁRIOS

A outra situação aqui analisada é o remanejamento dos afetados para um abrigo temporário, no qual permanecerão por um tempo indeterminado. Os afetados nesse caso são denominados desabrigados, os quais se caracterizam por não encontrarem nenhum tipo de apoio entre sua vizinhança, amigos ou parentes para alojar-se temporariamente em suas moradias, e são encaminhados para um abrigo temporário, no qual suas rotinas são modificadas, e sua privacidade, uma vez encontrada no lar, minimizada (VALENCIO et al., 2008).

A condição de desabrigado é sujeita aos mais diversos tipos de estigmatização, pois todas as suas práticas, rotinas e hábitos, transformam-se, e a pessoa encontra-se sem amparo, vivendo da ação de assistências: do Estado, de parentes, ou da própria comunidade. Os indivíduos ficam à margem, perdendo sua independência, sua privacidade, tendo que aprender a viver com outras famílias, refazer toda a sua rotina diária e muitas vezes sendo obrigados a passar

por situações até mesmo perigosas, como confrontos de facas, armas e discussões – em razão do elevado nível de stress que envolve a privação dos bens essenciais –, e que colocam em risco a sua própria vida.

Para uma pessoa com deficiência, as dificuldades também tomam proporções maiores dentro de um abrigo temporário. Principalmente por não estar mais dentro de sua própria casa, cuja rotina já foi adaptada e a pessoa já possuía autonomia suficiente para se locomover e realizar suas atividades, ou seja, aquilo já lhe é familiar. Quando no abrigo, ela terá, necessariamente, que criar novas familiarizações e rotinas, por exemplo, uma pessoa com deficiência visual, terá que fazer um demorado reconhecimento do território, e só depois de algum tempo poderá se locomover normalmente: o trabalho de reconhecimento do local por um cego é demorado, ele tem que passar pelos locais inúmeras vezes, acompanhado por pessoas que o guiem, e só assim decorará as coordenadas do local.

Além desse aspecto, surge outra dificuldade, acarretada pela falta de estrutura adaptada para as eventuais necessidades encontradas: a maioria dos abrigos acaba sendo organizada a partir de escolas públicas, e são poucas as que possuem uma adequação para o grupo – principalmente pessoas com deficiência visual e física –, ou seja, com rampas de ângulos correto, banheiros adaptados e fácil acesso aos locais mais importantes como dormitórios e cozinha. Também, em alguns casos, elas precisam de cuidados médicos especiais, atendimentos, ou mesmo remédios, ou seja, necessidades que nem sempre são consideradas e atendidas.

Para esta pesquisa foi visitado, em janeiro de 2007, o abrigo temporário no município de Sumidouro/RJ. A população do município era de 14.176 habitantes, de acordo com o censo demográfico do IBGE (2000). O número de desabrigados era de 1.554, os quais estavam distribuídos em cinco escolas, conforme informações cedidas pela Subsecretaria Estadual de Defesa Civil do Rio de Janeiro.

O abrigo temporário observado em Sumidouro apresentava boas condições estruturais para receber uma pessoa com deficiência, principalmente visual, pois a escola pública que serviu à essa função era projetada com rampas, que facilitam o acesso aos locais importantes, como sanitários e salas de aula que serviam como dormitórios. O preocupante é a situação dos desabrigados, que ficam muito fragilizados devido ao ocorrido. Foi encontrada nesse abrigo, uma pessoa com deficiência visual, que tinha seu caso um pouco mais agravado porque rodovias que ligavam a cidade a outros municípios haviam sido bloqueadas por quedas de barreiras, e ela precisaria de tratamento médico. E assim, estava no abrigo sem a possibilidade de conseguir tratamento, sobrando como única alternativa esperar que a situação de calamidade se resolvesse.

Embora esse abrigo oferecesse boas condições para a pessoa com deficiência visual, muitos outros não fornecem suporte algum, e deve-se sempre levar em consideração que não só sejam contempladas as pessoas com deficiência visual, mas sim, todas as deficiências. De acordo com as observações, notou-se que, no mínimo, os abrigos temporários devem contar com: intérpretes

para haver comunicação com pessoas com deficiência auditiva, acessibilidade – esta incluindo ausência de degraus, rampas com ângulos corretos, fácil acesso a locais importantes como banheiros, dormitórios, cozinha e área de lazer –, alimentação específica no caso de alguma doença especial, assim como medicação e presença de médicos e profissionais da saúde.

Além disso, é necessário que exista sempre supervisão dos gestores para acompanhar o andamento do abrigo e a convivência da população ali presente, a fim de evitar discussões e brigas, atos que podem colocar em risco a vida do desabrigado. Acompanhamento psicológico com as vítimas também é recomendado, pois estas estão sob forte nível de stress devido ao acontecimento do desastre, as perdas de bens e possivelmente de entes queridos. Este último ponto é imprescindível para a pessoa com deficiência, normalmente mais vulnerável emocionalmente devido às dificuldades diárias. Recomenda-se, assim, que o Manual de Administração de Abrigos Temporários produzido recentemente (em 2006) pela autoridade estadual em Defesa Civil do Rio de Janeiro seja melhorado quanto aos procedimentos de contato e interação com o grupo a fim de garantir que seus direitos e sua dignidade sejam de fato considerados.

CONCLUSÕES

Tendo em vista a discussão até então realizada, podemos perceber primeiramente que, ao compararmos a atual situação das pessoas com deficiência com a sua situação de épocas passadas, houve um considerável avanço: o grupo conseguiu se unir e garantir seus direitos, principalmente o de ser inserido na sociedade em que vive. Contudo, mesmo com os direitos conquistados percebe-se que a discriminação ainda ocorre, e continuam sendo estigmatizadas, vítimas de violências simbólicas. Por conta disso, os direitos conquistados, como a inclusão na educação, no trabalho, ainda estão distantes de ocorrerem plenamente. Por meio das entrevistas realizadas, nota-se que as pessoas com deficiência visual encontram diversos problemas no âmbito das vias públicas, que não são preparadas para que elas se locomovam e exerçam suas atividades por si só, fazendo assim com que se machuquem, ou fiquem sempre na dependência de outros. Percebendo então a dificuldade que o grupo encontra em sua vida e rotina diária, uma situação de risco, como é o caso de desastres relacionados aos perigos hidrometeorológicos, atua no sentido de prejudicar ainda mais a vida das pessoas com deficiência, pois se já não conseguem a sua independência em condições normais, dificilmente conseguirão esta independência em uma situação de risco. Tirando o fato de ser um transtorno devido à água, os lugares que poderiam servir de abrigos, como estabelecimentos do comércio, possuem em sua grande maioria degraus, o que impossibilita, por exemplo, a entrada da pessoa com deficiência visual, ou ainda, a situação de ter que guiar a bengala, um guarda-chuva e ainda se preocupar com os possíveis bueiros destampados, buracos e elementos nas calçadas prejudicando sua passagem.

Isso nos remete a idéia de que o tempo gasto para a elaboração das leis e de regulamentos, de nada vale se não houver conjuntamente políticas para que essas leis de fato se tornem legítimas frente à população, no sentido de mostrar

a importância destas para que as pessoas com deficiência se incluam e deixem de ser marginalizadas devido a uma diferença. Caso contrário, a violência simbólica continua se perpetuando, e o próprio grupo em questão, continua com a idéia de que os seus saberes e práticas não representam e nem contribuem em nada. Além de ser necessária maior supervisão na implementação das leis criadas, para que de fato sejam postas em prática, deve-se trabalhar no sentido de alertar a população para uma sociabilidade solidária, nos termos do direito de cidadania.

No que concerne ao observado nos abrigos temporários, os cuidados devem ser aumentados, por tratar de uma situação preocupante, pois as pessoas, que já se encontram num estado de sofrimento, ainda terão que passar por um longo período de readaptação e, por isso, é sempre necessário que o grupo receba uma atenção especial. Deve-se sempre considerar medidas importantes como a existência de medicamentos, facilidade de acesso aos principais locais do abrigo, como dormitório, banheiro e refeitório, e que sejam, enfim, respeitadas as suas individualidades e privacidades.

Além disso, partindo do pressuposto que locais completamente acessíveis estão longe de existirem, principalmente em locais de menor renda (e onde 70% das pessoas com deficiência se encontram), cabe à Defesa Civil incorporar as idéias do cuidado sugeridas pelos teóricos da segunda geração do modelo social de deficiência, na sua gestão com relação aos desastres e, para isso, uma boa fonte para o fornecimento dessas mudanças seriam as próprias pessoas com deficiência.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. Vulnerabilidade Ambiental, processos e relações. **Comunicação ao II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais**, FIBGE, Rio de Janeiro, 2006.
- BECK, U. A Reinvenção da Política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S (Orgs). **Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997. p.11-71.
- BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. **Manual de Planejamento em Defesa Civil**. Brasília: SEDEC, 1999.
- _____. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. Departamento de Minimização de Desastres. **Política Pública de Prevenção e Resposta aos Desastres: as ações da SEDEC de 2003 a 2006. Relatório de Atividades**. Brasília: SEDEC, 2007.
- _____. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência Comentada**. Brasília: CORDE, 2008.
- DINIZ, D. **O que é deficiência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico de deficientes no Brasil**, 2000. Disponível em: <<http://www.cedipod.org.br/lbge1.htm>>. Acesso em: 23 set. 2007.
- GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4ª edição. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1988.

MARQUES, C. A. Implicações políticas da institucionalização da deficiência. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, n. 62, p. 105-122, 1998.

VALENCIO, N.F.L.S. et al. Chuvas no Brasil: representações e práticas sociais. **Revista Política e Sociedade**. Florianópolis, n.07, p.163-183, 2005.

_____. Implicações éticas e sociopolíticas das práticas de defesa civil diante das chuvas: reflexões sobre grupos vulneráveis e cidadania participativa. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 20, n.1, p. 96-108, jan./mar. 2006. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>.

_____. Práticas de reabilitação no pós-desastre relacionado às chuvas: lições de uma administração participativa de abrigo temporário. IV Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2008, Brasília. **Anais...**Brasília:ANPPAS, 2008.

**O IMPACTO DOS FENÔMENOS CLIMÁTICOS SOBRE A ORGANIZAÇÃO
E DINÂMICA SÓCIO-PRODUTIVA NUM ASSENTAMENTO RURAL:
ESTUDO DE CASO DOS EFEITOS DAS CHUVAS NO ASSENTAMENTO
“BELA VISTA DO CHIBARRO”, EM ARARAQUARA/SP**

DENIS ROBERTO CARRETO KOGA

INTRODUÇÃO

Atualmente, há uma grande discussão teórica a respeito dos problemas da “pós-modernidade” ou radicalização e conseqüências da modernidade, pois o próprio conceito de “pós-modernidade” é discutível e complexo. Autores como Giddens (1991 e 1997), Beck (1997), e Menezes (2005) abordam essa questão.

De um modo geral, esses autores discutem a passagem de uma sociedade tradicional para uma sociedade moderna, mostrando como se deu essa passagem e quais suas características, novas formas de arranjos, de instituições, de subjetivação e de sociabilidade que marcam a chamada modernidade. Posteriormente, fazem um balanço do contexto e problemas atuais que diferem muito da modernidade, por exemplo, as propostas da ciência moderna, o ideal positivista, o evolucionismo e a noção de progresso que não cumpriram suas promessas de felicidade geral (GIDDENS, 1997); da adaptação e reinvenção da política ou surgimento da subpolítica (BECK, 1997); e das diferentes formas de (des)regulamentação, liberdade individual e novas formas de subjetivação dos sujeitos (MENEZES, 2005.).

Busca-se identificar, portanto, os riscos e suas conseqüências na sociedade contemporânea. Riscos que não são apenas físicos, mas também sociais, e que foram gerados ou criados pela própria sociedade e seu “desenvolvimento”. Fato que gerou um novo conceito: *a sociedade de risco*.

A partir dessas discussões, e principalmente destes eventos (desastres) ou suas possibilidades de acontecer (riscos), surgiram as pesquisas sobre a dimensão social dos desastres, são exemplos destas pesquisas: Valencio et. al. (2004 e 2005), Mattedi e Butzke (2001), dentre outros, mais as produções internacionais.

E este presente e pequeno estudo, realizado em 2006, aborda a dimensão social dos desastres relacionados às chuvas, mas tem como foco de análise o ambiente rural, mais especificamente, os assentamentos rurais. E no caso, tomou um para estudo de caso, o assentamento “Bela Vista do Chibarro” localizado na cidade de Araraquara/SP.

De acordo com Mattedi e Butzke (2001, p. 10), “o conceito de desastre evoca uma relação específica entre sociedade e natureza, no qual se enfatiza os fatores sociais”. Segundo estes mesmos autores, as pesquisas sobre a dimensão

social dos desastres ainda são muito recentes no Brasil, datam praticamente da última década do séc. XX.

A maior parte desse tipo de pesquisa, até agora, tem focado suas investigações no meio urbano. Provavelmente, isso se deu porque nesse meio as repercussões são maiores e o número de pessoas atingidas, de uma só vez, é muito maior, já que nas cidades a densidade demográfica é muito maior que no campo, daí a importância e urgência desse tipo de estudo; isso sem contar o histórico de marginalização da população rural. E também, porque a cidade no Brasil tem um caráter modernizante, enquanto sua política de ocupação é conservadora, ou seja, excludente e desordenada (VALENCIO et. al., 2004), o que implica uma maior incidência de perdas e danos.

Segundo Valencio et. al. (2004), as percepções e significados diante dos riscos ou desastres variam muito entre diferentes indivíduos e grupos. Um denso trabalho sobre isso é realizado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisa Social em Desastres (NEPED) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), do qual esta pesquisa fez parte e a autora citada é coordenadora.

Os diversos trabalhos do NEPED vêm demonstrando como são complexas e diferentes as reações, concepções e tomadas de decisão de idosos, crianças, homens e mulheres; a importância do planejamento na organização de abrigos; a situação dos transeuntes nos problemas com chuvas, dos deficientes; a relação da religiosidade com os desastres; os problemas das populações insulares e o aquecimento global, etc.

Em suma, são estudados os diversos perigos/danos relacionados às chuvas/inundações nas cidades, onde tais eventos adquirem, como em quase todos os lugares, o caráter de fatalidade, quando na verdade foram produzidos socialmente pela falta de políticas de ocupação, preventivas e mitigadoras (VALENCIO et. al. 2004). Na verdade, até mesmo a irregularidade da intensidade e distribuição das chuvas são fenômenos ocasionados por causa da intervenção humana (desmatamentos, aquecimento global, queimadas, etc.), fato que foi e ainda é muito discutido, mas que cada vez mais vem se tornando um consenso.

Assim, este estudo pretende investigar o impacto destes mesmos eventos na zona rural, especificamente nos assentamentos rurais. E pretende identificar quais as formas de organização durante os eventos; as percepções de risco dos trabalhadores (as); quais as estratégias usadas para mitigar eventuais perdas humanas, materiais e ambientais; quais as políticas públicas implementadas para esta população nestas situações extremas e o grau de consciência desta população sobre os impactos climáticos relacionados aos projetos desenvolvimentistas da sociedade macroenvolvente.

De acordo com Beck (1997, p. 32), as consequências da modernidade e as diferentes formas de individualização se dão de diversas maneiras nos diferentes lugares:

em alguns países (...) os processos de individualização surgem a partir e no interior de um ambiente de prosperidade e segurança social (...).

Por outro lado, (...) nos países anteriormente comunistas e no Terceiro Mundo – conduzem a uma inquietação completamente diferente.

Por isso, este estudo chama atenção para uma análise específica da zona rural, partindo da idéia de que, dentro de um mesmo país pode haver um impacto diferenciado da modernidade e do “desenvolvimento” e suas consequências em comunidades diversas, como por exemplo, urbana e rural.

Para tanto, foram retomados autores da chamada Sociologia do Desenvolvimento, que tratam a questão dos diferentes desenvolvimentos entre países e, principalmente, desigualdades dentro do Brasil, como: Celso Furtado, Fernando H. Cardoso, Florestan Fernandes e Caio Prado Jr., os quais dão um panorama histórico da questão agrária no país.

Por fim, veremos o estudo de caso, a situação de vulnerabilidade dos grupos e algumas modestas conclusões e questionamentos para reflexão.

1. RADICALIZAÇÃO DA MODERNIDADE E SOCIEDADE DE RISCO

Para se definir o conceito de sociedade de risco, primeiramente, é preciso definir o conceito de “pós-modernidade” usado aqui e explicar porque o termo é usado entre aspas neste trabalho. De acordo com Giddens (1997), o próprio termo “pós-modernidade” é discutível e complexo. Quando falamos em “pós”, estamos evocando a idéia de evolução, o fim de uma etapa e a passagem para outra, no sentido de uma melhora, de um aprimoramento; e não é bem esse o sentimento que caracteriza os atuais debates ditos “pós-modernos”. Portanto, se estabelecêssemos esse conceito, estaríamos compactuando com o evolucionismo, com o ideal positivista de “progresso”, onde um conhecimento da organização social atual nos levaria a uma superação dessa ordem, a uma nova etapa: a “pós-modernidade”. Vimos, historicamente, que essas idéias foram uma falácia.

Falar da pós-modernidade como suplantando a modernidade parece invocar aquilo mesmo que é (agora) declarado impossível: dar alguma coerência à história e situar nosso lugar nela (...) Se estamos nos encaminhando para uma fase de pós-modernidade, isto significa que a trajetória do desenvolvimento social está nos tirando das instituições da modernidade rumo a um novo e diferente tipo de ordem social. O pós-modernismo, se ele existe de forma válida, pode exprimir uma consciência de tal transição, mas não mostra que ela existe (MENEZES, 2005 apud GIDDENS, 1991).

Assim, quando for usado o termo “pós-modernidade”, será no sentido não de uma nova etapa, mas sim de uma modernidade radicalizada (GIDDENS, 1997). Desse modo, temos, teoricamente, três fases de sociabilidade: a tradição, a modernidade e a “pós-moderna”.

Segundo Giddens e Beck (1997), é difícil delimitar com precisão a passagem da tradição para a modernidade, porém, os fatos que mais marcaram essa transição foram a Revolução Francesa e a Revolução Industrial na Inglaterra.

terra, não esquecendo dos ideais do Iluminismo, é claro. Foi a partir destes eventos, que a questão do poder se desvinculou das explicações religiosas, o “povo” descobriu sua importância e sua força; e a produção material ganhou o direito da constante inovação e busca pelo lucro, mesmo não sabendo aonde isso ia chegar.

A tradição, de acordo com Giddens (1997), está vinculada à memória, ou melhor, à “memória coletiva”. Portanto, está diretamente envolvida com o controle do tempo; é uma orientação para o passado de forma a reconstruí-lo causando uma decisiva influência sobre o presente, mais ainda, sobre o futuro, já que determina como as coisas devem ser. Neste sentido, a tradição é uma questão de segurança ontológica para o grupo, pois os seus segredos ou sua “verdade formular” não é passada para os de “fora” ou “estranhos” pelos “guardiães”, que detêm essa verdade. Fato que implica também, numa solidariedade social. Estes “guardiães”, segundo o autor citado, podem ser equiparados aos especialistas da modernidade, no entanto, o guardião é tido como tal na ordem tradicional por seu *status* ou alguma qualidade pessoal – a oratória, por exemplo – enquanto o especialista da ordem moderna é identificado pela “competência”. Essa tradição e solidariedade social dependem de rituais, que são práticas públicas e autônomas, carregadas de conteúdo normativo e emocional, das quais não faz sentido discordar. Enfim, são processos sociais ativos (muitas vezes conscientes) de reconstrução do passado (e não sua preservação) que garantem integridade à tradição e não uma mera persistência ou repetição através do tempo. Tais características são facilmente visíveis, por exemplo, nas culturas orais, nas quais a tradição nem é compreendida como tal, pois ela (a tradição) “é muito invasiva para ser distinguida de outras formas de atitude ou de conduta” (GIDDENS, 1997, p. 84).

Assim, com o advento da escrita começou-se uma interpretação da tradição (hermenêutica), e a buscar-se uma explicação discursiva da mesma, de seus rituais e “guardiães”. A partir de então, começa uma série de “processos de abandono, desincorporação e problematização da tradição” (GIDDENS, 1997, p. 74). No entanto, nem estes processos, nem mesmo tais eventos como a Revolução Francesa, a Revolução Industrial ou os ideais iluministas, com suas promessas de felicidade, padronização do tempo, constante inovação, domínio da natureza - que marcaram a era moderna - nem o predomínio do pensamento científico ocidental com a noção de evolução, constante melhora e prosperidade, causaram a completa destruição da tradição. Pelo contrário, a tradição foi muito importante e reivindicada, principalmente nas primeiras fases da modernização e na formação dos Estados-Nação. Segundo Giddens (1997), a tradição, neste período, foi reivindicada por causa da limitação do poder de vigilância e integração das, então, instituições nascentes; da disputa entre ciência e religião pelo status de “autoridade”; da exclusão por gênero nas novas instituições e, principalmente, para uma “geração – ou regeneração – da identidade pessoal e coletiva” (GIDDENS, 1997, p. 117). Nas sociedades pré-modernas, a tradição era estabilizadora da memória coletiva, após os processos de abandono e desincorporação, a construção da identidade e o significado das normas sociais

ficam problemáticos, “daí em diante, a reconstrução do passado com os recursos da tradição torna-se uma responsabilidade – e até uma exigência – mais claramente individual” (GIDDENS, 1997, p. 86). Essa sensação de progresso e de liberdade ocultou o caráter compulsivo da modernidade.

A compulsividade na modernidade é caracterizada por uma “incessante marcha adiante”, ou seja, uma busca ilimitada de conhecimento; de controle da natureza e; de ordem, tanto na produção quanto nas relações sociais; e também pela questão do vício. Porém, como também concorda Giddens (1997), podemos separar, teoricamente, em duas fases o desenvolvimento das instituições modernas. “A primeira foi marcada pelo domínio da disciplina e da repressão; a segunda, por uma nova onda de hedonismo, talvez associada ao surgimento da sociedade de consumo” (GIDDENS, 1997, p. 89). Em resumo, a compulsividade nada mais é do que, a reivindicação da tradição – a qual era tida como repetição – mas de forma desestruturada, sendo assim, a

[...] compulsividade, em seu sentido mais amplo, é uma incapacidade para escapar do passado (...) e quando socialmente generalizada, é, na verdade, tradição sem tradicionalismo: repetição que se põe no caminho da autonomia, em vez de estimulá-la (GIDDENS, 1997, p. 85 e 89).

A primeira fase, citada acima, de desenvolvimento das instituições modernas é facilmente visível (hoje), no período que compreende a segunda metade do séc. XIX até a década de 60 do séc. XX. É a fase na qual a grande indústria e o modo de produção industrial se expandem. É também, o período de consolidação dos Estados-Nação e do seu poderio militar, é uma fase marcada por nacionalismos exacerbados, organizações de classe, importante papel dos partidos políticos e divisão ideológica. Giddens (1997, p. 87) destaca a compulsividade inclusive no domínio público: “O que é a discussão de Weber acerca da ética protestante, se não uma análise da natureza obsessiva da modernidade?”. E é verdade, mesmo que Weber não tenha trabalhado nestes termos, a sua análise sobre a burocratização, nada mais é do que a demonstração de uma compulsividade em busca da ordem, da padronização do tempo e das pessoas, da excessiva racionalização sempre almejando o progresso, que para o próprio Weber teria consequências das quais nós não escaparíamos, quando relata o seu desencantamento e a “jaula de ferro”. Enfim, é claramente um mundo em busca da ordem. Compulsividade e ordem que se estendem, também, para a agricultura, para a questão agrária, e para os modos de produção agrícola (que particularmente nos interessa aqui); é na era moderna que se consagra a Revolução Verde; quando se padronizam culturas extensivas e intensivas, com uso pesado de insumos químicos e máquinas agrícolas, a idéia da chamada agricultura “limpa”, abandonando-se modos tradicionais de produção e equilíbrio ambiental.

A modernidade é marcada por um “excesso de ordem e escassez de liberdade” (MENEZES, 2005), fatos como: o nazismo, o holocausto, o fascismo e o isolamento dos “loucos” são exemplos de como foi levada a sério essa questão da limpeza, pureza e ordem, da implantação de uma ordem artificial. Portanto,

na fase moderna as mudanças são mais rápidas, a tecnologia tem papel preponderante; a expansão das instituições é rápida e de caráter globalizante.

Vale relembrar que essa divisão é meramente teórica, não existe uma delimitação precisa da reconfiguração das instituições que marcaram o advento da modernidade, já que esta tem, desde seu início, um caráter expansionista e universalizador, alguns autores, por exemplo, afirmam que a modernidade se manifesta desde o séc. XVI, com as grandes navegações. Passemos agora, ao que caracteriza a “pós-modernidade” ou modernidade radicalizada.

Esta fase é a que se vivencia dos últimos anos do séc. XX, até hoje. Agora, a tendência de expansão, principalmente do capitalismo, é muito mais abrangente e descentralizada. O próprio conhecimento é descentralizado e sem local determinado (isso, grosso modo, em nível mundial), ou seja, o conhecimento é criado para ser aplicado em qualquer lugar do mundo, se tornando um valor discutido e aprimorado. E além da padronização do tempo, temos também a supressão do espaço, as novas tecnologias encurtaram as distâncias, ficaram mais fáceis e rápidos os deslocamentos de empresas, produtos, dinheiro, informações, pessoas e, sobretudo, valores. Enfim, a palavra da vez é globalização, que segundo Giddens (1997) são relações sociais em escala mundial onde os acontecimentos ou decisões locais são influenciados por outros que ocorrem muito distantes, e vice-versa. Ou seja, a globalização não é um fenômeno externo, ela tem um peso nas decisões do cotidiano. As decisões individuais do dia-a-dia são influenciadas e influenciam outros fatores globais. Estas características podem muito bem ser encaixadas na modernidade simples, citada anteriormente, mas na atualidade levam a novos dilemas, a determinadas consequências de tais características, e por esse motivo é uma situação de modernidade radicalizada, e não pós-modernidade.

Tais diferenças são o declínio do papel da esfera pública e política; a descrença no socialismo real; a crise ecológica, os problemas ambientais e alterações climáticas; a ameaça nuclear; o aumento da violência e dos fundamentalismos; o impacto da informatização; a busca por novos estilos de vida e uma sociedade guiada e medida pelo consumo; e por fim as mazelas criadas pela globalização, mesmo que ela tenha trazido muitos benefícios, ou seja, são diversas consequências problemáticas não planejadas pelos projetos da modernidade. É inegável que vimos uma queda da posição dos norteadores coletivos/sociais dos projetos de identidade como: o Estado-Nação; os partidos políticos, a família nuclear e, até mesmo a grande indústria, que se tornara o *locus* da interação social, pode simplesmente se transferir para o outro lado do mundo. Por isso, Menezes (2005, p. 193) caracteriza esta segunda fase, a atualidade, como uma época em que “reinam a desregulamentação e a liberdade individual”. Beck (1997) chama esse debate, esse processo de um repensar de: “modernidade reflexiva”, não no sentido de reflexos do desenvolvimentismo da modernidade, nem reflexão, mas sim de autoconfrontação. Giddens e Beck (1997) concordam que para a superação destes conflitos, e da violência que se torna propícia neste contexto, é preciso novas formas de diálogo. Para atingir este objetivo, Beck (1997, p. 43) destaca: os especialistas nem sempre sabem o que é bom para

todos (*desmonopolização da especialização*); os grupos de especialistas não devem continuar fechados (*informalização da jurisdição*); é preciso uma *abertura da estrutura da tomada de decisão*; as decisões devem dialogar com um maior número de agentes (*criação de um caráter público parcial*); e deve-se abrir espaço para a *autolegislação e auto obrigação*. Enfim, é uma forma de rever o status de autoridade da ciência e política modernas. É nessa mistura de desamparo social e ao mesmo tempo de novas oportunidades – mas também ameaças de diversos tipos como, nuclear, ambiental, social e econômica –, que se encaixa a definição de *sociedade de risco*, ou seja, riscos causados pela própria sociedade. E que no presente estudo se tratam especificamente dos riscos ambientais como: desequilíbrio ambiental e principalmente os desastres relacionados às chuvas, ventos, granizos e raios.

No entanto, toda essa discussão teórica é muito esclarecedora de um processo em andamento, mas temos que ter a cautela de não generalizar, estes processos não se dão da mesma forma em todos os lugares, e este trabalho mostra que, dependendo do contexto, os impasses entre os projetos da modernidade e suas tentativas de superação não são tão simples.

2. O “DESENVOLVIMENTO” E A QUESTÃO AGRÁRIA

O meio rural brasileiro, como sabemos, tem um caráter de dependência ou de subordinação aos países ditos centrais e/ou outros setores dentro do próprio país, desde os tempos da colonização e carrega, em sua estrutura tanto física quanto social, as marcas daquela época, como: a grande propriedade de terra e as degradantes condições de trabalho.

Posteriormente, o desenvolvimento da industrialização seguiu a mesma lógica, de forma desigual entre os países. Nos países centrais, o progresso técnico e as relações de produção foram se modernizando ao mesmo tempo em que os padrões de consumo também iam mudando.

Já nos países de industrialização tardia, foram os padrões de consumo e o estilo de vida modernos, que penetraram primeiro, numa pequena parcela mais favorecida da população. Isso gerou um descompasso entre a produção incipiente, a baixa absorção de mão-de-obra e os padrões de consumo daquelas camadas modernizadas. Foi este desequilíbrio que, segundo Celso Furtado (1992), fez reforçar as estruturas sociais pré-existentes.

O subdesenvolvimento, por conseguinte, é uma conformação estrutural produzida pela forma como se propagou o progresso tecnológico no plano internacional. (FURTADO, 1992, p. 74).

Portanto, a modernização se deu de forma peculiar de um lugar para outro, e as conseqüências disso vão depender muito das condições sociais existentes.

No Brasil, como ressalta Florestan Fernandes (1979), o capitalismo como modo de produção e relações sociais é muito recente no que diz respeito ao campo. E como podemos ver, até os nossos dias ainda traz a sua marca, pois todos os anos são libertados trabalhadores que estavam sob regime de escravidão, o que vai contra a lógica do próprio sistema.

Para Florestan, as economias hegemônicas exploram as economias periféricas, no interior destas por sua vez, a cidade como centro urbano-industrial e comercial, com seu maior dinamismo e crescimento econômico, exerce a espoliação da economia agrária. A isso Florestan chamou de “dependência dentro da dependência”, é como se fosse condição para a manutenção de todo o sistema.

Assim,

A revolução urbana condenou, portanto, a revolução agrícola, o que fez com que o capitalismo agrário fosse reduzido, de fato, a um subcapitalismo, destinado a funcionar como força de alimentação, de propulsão e de sustentação dos ‘pólos dinâmicos’ da economia interna (FERNANDES, 1979, p.196).

Desse modo, os agentes econômicos dominantes, tanto rurais quanto urbanos, ao racionalizarem seus interesses econômicos, passaram a ver o papel do campo como sendo desta maneira mesmo. Aliado a isso, temos a expansão insuficiente do progresso técnico, citada no início deste tópico, que não absorveu a população rural explorada. Estas foram as causas de os piores índices sociais estarem na zona rural.

Um desses problemas foi a concentração fundiária. Caio Prado Júnior (1979) já chamava atenção para isso em artigo escrito na década de 1960. E para o fato de 30 milhões de brasileiros, metade da população na época, dependerem do uso direto da terra.

Tabela 1 Estabelecimentos agropecuários por estrato de área, número e área total.

Estabelecimentos Agropecuários	Número de estabelecimentos (%)	Área ocupada por categoria (%)
De menos de 100 ha (pequenos)	85	17
De 100 a menos de 200 ha (médios)	6	8
De 200 ha e mais (grandes)	9	75

Dados da metade do século XX.

Fonte: Retirado de *A questão agrária no Brasil*, Caio Prado Jr. (1979)

Segundo esse autor, um dos motivos que levou ao golpe militar de 1964, foi justamente o questionamento da sociedade e o levantamento de discussões teóricas acerca das condições sociais no campo e da questão agrária. Para C. Prado Jr. o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), lei aprovada em 1963, não passou de uma complementação da lei Áurea (1888). Pois, ela foi muito mal feita, e como sabemos, além de não aplicada, ela só levou em conta as condições dos trabalhadores e não a questão da terra.

Com a lei, os trabalhadores rurais passaram a ficar mais caros aos proprietários rurais, portanto, diversos esquemas de parceria e meação deixaram de existir. E até mesmo trabalhadores que moravam nas propriedades foram mandados embora, ocupando assim, as periferias das cidades. Pois agora, era muito mais vantajoso contratá-los como temporários.

Desse modo, a questão da reforma agrária e até mesmo a sua definição se tornaram muito complexas. Cardoso (1969) destaca as diferenças de medidas que devem ser tomadas no campo, dependendo da região e da forma de trabalho que é empregada. Ele cita exemplos de lugares e contextos, onde a reforma agrária não implica a distribuição de terras, mas somente a melhora de condições dos trabalhadores, ou mesmo regularização dos contratos, o autor argumenta que regiões como Paraná e Rio Grande do Sul, por exemplo, têm formas de trabalho e condições de trabalho diferentes de Mato Grosso ou Pará.

Já Abramovay (1992), em seu estudo sobre a agricultura familiar nos países desenvolvidos, afirma que não é só a distribuição de terras, nem a melhoria nas condições de trabalho que mudariam o campo. Segundo ele, o campo tem limitações *naturais* que não se adequam à forma de uma grande empresa e com trabalhadores assalariados. O ideal seria pequenas propriedades com produção intensiva, investimento tecnológico e forma de organização familiar da produção.

Estes problemas foram agravados no período desenvolvimentista, principalmente no regime ditatorial, onde a grande propriedade ficou intocada e o comércio internacional, as grandes indústrias químicas, de maquinários, implementos e fertilizantes proporcionaram a consolidação da grande propriedade monocultora, enfim, dos projetos da modernidade.

Podemos notar que, a maioria dos autores concorda com a distribuição de terras, e os trabalhadores também lutaram por justiça social. Na década de 1980, próximo da abertura política, ganha força, por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). É uma forma de tentar conquistar cidadania e melhores condições, mas isso não se deu de forma fácil nem calma, como sabemos bem. Além dos problemas intrínsecos dos trabalhadores, citados anteriormente, houve ainda os impasses com o Estado, que tenta manter a ordem moderna de desenvolvimento; e com grande parte da sociedade envolvente, a qual não legitima e desqualifica os trabalhadores rurais sem-terra e suas atitudes.

Enfim, foram e são diversos dilemas tanto teóricos quanto práticos que com o passar do tempo só fazem agravar ainda mais a situação de vulnerabilidade de um grupo em dias de riscos crescentes como os quais vivenciamos atualmente.

3. O ESTUDO DE CASO E A SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

O estudo de caso foi realizado no assentamento “Bela Vista do Chibarro”, em Araraquara/SP. O assentamento fica no bairro “Bela Vista”, e foi realizado em 1989.

O assentamento teve como marco a usina Tamoio, que era da família Morganti. Depois de algumas crises, as terras passaram para o grupo Silva Gordo, que na década de 70 entrou em processo de falência. Após isso, a fazenda ficou como pagamento de dívidas para a Caixa Econômica Estadual, assim, a seção Bela Vista foi ocupada pelo MST e o INCRA oficializou a desapropriação em 1989.

A fazenda foi dividida em 176 lotes, atualmente vivem lá 176 famílias mais os agregados. O assentamento conta com cerca de 7,2 mil hectares; 210 casas de alvenaria; 1 casa sede (casarão); 1 posto de saúde; 1 salão (clube recreativo); 1 estabelecimento da Igreja Católica Apostólica Romana; 1 estabelecimento da Igreja da Congregação Cristã do Brasil; 1 estabelecimento da Igreja da Assembléia de Deus; 1 estabelecimento da Igreja Adventista do Sétimo Dia; 1 Campo de futebol; 1 terreirão para manifestações culturais e comunitárias e o prédio da Escola do Campo. E segundo um dos entrevistados, cerca de 20% das terras são de reserva, e a maioria das famílias e toda essa infra-estrutura se encontram na “vila”, e não espalhada pelo assentamento.

Foram usadas como fonte de coleta de dados, basicamente três técnicas numa abordagem qualitativa: A) observação direta; B) fotodocumentação e C) relatos orais.

Foram relatadas diversas experiências relacionadas às chuvas, ventos ou granizo por exemplo. Principalmente com relação a uma grande chuva por volta de 1994 no assentamento “Bela Vista”, mas também houve outros relatos sobre problemas semelhantes em outras áreas, como locais anteriores de moradia de um dos assentados. E como visto na pesquisa, os impactos relacionados às chuvas existem no assentamento, porém não ouvimos relatos de nenhum tipo de política pública para esses eventos. As medidas ficam somente em arrumar as estradas, nem sempre rapidamente, e a energia elétrica.

Com os problemas privados, como casas, por exemplo, o que impera é o espírito de comunidade, e não foi o caso, como é na cidade, da necessidade de resgatar alguma família no momento de um desastre. Porém, um dos entrevistados relatou um caso da destruição de uma casa mais simples com as chuvas, em que a família teve de ser acolhida por vizinhos e todos ajudaram a reconstruir sua moradia. Outro morador relatou ainda um caso de acidente com raio, que atingiu um homem que estava próximo a uma cerca de arame; nesse caso o atingido foi salvo, pois, havia um parente seu perto e o ajudou depois de se engasgar e cair inconsciente com a descarga elétrica.

Outro entrevistado contou também o caso da morte de seu irmão dentro de casa por conta de um raio. Seu irmão havia saído de uma casa considerada mais frágil com relação às chuvas e foi para a casa do pai deles, sentou-se ainda molhado com os pés descalços diretamente no chão próximo ao antigo rádio da família, quando um raio atingiu a antena do lado de fora da casa transferindo a descarga até a vítima (este episódio aconteceu no estado do Paraná, local anterior de moradia do entrevistado, mas passível de ocorrer em qualquer lugar, já que, ocorreu num sítio onde eles moravam). Isso sem contar as inúmeras histórias de perdas de eletrodomésticos; de animais de criação, também por

raios; de danos totais ou parciais principalmente em horticultura, que é mais frágil, devido à queda de granizo, por exemplo. E ainda a dificuldade de se chegar à cidade por danos causados pelas chuvas nas estradas, principalmente os jovens que pegam ônibus para ir à escola, e as estratégias das pessoas como ir a pé parte do caminho, com veículo de tração animal, ou de trator, mobilizando dessa forma os esforços, a boa vontade e a rotina de outras pessoas do assentamento.

Já nos problemas com produção, os assentados ficam sob os problemas do mercado como qualquer grande propriedade rural, com a diferença de não terem na maioria das vezes outra fonte para seu sustento, ficando com dívidas que em muitos casos se arrastam por anos, forçando em algumas ocasiões o morador do assentamento a sair de seu lote para procurar emprego fora (nas grandes lavouras de cana-de-açúcar, por exemplo) até que a sua situação se normalize e ele recupere sua produção e sua rotina. Enfim, essas pessoas estão quase que por conta própria, elas vão se ajudando como podem, pois as famílias são atingidas de formas e intensidades diferentes, a parte do grupo que não sofre algum grave dano ajuda quem o sofreu de maneira mais traumática. No entanto, o Estado e suas políticas devem se preparar, pois como vemos, tais eventos extremos se tornam cada vez mais freqüentes e intensos, e se ocorridos em uma escala mais ampla, nesse meio rural, o Estado não chega até essas pessoas com a eficiência e rapidez que a situação exige, por exemplo, ambulâncias, materiais de emergência ou na retirada de pessoas.

CONCLUSÕES

Esse trabalho analisou o impacto dos fenômenos climáticos relacionados às chuvas sobre as rotinas sociais e produtivas do assentamento rural, no entanto, descobriu-se que há uma série de riscos igualmente importantes, como todos aqueles riscos destacados por Beck (1997), citados anteriormente, se fazem presentes, riscos econômicos, políticos e sociais.

Tais eventos extremos, tidos aqui como exemplares das mudanças climáticas e da sociedade de risco, existem, sem dúvida, mas não são em todos os lugares que eles têm a mesma prioridade. Por exemplo, nessa pesquisa se vem constatando¹ a importância das disputas dos assentamentos com os problemas em tese essencialmente modernos, como é o caso dos conflitos com grandes monoculturas; a saída dos jovens do campo; a baixa renda de pequenas culturas, etc., são relatos presentes na maioria das entrevistas. O conflito é amplo, e é, claramente, a disputa entre a modernidade e o que seria uma possível alternativa para seus problemas – que são as formas de produção em escala familiar e diversificada – uma forma de superação do projeto moderno da grande propriedade, embora esse não tenha sido o foco da pesquisa.

Soma-se a essas dificuldades da vida cotidiana dos assentamentos rurais, a vulnerabilidade em relação aos fatores ambientais, como as fortes chuvas, raios ou danos com vendavais. Os eventos extremos podem agredir essas rotinas, o

1. Esse estudo tem sequência no mestrado em Sociologia na Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, UNESP, com previsão de conclusão em 2009.

que pode reiterar os estigmas às pessoas e aos espaços rurais. Podem por exemplo, gerar perdas econômicas e há a possibilidade de não suprir os mínimos vitais.

No meio rural, as chuvas têm outra concepção. É vista como uma bênção, elas são essenciais, reza-se para pedir chuva. No entanto, quando são muito volumosas ou intensas também causam devastação. E como visto, os assentamentos foram formas de conseguir políticas, mas estas reivindicações não param com as ocupações, elas continuam em busca de energia, saneamento, educação, etc. E por que, dentre tais reivindicações não incorporar a necessidade de medidas mitigadoras de desastres relacionados às chuvas, como inundação, ventos, granizos e raios, já que esses fenômenos serão comprovadamente cada vez mais intensos e frequentes? No entanto, não é isso o que parece vir acontecendo.

Vale ressaltar que isso não é uma regra: que os projetos modernos ainda são mais viáveis que as suas possíveis alternativas, de modo algum. Daí a importância do que é proposto aqui: para políticas que pretendam mitigar os riscos gerados pela modernidade (tanto físicos, ambientais, sociais, econômicos, etc.), é preciso empenho e planejamento, pois dependendo do contexto e dos problemas sociais enfrentados, as formas alternativas à modernidade radicalizada, como é o peculiar caso dos assentamentos rurais, podem perder espaço, ou nem chegar a ganhá-lo. É preciso, sobretudo, uma interação entre o Estado e os formuladores de políticas com as pessoas que são efetivamente atingidas por esses novos problemas, o que não ocorre, como demonstrado no estudo de caso. E não apenas uma política assistencialista com um suposto domínio exclusivo do saber.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo/Campinas: Editora Hucitec/ Editora da Unicamp, 1992.
- BECK, U. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: BECK, U., GIDDENS, A., LASH, S. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.
- CARDOSO, F. H. **Mudanças Sociais na América Latina**. São Paulo: Edipe, 1969.
- GIDDENS, A. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: BECK, U., GIDDENS, A., LASH, S. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.
- FERNANDES, F. Anotações sobre capitalismo agrário e Mudança Social. In: SZMRECSANYI, T.; QUEDA, O. (orgs.) **Vida Rural e Mudança Social**. São Paulo: Companhia Nacional Editora, 1979.
- FURTADO, C. **Brasil: a construção interrompida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- MATTEDI, M. A. e BUTZKE, I. C. A relação entre o social e natural nas abordagens de hazards e de desastres. **Revista Ambiente & Sociedade**, ano IV, nº 9, 2001.
- MENEZES, L. S. de, **Pânico: efeito do desamparo na contemporaneidade**. Ed: Annablume, 2005.
- PRADO JUNIOR, C. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- VALENCIO, N. F. L. S. et al. A produção social do desastre: dimensões territoriais e político institucionais da vulnerabilidade das cidades brasileiras frente às chuvas. **Revista Teoria e Pesquisa**, n. 44-45, p. 67-115, 2004.
- VALENCIO, N. F. L. S. et al. Chuvas no Brasil: representações e práticas sociais. **Revista Política e Sociedade**, nº 7, outubro de 2005.
- VALENCIO, Norma et al.(2007) O desastre como desafio para construção de uma hermenêutica diatópica entre o Estado e os afetados. Natal: **Revista Cronos**, v.8, n 1, jan/jun.

ÁGUA BENTA E ÁGUA CONSAGRADA: REPRESENTAÇÕES
RELIGIOSAS E REPRESENTAÇÕES DE RISCO NA PERIFERIA
DE SÃO CARLOS/SP

JOÉVERSON DOMINGUES EVANGELISTA

INTRODUÇÃO

Os desastres relacionados às ameaças de origem *natural* têm crescido de forma significativa. No caso brasileiro, merece especial destaque os que estão ligados às águas pluviométricas, pois apesar de serem eventos com periodicidade relativamente previsível – na cidade de São Carlos/SP, por exemplo, concentram-se nos meses de dezembro e janeiro – não têm sido encontradas respostas satisfatórias de prevenção ou mitigação de danos pelas autoridades competentes. Isso se torna ainda mais significativo a partir do momento em que a população exposta ao risco tem aumentado ao longo dos anos devido, em grande medida, à deterioração das condições sócio-econômicas das famílias que, por causa disso, fixam-se em lugares que ampliam sua vulnerabilidade (fundos de vale, locais com pouca infra-estrutura pública etc.), seguindo muitas vezes situações de distribuição de poder dentro da sociedade que as relegam a espaços não só territorialmente inferiorizados, mas também *politicamente* desfavorecidos.

Giddens (1991; 1997) atenta para a importância que o tema do risco vem ganhando para auxiliar a compreensão da sociedade contemporânea (moderna) e contribuir para a superação dos paradigmas clássicos da sociologia (especialmente Marx, Durkheim e Weber) e suas caracterizações que tornam os clássicos mutuamente exclusivos: numa modernidade multidimensional no âmbito das instituições, cada um dos elementos elencados por tais tradições, e seus “herdeiros” contemporâneos, representam algum papel-chave para o entendimento das condições onde são produzidos/reproduzidos os elementos constitutivos da *modernidade*¹ (GIDDENS, 1991, p. 21).

Deste modo, podemos entender o estudo das sociedades *modernas*, no que toca ao risco² como categoria central das preocupações sociológicas contem-

1. Embora tenha um caráter abrangente, a modernidade não é apreendida da mesma forma nas regiões onde sua influência se estendeu, gerando conflitos e tensões à medida que entrava em contato com sistemas culturais e políticos diversos (o Brasil é um exemplo importante disso).
2. “A noção [de risco na modernidade] se originou com a compreensão de que resultados inesperados podem ser uma consequência de nossas próprias atividades ou decisões, ao invés de exprimirem significados ocultos da natureza ou intenções inefáveis da Deidade” (GIDDENS, 1991, p.38). Veremos que nem sempre essa contraposição é disseminada de forma homogênea.

porâneas: como um olhar sobre o percurso que os processos da *modernidade avançada* (estágio ulterior da modernidade “clássica”) tem tomado no sentido de algo capaz de engendrar sua destruição material e imaterial, avançando de forma implacável tanto sobre formulações da sociologia – que nem sempre dão conta de comportar a “multidimensionalidade” dos tempos modernos –, como sobre os sujeitos que vêm as referências às quais se prendiam e utilizavam para compreender o mundo se tornarem cada vez mais dissolvidas.

É através do risco que podem ser evidenciados os mecanismos de *desencaixe*³: por ser irrestrito e muitas vezes atingir diversos pontos do planeta ao mesmo tempo, o risco insere um momento de tensão entre as formas estabelecidas e “encaixadas” de apreender o mundo e uma realidade onde, como no caso de Chernobyl, um evento ocorrido pode impactar uma região, cultura e modos de vida completamente alheios à origem do problema.

Dentre os mecanismos de desencaixe que Giddens conceitua, o que mais nos interessa é o de *sistemas peritos* (*expert Systems*)⁴. Podemos constatar certo predomínio de uma forma de saber oriunda de uma *técnica* impregnada de uma *racionalidade científica*, produzida/reproduzida em espaços (*workshops*, por exemplo) onde nem todos os atores, ainda que influenciados por suas disposições, têm acesso às formas de decodificação dos jargões, nem compreendem os pressupostos que implicam acatar tais disposições. É o *saber perito* o responsável por produzir um discurso a fim de orientar/determinar o conjunto de atitudes a serem tomadas em contextos de risco e das respostas aos desastres levados a efeito.

Embora tenhamos retirado o peso das “Deidades” dos eventos que passamos no cotidiano, isso se passa mais num campo abstrato do que na prática; não são poucos os que compreendem as noções de risco e de desastre segundo diversas interpretações, nem sempre fundadas nesse mundo da técnica: a explicação fundada na teodiceia⁵ pode converter-se numa alternativa ao grupo afetado para atribuir significado ao acontecimento, sobretudo porque o fator natural da ameaça – as chuvas – é um tema recorrente da relação do ser humano com o divino. Levando-se em conta o fato de ser nas periferias de cidades grandes e médias que se encontra a maior susceptibilidade de danos ligados às chuvas e que nesses mesmos locais o número de grupos religiosos é relevante, deve-se considerar que, muitas vezes, é o sentimento de pertença a esses grupos que *orienta* as condutas dos sujeitos, mais do que qualquer manual de emergência emanado das mentes mais brilhantes do *sistema perito*.

3. Desencaixe, segundo Giddens (1991, p.29), refere-se “ao ‘deslocamento’ das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espço”.

4. “Sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje. A maioria das pessoas leigas consulta ‘profissionais’(...) apenas de modo periódico ou irregular. Mas os sistemas nos quais está integrado o conhecimento dos peritos influencia muitos aspectos do que fazemos de uma maneira *contínua*” (GIDDENS, 1991, p. 35).

5. Explicação de fenômenos anômicos em termos de legitimações religiosas, independente do grau de satisfação teológica (cf. BERGER, 1985).

O sujeito frente a uma situação que ele entende como um crescente de anormalidade – a casa deslizando ou inundando, o telhado desfazendo-se ao vento, as paredes desabando – algumas vezes pode ser constrangido pelo *corpo perito* que intervém na situação de forma a “agir racionalmente”, entendendo a racionalidade técnica como a única possível de ser adotada. Esse “agir racional” implica acatar uma visão hegemônica sobre as causas do desastre que interessa a uma das partes envolvidas e, ao admití-la, subordinar os significados e as práticas preconizados pelos cânones da religião aos *cânones* do atendimento de emergência. Tal subordinação aparente pode suscitar problemas severos aos afetados tais como aqueles que dizem respeito às tensões relacionadas ao significado da sua existência e a percepção de sua identidade.

Isso se expressa na forma de *culpabilização da vítima* constante nos noticiários, retratando moradores que “insistem irracionalmente” em permanecer em lugares de risco como indivíduos *incapazes* de assimilar toda a contribuição técnica produzida pelos peritos especializados da modernidade. Os problemas dessa tensão, dentre todos os outros que entram e se dissolvem na vida cotidiana, é que ela, em circunstância da ameaça das chuvas, ocorre em situação extrema, sem muito tempo para mediação ou meditação; ocorre no curto espaço de tempo em que intempestivamente o agente perito solicita evacuação imediata da residência, desconsiderando as motivações e concepções de segurança e importância que norteiam as decisões do afetado.

É na dimensão imaterial que as abordagens mais contemporâneas (VALENCIO et al., 2004; VALENCIO et al., 2005) têm se detido a fim de desconstruir concepções que levam à essa culpabilização dos vitimados por tais desastres e o pressuposto de que as atitudes dos setores vulneráveis da sociedade são incapazes de evitar tragédias que lhes são recorrentes por apresentarem caracteres irracionais irreconciliáveis com as disposições do saber perito. Muitas vezes essa dimensão imaterial, ou, no limite, *simbólica*, encontra seu fundamento em *motivações religiosas*, levando o *valor* dos fatos e o entendimento da tragédia, por um lado, e as respostas adequadas, por outro, a serem mediadas por vezes na filiação religiosa do afetado.

As crenças religiosas frequentemente são apontadas como sistemas simbólicos que, sobrepondo o mundo divino ao humano, tenderiam também a desprezar a produção técnica deste. Tal produção envolve o processo de construção de medidas de redução do risco junto a populações em vulnerabilidade espacial as quais, geralmente, têm um perfil sócio-econômico precário e não partilham dos instrumentos prestigiados de aprendizado, onde em geral são elaborados discursos e as noções tidas como “racionais”, pautadoras das mediações possíveis entre os diversos saberes da modernidade multidimensional.

São nas *áreas de risco* (mais suscetíveis a riscos relacionados às chuvas) situadas nas periferias das cidades que a pobreza costuma ser frequente e a incidência de denominações evangélicas e o catolicismo praticante se faz mais importante, tornando-se agentes mediadores de carências familiares e coletivas, tanto materiais quanto espirituais. Num certo sentido, é a *experiência religiosa* que confere significado diante das adversidades cotidianas, sendo esta mais

disseminada no cotidiano dessas pessoas, mais presentes em suas vidas, contribuindo na superação dos revezes emocionais em eventos que interferem ainda mais na sua rotina; por vezes, podem preencher as lacunas assistenciais eventualmente não preenchidas pelo Estado ou articular as demandas a serem apresentadas ao Estado a fim de serem atendidas. Por isso, nessas áreas de risco, as tensões entre as orientações “racionais” de agentes do sistema perito e a representação e práticas religiosas cristãs são recorrentes.

No caso de São Carlos/SP, o bairro de periferia Cidade Aracy se constitui um exemplo deste tipo de situação: assolado por eventos ligados a problemas de drenagem urbana e vendavais, não são poucas as vezes em que os estabelecimentos locais da Igreja Católica e a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) acabam por oferecer conforto espiritual e material para os afetados por tais desastres, já que o Estado não age de forma eficiente para, antes do evento, programar ações de redução da vulnerabilidade e, depois, mitigar os desdobramentos do desastre.

Este capítulo, frente às preocupações da teoria social no contexto de *sociedade de risco*⁶, pretende correlacionar a teodiceia do Novo Testamento (onde se encontra a base documental e doutrinária que serve de suporte aos fiéis e sacerdotes para elaborações de *suas* teodiceias) às eventuais práticas e aos conteúdos simbólicos que os indivíduos, diante da água, podem estabelecer como paradigma para definição/legitimação de seus papéis sociais, orientando suas ações diante de eventos adversos.

1. MODERNIDADE, RISCO E CONFIANÇA: A ABORDAGEM SOCIOLÓGICA

Entendendo o conhecimento segundo uma “apropriação reflexiva do conhecimento”, Giddens assinala a presença de outro tipo de dualidade: eletrizante, na mesma medida em que é instável, dependendo, por seu turno cada vez mais da *confiança*⁷ nos sistemas peritos. Essa confiança, estendida aos *sistemas abstratos*⁸, constitui condição *sine qua non* para a existência social na modernidade; os desencaixes propiciados pelos mecanismos específicos da modernidade – principalmente o sistema perito – tornam a noção da confiança central para o estabelecimento de uma segurança oriunda da crença incondicional nos pressupostos impessoais e de distanciamento que essa espécie de apropriação leiga faz do sistema perito (ou seja, constituindo o sistema abstrato).

6. Beck (1997, p.15) define como “fase no desenvolvimento da sociedade moderna, em que os riscos sociais, políticos, econômicos e individuais tendem (...) a escapar das instituições para o controle e a proteção da sociedade industrial”.

7. “A confiança pode ser definida como crença na credibilidade de uma pessoa ou sistema, tendo em vista um dado conjunto de resultados ou eventos, em que essa crença expressa uma fé na probidade ou amor de um outro, ou na correção de princípios abstratos (conhecimento)” (GIDDENS, 1991,p.41).

8. Objetos da filtragem dos sistemas peritos para o discurso e a ação dos leigos. (cf. GIDDENS, 1991).

A impessoalidade oriunda da confiança nos sistemas abstratos, ruptura com o mundo tradicional pré-moderno, oferece uma segurança que independe do seu conhecimento direto dos processos em que se vêem envolvidos os leigos, não exaurindo suas forças em tentar desvendar todas as imediações de tais processos; ao mesmo tempo, essa segurança se torna fonte de um novo tipo de desconforto de não só não conhecer *como as coisas acontecem*, mas também *quem* permite que tais coisas aconteçam. Aqui se começa a estabelecer as chamadas relações de compromisso *sem rosto* baseadas na fé em tais sistemas (GIDDENS, 1991), rompendo com as chamadas relações de *co-presença*, ligadas ao *mundo da tradição*.

É a rotina como meio de sobrevivência e subsídio à narrativa do mundo tradicional que também se dissolve com tal ruptura; apesar da ressalva de Giddens, alertando que a tradição não é estática, não deixa de assinalar o caráter *conservador* contido na sua dinâmica, qual seja, uma resistência à mudança imanente e que se ampara na eficácia tradicional em manter domínios a salvo de uma mudança em seus termos capazes de fazer ruir os elementos-chaves que a constituem. A noção de *reencaixe*⁹ no contexto moderno, quer como uma resposta a uma desorientação causada pelas dissoluções profundas da modernidade, quer como um resquício tradicional, nem sempre serve para sustentar os modelos de desencaixe, convertendo-se em legitimadora do *retorno* da localidade e da temporalidade estabelecida (necessitada) pela ação rotineira. Talvez a religião seja um desses mecanismos de reencaixe, espreitando a modernidade, qual ave agourenta, forcejando por refazer os humanos a recaírem em noções superadas pela técnica e pela racionalidade científica de forma incontestável.

O termo “transitório” contido na definição do que Giddens nos apresenta como reencaixe faz pensar na dificuldade de desfazer as armadilhas contidas no interior da modernidade. Faz pensar em como o *discurso técnico*, é um pretenso suporte não só dos sistemas abstratos, mas também de outros discursos de poder que delimitam/legitimam a atitude de certos atores (*peritos*) em detrimento de outros atores que constituem suas verdades em fundamentos outros que não técnicos, tal como os discursos dos afetados. Os *pontos de acesso* os quais se apresentam tanto como *lôcus* da relação entre a coletividade não-perita e os peritos, também são o *lôcus* onde a legitimidade do perito torna-se mais vulnerável, pois envolve a presença de ambos os grupos, os *realocando* num mesmo espaço-tempo, no mesmo *aqui e agora*. E é nesse espaço de *confrontação* entre, mais do que dois grupos, duas racionalidades pautadas em necessidades práticas diferenciadas que serão estabelecidos e/ou fortalecidos os *laços de confiança* entre perito e leigo¹⁰.

9. “Reapropriação ou modelação de relações sociais desencaixadas de forma a comprometê-las (embora parcial ou transitoriamente) a condições de tempo e lugar” (GIDDENS, 1991, p. 83).

10. A raiz da palavra leigo se encontra no grego ‘*laikós*’: “do povo”, significando que nem sempre teve sinonímia com o termo ‘secular’ (caráter religioso que o termo adquiriu ao ir para o latim ‘*laicus*’ e ser apropriado pelo jargão eclesiástico), muito menos (não diretamente) a sinonímia com ‘ignorante’.

Todavia, o sistema perito acaba por se constituir numa fonte de uma *ortodoxia* que investe firmemente contra discursos *subversivos*, estabelecendo um *doxa* novo, fictício e que tem serventia nas relações de poder que acabam por estabelecer as verdades científicas e os (des)caminhos da ciência, geralmente em detrimento dos grupos que não participam dos restritos círculos de poder nos quais as decisões são tomadas e as verdades produzidas.

Nesse sentido, Bourdieu (1989) assinala o potencial *subversivo* da *heterodoxia*, pois esta é que tem a possibilidade de pôr em xeque o *doxa* estabelecido, destruindo suas falsas evidências e tornando atual o poder potencial existente nas classes dominadas e silenciadas; aliando isso com a idéia de *sistema perito* como um mecanismo de *desencaixe*, o *silenciamento* de grupos que ousam divergir ou mesmo sustentar condutas e discursos que ponham contra a parede esse *doxa* torna-se regra a fim de impedir que os canais de poder sejam passíveis de uma hierarquização, ou seja, que o *status* conquistado pelos peritos seja ameaçado por formas concorrentes de explicação e estabelecimento de verdades. No contexto de sociedade de risco, esse silenciamento torna-se potencialmente explosivo: a exclusão de setores que, além de envolvidos no processo de produção do risco, sofrem seus efeitos e acabam não contribuindo para a “autocrítica da sociedade de risco” (BECK, 1997). São esses setores, em geral os mais vulneráveis aos vetores implacáveis da modernidade, sistematicamente silenciados no processo de produção de verdade na modernidade, amparado no predomínio da técnica. No Brasil, adquire tintas ainda mais fortes, causadas por uma estrutura social profundamente desigual, articulada com formas patriarcais na relação entre os diversos tipos de saberes.

Podemos dizer que a produção sobre a modernidade que não conecta o avanço da técnica sobre a natureza com os eventuais riscos que essa relação oferece, partindo da constituição de saberes peritos em detrimento de saberes *leigos*, postulando a suprema eficácia daqueles frente aos últimos, negando-os e fundamentando sua negação na falta de rigor científico ou na falta de codificação técnica na exposição do afetado do que se passa com ele, tende a ir na contramão do que parece ser o mais adequado, diante da falha do discurso moderno em oferecer respostas satisfatórias aos desafios por ele mesmo engendrados: o de oferecer aos silenciados a chance de, depois de anos de exclusão e silenciamento sistemático, participarem de forma ativa da solução do *problema moderno*.

2. AS ÁGUAS NO NOVO TESTAMENTO E AS PRÁTICAS RITUAIS

CRISTÃS: O CASO NO BAIRRO CIDADE ARACY

O bairro Cidade Aracy é um loteamento relativamente recente (construído na década de 1980), fruto do último processo de expansão da ocupação de território da cidade de São Carlos/SP, na região sul do município, fortemente associada à instalação de uma fábrica de motores de uma grande montadora transnacional na região e que, por isso, atraiu um contingente relevante de migrantes do nordeste brasileiro, inclusive para eventuais empregos gerados pela suposta dinamização da economia oriunda desse processo. É percebido, tanto

de fora, como *de dentro*, como um exemplo de periferia: muito afastado do centro da cidade, estigmatizado e associado a caracteres negativos, não obstante o bairro passe por inúmeros processos de transformação, não só de sua infraestrutura, bem como das atividades comerciais e políticas que vêm emergindo ali nos últimos anos. O distanciamento geográfico em relação ao centro da cidade acaba por alocar seus habitantes em posição desfavorável quanto a reivindicações de melhorias ao bairro. Excetuando sazonalmente, principalmente em épocas do ano específicas que coincidem com períodos eleitorais, o bairro tem de dar conta de resolver sozinho seus conflitos, seus problemas ligados à chuva.

É circundado por dois córregos: Água Quente e Água Fria, os quais, relatam seus moradores, já foram grande fonte de problemas, principalmente diante de um ciclo de chuvas intenso, característico do clima da cidade; as chuvas causavam transtornos consideráveis que foram atenuados quando as ruas principais foram asfaltadas, mas não foram de todo afastados, principalmente nas regiões mais distantes do bairro (uma espécie de “periferia da periferia”, presente no próprio bairro e nos vizinhos, como o Antenor Garcia e Presidente Collor).

São muitas as denominações religiosas cristãs, predominantemente *evangélicas*¹¹, que povoam o bairro, concentradas significativamente na sua parte central e nos arredores da Avenida Regit Arab e da Avenida Vicente Laurito; lá também se situa a paróquia de Nossa Senhora de Guadalupe, da Igreja Católica, o único estabelecimento dessa vertente cristã no bairro. Escolhemos esta última e a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), pois são esses dois grupamentos religiosos que vêm disputando espaços de conversão, principalmente nos bairros periféricos de aglomerações urbanas médias e grandes, sofrendo também uma polarização de aspectos dogmáticos e interpretações vindas dos textos bíblicos, bem como na elaboração de rituais específicos aos quais seus fiéis têm tomado tomar parte.

3. OS RITUAIS, AS ÁGUAS E OS SACERDOTES: PRÁTICAS E

REPRESENTAÇÕES DA TEODICEIA CRISTÃ E A VIDA COTIDIANA

É no Novo Testamento que se encontram as passagens que mais especificamente influenciaram as diversas denominações cristãs, predominantes no Brasil; é nessa *teodiceia* que muitos podem ter acesso a um mundo de significados

11. “Na América Latina, o termo evangélico abrange igrejas protestantes históricas (Luterana, Presbiteriana, Congregacional, Anglicana, Metodista, Batista, Adventista), as pentecostais (Congregação Cristã no Brasil, Assembléia de Deus, Evangelho Quadrangular, Brasil para Cristo, Deus é Amor, Casa da Bênção etc.) e as neopentecostais (Universal do Reino de Deus, Internacional da Graça de Deus, Renascer em Cristo, Sara Nossa Terra etc.). *Grosso modo*, o pentecostalismo distingue-se do protestantismo histórico, do qual é herdeiro, por pregar a crença na contemporaneidade dos dons do Espírito Santo, entre os quais se destacam os dons de línguas (glossolalia), cura e discernimento de espíritos, e por defender a retomada de crenças e práticas do cristianismo primitivo, como cura de enfermos, a expulsão de demônios, a concessão divina de bênçãos e a realização de milagres” (MARIANO, 2004, p. 134).

legitimados religiosamente e, a partir disso, constituírem suas formas de interpretação dele (BERGER, 1985), bem como suas práticas rituais. Embora não sejam poucas as exegeses empreendidas pelas diversas correntes dentro mesmo de cada uma dessas denominações, é ao texto que os fiéis afetados e os *especialistas do campo religioso* (sacerdotes) *detêm* seus olhares e então começam a produzir seu discurso sobre o mundo.

Um paralelo entre o discurso religioso (cujo fim é ordenar o mundo *salvando-o* do caos) e o discurso sobre a modernidade (cujo fim é ordenar o mundo, sob a técnica, *reelaborando* seu contexto de risco sob o abrigo do sistema perito) serviria para entender as conexões e os contextos onde a *explicação religiosa* pode subsidiar práticas, estabelecer *confiança* e ser importante mediadora em contextos de tragédia, pois ambos discursos partem de uma realidade a ser constituída para minorar os efeitos anômicos que potencialmente estão contidos no cotidiano; ambos são postos em xeque toda vez que eventos da vida prática entram em conflito ou ameaçam desestabilizar suas fórmulas explicativas: um discurso sobre a modernidade também é uma apreensão simbólica da realidade; um discurso religioso é um tipo específico dessa apreensão que não se encontra de todo descurado dos desafios que a modernidade lhe impõe.

A água, ao longo da teodiceia cristã presente no Novo Testamento, assume vários significados que se situam além de suas características físicas, servindo de mediadora para ritos sociais, transformação de papéis e elemento alegórico. Determo-nos sobre as águas se justifica no sentido de que as catástrofes que mais assolam o Brasil, com periodicidade muito acentuada, estão ligadas aos eventos pluviais que atingem o sudeste do país no verão; bem como, no semi-árido nordestino, é a sua *falta* que proporciona uma teia de sentidos capaz de elaborar um entendimento de mundo frente às adversidades e às tensões entre as necessidades e as circunstâncias de vulnerabilidade. E são nas camadas mais vulneráveis da população que, ao abandono de *pontos de acesso* com os sistemas que poderiam prover seu amparo silenciados que são de suas demandas, que estão presentes condutas religiosas que por vezes substituem as convenções técnicas do saber perito, ou simplesmente se sobrepõem por causa de sua eficácia diante de uma ciranda de tragédias endêmicas.

A teodiceia da religião, como discurso *contra* o caos, pode subsidiar as práticas desses mais vulneráveis cujo projeto moderno esteve a ponto de silenciar de todo. Essa teodiceia precisa relacionar-se com outras dimensões da vida social e buscar os conteúdos simbólicos subjacentes às práticas sociais que podem proporcionar um entendimento novo sobre a diversidade de verdades que estão em conflito/cooperação para a árdua tarefa de tornar o universo “humanamente significativo”; nesse sentido, toda teodiceia é uma sociodicéia na medida que é “uma interrogação social a respeito das causas e razões das injustiças e privilégios sociais” (BOURDIEU, 1982, p. 49).

Os rituais cumprem um papel importante nessa tarefa: como “modos de ação determinada” que expressam, objetivamente, as crenças internalizadas das religiões (DURKHEIM, 1996, p.19). Ou seja, é na prática ritual que certa religião prescreve que vemos seus objetos e sua caracterização de mundo sendo

operacionalizada e absorvida pelos indivíduos. Seguindo por essa senda, Berger (1985) assinala que, para além dessa objetivação das crenças, erigindo objetos sagrados e procedimentos adequados para lidar com eles, os rituais são *mnemotécnicas* a fim de evitar o esquecimento, legitimando a (interpretação) da realidade, tornando presentes as ações divinas e seus efeitos. Isso não se desassemelha de como a modernidade e seus sistemas peritos têm consolidado sua visão “racional” e “técnico-científica”: assim como os rituais determinam o *como fazer* e o *que dizer*, uma série de procedimentos racionais e técnicos também prescreve e circunscreve as ações dos seus operadores, numa espiral de repetição que acaba por legitimá-la como a forma adequada de se fazer e dizer.

Mas a comunidade moral formada pelos grupos religiosos não é homogênea em sua constituição: a partir de uma espécie de *especialização* da manipulação do sagrado e de seu monopólio ter sido conferido aos sacerdotes, estabelece e consolida uma série de oposições, sendo a principal entre *sacerdotes* e *leigos*, que se encontra enraizada, por sua vez, na oposição entre *sagrado* e *profano*, onde o entendimento e as práticas no primeiro plano são dominadas pelos sacerdotes, especializados nesse tipo de atividade; aos leigos, no mundo profano, resta resignar-se às condições oriundas desse sistema, ou então consorciar-se e estabelecer regimes heréticos que confrontam a produção simbólica *ortodoxa*.

Bourdieu (1982, p.45) acrescenta que

toda prática ou crença dominada está fadada a aparecer como *profanadora* na medida em que, por sua própria existência e na ausência de qualquer intenção de profanação, constitui uma contestação objetiva do monopólio da gestão do sagrado e, portanto, da *legitimidade* dos detentores deste monopólio (...) a sobrevivência constitui sempre uma resistência, isto é, a expressão da recusa em deixar-se desapropriar dos instrumentos religiosos.

Este trecho, apesar de referir-se à produção do campo religioso, e de sua reprodução num certo sentido, pode ser entendido também como chave explicativa para todo o empreendimento da modernidade para silenciar sistemas culturais diferentes, numa busca pelo apartamento e assepsia necessários para legitimar instrumentos de dominação frutos dos desequilíbrios de poder (ou equilíbrio instável) dentro de nossa sociedade. Coisas como as *crenças populares* em geral, rituais como dos quais são encarregadas as chamadas rezadeiras e benzedadeiras, são uma forma de resistência cultural. Brandão (1986, p.301) acrescenta ainda:

a tarefa secular da diferenciação religiosa está ligada à exigência política de que haja campos e planos de relações que, dialeticamente, unem e opõem sujeitos sociais com vidas e identidades, ao mesmo tempo, idênticas e antagônicas: separando-as pelo que eles têm de solidários e unindo-os pelos que lhes inventa de diferentes.

Esse tipo de desequilíbrio acaba hierarquizando os grupos na polaridade de *estabelecidos* e *outsiders* (ELIAS & SCOTSON, 2000). Tal relação se assenta numa espécie de complementaridade entre o *carisma grupal* dos estabelecidos e a *desonra grupal* dos outsiders: os primeiros produzem *socialmente* um discurso que mantém afastado e sob rígido controle os segundos (ELIAS & SCOTSON, 2000, p. 25). Em casos como o de uma periferia urbana, o afastamento se estende até o nível físico, chegando a um isolamento geográfico operado pelas instituições (a polícia, por exemplo) baseado nos estigmas que o *centro* produz a seu respeito. Essa hierarquização pode ser estendida também à produção de saber desses dois grupos, assim como os meios para transmissão de poder que, em detrimento de uma interdependência, relegam os que ficam em posição menos privilegiada à condição de quase animalidade, rudimentariedade e incapacidade de produzir nada de relevante do ponto de vista intelectual¹².

Numa cidade com duas universidades públicas reconhecidas como centros de excelência (Universidade de São Paulo e Universidade Federal de São Carlos), esse tipo de hierarquização de saberes é mais evidente; ambas não só são o esteio do saber político que atuariam como subsídio das políticas públicas municipais, bem como os próprios secretários municipais e os diretamente responsáveis por setores específicos da administração são professores dessas universidades, associando a hierarquização de saber a um ascendência política sobre os grupos sociais que os sistemas classificatórios de ingresso asseguram de manter a uma distância segura desses espaços.

O levantamento realizado pela pesquisa de campo no bairro Cidade Aracy corroborou as concepções da bibliografia, expostas acima, ampliando o escopo de muitas outras também, levando a efeito as conexões entre a teodiceia do Novo Testamento e as percepções de fiéis e sacerdotes. Foi marcante a presença de citações bíblicas (explícitas) por parte dos sacerdotes e (implícitas) por parte dos fiéis para sustentarem suas práticas e formar sua significação de mundo.

Diante do levantamento realizado, era de pouco se esperar que os sacerdotes referissem à água, mesmo as pluviais, como fator de ameaça, menos ainda que tal ameaça viesse de Deus. A idéia de um Deus que castiga foi firmemente recusada pelos entrevistados, de ambas as religiões:

Castigo de Deus assim? Deus não castiga ninguém, né? Isso daí é uma força do mal mesmo. Deus não castiga ninguém, não. (o fiel da IURD)

Castigo, não. Mas pode ser uma provação mesmo, que eu acredito que Deus manda essa provação, digamos assim, se uma pessoa ela está sem emprego, ela quer arrumar um serviço, tudo, aí ela fica pedindo para Deus, ela reza, ela vai à missa, ela faz isso, aquilo, só que ela não sai de casa para procurar... Então é mais ou menos assim: Deus vem e dá

12. “Comunicação, transmissão de saber - de grupo para grupo ou de indivíduo para indivíduo -, e conseqüentemente também a recusa de transmitir um saber, nunca dizem respeito apenas ao aspecto cognitivo das relações humanas, mas incluem sempre as relações de poder” (ELIAS & SCOTSON, 2000, p.208).

aquele empurrão “vai lá senão não posso dar serviço para você. (fiel católico)

A outra fiel da IURD foi mais sucinta, vendo o problema por outro ângulo:

Eu acredito que sim [que pode ser um castigo de Deus]. (...) tem a parte material, lógico, mas tem a parte espiritual que às vezes pode ser, né? A pessoa pode estar passando por aquilo como provação, pode ser espiritual. (fiel da IURD)

Nesse caso vemos uma tentativa de conciliar as duas chaves: a do castigo e a da provação, teste de fé; ela também apresentou, dentre os membros da IURD, maior relevância a questão mais *material* do problema

Às vezes tem a parte espiritual, tem a outra parte material... às vezes é um problema de um desmatamento, dessas coisas assim, acho que é por aí, né? Tem as duas partes, né?(a fiel da IURD)

O sacerdote da IURD foi mais enfático em lembrar o fundamento espiritual desse tipo de desastre:

a gente tem levado mensagem até eles [membros da IURD], a grande maioria tem esse entendimento: que quando vem uma coisa que é para devastar, destruir e acabar com o que a pessoa construiu - a pessoa demorou tanto tempo para construir uma casa, demorou tanto tempo para comprar seus móveis, a tanto custo tantas coisas e de repente vem uma chuva e devasta tudo... não é de Deus. (...) nós dizemos que isso é uma força espiritual do mal que vem e acabou mexendo com a natureza.

Mas todos evidenciaram, à sua maneira, que isso também tem a ver com os processos modernos de uso e ocupação do território: o desrespeito, a destruição da natureza, o desmatamento, a deterioração das condições de vida foram apontados como responsáveis por expor as pessoas a esse tipo de desastre. Ou seja: estar imerso no mundo religioso, quer como sacerdote, quer como fiel, não implica não reconhecer contextos sociais e econômicos que estão fora do campo moral, campo por excelência de elaboração discursiva da religião. A *racionalidade* religiosa pode dialogar e ser permeada por interpretações oriundas de espaços mais complexos, onde o poder político e os saberes são constituídos. Associar os caracteres racionais aos caracteres religiosos se mostrou uma tarefa importante à medida que, como diz Weber (2004, p.141), “a atuação do líder religioso (...) exercia [exerce] uma influência da qual nós modernos simplesmente *já não somos capazes de fazer a menor ideia*, os poderes religiosos que se faziam [fazer] valer nessa práxis foram [são] plasmadores decisivos do ‘caráter de um povo’”, o que nos revela que na modernidade tudo tende a se obscurecer, *engaiolando-nos* em amarras de pensamento e de entendimento da realidade das quais não é fácil escapar.

A simbologia da água gera dois *produtos* religiosos específicos: a *água benta* e a *água consagrada*. A primeira, versão católica, é explicada nesses termos pelo sacerdote:

Muitas pessoas vêm à igreja com garrafas pet cheias de água apenas para abençoar. Essa água eles usam para aspergir as casas, para tomar remédios, ou mesmo para lavar as pernas que tem dores ou alguma parte do corpo que sente a necessidade de passar essa água benta. Então a água para eles é sempre vista como sinal de benção. É muito comum às sextas-feiras aqui várias garrafas de água estar sobre uma mesa que é colocada do lado do altar que as pessoas trazem para ser abençoadas.

A *água consagrada*, da parte da IURD, é quase o equivalente da água benta, com funcionalidade semelhante. Vejamos como o sacerdote a exemplifica:

(...) por exemplo, você está com uma dor, você está passando por um problema, uma dor freqüente, então nós acreditamos que através da água ungida, água ungida nós falamos água que foi recebida na oração, cremos que ali tem a presença de Deus, naquela água. Então quando ela bebe daquela água crendo que ali tem a presença de Deus, então na vida da pessoa também, se ela está com uma dor, uma enfermidade, alguma coisa, a gente entende que ela crendo há possivelmente a cura, a libertação daquela angústia, tristeza ou a dor que seja. Então a água ungida é abençoada também. É uma água apresentada a Deus; tudo que nós apresentamos a Deus nós temos uma fé que Deus consagrou aquilo quando apresentamos a ele.

Não só os malefícios físicos a água pode auxiliar a curar, mas também os psicológicos, embora ambos, segundo vimos, tenham origem em forças espirituais malignas; os fiéis da IURD, ao falar de seu batismo, revelam como é importante a ruptura que fizeram ao se batizarem nas águas para o abandono das angústias, da vida de sofrimento anterior; a água consagrada seria uma forma de impedir que o mal se apropriasse da vida do fiel novamente, afastando-o de Deus.

Para além dos rituais, é importante dizer como os fiéis de ambos os grupos se relacionam com seus sacerdotes: todos eles se reportaram a seus sacerdotes como sendo interlocutores fundamentais, não só para aconselhamento espiritual, mas também para os desafios da vida cotidiana, incluindo aí no caso de eventual desastre. Esses sacerdotes também seriam um ponto em que a *solidariedade* cristã confluiria, a fim de constituir uma rede capaz de garantir às pessoas, independente da religião que tenham, o retorno a uma condução normal de suas vidas, à reconstrução de suas casas e de sua vida em geral, depois da tragédia.

As falas também se referem aos processos engendrados pelos avanços tecnológicos; a fiel inclusive assinala o afastamento de Deus como uma causa desses maus tratos dados à natureza, no que é completado pelo outro fiel quando este afirma: “O homem enquanto homem acabando com o lugar em que ele

existe". Mais uma vez se mostra aqui como as teodiceias podem se associar às explicações cotidianas e revelam como a elaboração do discurso fundado na religião, por pessoas religiosas, nem sempre necessariamente se encontram desconectados de uma *realidade social* mais abrangente.

Por isso assinalam as condições precárias de vida, a ausência de presença do Estado na periferia como causas importantes para a vulnerabilidade das pessoas que nela residem e que, em geral, recorrem à liderança religiosa, tida como um tipo especial de liderança política capaz de se sensibilizar com as condições difíceis dos fiéis. O sacerdote católico e o da IURD referem-se também a essas condições como causadoras de dificuldades na vida diária, sugerindo também, desde sua posição de liderança, estratégias para atender às demandas que chegam a eles.

Aqui encontramos a empiria enfrentando a tradição: o que não impede que a tradição se adapte a novas condições socioeconômicas. O caráter conservador da tradição assinalado por Giddens, como já citado supra, não simplesmente se detém em negar essas novas condições, mas de reelaborá-las. Podemos encarar esse tipo de elaboração resultante da condição de pouco poder que essas pessoas têm em decidir o próprio destino: subjugar-se a Deus, aos seus insondáveis desígnios, do que a essas condições materiais e objetivas, retirando também o caráter espiritual da tradição interpretativa, levando a subjugar-se aos condicionantes sociais e políticos, nas mãos de políticos e dirigentes:

quando chega a época da política, no ano eleitoral, os políticos vão mais para essa região [periférica] e sempre prometem fazer alguma coisa e dificilmente cumprem. Então eu vejo isso também como... A política envolvida nisso daí que eles sempre prometem alguma coisa mas dificilmente fazem. Então, é complicado e o povo fica sempre esperando alguma coisa e os políticos, infelizmente, aproveitam dessa situação. (Fiel católica)

Nem sempre, portanto, encarar com *realismo* a vida cotidiana vai levar à sensação de bem-estar que a religião proporciona; e, talvez, retornar a uma interpretação mais religiosa dos fatos ou colocar como *motor* principal a divindade seja a alternativa para lidar com os deuses da técnica, com suas máquinas e jargões, sobre seus estilos de vida.

CONCLUSÕES

Definir a modernidade a partir da *tradição* não é uma prática de todo incomum: esse tipo de concepção torna mais evidentes alguns aspectos do *discurso sobre a modernidade* que se erigiram e adotaram sob a égide de elementos da tradição. Isso levou Giddens (1997, p.73) a declarar estar o mundo na emergência de uma sociedade *pós-tradicional*: "a modernidade reconstruiu a tradição enquanto a dissolvia". Portanto, estaríamos, ironicamente, na iminência de uma sociedade pós-tradicional em vez de uma *pós-moderna*. Tirando o elemento provocativo dessa assertiva, pode-se a partir dela *refletir* (no sentido que Beck propõe, qual seja, o de *autoconfrontar*) o andamento dos processos da

modernidade e como se articulam com os caracteres tradicionais que abriga em seu seio.

Advogar por maior dialogicidade nos fóruns de decisão nessa modernidade reflexiva tem sido a tônica dos discursos tanto políticos, como acadêmicos; mas não tem sido prevista uma *ruptura* traumática entre os quadros institucionais da modernidade e as formas novas de distribuição de poder que estariam no bojo do processo de dialogicidade irrestrita: os canais de poder ainda seriam controlados pelos mesmos grupos de técnicos arvorados no conhecimento produzido em círculos tradicionais (e aqui a ambiguidade do termo se faz necessária) de produção científica e de verdades sobre o outro. Em outras palavras, não que os esforços e alertas de Giddens e Beck sejam de balde, no entanto, acabam sendo apequenados diante de estruturas de poder que se reproduzem ainda e acabam por capturar as demandas da modernidade, submetendo-as ao papel de escada para a manutenção de *status* dos grupos portadores de posição privilegiada.

Uma oposição que marca bem um percurso que serviria para reencaixar os indivíduos na *ordem* moderna é a que existe entre *sagrado* e *caótico*: mitos cosmogônicos teriam por objetivo fornecer ao ser humano um escudo contra o terror do caos. Anomia, resultante desse caos, tem uma existência mais do que concreta num mundo em constante *destruição/reconstrução*: talvez o pensamento religioso seja uma salvaguarda que os indivíduos tenham de se valer para serem *reincorporados* à própria sociedade da qual sentem que devem fazer parte; o terreno dentro da modernidade capaz de, para além de garantir a sobrevivência da tradição, produzir um discurso de modernidade frente às mais catastróficas ameaças resultantes do avanço da própria modernidade.

É do *mundo da natureza*, associado a um caráter vulnerável da composição sócio-espacial da sociedade, que podem vir os eventos ainda mais dramáticos do que os já ocorridos (tsunami na Ásia, furacão Katrina na costa estadunidense e etc.); por outro lado, um dos desafios mais comuns a todas as religiões é de lidar com as catástrofes de forma a explicá-las e fornecer ao fiel o retorno a suas atividades: parece que é no seio de mais um processo moderno que vemos encontrar a recorrência a um tema muito caro à religião; pela modernização radicalizada que vamos ter de acorrer aos templos, igrejas e mesquitas para compreender e realocar, dentro da modernidade, seus produtos mais funestos.

REFERÊNCIAS

- BECK, U. A Reinvenção da Política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S (Orgs). **Modernização Reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997. p.11-71.
- BERGER, P. **O dossel sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Ed. Paulinas, 1985.
- BOURDIEU, P. Gênese e Estrutura do Campo Religioso. In: _____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- _____. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- BRANDÃO, C. R. **Os deuses do povo**: um estudo sobre a religião popular. São Paulo: Brasiliense, 1986.

- DURKHEIM, E. **As formas elementares de vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.
- _____. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: GIDDENS, A.; BECK, U. & LASH, S (Orgs). **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.p.73-133.
- MARIANO, R. Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. **Estudos avançados**. São Paulo, v. 18, n. 52, 2004. p.121-138.
- VALENCIO, N. F. L. S. et al. A produção social do desastre: dimensões técnicas e político-institucionais da vulnerabilidade das cidades brasileiras frente às chuvas. **Revista Teoria e Pesquisa**, São Carlos, n. 44-45, p. 67-115, 2004.
- _____. Chuvas no Brasil: representações e práticas sociais. **Revista Política e Sociedade**. Florianópolis, n.07, p.163-183, 2005.
- WEBER, M. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

**RISCOS, INCERTEZAS E DESASTRES ASSOCIADOS
ÀS BARRAGENS: OS RISCOS REFERENTES
À ITAIPU BINACIONAL**

*ÉRICO SORIANO
NORMA VALENCIO*

INTRODUÇÃO

Uma das maiores preocupações da humanidade neste novo século é o crescimento do número de riscos e a ocorrência de desastres. As Nações Unidas vêm sucessivamente alertando que os desastres passarão a ser mais comuns e com intensidades cada vez maiores, principalmente com questões relacionadas às mudanças climáticas e seus possíveis impactos nos países.

Os riscos, relação entre ameaça e vulnerabilidade, são a potencialidade de ocorrência de algum evento desastroso. Estes eventos se mostram cada vez mais comuns e podem ser de várias formas: naturais, tecnológicos, sociais, etc. Já os desastres são a materialização da potencialidade dos riscos, através da disrupção social de uma racionalidade anteriormente estabelecida, cujas conseqüências envolvem a perda de bens materiais e, para que se confirme um desastre, a perda de vidas humanas. Trata-se de um processo de ruptura que se caracteriza por duas variáveis: a primeira é a espacialização do evento desastroso e a segunda como um fenômeno social, ou seja, os desastres são referidos espacialmente e socialmente através de diferentes níveis de vulnerabilidade.

Um exemplo dos riscos que podem se configurar em desastres é as barragens, principalmente as barragens de grande porte como é o caso de grandes usinas hidrelétricas, cujo colapso proporciona inundações e destruição à sua jusante.

1. OS RISCOS E OS DESASTRES

De acordo com Menescal et al. (2001, p.36), “A expressão ‘risco’ pode referir-se à probabilidade de ocorrência de um evento adverso como também considerar de alguma forma os seus efeitos”. Os riscos são, de acordo com Beck (1997, p.215), uma tentativa de tornar calculável o incalculável, “a pluralização imanente ao risco também questiona a racionalidade dos cálculos de risco”.

Para Rossi (1995, apud LIEBER E ROMANO-LIEBER, 2002), o período considerado entre o século XIX e o início do século XX pode ser denominado como os “os anos de segurança”, cuja confiança na ciência se dava sem questionamentos. A discussão das possibilidades de risco através da ciência se inicia a partir da metade do século XX. A cultura de segurança, contradito-

riamente, emerge como reflexiva aos riscos emanados num ponto do progresso técnico e incita que outro degrau de ameaças acabe se constituindo para que, então, outro nível de controle (muitas vezes, aparente) surja. A idéia de segurança frente aos novos fatores de ameaça é o que o autor supra vê como fundamental para alicerçar a confiança da sociedade moderna nas relações que denomina como “sem rosto” as quais permeiam a interação do leigo com o mundo da técnica. A crença na racionalidade técnica, de base científica, para lidar com os novos riscos surgidos por conta do progresso acaba por reger a normalidade da vida social moderna. Sociedade de risco é o conceito que Beck (1992) lança para analisar essa convivência com novos patamares de ameaças cotidianas na vida do cidadão comum, que vão da poluição atmosférica e hídrica, à de alimentação, trânsito e outras.

Para corresponder a uma cultura do risco, emergiu uma cultura de segurança, numa subjacência específica daquilo que Giddens (1991) considera como o estágio atual de modernidade em que nos encontramos. De acordo com Beck (2006), as decisões civilizacionais que tomamos envolvem conseqüências e perigos em nível mundial, o que não corresponde à linguagem institucionalizada de controle irradiada à população na eventualidade de catástrofe.

A sociedade moderna, ao mesmo tempo em que cobra do meio científico novas tecnologias como respostas que mitiguem os problemas socioambientais promovidos pelo seu desenvolvimento, também demonstra uma percepção de que a ciência e a tecnologia possuem os instrumentos necessários para reverter os problemas que eles mesmos geraram (DEMAJOROVIC, 2006). Geram-se os riscos no uso das bases científicas, que serão a inspiração da racionalidade técnica, e espera-se que essas mesmas bases dêem conta de responder aos desafios que a própria modernidade criou. Portanto, forma-se um senso comum de que é no bojo desta modernidade que estaria à solução para o risco nela gerado. Giddens considera principalmente a questão da ordem e da estabilidade da sociedade, cuja alternativa se dá através da mediação dos sistemas especialistas (LASH, 1997).

Os sistemas, no seu bojo, parecem bem ordenados e gerenciáveis pelas instituições que a eles produziram e se especializaram em mantê-los. Porém, a modernidade superpõe de uma maneira complexa, muitos sistemas e é na interface destes sistemas que aparecem os problemas cuja natureza sinérgica não permite serem eficientemente gerenciados pelas instituições que representam e agem sobre o problema partitivamente. A sinergia de sistemas gera a necessidade de diálogo entre os peritos das instituições envolvidas, exige a imersão de novos peritos no tratamento do problema, com choques de representações sobre a questão, conflitos de procedimentos, tensões em novas relações de comando e controle que precisam ser estabelecidas entre os *experts* e técnicos envolvidos e, ainda, choques entre as aspirações e julgamentos da opinião pública para resolver as falhas, perdas e prejuízos havidos e aquilo que está sendo praticado. Enfim, uma cultura de segurança institucional está longe de garantir que o diálogo entre as partes envolvidas seja desprovido de tensões.

Trata-se de uma internalização dos riscos e uma nova forma de relação entre as instituições, os sistemas peritos e a população, que se configuraria numa das questões fundamentais para a modernização reflexiva. Para Henriques e Queirós (2007) a modernidade reflexiva só pode ser alcançada através de suficiente internalização dos riscos por parte da população e dos atores relevantes em matéria de segurança.

Um dos aspectos de insuficiência da cultura de segurança é a ausência de conhecimento e monitoramento sobre determinado fator de ameaça que permita atuação preventiva e/ou preparativa adequada. Assim, ocorre de certos eventos serem discursivamente assumidos pelas instituições de segurança como sendo “situações inesperadas”, narrativa própria para não assumir a ineficiência institucional e cujas perdas, danos e prejuízos acabam ficando na conta de fatalidades e denominados de desastres. Como por exemplo, em relação ao terremoto ocorrido no Brasil em 2008 no semi-árido mineiro e o furacão Catarina, o primeiro desta categoria no Atlântico sul que se tem notícia, ocorrido em 2004. Não havia cultura de segurança sobre estes fenômenos. Da mesma forma, não havia mecanismos de prevenção e preparação eficientes por parte das autoridades competentes. Estes exemplos ressaltam as limitações dos sistemas peritos, organizados para garantir a segurança da população. Dentre elas, destacam-se: as limitações relativas às dimensões da vulnerabilidade da população na área de impacto do evento, o que implicava na mescla de conhecimentos geográficos físicos e humanos, sociais, econômicos dentre outros; as limitações das séries estatísticas e disponibilização pública da informação sobre desastres relacionados ao referido evento e afins, dificultando alguma previsão mais abalizada.

Ao vivermos num ambiente de riscos para além daqueles que a cultura de segurança tem a capacidade resolver, ou seja, que estão além da condição de se tornar gerenciável, as incertezas pululam e tornam-se incalculáveis. As medidas de segurança, até então socialmente aceitas, tornam-se inócuas o que, segundo Demajorovic (2006), se caracteriza como a emergência da sociedade de risco. Segundo Carapinheiro (2002), os riscos só alcançam o debate político quando os efeitos de sua disseminação ganham visibilidade. Desta forma, a sociedade de risco converte-se na sociedade da catástrofe. Por outro lado, a idéia de viver-se em permanente estado de incerteza é suplantada por certos discursos e práticas, como o dos sistemas peritos da segurança, tais como os são os cursos de engenharia de segurança, as CIPAS¹ das indústrias dentre outros. Esta cultura da segurança tenta institucionalizar uma idéia de que a ameaça está sobre o controle através de procedimentos e/ou protocolos de como os agentes técnicos neutralizam estes riscos.

As catástrofes de grande escala e diversas naturezas vêm se tornando uma realidade no mundo inteiro: tempestades de gelo, inundações; surgimento de novas doenças em homens (AIDS, vírus Ebola) e em animais (Encefalopatia

1. CIPAS: Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, que visa a proteção da saúde dos trabalhadores nas empresas.

Espongiforme dos bovinos- EEB); ataques terroristas como o de 11 de Setembro em Nova Iorque e o gás Sarin no Japão, problemas nas infraestruturas vitais causadas por vírus de computador ou falhas técnicas. Não somente a natureza dos riscos parece estar mudando, mas o contexto em que os eventos surgem, além da capacidade da sociedade em torná-los gerenciáveis. (OCDE, 2003, apud Navarro e Cardoso, 2005).

Neste sentido, pode-se afirmar que os desastres, como um agravamento de uma condição socioespacial já instalada, rompem com os discursos e práticas institucionais de que os riscos são e estão controlados e tornando visíveis uma série de ações equivocadas e omissões que mostram os frágeis elos entre as especialidades e as instituições modernas. Lenzi (2006), afirma que a ciência e as tecnologias modernas estão diretamente envolvidas na produção do risco, contribuindo para a produção e a legitimação de riscos modernos. Neste sentido, Vieira (2005, apud FRANCO, 2008), considera que os riscos existem em todas as obras, projetos e atividades de engenharia, e, ao mesmo tempo, a população é induzida a pensar que se encontra protegida pela competência dos engenheiros e pela qualidade das especificações técnicas.

Dentre os riscos que se tornam cada vez mais frequentes em nossa sociedade, destaca-se o caso das barragens, que representam um significativo risco para as populações imediatamente a jusante das mesmas.

2. O RISCO DAS BARRAGENS

No Brasil, o setor hidrelétrico faz parte central da sociedade industrial porquanto fornecem a base energética fundamental para o desenvolvimento dos demais segmentos urbano-industriais que replicam nesse país as condições materiais do que é simbolizado como ajuste à modernidade aspirada.

As barragens, como ícones de uma determinada concepção hegemônica de desenvolvimento e progresso, símbolos de atitude e política empreendedora, foram responsáveis por desalojar mais de 200 mil famílias. Também, inundaram 3,4 milhões de hectares de terras férteis e florestas, e prejudicando os segmentos mais vulneráveis da sociedade brasileira como comunidades indígenas, quilombolas e populações ribeirinhas, sendo geradoras de injustiça social. (ZHOURI, 2005).

Destaca-se que estes empreendimentos, principalmente, considerando os de grande porte, já representam risco para determinadas populações mesmo antes de suas construções. Trata-se da desocupação compulsória de áreas sendo as vítimas, geralmente, parcelas mais vulneráveis da população e com menos condições legais de se defenderem. Observa-se então a desterritorialização indireta, ou seja, a perda territorial de uma parcela da população cujas raízes no lugar podem ser seculares, em função da construção de uma UHE.

A produção de barragens, através da artificialização de um meio biofísico, gera todo um risco para uma população que mora a jusante. Esta população, regra geral, fundou suas casas em função de certa regularidade de vazão num recorte histórico muito maior do que as obras desta construção civil específica.

Desta forma, antes não havia risco para estas populações, pois se baseavam na vazão pretérita a barragem. Mas, o empreendimento, feito a posteriori, a transforma em área de risco e, assim, induz a população local a refazer a concepção de segurança que regia sua vida cotidiana, suas aspirações no lugar e para o lugar.

Desta forma, configura-se num risco natural, através da instabilidade natural da dinâmica das águas, associada e potencializada por uma artificialização do meio, através da construção de um barramento. De acordo com o World Commission on Dams (2000) três quartos de todas as grandes barragens do mundo se concentram em cinco países e dois terços se localizam em países em desenvolvimento, o que representa um risco uma vez que nem todos os países em desenvolvimento possuem capacidade técnica e recursos necessários para a construção, a manutenção, a desativação e o controle das barragens. De acordo com Valencio (2005), a segurança de barragens no Brasil já representa uma preocupação latente, tratado como fator de ameaça, embora esta preocupação não se configure na minimização da vulnerabilidade das populações que seriam diretamente afetadas num colapso de uma barragem.

Muito comumente, os desastres constituem-se da soma de diversos riscos ignorados ou mal gerenciados, isto é, de ameaças mal avaliadas assim como de uma compreensão incompleta da vulnerabilidade humana frente às mesmas. Os barramentos de rios não são apenas incitadores de oportunidades múltiplas de uso da água; são, igualmente, fatores de perigo para a população a jusante, modificando o tipo de susceptibilidade em que a mesma se encontra no território. Não é mais a limitação do abastecimento, mas o de excesso d água, que pode colocar a vida em risco (VALENCIO 2005, p.20).

Embora Kelman (2006) argumente que, para fins de cálculo de segurança das obras civis das barragens, utiliza-se hidrógrafas de cheia excepcionalmente severas pela maximização de tempestades ocorridas na região, considerando a maior precipitação potencialmente ocorrida no período de 10 mil anos e que a probabilidade de que haja colapso em pelo menos uma das barragens em dez aproveitamentos hidrelétricos seja de 5% em 50 anos, esses desastres ocorrem. Esta probabilidade pode ser ainda maior quando são considerados os aspectos geológicos, estruturais e os erros humanos (COLE & KRISBAMURTHY, 1979 apud KELMAN, op. cit 2006).

Tendo como base esta relação entre as barragens e o risco, Menescal (2007), apenas considerando o período de cinco anos, afirma que ocorreram mais de 400 acidentes com barragens no Brasil. Ainda de acordo com o mesmo autor, estima-se que, apenas para o ano de 2004, mais de 300 barragens, de vários tamanhos, tenham se rompido no país. Existem, no Brasil, várias represas que não recebem a manutenção necessária, ou se encontram totalmente abandonadas, inclusive como reflexo da inoperância e desprovimento das instituições que as administram.

Esta situação se torna mais preocupante considerando-se as barragens de pequeno porte, construídas por autoridades locais ou em propriedades privadas para atender suas necessidades, muitas vezes sem competência técnica para a realização deste empreendimento, e sem conhecimento dos órgãos competentes. Isto pode significar ausência de acompanhamento, manutenção e, muitas vezes, total abandono da barragem. Porém, destaca-se que só passam a ganhar importância midiática os desastres com vítimas fatais ou que chegam a arrasar estruturas urbanas a jusante, como se deu com o colapso da barragem de Camará e a destruição provocada no município de Alagoa Grande, na Paraíba.

De acordo com Valencio, et al (2007, p.14)

Chuvas persistentes ocorridas em vários municípios à montante de uma barragem podem se acumular ao longo do leito do rio, mas cujo volume e pressão sobre uma determinada barragem se oculta em açudes construídos, regular ou irregularmente, em seus afluentes a montante. Uma vez que os mesmos não resistam, podem colapsar num efeito dominó, lançando sobre a barragem volumes expressivos de água numa velocidade maior que a do que os cálculos de segurança projetaram. Essa somação irá causar impactos com intensidades diferentes nas várias comunidades e municípios que se localizam a jusante da barragem.

Ainda considerando-se o rompimento de barragens, de acordo com Villiers (2002, p.191),

Relatórios do governo chinês indicam que só em 1975, um dos anos mais chuvosos já registrados, a ruptura de barragens matou um quarto de milhão de pessoas e trouxe fome e doença para outras 11 milhões. Mesmo nos Estados Unidos, um país que apregoa suas habilidades no campo da engenharia, ocorre rupturas de barragens. A barragem de Teton, no rio de mesmo nome, ruiu em 1976, antes mesmo de ter sido totalmente concluída, varrendo três cidades e centenas de milhares de acres de terras lavráveis, inundadas pela enchente e lavadas até a rocha pura; felizmente foram feitas várias advertências, e assim não se registraram perdas de vidas humanas.

Desta forma, pode-se afirmar que as barragens representam risco significativo para as populações imediatamente a jusante. Isto pode ser observado em países desenvolvidos, no nordeste brasileiro, assim como em Foz do Iguaçu. Infelizmente, este risco não é devidamente considerado e a população não se encontra devidamente preparada em caso de acidentes em função de um poder institucional, que prega a infalibilidade e a invulnerabilidade das instituições estatais, como é o caso de Itaipu.

3. INSTITUIÇÕES (PODER, AUTORITARISMO E DOMINAÇÃO)

A Usina Hidrelétrica de Itaipu é uma empresa binacional geradora de energia elétrica, sendo metade brasileira e metade paraguaia. Foi construída na

década de 1970 e por muitos anos foi considerada a maior usina hidrelétrica do mundo. Ainda hoje é a maior do planeta em produção de energia.

Em relação à construção da binacional, Pereira (1974) comenta sobre a participação popular e a forma sigilosa como a UHE foi construída. De acordo com o autor, os projetos de construção eram extremamente sigilosos, escondendo-se pesquisas, fatos e pareceres técnicos, como planos estratégicos militares, característica de um período de ditadura militar em que o país se encontrava. Ao invés de informação pública e participação na deliberação, a obra foi alvo de grande propaganda política do período, considerada indispensável para o desenvolvimento do Brasil e, assim, passar a ser legitimada pela opinião pública.

Segundo Zhouri e Oliveira (2005), os Estudos de Impacto Ambiental e seus respectivos relatórios, via de regra, desqualificam o ambiente em que as barragens são projetadas e reforçam a invisibilidade das comunidades, principalmente as propriedades rurais, que são mais suscetíveis a desterritorialização compulsória. Esta realidade também ocorreu na construção de Itaipu, cujo lago inundou áreas que pertenciam ao território dos índios Ava-Guarani, tanto do lado brasileiro quanto do Paraguai, que já habitavam a região há muitos anos. De acordo com Soares (2005), o lago de Itaipu inundou áreas dos municípios paranaenses de Guairá, Terra Roxa, Marechal Cândido Rondon, Santa Helena, Matelândia, Medianeira, São Miguel do Iguaçu e Foz do Iguaçu, além de terras do Mato Grosso do sul e do Paraguai. Foi responsável pelo deslocamento de cerca de 40 mil pessoas no lado brasileiro e 20 mil no Paraguai, além de inundar florestas nativas e os Saltos de Sete Quedas.

Itaipu se configura numa Racionalidade institucionalmente estabelecida, como uma verdade absoluta. Foi construída de forma impositiva, como uma alternativa para resolver a última questão fronteiriça do território brasileiro, a fronteira do Paraguai que ainda não estava devidamente delimitada. Trata-se de uma empresa de grande porte, estatal e de segurança estratégica para o país. Desta forma, como já foi dito, apresenta grande participação de órgãos federais de defesa. Esta combinação tornou a UHE um símbolo nacional, um modelo de competência, de gerenciamento e de segurança. Porém, a ausência de participação da sociedade gera o aumento de dúvidas e incertezas.

Neste sentido, como lembra Beck (1997), vivemos a emergência da sociedade do risco, cujos riscos, em suas várias formas e intensidades, tendem a escapar cada vez das instituições para o controle e a proteção da sociedade industrial. Já Lash (1997), afirma que a ciência especializada, embora utilize o discurso formal e estabelecido de certeza, precisa atuar probabilisticamente com o ambiente natural. O que deve ser discutido é o discurso da certeza do especialista.

Em obras grandiosas como as de uma UHE de grande porte, a área do entorno passa a ser considerada área de segurança nacional, com controle sobre o tráfego de pessoas, numa territorialização em que o progresso ali materializado passa a ser questão de segurança, acima de tudo. Como questão de segurança, a informação de “invulnerabilidade” da obra fica dúbia, pouco permitindo ao

cidadão comum tratar-se de mais uma propaganda oficial para proteger os negócios relacionados ao progresso material que a obra representa, tanto lá quanto algures.

O caso de risco de colapso de barragem da UHE de Itaipu trata-se de um caso diferenciado, pois se localiza na bacia do rio Paraná em região fronteiriça, entre o Brasil e o Paraguai, além da proximidade com a Argentina. O risco de desastre causaria grandes prejuízos econômicos, ambientais, sociais e, ainda, diplomáticos.

4. OS RISCOS RELACIONADOS À ITAIPU

Itaipu sempre foi forjada discursivamente, pela Eletrobrás e autoridades brasileiras, como um modelo de segurança. Porém, esta imagem de seguridade plena começa a se mostrar mais complexa com o passar dos anos. No modelo de segurança do caso Itaipu, alguns riscos emergiram recentemente, a saber:

4.1 RISCOS AMBIENTAIS DE CARÁTER ECOSISTÊMICO

Representado por uma espécie invasora, o mexilhão dourado (*Limnoperna fortunei*), um molusco de água doce que é originário da China e que chegou ao Brasil em 1999, no Rio Grande do Sul, nas águas do Lago Guaíba. A espécie invasora alcançou o Brasil na água de lastro de navios estrangeiros e já está presente em todas as regiões do país.

Esta espécie pode prejudicar a estrutura física da UHE, consumindo metais e, de forma preocupante, devido a processo anaeróbico, comprometendo o cimento. As larvas deste molusco se incrustam nas estruturas de ferro e de concreto das usinas. Além disso, causam prejuízos através de entupimento de encanamentos de água para refrigeração das turbinas e elevam o tempo da manutenção dos equipamentos. O mexilhão é encontrado no lago da usina desde 2001, configurando-se num risco para a UHE. Se a política e as ações de controle desta espécie invasora não forem feitas adequadamente e de forma constante, ela pode se alimentar mais rápido do que a manutenção ocorre.

A UHE de Itaipu já demonstra preocupação em relação ao mexilhão, reduzindo progressivamente a quantidade de larvas deste molusco. De acordo com a informação institucional de Itaipu, a ação voltada ao controle do mexilhão se iniciou em 2001, por meio do aumento da vazão em encanamentos, injeções de hipoclorito em baixas concentrações e aplicações do gás ozônio.

Apesar da preocupação demonstrada pela administração da UHE, trata-se de um risco devido à magnitude do reservatório de Itaipu e pela dificuldade de eliminação desta espécie invasora, uma vez que os responsáveis pela segurança da binacional conseguem apenas controlar a quantidade de moluscos, e não eliminá-los.

4.2 RISCOS CLIMÁTICOS

O ritmo climático passou por alterações nas últimas décadas, sendo que a usina foi construída e preparada para suportar as condições hidrometeorológicas de um ritmo pretérito. Desta forma, ela não foi projetada e se mostra vulnerável

aos novos regimes pluviométricos da região. O impacto que as mudanças climáticas provocam nas UHEs e nas barragens são as alterações no comportamento médio das vazões nas bacias dos rios, as quais serviam de base para o planejamento de barragens.

Na região Centro-Sul do país, as mudanças climáticas estão caracterizando o aumento das precipitações concentradas (OMETTO & NOBRE, 2007) Conforme Valencio, et al (2007), a cultura de segurança de cálculo estrutural das barragens é feita considerando as séries históricas de precipitação para se saber até quanto pode chover no período de pico. Porém, com as mudanças climáticas, este cálculo não vale mais pois teremos outros picos que nunca houveram na história. O nível de segurança era próprio para época, mas não para hoje. Silva e Gueter (2003) constataram, através de análise da série temporal de vazão mensal dos rios na região central da América do Sul, que houve uma variação brusca verificada a partir da década de 1970. Segundo os autores, este aumento de vazão pode estar associado a mudanças climáticas ocorridas no Oceano Pacífico e ao aquecimento observado no Oceano Atlântico Sul.

Em relação ao estado do Paraná, eles concluíram que tem apresentado uma aceleração do ciclo hidrológico desde o início da década de 1970, o que provocou o aumento da frequência de chuvas mais intensa e o aumento das vazões médias. Essa relação indica que um aumento de 30% nas chuvas provocaria um aumento de 40% na vazão dos rios. Marengo e Dias (2006) afirmam que as séries de vazões na Bacia do Rio Paraná apresentam um importante não estacionaridade entre períodos antes e depois da década de 1970, com um incremento de vazão que varia na vizinhança de 30%. Isso relacionado com tendências de crescimento de chuva na Bacia, uma média cerca de 6% superior para o período de 1971 a 1990 comparado com o período de 1930-1970 (apud OBREGON & NOBRE, 2003). Como pode ser observado na tabela 1, a seguir, considerando-se a média anual, houve um aumento de 36% da vazão entre os dois períodos analisados. Isso indica uma vazão muito superior àquela considerada durante a construção da UHE Itaipu Binacional.

Tabela 1 Variação da vazão (m³/s) do rio Paraná (Itaipu).

Resolução	Atributo estatístico	Período (1941-1971)	Período (1972-2000)	Taxa de Variação
Anual	Média	325,9	442,5	+36%

Fonte: Silva & Gueter, 2003 (modificada pelo autor).

De acordo com a Itaipu Binacional, as vazões afluentes a Itaipu apresentaram um crescimento positivo. A vazão média do Rio Paraná, no período compreendido entre 1920 e 2002, foi de 9.845 m³/s e a vazão média nas últimas três décadas, período de 1983 a 2004, é de 11.766 m³/s. Para a empresa, esse volume não se justifica apenas pela maior pluviosidade na Bacia do Rio Paraná. Justifica-se, também, pelo escoamento da bacia de drenagem, a montante de Itaipu, que registra outro volume em função dos usos e ocupação do solo

inadequados nos contornos da represa como: impermeabilização do solo como consequência da urbanização, agricultura, destruição da mata ciliar, etc. Tucci e Clarke (1998) constataram que o incremento na vazão dos rios aconteceu após grandes áreas terem experimentado o desmatamento ou mudanças no uso da terra. Em concordância, Marengo e Valverde, (2007) afirmam que as referidas modificações físicas na Bacia de drenagem de Itaipu estão incrementando os valores das vazões do rio Paraná em Itaipu, representando um aumento de 28% no fluxo médio deste rio. Já Grimm et al. (1998), afirma que o regime pluvio-métrico na região é fortemente afetado pela ação do *El Niño* que tende a aumentar a amplitude de precipitação em toda a área do vale do Rio Paraná.

Itaipu faz uma estimativa do volume de água que atinge o reservatório utilizando dados hidrológicos e meteorológicos coletados, além de modelos matemáticos. Acompanham-se os rios de interesse em termos de chuva, vazão e nível da água para verificar a previsão de afluições e ajustar a operação da usina corretamente. Porém, face às mudanças climáticas e as alterações nas séries históricas de precipitação, estas medidas devem ser muito cuidadosas e o risco é uma constante.

Os engenheiros e planejadores da UHE de Itaipu tiveram como base técnica um cálculo decamilenar para basear sua política de segurança, fundamentada em cálculos estatísticos ulteriores. Porém, devido à insuficiência de dados estatísticos no Brasil, principalmente no que concerne a restrita série de dados históricos das estações meteorológicas; as mudanças climáticas, quando somadas a outros fenômenos meteorológicos casuais como o *El Niño*, ou imprevisíveis como os furacões; e as mudanças no uso do solo, podem proporcionar um volume de água acima do esperado no represamento da UHE, o que pode aumentar o grau de incerteza a capacidade de gerenciamento da usina.

Veyret e Richemond (2007) afirmam que os números, na maioria dos casos, não passam de indicadores qualitativos, e são percebidos como justos e indiscutíveis. Esta relação contribui para o crescimento da incompreensão e a duvida da população quando estes números não correspondem aos fatos. Um exemplo desta situação é o caso do rompimento de duas barragens em Henan na China, em 1975. Eram duas barragens consideradas exemplos de segurança, cujos sistemas peritos produziram um cálculo onde consideraram o *Maximo Maximorum* de precipitação na bacia para um período de mil anos. Porém, as barragens colapsaram devido a uma precipitação anômala provocada em função de um tufão que atingiu a região. Este colapso que não era “esperado” gerou uma tragédia cujo saldo foi: 230 mil vítimas fatais; o carreamento de 500 milhões de m³ de água, a uma velocidade de 50 km por hora; o colapso de outras 62 barragens de menor porte; e o conseqüente desaparecimento de vilas e pequenas cidades.

4.3 RISCO DE AÇÕES TERRORISTAS

O município de Foz de Iguaçu é uma área de colonização tradicionalmente árabe e de crença muçulmana, considerada a maior concentração desta população no Brasil depois do município de São Paulo. Após o atentado

terrorista ocorrido no *World Trade Center* em 11 de setembro de 2001, em Nova Iorque nos EUA, aventou-se que segmentos dessa população estariam de alguma forma, envolvidos na Rede Internacional de terrorismo e a imprensa inclusive noticiou que ali se procurava células da Al Qaeda. De acordo com Bartolomé (2003, p.23):

Considerados em conjunto, pode-se dizer que 90% da comunidade árabe que mora em Foz e em Ciudad Del Este é de origem libanesa e seus membros têm parentes no Vale do Bekaa, no Líbano, epicentro da organização Hezbolah. Parte dessa comunidade árabe admite que tenha enviado dinheiro para os seus parentes no Oriente Médio, embora neguem que essa verba seja para apoiar o terrorismo.

De acordo com o mesmo autor, a Polícia Federal do Brasil descobriu em novembro de 1995, que o libanês Marwan Al Safadi residiu em Foz do Iguaçu. Trata-se de um perito em explosivos, considerado participante do atentado ao World Trade Center em 1993.

Ressalta-se que para essa população de origem muçulmana, estas especulações midiáticas criam o risco de estigmatização. Mesmo considerando o fato de que as investigações não as incriminem, a mídia já tornou aquelas famílias alvos de uma suspeição pública. Este capítulo não sugere esta relação, apenas leva este risco em consideração.

Risco este também considerado pela Instituição, considerando que após ataque de 11 de Setembro, Itaipu fechou suas portas para a visitação turística pela primeira vez em sua história. Foi reaberta para visitação apenas no mês de outubro, com um esquema de segurança por parte de órgãos federais de defesa e de segurança como a Polícia Federal e a Agência Brasileira de Inteligência.

4.4 RISCO DIPLOMÁTICO

Outra questão que envolve o risco na região é o impacto negativo nas relações diplomáticas brasileiras no caso de um desastre na barragem de Itaipu. Isso em função do fato de que, se o Brasil abrir completamente suas comportas, a vazão poderia inundar algumas áreas da Argentina. Um colapso de barragem na referida represa faria com que a massa de água seguisse seu curso natural, atingindo o desnível da UHE e formando uma onda que atingiria diretamente áreas de Foz do Iguaçu e *Ciudad del Este*, no Paraguai. A corrente de água seguiria pela Bacia do Paraná e o seu volume excedente poderia proporcionar o rompimento da UHE de *Yaciretá*, na fronteira entre o Paraguai e a Argentina, cuja jusante é uma grande planície alagável, permitindo atingir diretamente áreas da Argentina, o que incluiria a capital Buenos Aires.

Devido a este risco, foi assinado o Acordo Tripartite entre Brasil, Paraguai e Argentina, em 19 de outubro de 1979, estabelecendo os níveis de água do rio Paraná e as variações permitidas para as usinas localizadas na bacia comum aos três países. Neste sentido, ao mesmo tempo que a barragem pode ser colapsada num ato de terrorismo ou no caso de guerra, fazendo colapsar o sistema nacional de eletricidade, pode causar grandes desastres a jusante. Considerando a

significância desta questão, pode-se destacar a realização Primeira Reunião das Defesas Cíveis da Bacia do Prata.

4.5 RISCO AMBIENTAL

As UHEs são sistemas de obtenção energética consideradas mais limpas e sustentáveis que outras formas tradicionais, principalmente considerando-se as matrizes dependentes da queima de combustíveis fósseis. Porém, também são agentes poluidoras, mesmo quando se considera a emissão dos agentes ampliadores do efeito estufa, como pode ser observada na tabela 2 a seguir.

Tabela 2 Emissões de CH₄ e de carbono na atmosfera pelas UHEs, 2000.

Unidade Geradora	MW	Área inundada (km ²)	Emissão de CH ₄ (kg/dia)	Emissão de Carbono total (t/dia)
Itaipu	6.300	1549	32188,22	96,19
Balbina	250	2360	264084	5.652
Tucuruí	4.240	2.635	294.856,50	6.310,16
Total	10.790	6.544	591128,72	12058,35
Total Nacional	57.864	32.975,48	*	43.988,24

Fonte: Eletrobrás (modificada pelo autor).

*Valor não informado.

A tabela 2 permite a visualização das emissões de CH₄ e de carbono das UHEs de Itaipu, Balbina e Tucuruí, assim como o total de emissões de todas as UHEs nacionais. Indica que, além dos impactos ambientais comumente associados a empreendimentos hidrelétricos, também são responsáveis por significativa quantidade de gases que acentuam o efeito estufa na atmosfera.

Embora Itaipu seja responsável por uma quantidade de emissões de Carbono para a atmosfera num nível inferior ao registrado pelas outras UHEs consideradas, ela é responsável por uma emissão diária de quase 100 toneladas. Uma emissão de grandes proporções, tendo como base o senso comum de que estes empreendimentos não representam nenhuma ameaça as condições atmosféricas.

De forma complementar, registra-se também a emissão do gás metano, principalmente em função da decomposição de parte da vegetação submersa devido a artificialização de uma área através da construção de um represamento de grandes proporções, como é o caso das três UHEs analisadas na tabela 2. Apenas as três barragens consideradas representam mais de seis mil e quinhentos metros quadrados de represamento.

CONCLUSÃO

Tendo como base estes riscos e considerando-os novos em relação ao contexto de inauguração do empreendimento, vários questionamentos podem ser feitos para que a sociedade de risco - isto é, produtora desse fator de ameaça não se concretize numa sociedade de catástrofe. Dois conjuntos de questionamentos, centrais para estes riscos associados a binacional, são os seguintes:

- a) em que medida a cultura de segurança institucional e a confiança pública (das populações à jusante) nessa cultura, se coadunam? Quais as semelhanças e distinções em ambas? Quais as crenças e incertezas existentes nas narrativas desse par de opostos (o ente gerador do fator de ameaça e o ente em imediata vulnerabilidade?)
- b) partindo da hipótese da ocorrência de algum evento que leve ao colapso das obras civis de Itaipu – em especial, relacionados aos riscos apresentados neste capítulo –, pergunta-se se estariam porventura coadunadas as medidas de emergência prognosticadas pelas instituições peritas e as esperadas pela população vulnerável para proceder a redução de riscos à vida e ao patrimônio ou estaremos diante de um novo cenário a ser chamado de fatalidade?

Desta forma, embora Itaipu seja uma empresa que investe em sua segurança e na minimização dos riscos, a probabilidade da ocorrência de um desastre estará sempre presente. Portanto, deve-se reconhecer a existência do risco para que seja criado um laço de confiança entre a empresa e a população a jusante. Esta confiança diminuiria a incerteza e possibilitaria o desenvolvimento de ações emergenciais e preventivas conjuntas entre a binacional, a defesa civil local e a população diretamente afetada, para o caso de um colapso da barragem. Estas ações podem evitar muitas conseqüências negativas de um desastre.

REFERÊNCIAS

- BARTOLOMÉ, M.C. A Tríplice Fronteira: Principal foco de insegurança no cone sul-americano. *Military Review*, v.83 2º trimestre, 2003.
- BECK, U; GIDDENS, A; LASH, S; **Modernização Reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo. Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.
- BECK, U. **Risk Society**: towards a new modernity. London: Sage, 1992.
- BECK, U. Incertezas fabricadas: entrevista com Ulrich Beck. In: Sociedade do Risco: O medo da Contemporaneidade. *IHU Online*. São Leopoldo, 2006.
- CARAPINHEIRO, G. A Globalização do risco social. In: SANTOS, B. S. (org.) **A Globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.
- DEMAJOROVIC, J. **Sociedade de risco e responsabilidade socioambiental**. Perspectivas para a educação corporativa. São Paulo: Editora SENAC, 2003.
- FRANCO, C. S. S. P. de A. **Segurança de barragens**: aspectos regulatórios. 2008.134f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2008.
- GIDDENS, A. **As Conseqüências da Modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.
- GRIMM, A. M.; FERRAZ, S. E. T.; GOMES, J. Precipitation anomalies in Southern Brazil associated with El Niño and La Niña Events. *Journal of Climate*, n.11, p.2863-2880, 1998.
- HENRIQUES, E. B.; QUEIRÓS, M. **Verdadeiros medos e falsas confianças: percepção de risco numa área de elevada perigosidade natural**. Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa. 2008.
- ICOLD- COMISSÃO INTERNACIONAL DE GRANDES REPRESAS. Disponível em: <http://www.icoldcigb.org>. Acesso em: 17 ago. 2008.
- KELMAN, J; PEREIRA, M. V. F.; NETO, T. A. A.; SALES, P. R. de H.; VIEIRA, A. de M. Hidroeletricidade. In: REBOUÇAS, A. da C.; BRAGA, B; TUNDISI, J. G. **Águas Doces no Brasil**: Capital Ecológico, Uso e Conservação. São Paulo: Escrituras Editora, 2006.

LASH, S. A Reflexividade e seus Duplos: Estrutura, Estética e Comunidade. In: BECK, U; GIDDENS, A; LASH, S; **Modernização Reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo. Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

LENZI, C. L. **Sociologia Ambiental**: risco e sustentabilidade na modernidade. Bauru: Edusc, 2006.

LIEBER, R. R.; ROMANO-LIEBER, N. S. R. O Conceito de Risco: Janus reinventado. In: MINAYO, M. C. de Souza; MIRANDA, A. C. de. **Saúde e ambiente sustentável: estreitando nós**. Rio de Janeiro: ABRASCO/FIOCRUZ, 2002.

MARENGO, J. A.; DIAS, P. L. da S. D. Mudanças climáticas globais e seus impactos nos recursos hídricos. In: REBOUÇAS, A. da C.; BRAGA, B; TUNDISI, J. G. **Águas Doces no Brasil**: Capital Ecológico, Uso e Conservação. São Paulo: Escrituras Editora, 2006.

MARENGO, J. A; VALVERDE, M.C. Caracterização do clima no século xx e Cenário de Mudanças de clima para o Brasil no século XX usando os modelos do IPCC-AR4. **Revista Multiciência**. Campinas. n.8, p.1-24, 2007.

MENESCAL, R de A. (org). **A Segurança de Barragens e a Gestão de Recursos Hídricos no Brasil**. Brasília: Proágua, 2005

NAVARRO, M.; CARDOSO, T. Percepção de Risco e cognição: reflexão sobre a sociedade de risco. **Ciências e Cognição**. Rio de Janeiro. v.16, p.67-72, 2005.

OMETTO, J.P; NOBRE. C. A. Mudanças Ambientais Globais: Desafios para o futuro. Regional Office of the International Geosphere- Biosphere Programme (IGBP). Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais- INPE. 2007 Disponível em: http://www.mudancasglobais.com.br/mudancasglobais/releases/Mudancas_ambientais.pdf.

OBREGON, G.; NOBRE, C. A. Rainfall trends in Brazil. **Bulletin of the American Meteorological Society**. V.84, n.8, p.1008-1009, 2003.

PEREIRA, O. D. **Itaipu- prós e contras**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1974.

SACHS, I. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 152p.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, M.E. S; GUETTER, A. K. Mudanças climáticas regionais observadas no estado do Paraná. **Terra Livre**, São Paulo, v.1, n.20, p.111-126, jan.jul. 2003.

SOARES, D. F. As camadas da paisagem: lembranças sobre os Saltos de Sete Quedas. In: **I Encontro de Ciências Sociais e Barragens**. Rio de Janeiro, 2005.

TUCCI, C.E.M.; CLARKE, R.T. Environmental Issues in the La Plata Basin. **Water Resources Development**. v.14, n.2, p.157-173, 1998.

VALENCIO, N.F L da S. Dimensões psicossociais e político-institucionais do desastre de Camará. (PB) limitações da resposta da Defesa Civil frente ao rompimento de barragens. In: **I Encontro de Ciências Sociais e Barragens**, 2005, Rio de Janeiro. **Anais do I Encontro de Ciências Sociais e Barragens**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ. CD-ROM, p.1-20.

VALENCIO, N. F L da S.; GONÇALVES, J. C.; MARCHEZINI, V. Colapso de Barragens: aspectos sócio-políticos da ineficiência da gestão de desastres no Brasil. In: **I Encuentro Latinoamericano Ciencias Sociales y Represas – II Encontro Brasileiro Ciências Sociais e Barragens 2007**. **Anais do II Encontro Brasileiro Ciências Sociais e Barragens**, 2007. Salvador-BA. p.1-28.

VEYRET, Y; RICHEMOND N. M. de. Definições e vulnerabilidades do risco. In: VEYRET, Y. (org). **Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2007.

VEYRET, Y. (org). **Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2007.

VILLIERS, M. de. **Água: como o uso deste precioso recurso natural poderá acarretar a mais séria crise do século XXI**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

ZANIRATO, S.H., RAMIRES, J.Z.S., AMICCI, A.G. N, RIBEIRO, Z.M., RIBEIRO, W.C. Sentidos do Risco: Interpretações teóricas. **Revista Bibliográfica de Geografia e Ciencias sociales**. Barcelona, v.18, n.785, 2008.

ZHOURI, A; OLIVEIRA, R. Paisagens Industriais e Desterritorialização de Populações Locais: Conflitos Socioambientais em Projetos Hidrelétricos. In: ZHOURI, A. et al.(Orgs). **A Insustentável leveza da política ambiental**: desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autentica, 2005.

COLAPSO DE BARRAGENS: ASPECTOS SÓCIO-POLÍTICOS DA INEFICIÊNCIA DA GESTÃO DOS DESASTRES NO BRASIL

JULIANO COSTA GONÇALVES

VICTOR MARCHEZINI

NORMA VALENCIO

INTRODUÇÃO

A água é fundamental para a sobrevivência humana. Além disso, os recursos hídricos estão na base de diversos processos produtivos essenciais – tais como a agricultura e a geração de energia. Isso significa, que ao domínio dos recursos hídricos é intrínseco poder. Nesse sentido, as barragens ao estocarem água, estocam riqueza e sendo, assim, a expressão material da prosperidade da sociedade contemporânea.

As hidropolíticas, usualmente, estatais são as responsáveis por alterar diversos territórios com a construção de barragens para as mais diversas finalidades – como combate a seca ou enchentes ou aproveitamento hidrelétrico, por exemplo – com os mais diversos tamanhos – de pequenas a grandes¹. As barragens são, geralmente, alardeadas como a salvação de uma região, principalmente, no semi-árido nordestino. Nessa região, as promessas de campanha dos candidatos envolvem essas obras, pois o voto, passa por aí (VALÊNCIO e GONÇALVES, 2006). Por outro lado, as barragens para geração de energia sempre receberam especial atenção, principalmente, por serem vetor da industrialização. As características geográficas do país, com muitos rios de planalto, facilitaram a construção de hidrelétricas. No Brasil, essas barragens estão no centro do processo produtivo ao responder por 70,28% da matriz energética nacional (ANA, 2005). Sem dúvida, as hidrelétricas foram o principal expoente hidropolíticas durante muitas décadas e, voltaram à pauta, recente, por ocasião dos projetos de aproveitamento hidroenergético no rio Madeira.

Isso significa que o país é dependente das barragens. Para ser mais específico, significa que o estilo de vida da sociedade contemporânea é dependente não só da energia e, no nosso caso, da hidroenergia, mas também, dos capitais que essas obras movimentam, dos empregos que geram, da regularização da vazão dos corpos d'água, da irrigação, do pescado.

As barragens são, também, a expressão de um tipo característico de risco, que é o risco fabricado. A sociedade contemporânea vem transformando,

1. Grandes barragens são barramentos que possuam mais de 15 metros de altura ou que tenham comprimento de crista maior do que 500 metros ou, ainda, capacidade de vertedouro maior do que 2000 metros cúbicos por segundo ou sua capacidade de armazenamento seja maior do que 1 milhão de metros cúbicos (cf Viotti, 2000).

socialmente o risco. O risco externo que está ligado à natureza e à tradição sede espaço ao risco fabricado, criado socialmente, pela interação e impacto do conhecimento e transformação do mundo pelo ser humano (GIDDENS, 2005). A pouca experiência histórica do homem em situação de confronto com os riscos fabricado fica evidente quando se pensa em riscos ambientais – como aquecimento global e efeito estufa, para ficar nos mais conhecidos. Esse é o caso do colapso de barragens.

À medida que o risco fabricado se expande, com a construção de mais barragens, com o envelhecimento das obras e com a débil manutenção, pode dizer que há algo de mais arriscado nesse risco (GIDDENS, 2005). Nos últimos cinco anos mais de 400 acidentes com barragens foram registrados no Brasil (MENESCAL, 2007). Sempre que esses acidentes acontecem, há grandes prejuízos econômicos, danos materiais extra-econômicos e danos imateriais. A situação piora quando se pensa que há um grande número de barragens abandonadas ou sem manutenção que estão envelhecendo (MENESCAL, 2007), significa dizer, obras civis cuja deterioração comporta um risco adstrito ao local, se o reservatório encontra-se vazio, ou um risco ampliado à jusante, se o reservatório encontra-se cheio (VALENCIO et al, 2007).

A percepção da barragem enquanto risco tem ocorrido por meio da tragédia. Infelizmente, essa percepção de risco ocorre, tardiamente, quando o desastre acontece e impinge um número maior de perdas materiais e imateriais às populações atingidas. Se por um lado existe uma preocupação com segurança de barragens em alguns órgãos estatais², por outro, a propaganda das benesses dessas obras, como vimos acima, termina por sufocar a compreensão dos riscos existentes.

O presente trabalho tem por objetivo problematizar, sociologicamente, o risco fabricado pelas barragens bem como as instituições responsáveis pela minimização e controle desses riscos. Para tanto, utilizam-se as reflexões de Giddens (1991; 2002; 2005) para balizar a compreensão das barragens enquanto risco e, dessa forma, ameaça à população à jusante. Parte-se da análise de diversos casos de barragens colapsadas nos últimos anos observando o desempenho da Defesa Civil nas ações de prevenção, preparação, resposta e recuperação. Nesse sentido, é possível perceber as fragilidades existentes no sistema de proteção e minimização de riscos sob responsabilidade da Defesa Civil, no que tange à gestão de desastres pelo colapso de barragens bem como a responsabilidade perita pela segurança dessas barragens.

1. BARRAGENS E RISCOS

É comum reconhecer as barragens enquanto segurança hídrica e energética a uma população. Essa é uma verdade parcial que, exaustivamente repetida,

2. Existe uma parceria entre o Ministério da Integração e a ANA para a operacionalização do 'Cadastro de Barragem' cujo objetivo é prevenir ou minimizar os acidentes com barragens.

torna-se ideológica, do ponto de vista que falseia a realidade, e quase não permite contestação. Se as barragens nascem da necessidade de segurança e bem-estar elas criam como efeito colateral a insegurança.

Essa insegurança é inerente às barragens. Essa insegurança decorre dos problemas do sistema perito responsável pela construção de barragens. Sistemas peritos são “sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje” (GIDDENS, 1991, p. 35). Os problemas dos sistemas peritos são de duas ordens: 1) da perícia e 2) do perito.

Em se tratando da perícia, sabe-se que não existe segurança de 100% em engenharia civil. Soma-se a isso, os limites do conhecimento numa situação em que todos os cálculos de segurança de barragem podem estar defasados devido às Mudanças Climáticas - que alterariam o regime de precipitação pluviométrica, por exemplo.

Quando aos peritos, há diversos erros na concepção dos projetos de barragens tais como: projetos inadequados; erros nos estudos hidrológicos e hidráulicos, estruturas mal dimensionadas e sistemas de drenagem insuficientes; falta de elaboração do “as built” indicando todas as adequações e alterações realizadas no projeto executivo; falta de elaboração do plano de primeiro enchimento do reservatório; falta de apresentação do Plano de operação e manutenção da obra; falta de inclusão de ações sociais e ambientais nos projetos (MENESCAL, 2007).

Um caso de repercutido de erro perito na construção de barragem ocorreu em Camará (PB). No dia 17 de junho de 2004, a barragem de Camará no município de Alagoa Grande-PB sofreu uma ruptura cuja consequência foi a inundação dos municípios imediatamente à jusante de Alagoa Grande e Mulungu com extensos danos materiais e 5 mortes. Os laudos técnicos produzidos destacam a ausência de “*bons princípios da engenharia*” (BARBOSA et al, 2004, p. 2, grifo do autor) na construção da obra, bem como, a “inexistência de monitoração e observação sistemática” (NIEBLE, 2004, p. 32) quando da operação da barragem frente aos evidentes sinais de problema³ no que foi o primeiro enchimento desse reservatório (VALENCIO et al, 2007).

Os sistemas peritos são sistemas de desencaixe, quer dizer, eles “removem as relações sociais das imediações do contexto” (GIDDENS, 1991, p. 36). A base para a existência e funcionamento desses sistemas é a confiança, pois, por exemplo, o leigo não precisa saber como funciona ou se concentra um avião para usá-lo, mas precisa confiar na perícia utilizada nele, mesmo conhecendo os riscos de voar. É a confiança (no sentido de ter fé) que permite que o leigo acredite que os riscos foram considerados e minimizados pelos peritos. A reflexividade atua nesse caso ao permitir que as “práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas,

3. Os sinais de problema estão na deficiência nas condições de percolação d'água e carreamento de partículas à jusante nas galerias, decorrentes das condições geológicas adversas da fundação.

alterando assim constitutivamente seu caráter” (GIDDENS, 1991, p. 45). Os peritos não alertam os leigos sobre as limitações da perícia e sobre suas próprias para não quebrar o mecanismo de confiança.

Porém, quando há um colapso de barragem a confiança nesse sistema é abalada. Para preservá-la o discurso institucional é o da fatalidade – isto é, de um evento trágico e não previsível – por mais que se soubesse dele como ocorreu em Camará (PB) (VALENCIO e GONÇALVES, 2007).

Trata-se, portanto de um sério entrave a constituição da Defesa Civil, posto que se faz uma falsa representação das barragens. As barragens não se transformam em risco e, sendo assim, não operacionalizam mecanismos de minimização desses riscos deixando a população da jusante à mercê dos mesmos.

2. DEFESA CIVIL E GESTÃO DE DESASTRES

Conforme dissemos, se as barragens criam vulnerabilidades, é a Defesa Civil a instituição responsável por atuar minimizando-as. Mas, o colapso de barragens tem demonstrado ser um desastre gerenciável no Brasil?

A Política Nacional de Defesa Civil (2000, p. 6) define o desastre como sendo “resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais e ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais”. Os desastres relacionados com o rompimento de barragens e riscos de inundação à jusante são classificados como “desastres humanos de natureza tecnológica (...) relacionados com a construção civil” (BRASIL, 2000, p.35-36). Tais desastres ocasionam uma ruptura da normalidade de várias comunidades à jusante, particularmente em áreas ribeirinhas, que transcendem, no geral, ao território de um único município nesse trecho da bacia hidrográfica de ocorrência do evento. Isso acaba por caracterizar uma ruptura no nível regional, acarretando danos circunstanciais (danificações) e danos permanentes (destruições) que implicam efeitos sobre a dinâmica socio-ambiental e cultural até então assentada sob a ideologia da barragem como um progresso isento de risco. Embora a natureza tecnológica do fator de ameaça, tais desastres provocam danos ambientais, danos materiais e danos humanos, como: perda de vegetação, animais de criação, solo carreado, casas e estabelecimentos comerciais e públicos destruídos ou danificados, mortos, feridos, enfermos, desaparecidos, desalojados e desabrigados.

Os impactos e a intensidade dos desastres são definidos pela Política Nacional de Defesa civil como dependentes “da interação entre a magnitude do evento adverso e a vulnerabilidade do sistema” (2000, p. 6). A intensidade de um desastre está ligada ao entrelaçamento de diversas variáveis referentes às condições pré-impacto, essas variáveis são:

- a) **vulnerabilidade física:** correspondente à condição das infra-estruturas das barragens (realização ou não de obras de conservação, restauração, recuperação, acompanhamento de tais obras, etc) e das políticas de

segurança associadas a elas (monitoramento, avaliação, alarme, planejamento de evacuação, etc);

- b) **grau de exposição à ameaça:** diz respeito à distribuição física da população e sua correlação com os riscos (por exemplo, à jusante da barragem em áreas baixas sujeitas à inundação; à jusante da barragem, próximos a ela, porém, em áreas altas menos sujeitas à inundação, etc);
- c) **vulnerabilidade social:** reporta a variabilidade do contingente de grupos populacionais mais vulneráveis ao desastre (como idosos, crianças, pessoas portadoras de necessidades especiais, deficientes físicos) entre os quais se distinguem: 1) os aspectos sócio-econômicos (como, por exemplo, o nível de renda e as condições infra-estruturais dos domicílios, o nível de acessibilidade aos sistemas de comunicação); 2) os aspectos sócio-culturais (como, por exemplo, o grau de coesão comunitária, o grau de percepção de risco); e, 3) os aspectos sócio-políticos (como, por exemplo, o grau de envolvimento da comunidade no planejamento e acompanhamento das medidas de segurança da barragem; o grau de confiabilidade no poder público).

Os desastres relacionados com o colapso de barragens costumam ser compreendidos, pelos leigos, como uma fatalidade e, daí, como um evento súbito. Ocorre que o histórico de ocorrência revela o fenômeno como somação de eventos adversos. Por exemplo, chuvas persistentes ocorridas em vários municípios à montante de uma barragem podem se acumular ao longo do leito do rio, mas cujo volume e pressão sobre uma determinada barragem se oculta em açudes construídos, regular ou irregularmente, em seus afluentes à montante. Uma vez que os mesmos não resistam, podem colapsar num efeito dominó, lançando sobre a barragem volumes expressivos de água numa velocidade maior a do que os cálculos de segurança projetaram. Essa somação irá causar impactos com intensidades diferentes nas várias comunidades e municípios que se localizam à jusante da barragem. O volume presente localmente no reservatório da barragem e que potencializa a emergência de percepções de risco por parte das comunidades e das instituições que se localizam imediatamente à jusante não é condizente à magnitude das ameaças que se originam num contexto geográfico mais amplo e poucas Defesas Cíveis no Brasil – como, por exemplo, a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil do Estado Ceará – têm percepção dessas sinergias que estão na origem dos riscos de colapso de barragens.

A gestão dos riscos produzidos por uma barragem, dado a dimensão regional da afetação que, no geral, envolve intervenções não apenas da autoridade local de proteção civil, são de responsabilidade do Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC), o qual tem a finalidade de realizar a preparação do país para as situações emergenciais (BRASIL, 2007b). Na estrutura do SINDEC, o órgão superior do sistema é o Conselho Nacional de Defesa Civil (CONDEC), o qual é constituído por representantes dos Ministérios e dos órgãos da Administração Pública Federal (BRASIL, 2000). Como órgão central do SINDEC, tem-se a Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC/MI) cuja função é articular, coordenar e responder pela gerência técnica do sistema (BRASIL,

2007b). Como órgãos regionais, estão previstas as “Coordenadorias Regionais de Defesa Civil - CORDEC, cuja vinculação e localização, por região geográfica, serão estabelecidas em regulamento” (BRASIL, 2000, p. 5). Em âmbito estadual, os órgãos responsáveis são as Coordenadorias Estaduais de Defesa Civil (CEDECs) que têm a incumbência de realizar a coordenação e o controle das ações nessa esfera. Em âmbito municipal, respondem pela articulação, coordenação e gerenciamento das ações, as Coordenadorias Municipais de Defesa Civil (COMDECs), que têm a função de mobilizar as lideranças comunitárias para que implementem os Núcleos Comunitários de Defesa Civil (NUDECs) (BRASIL, 2006).

Os diferentes níveis do sistema, da base local ao âmbito federal, devem ser acionados quando o problema precisa ser resolvido para além da condição própria de ação e é nesse ponto que a estrutura mostra-se frágil.

Para o SINDEC, as barragens são elementos de redução de riscos e minimização de desastres e vulnerabilidades relacionadas ao acesso e uso dos recursos hídricos (BRASIL, 2006, s/n). Essa afirmação da representação social da obra como uma medida de prevenção contra os desastres de origem natural (secas e enchentes) irá incidir sobre as práticas de prevenção em relação ao colapso de barragens, silenciando inseguranças o que, por sua vez, obscurece os riscos e a extensão deles. A barragem é um perigo difuso, que não rompe porque é algo grande, e as obras grandes são realizadas pelos sujeitos competentes. Daí, não haver priorização, no âmbito do SINDEC: 1) de formação de NUDECs nas comunidades ribeirinhas à jusante de tais obras; 2) de incitar nas comunidades quaisquer preocupações acerca desde tipo de risco donde se justificaria exercícios de evacuação rápida ou afins; 3) fortalecimento da capacidade técnica e condições materiais das COMDECs voltadas para a prevenção, preparação, resposta e recuperação. Dependendo do estado da federação, sequer este, como um nível acima do SINDEC, consegue dar atendimento adequado no tempo exigido. Por exemplo, a inexistência ou inexpressividade das condições materiais e técnicas das Defesas Civas dos municípios à montante da barragem Armando Ribeiro Gonçalves não são compensadas pelas condições de apoio no nível estadual do Sistema, conforme afirmou o comandante do Corpo de Bombeiros Militar do referido estado (VALENCIO et al, 2006), e as distâncias impedem a efetividade do apoio imediato no nível nacional.

A persistência da compreensão da barragem enquanto um perigo difuso ajuda a aumentar a vulnerabilidade da população quando a mesma não é vista como cidadã e, assim, como sujeito que pode mais adequadamente ser envolvido nos processos decisórios em torno da construção da obra como também nas ações de redução do grau de exposição à ameaça. Isso implica que os órgãos fiscalizadores exijam dos empreendedores⁴ não somente o “atendimento dos padrões necessários à segurança da obra” (BRASIL, 2007d, s/n), mas também

4. A Secretaria de Infra-Estrutura Hídrica (SIH/Ministério da Integração Nacional) classifica como empreendedor, o “agente privado, paraestatal ou governamental, com título de propriedade das terras onde se localiza a barragem, ou que explore a barragem para benefício próprio ou da coletividade” (BRASIL, 2007d, s/n).

o atendimento dos padrões necessários a planos de prevenção e de comunicação do risco elaborados juntos com as COMDECs e as comunidades situadas à jusante da barragem⁵, objetivando que esta fase de prevenção seja capaz de desenvolver maior eficácia nas medidas de preparação para que, em “situações de risco elevado e de acidente iminente, os órgãos municipais e estaduais de defesa civil, bem como a Secretaria Nacional de Defesa Civil (...) [sejam] imediatamente alertados” (BRASIL, 2007d, s/n).

Esta ausência de prevenção influencia as ações de preparação e resposta inseridas dentro das práticas de preparo para as emergências. Estas ações compreendem a rápida e eficiente mobilização dos recursos necessários para “prestar assistência às populações atingidas e reabilitar o cenário de desastre para restabelecer as condições de normalidade” (BRASIL, 2006, s/n).

Estas ações são de responsabilidade do SINDEC, mas será que este está preparado para atuar de forma rápida e eficiente na mobilização dos recursos quando do colapso de barragens? Se uma determinada localidade possuir uma barragem em risco de colapsar, mas não possuir uma COMDEC e solicitar o auxílio da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, deslocar-se-á esta a tempo de prestar as ações de preparação e resposta? Se a magnitude do evento adverso exigir o apoio da esfera federal (SEDEC), estará esta apta a prestar auxílio emergencial? Em suma, qual a eficácia do SINDEC para executar as ações de preparação e resposta no tocante ao colapso de barragens?

O SINDEC atribui como princípio fundamental de sustentação do sistema, ou seja, como “elo mais forte da corrente” (BRASIL, 2007b, p. 4), as ações de defesa civil que se iniciam no município. Essas ações e o nível de preparo dos órgãos de emergência e do Poder Público para administrarem o risco e o desastre são identificados como fatores que podem diminuir ou acentuar a vulnerabilidade. Contudo, embora muitos municípios brasileiros estejam na circunstância de ter suas áreas urbanas e rurais situadas abaixo de barragens, as respectivas coordenadorias municipais ficam alheias ao risco, sobretudo quando a localização da obra está adstrita a outro município. É como se aquilo que vai além das fronteiras municipais não fosse fonte legítima de preocupação e organização da capacidade operativa local. Esse não-reconhecimento implica a não responsabilização dos municípios pela segurança global da população⁶, omitindo-se perante fatalidades previsíveis. Em suma, o elo forte do SINDEC é dependente da vontade política dos gestores municipais em atentarem para os

-
5. A Secretaria de Infra-Estrutura Hídrica salienta a importância de se prestar informações “à população envolvida ou afetada, sobre todos os procedimentos da obra, dos programas ambientais, do gerenciamento de riscos, monitoramento e planos de emergência” (BRASIL, 2005, p.63), contudo não menciona o papel da COMDECs nesses programas, bem como situa a comunidade como objeto do planos de emergência da obra à medida que não os envolve na formulação dos planos como sujeitos.
 6. Segundo Castro (1997, p.3), “a segurança global da população fundamenta-se no direito natural à vida, à saúde, à segurança, à propriedade e à incolumidade das pessoas e do patrimônio, em todas as condições, especialmente em circunstâncias de desastres”.

efeitos adversos que a localidade pode sofrer quando na sua circunscrição na área de influência de barragens.

Por outro lado, se há municípios que possuem COMDEC, sua criação é muito recente, estando elas em fase de organização e de estruturação, o que se pode verificar a partir dos dados da SEDEC (2007a), que informam que, no final do ano de 2002, havia 2.200 COMDECs em todo o Brasil, enquanto no final de 2006, esse número era de 4.255, a maioria com existência apenas no papel. Ou seja, é muito recente e ainda questionável a mudança cultural dos gestores municipais no sentido de ter vontade política para criar a COMDEC e “assumir uma responsabilidade fundamental na proteção de suas próprias comunidades” (BRASIL, 2007a, p. 4).

Esta *baixa reflexividade* da gestão municipal em relação à importância do preparo da COMDEC reverbera na baixa dialogicidade com a população para aglutinar representações do risco e estratégias para mitigar eventuais danos. Quando o gestor municipal, ao contrário, examina a situação e toma para si a tarefa do fortalecimento institucional da Defesa Civil, à medida que a estrutura técnica e o contingente da COMDEC reforça-se identificada com aquela gestão em particular, a alternância do poder na gestão municipal acarreta o risco de perda de todo o esforço, esfacelando-se a estrutura e partindo-se do zero sobretudo se o tema dos desastres lhes parece próprio aos *alarmistas*. Em suma, o elo da corrente do SINDEC, ou seja, a COMDEC, tem sua existência, sua estrutura, sua funcionalidade e seu nível de preparação dependente da vontade política dos gestores municipais que se sucedem nas eleições com possíveis alternâncias de poder na gestão municipal, que não se coaduna com as alternâncias no nível estadual, que não se coaduna com possíveis alternâncias no nível federal, conhecendo o problema e fabricando estratégias e articulações frente ao mesmo a cada dois anos, o que torna o SINDEC instável e, por conseguinte, sua capacidade de reduzir os desastres, menor.

Segundo a SEDEC (BRASIL, 2007b), a capacidade de resposta – na qual se inserem as práticas de preparo para emergências, como resgatar, socorrer, assegurar as condições de abrigo, agasalho e alimentação à população atingida – requer um nível de preparação da COMDEC que seja capaz de “(...) mobilizar a melhor força de trabalho no menor tempo, (...) [ter] agilidade para gerir auxílio externo e [saber] a quem recorrer” (BRASIL, 2007b, p. 3) quando o desastre ultrapassar a capacidade de resposta da COMDEC. Assim, a importância do nível de preparação da COMDEC refere-se ao fato das experiências em cenários de desastres terem “revelado que os municípios que suportam as calamidades são os que possuem melhores conhecimentos e, conseqüentemente, estão mais preparados, pois as medidas iniciais de segurança são aquelas que produzem os melhores resultados” (BRASIL, 2007b, p. 3). Isso se aplica às calamidades decorrentes do colapso de barragens, que exigem medidas iniciais eficazes de alarme e evacuação nos vários municípios que se encontram à jusante dela e que serão impactados por este desastre que abrange uma área crítica regional, o que requer que as COMDECs aí abrangidas elaborem “planos preventivos (...) [contando] com a participação estadual” (BRASIL, 2007b, p.3).

Contudo, na prática, nem no nível municipal esses planos preventivos são implementados o que denota o baixo nível de preparação das COMDECs. Esse baixo nível de preparação explica-se pela baixa reflexividade do poder público municipal sobre as vulnerabilidades do seu próprio território:

existe um total despreparo das prefeituras. Muitas só têm um engenheiro ou mesmo nem sabem que existem barragens no município, diz Rogério Menescal, diretor de Recursos Hídricos do Ministério [da Integração Nacional] (BORTOLOTTI, 2005, s/n).

Esse desconhecimento do Poder Público municipal no que tange à existência de barragens e o baixo nível de preparação das COMDECs não permite a criação de planos preventivos como práticas de mitigação de ameaças que envolvam as populações situadas em áreas vulneráveis, a partir do monitoramento das condições pré-impacto, nem permite a tessitura de relações de confiança que possam trazer eficácia ao Estado se for necessária a execução de práticas de preparo para emergências quando do colapso de barragens. Em suma, o baixo nível de preparação das COMDECs e o desconhecimento do poder público municipal acerca dos riscos não criam pontos de acesso capazes de tecer estratégias que diminuam a vulnerabilidade.

A eficiência da Defesa Civil está, enquanto sistema perito, condicionada à presença de algumas variáveis que são fundamentais na gestão do risco e do desastre. Essas variáveis são:

- a) **Capacidade Técnica:** refere-se ao conhecimento em ações de defesa civil que englobam as ações de prevenção, preparação, resposta e reconstrução (BRASIL, 2006), à capacidade de coordenar as atividades dos diversos sistemas peritos no interior dessas ações, bem como à *reflexividade* institucional (VALENCIO, 2007);
- b) **Quadro Ativo:** refere-se ao tamanho do efetivo e à qualidade desse efetivo⁷ que a instituição dispõe para o desenvolvimento das ações de defesa civil e para o planejamento dessas com os outros sistemas peritos e com a comunidade;
- c) **Articulação interinstitucional:** refere-se à capacidade da COMDEC de coordenar as atividades das demais áreas peritas no cenário de desastre de forma simultânea ou sucessiva; e,
- d) **Envolvimento da comunidade:** refere-se à possibilidade das comunidades influírem “nas decisões [para] administrar recursos que ajudem a reduzir sua vulnerabilidade e enfrentar o risco” (BRASIL, 2007a, p. 4), a partir de uma “construção coletiva (...) [que respeite] os ritmos locais evitando relações de dependência” (SEDEC, 2007a, p. 6) e que identifique as ações de defesa civil como exercícios de cidadania (VALENCIO et al, 2006).

7. A Política Nacional de Defesa Civil (2000, p.17), dentro dos Projetos de Desenvolvimento de Recursos Humanos, prevê a implementação da capacitação “de corpos técnicos permanentes, multidisciplinares, altamente capacitados e motivados, em todos os níveis de governo”.

Na interação dessas quatro variáveis é que a Defesa Civil consegue construir sua legitimidade e apresentar uma atuação adequada. A legitimidade da Defesa Civil deve, em primeiro lugar, ser interna. A legitimidade interna implica o reconhecimento da autoridade da defesa civil como instituição coordenadora dos diversos sistemas peritos no cenário de desastre. Isso é fundamental para articulação dos diversos órgãos que compõem o sistema de Defesa Civil municipal. Essa legitimidade interna é construída a partir da capacidade técnica da Defesa Civil, mesmo que ela não possua um grande contingente, isto é, um quadro ativo extenso e constituído nas suas diversas especialidades (engenheiros civis, assistentes sociais, geólogos, psicólogos, sociólogos, etc).

A existência da articulação interinstitucional pressupõe o reconhecimento da legitimidade interna, da hierarquia e da subordinação. O reconhecimento da hierarquia pressupõe uma sujeição à hierarquia interinstitucional em detrimento das hierarquias institucionais endógenas presentes em cada sistema perito, o que requer um desvencilhamento à concepção de que a hierarquia interinstitucional não traz a mesma eficiência às ações do sistema. Isto implica renegar a predisposição técnica de atuar visando uma eficiência que é solitária – porque voltada à própria instituição – em detrimento de uma eficiência solidária que visa articular os vários corpos técnicos (sistemas peritos) para melhor gerenciamento do desastre. Por fim, a existência da subordinação pressupõe a aceitação ao comando no interior da articulação, bem como o reconhecimento que o desastre exige gradações de medidas de preparação e resposta que precisam ser gerenciadas para melhor restabelecimento do que o SINDEC entende como sendo a normalidade social (BRASIL, 2006).

Esses três pressupostos – legitimidade, hierarquia e subordinação –, que assentam o reconhecimento necessário à ação de coordenação exercida pela defesa civil no interior da articulação interinstitucional necessária às práticas de emergências, revelam-se indispensáveis às ações realizadas desde o pré ao pós colapso de barragens.

A legitimidade externa da Defesa Civil, ou seja, perante a população, é construída no envolvimento com a comunidade. A Defesa Civil se transforma em um ponto de acesso (GIDDENS, 1991) do Estado com a sociedade se permite a construção participativa das ações de preparação e de socorro como, por exemplo, no desenvolvimento conjunto de um sistema de alarme que possa ser implementado nas várias comunidades à jusante da barragem de forma a potencializar que estas manejem os instrumentos do sistema e otimizem as medidas iniciais de comunicação do risco⁸ para facilitar as evacuações se necessárias forem.

8. Como exemplo, quando do rompimento da Barragem de Camará (PB) em 2004, a própria comunidade exerceu uma comunicação de risco ante à demora das medidas exercidas pelos órgãos de emergência, o que evitou maiores estragos e prejuízos. Na ocasião, “uma emissora de rádio da cidade de Areia (PB) tomou conhecimento do rompimento da barragem e orientou os moradores das partes baixas de Alagoa Grande (PB) e Mulungu (PB) “(...) a deixarem suas casas” (BARBOSA, 2004, p.C1).

A Defesa Civil, enquanto elemento de reencaixe, pode tanto resguardar a confiança dos leigos no sistema de segurança (enquanto sistema abstrato), como vimos acima, quanto pode afastar as pessoas desse sistema, quando se observa sua ineficiência.

O nível de preparação das COMDECs irá definir a eficácia do SINDEC no que tange às ações de preparação e resposta. Dentre estas, inserem-se as ações de socorro, as atividades logísticas, assistenciais e de promoção da saúde, na qual se incluem, por exemplo, o suprimento de água potável e provisão de alimentos, a administração de abrigos provisórios, a proteção da saúde mental (BRASIL, 2000). Tais ações muitas vezes não são antecipadas, em simulados, devido a serem vistas como de alto custo e o desastre algo improvável. Daí, a improvisação e o desgoverno reinar quando os municípios são tomados “de surpresa” com a situação de colapso de barragem, precisando de socorro externo por não saber o que e nem como proceder. Diante disso, o município irá solicitar o auxílio da esfera estadual, implicando o deslocamento do efetivo dessa esfera para o município afetado, demora esta de resposta que implicará, eventualmente, em perdas humanas materiais e imateriais irreparáveis. Foi, por exemplo, o que ocorreu quando do rompimento da barragem de Camará (PB), no ano de 2004, em que as comunidades afetadas enfrentaram dois dias de isolamento (VALENCIO, 2005). Já em 2007, com rompimento da barragem da Mineradora Rio Pomba, em Miraf (MG), “mais de 16 horas depois do rompimento (...) muitas famílias ainda estavam presas dentro de casa” (O GLOBO, 2007, s/n). Isso demonstra a baixa reflexividade do SINDEC em tecer novas estratégias a partir da experiência em desastres anteriores.

Se a esfera estadual, por seu turno, ao avaliar o cenário de desastre, reconhecer que não dispõe de conhecimento técnico nem de recursos humanos e financeiros para realizar as ações de resposta e reabilitação, solicitará ajuda da esfera federal (SEDEC), que poderá recorrer aos órgãos setoriais do SINDEC, particularmente ao Ministério da Defesa, sob a figura das Forças Armadas⁹, para coordenar o cenário de desastre, o que configura a problemática situação da comunidade afetada testemunhar a incompetência civil em lidar com os desafios da ordem civil. Quando do rompimento da barragem de Camará (PB), em 2004, um Batalhão de Engenharia das Forças Armadas foi convocado para fazer ponte provisória sobre o rio Mamanguape, levar suprimentos de água e, daí, presenciar a indignação dos desabrigados em relação à demora na resposta do Estado.

9. O Ministério da Defesa, no qual se incluem as Forças Armadas, está presente no SINDEC como órgão setorial e é de sua competência, quando o desastre exigir, “coordenar as operações combinadas das Forças Singulares nas ações de defesa civil” (BRASIL, 2007c, s/n). No interior da Política de Defesa Nacional, as ações de defesa civil estão inseridas dentro das medidas que visam à segurança, a qual é definida como “a condição em que o Estado, a sociedade ou os indivíduos não se sentem expostos a riscos ou ameaças” (BRASIL, 2007e, s/n).

A recorrência do emprego das Forças Armadas em ações de socorro¹⁰, logísticas¹¹ e assistenciais¹² desmobiliza as obrigações civis de se articularem para aprimorar o nível de preparação das COMDECs. Isso sinaliza não só a perda da legitimidade institucional (interna e externa) da defesa civil como instituição promotora de direitos e de cidadania e, conseqüentemente, a existência de pontos de acesso, como também institui a vulnerabilidade como sinônimo de fatalidade, o que não permite a *reflexividade* acerca dos projetos de reconstrução que serão desenvolvidos. Ou seja, veios de solidariedade para com os afetados, a ‘mão amiga’¹³, executa as ações para minimizar conjunturalmente os impactos dos desastres, mas a vulnerabilidade está socialmente incrustada e é revelada a cada desastre assim como a ineficácia técnica sob sujeição política.

Assim, o despreparo da COMDEC acaba minando qualquer tentativa de se constituir pontos de acesso que permitam à sociedade local estabelecer confiança em relação ao Estado e a ausência de comunicação dos riscos a que a localidade está sujeita fratura a base pela qual todo o SINDEC poderia fortalecer-se, ao invés de ocultar os perigos a que as populações estão sujeitas.

As omissões no que tange às ações preventivas têm desdobramentos em todas as fases de um desastre, culminando em processos de recuperação com baixa resiliência. A recuperação é definida como um “processo onde se repara e restaura em busca da normalidade” (BRASIL, 2007b, p. 1), sendo que a finalidade consiste no restabelecimento dos “serviços públicos essenciais, economia da área atingida e o moral e o bem-estar da população” (BRASIL, 2006, s/n), a fim de “que após a reconstrução se tenha uma comunidade mais preparada para enfrentar os desastres”. A reconstrução deve envolver a comunidade a fim de contribuir para o resgate de sua dignidade e cidadania, mas também como uma forma de se conscientizar sobre como diminuir a vulnerabilidade (FISCHEL, 2002).

Entretanto, o processo reconstrução empreendido pelo Estado, geralmente, sem nenhum envolvimento com a comunidade e conduzido de forma autoritária de acordo a morosidade da burocracia institucional. No caso do colapso da barragem de Camará, a indenização às perdas das famílias afetadas foi estabelecida na quantia de R\$ 2.120,00 para permitir a compra do que foi chamado de kit básico de utensílios: uma tv, um fogão, geladeira, cama, mesa e quatro cadeiras e utensílios de cozinha (VALENCIO, 2005). No caso do colapso da

10. Como por exemplo atuar em resgate e remoção da população afetada e transporte de desabrigados (BRASIL, 2004a).

11. Por exemplo, transporte de alimentos, cobertores, agasalhos, colchões, vestuários, medicamentos e água (BRASIL, 2004a),

12. Entre estas se inserem a organização e distribuição de cestas de alimentos, água e outros insumos (BRASIL, 2004b), recolhimento do mobiliário e dos pertences da população atingida.

13. Denominação adotada pelo Exército nas suas operações de apoio que envolvem ajuda à comunidade.

barragem da Mineração Rio Pomba (MG), ocorrido em 2007, a Prefeitura Municipal propôs o pagamento de R\$ 5.000,00 (BARBOSA, 2007) e os afetados aceitaram diante da falta de confiança no sistema judiciário e por incapacidade deste em exigir dos empreendedores ressarcimentos proporcionais às perdas dos afetados:

para quem perdeu tudo, está bom [este pagamento]. Só acho que a empresa deveria ter feito uma auditoria nas casas para definir quem merecia receber mais. Não dá para esperar a Justiça [o Estado] resolver, pode demorar mais ainda”, ressaltou o aposentado Miguel Benete, também morador do centro, que perdeu tudo, de móveis a eletrodomésticos (BARBOSA, 2007, s/n).

Esses procedimentos do Estado, designados como “restabelecimento da normalidade social”, abalam a confiança depositada nele a partir do momento que não são conduzidos democraticamente por meio da valorização da dignidade e da cidadania dos afetados, o que recairá sobre a imagem que estes tecem sobre a defesa civil, obscurecendo a possibilidade de existência de pontos de acesso (GIDDENS, 1991), o que inviabiliza uma gestão de risco no que tange à segurança de barragens e dos que se localizam na sua área de influência, sobretudo à jusante nesse aspecto a que estamos a nos referir.

O processo de reconstrução operado pelo Estado sem envolvimento comunitário baseia-se em visões de re-estabelecimento da normalidade com baixa *reflexividade* (VALENCIO e GONÇALVES, 2006) já que não há espaço de trocas de vivências que expressem, na dimensão das perdas, quais as mudanças, para melhor, que os afetados gostariam de fazer para reconduzir suas rotinas de uma maneira saudável e segura. Ou seja, o processo reconstrutivo da barragem não é permeado por estratégias preventivas que envolvam a população de forma a torná-las mais preparadas ante os colapsos de barragens a partir do conhecimento dos riscos que possuem. Isso fica latente, a cidadania adormecida pelo esquecimento do Estado em fazer a escuta ativa dos que sofrem e daqueles a quem o aparelho deveria estar a serviço.

Tal escuta deveria incluir ao menos as seguintes dimensões:

- a) **características do evento:** o período em que o desastre¹⁴ ocorreu e como isso influenciou as ações e os comportamentos da comunidade, se o evento foi súbito ou gradual, etc;
- b) **respostas ao desastre improvisadas:** ou seja, as ações conduzidas pela comunidade a fim de se socorrer e de responder ao evento, o grau de

14. Como exemplo, o rompimento da barragem de Camará ocorreu à noite o que comprometeu a evacuação dos diferentes contingentes populacionais (idosos, crianças, mulheres) sujeitos a grau de exposição à ameaça elevado que culminou em pânico: “Foi uma noite de terror. Todo mundo saiu correndo em disparada”, disse Assis Pedro da Silva” (BARBOSA, 2004, p. C1).

mobilização comunitária, os comportamentos individualistas ou coletivistas¹⁵, a organização dos abrigos temporários, etc; e,

- c) **recuperação improvisada pós-desastre**: as estratégias realizadas pela comunidade para recuperar seus domicílios e refazer a vida comunitária, as formas de solidariedade da comunidade, a adoção de práticas de prevenção, os projetos de vida, etc.

O reconhecimento do Estado acerca dessas dimensões, valorizando-se a fala dos afetados como sujeitos, é uma oportunidade de constituição de pontos de acesso com a sociedade a fim não apenas discutir estratégias de gestão de riscos futuros que novas barragens possam gerar, mas, também de diminuir realisticamente a produção de encantamento em torno delas. A esse estágio reflexivo de nossa modernidade estamos à espera de assistir.

CONCLUSÃO

As características da modernidade tardia permitiram a criação do termo *sociedade de risco* que, para Beck (1997, p. 15), “designa uma fase no desenvolvimento da sociedade moderna, em que os riscos sociais, políticos, econômicos e individuais tendem cada vez mais a escapar das instituições para o controle e a proteção da sociedade industrial”. Porém, “a sociedade de risco converte-se, potencialmente, na “sociedade da catástrofe”, na medida em que os riscos só penetram no debate político quando ganham visibilidade os efeitos da sua disseminação” (CARAPINHEIRO, 2002, p. 199 - 200).

Nos últimos anos, as barragens têm emergido como risco somente quando há uma catástrofe. À concepção da barragem como visão cornucopiana das águas domadas, realizada como benesse pelo Estado, se soma o silêncio da peritagem sobre os riscos estruturais e de operação envolvidos neste tipo de obra civil. O colapso da barragem rompe esse silêncio. Contudo, o discurso perito, com respaldo estatal, reafirma a tragédia enquanto fatalidade. Tem-se, então, a negação da vulnerabilidade persistente daqueles que estão inseridos imediatamente à jusante das barragens, dado que a afetação é compreendida como algo ao acaso e não uma relação estruturalmente fragilizada em vista da nova conformação territorial que a obra incita. A vulnerabilidade assim escamoteada aumenta quando os órgãos de Defesa Civil das municipalidades à jusante não estão preparados para gerir riscos e situações de desastre em razão da *baixa reflexividade* do poder público municipal na valorização dessa instituição como ponto de acesso, numa dialogicidade necessária com a população para aperfeiçoar sua estrutura. O despreparo refere-se, dentre outros, à incapacidade técnica de desenvolver medidas preventivas que reconheçam a barragem como risco fabricado e, a partir disso, tecer sua legitimidade a partir do envolvimento

15. Quando do rompimento da barragem da Mineração Rio Pomba em Miraf (MG) em 2007, “aqueles que não foram diretamente atingidos, ajudaram a limpar o que restou do material despejado depois que a barragem da empresa de mineração Rio Pomba Cataguases estourou” (GIUDICE, 2007).

social local no processo de diminuição da sua própria vulnerabilidade. A ausência de interações consubstanciadas nesses outros olhares aumenta os impactos dos danos e prejuízos que os desastres relacionados ao colapso de barragens podem gerar. Por fim, o processo de recuperação de comunidades afetadas por tais desastres calcado na interpretação do fenômeno como fatalidade apenas alimenta o testemunho da mesma experiência trágica algures, ao invés de colaborar para a suplantação da necessidade de se vivenciar tais experiências.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Vulnerabilidade ambiental, processos e relações. Comunicação ao II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais, FIBGE, Rio de Janeiro, 24/8/2006.

BARBOSA, A. **“Foi uma noite de terror”, afirma morador**. Folha de São Paulo, 19 de junho de 2004. Caderno C1.

BARBOSA, L. **Famílias fazem acordo em Mirai**. Jornal O Tempo, 08 de fevereiro de 2007. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/otempo/noticias/?IdNoticia=40514>>. Acesso em: 20 jul. 2007

BARBOSA, N. P. et al. Barragem de Camará. João Pessoa - PB: UFPB, 2004. Disponível em: http://www.prpb.mpf.gov.br/docs/Camara/relatorio_final_ufpb.pdf. Acesso em: 17 jul. 2007.

BECK, U. A. Reinvenção da Política: Rumo a uma teoria da modernização reflexiva in: GIDDENS, A., BECK, U., LASH, S. (orgs): **Modernização Reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Ed. UNESP, 1997 p. 11-71.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. **Política Nacional de Defesa Civil**. Brasília: SEDEC, 2000.

_____. Ministério da Defesa. Forças Armadas. Exército Brasileiro. O Exército e a Comunidade. **Revista Verde-Oliveira**, nº10.165. Ano XLVII, 2004a. Disponível em: <<http://www.exercito.gov.br/NE/2004/08/10165/ebcom165.htm>>. Acesso em: 19 jul. 2007

_____. Ministério da Integração Nacional. Comitê Gestor das Ações Federais de Emergência. **Relatório Sala de Situação – Enchentes 2004**. Brasília: SEDEC, 2004b.

_____. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Infra-Estrutura Hídrica Subprograma de Desenvolvimento Sustentável de Recursos Hídricos para o Semi-Árido Brasileiro- PROÁGUA / Semi-Árido. **Diretrizes ambientais para projeto e construção de sistemas de captação, tratamento e adução de água**. Brasília: SIH, 2005.

_____. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. **Curso de Formação de Orientadores em Defesa Civil** (modalidade à distância). Brasília, 2006a. Disponível em: <<http://www.defesacivil.gov.br/capacitacao/reducaodesastres/curso/unidade1.asp>>. Acesso em: 13 dez. 2006.

_____. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. Departamento de Minimização de Desastres. **Política Pública de Prevenção e Resposta aos Desastres**: As Ações da SEDEC de 2003 a 2006. Relatório de Atividades. Brasília: SEDEC, 2007a.

_____. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. **Sistema Nacional de Defesa Civil**. Brasília: SEDEC, 2007b.

_____. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. **Órgãos Setoriais**. Brasília: SEDEC, 2007c. Disponível em: <<http://www.defesacivil.gov.br/sindec/setoriais.asp>>. Acesso em: 19 jul. 2007

_____. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Infra-Estrutura Hídrica. **Diagnóstico da Segurança de Barragens no Brasil**. Brasília: SIH, 2007d. Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/infraestruturahidrica/index.asp>>. Acesso em: 20 jul. 2007

_____. Ministério da Defesa. **Política de Defesa Nacional**. Brasília: MD, 2006. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/pdn/index.php?page=home>>. Acesso em: 21 jul. 2007

BORTOLOTTI, M. **País tem 20 barragens sob risco, diz governo**. Folha de São Paulo, 13 de novembro de 2005. Caderno Cotidiano. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1311200522.htm>>. Acesso em: 17. jul. 2007.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. 7ªed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil: 2004.

CARAPINHEIRO, G. A globalização do risco social in: SANTOS, B. S. (org.) A globalização e as Ciências Sociais. 2ª. Edição, São Paulo: Cortez, 2002, p. 197 – 230.

CASTRO, A. L. C. de. **Segurança Global da População**. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. Brasília, SEDEC, 1997. 2ª Ed.38p. Disponível em: <<http://www.defesacivil.gov.br/publicacoes/publicacoes/seguranca.asp>>. Acesso em: 19 abr. 2007.

FISCHEL, A. Hacia una reducción en el impacto de los desastres: una perspectiva comunitaria. **Revista Quorum**. nº3. Espanha: Universidade de Alcalá, 2002. Disponível em: <<http://ocenet.oceano.com/Universitas/welcome.do?at=lp&prd=6&login=uadbc&password=uad1312>>. Acesso em: 19 mai. 2007.

GIUDICE, P. **Famílias lamentam as perdas materiais**. Jornal O Tempo, 12 de janeiro de 2007. Disponível em: < <http://www.otempo.com.br/otempo/noticias/?IdNoticia=38656>>. Acesso em: 20 jul. 2007

GIDDENS, A. Conseqüências da modernidade. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.

_____. Modernidade e identidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____. Mundo em descontrole. 4ª. Edição, Rio de Janeiro: Record, 2005.

JORNAL O GLOBO. **Doze mil desabrigados depois de acidente com barragem**. 11 de janeiro de 2007. Disponível em: < http://oglobo.globo.com/pais/mat/2007/01/11/28737449_8.asp>. Acesso em: 20 jul. 2007

MCCULLY, P. *Silenced Rivers: the ecology and politics of large dams*. London and New Jersey: Zed Books and International Rivers Network, 1996.

MENESCAL, R. et al. “Acidentes e incidentes em barragens no Estado do Ceará”. in: MENESCAL, Rogério. A segurança de barragens e a gestão de recursos hídricos no Brasil. 2.a edição. Brasília: PROAGUA, 2005, p. 55 – 76.

MENESCAL, R.A. **Risco e segurança em engenharia- Problemas enfrentados pelo MI com obras de infra-estrutura hídrica. São Paulo, 2007. Disponível em:** < <http://www.ibracon.org.br/Metro/Rog%E9rio%20Menescal.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2007

NAVARRO, M. B. M. A. e CARDOSO, T. A. O. Percepção de risco e cognição: reflexão sobre a sociedade de risco in: Ciências & Cognição Vol 6, 2005, p. 67-72. Disponível em: www.cienciasecognicao.org

NIEBLE, C. M. Barragem de Camará: relatório de diagnóstico do sinistro da barragem. São Paulo, novembro de 2004, mimeo.

VALENCIO, N.F.L.S. **Dimensões psicossociais e político-institucionais do desastre de Camará (PB)**: limitações da resposta da Defesa Civil frente ao rompimento de barragens. Anais do I Encontro Ciências Sociais e Barragens. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2005. v. cd, 20p.

VALENCIO, N.F.L.S. & GONÇALVES, J. C. Da confiança à fatalidade: colapso de barragens como limite ao paradigma da modernização. João Pessoa-PB: Revista “Política & Trabalho”, 2006.

VALENCIO, N.F.L.S. & GONÇALVES, J. C. A convivência com os riscos relacionados às barragens no semi-árido nordestino: conflitos entre representações e práticas sociais”. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 8 n 1, maio de 2006. Salvador-BA: ANPUR. p. 79 – 97.

VALENCIO, N.F.L.S. et al Implicações éticas e sociopolíticas das práticas de Defesa Civil diante das chuvas: reflexões sobre grupos vulneráveis e cidadania participativa. Revista São Paulo em Perspectiva, v.20 n 1, xx-xx jan/mar 2006 (no prelo)

VALENCIO, N. F. L. S. . Por uma reflexividade institucional da Defesa Civil no Brasil. Revista Emergência, Porto Alegre, p. 33 - 37, 15 jun. 2007.

VIVÊNCIA DE UM DESASTRE: UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DAS DIMENSÕES POLÍTICAS E PSICOSSOCIAIS ENVOLVIDAS NO COLAPSO DE BARRAGENS¹

NORMA VALENCIO

INTRODUÇÃO

No Brasil, desde o início do século XX, uma das expressões materiais identificadas com o desenvolvimento sócio-econômico regional é a construção de barragens.

Na produção de hidroenergia, regularização da vazão, abastecimento e irrigação, dentre outras finalidades, o barramento de rios tornou-se prática corrente, fosse conduzida pela iniciativa privada fosse pelas mãos do Estado. O emolduramento das águas, na forma de reservatórios, implantados de parte a parte do país, tornou-se um símbolo do processo de modernização do lugar na medida em que as águas, devidamente domesticadas, se prestariam como instrumento de realização de mudanças contínuas do espaço, nas suas porções urbanas e rurais. Em se tratando de fomentar de progresso, o conhecimento técnico e os peritos, em especial, das áreas de engenharia, foram vistos como os únicos capazes de ditar as regras da nova ordem espacial. O preço socioambiental a pagar por soluções técnicas para maior disponibilidade de água e/ou energia seria a aceitação dessa forma tecnocrática de conduzir o processo decisório de implantação do projeto. Apenas em meados da década de 1980 em diante, o contexto político começa a ser permitir a contestação a esta forma de subordinação do lugar ao ponto de vista hegemônico do técnico. Isso porque os efeitos negativos tanto da implantação quanto da operação dos grandes projetos hídricos multiplicaram-se e a redemocratização do país paulatinamente incorporou a legitimidade da contestação, de caráter popular, ao “progresso a qualquer preço”.

A implantação de um Grande Projeto Hídrico (GPH) com frequência estimula o reordenamento fundiário na região de inserção promovendo a desterritorialização das populações atingidas e a construção de novos territórios. A produção social, incluindo aí a reprodução da força de trabalho, depende da terra para poder existir, nela estabelecendo o suporte material necessário às condições gerais de produção. Entretanto, a água doce revela-se como um bem de domínio público ainda mais estratégico posto que permita (ou não) a terra

1. A versão preliminar desse artigo foi apresentada no Encontro Ciências Sociais e Barragens, promovido pelo IPPPUR/UFRJ. Apoio: MCT/CNPq.

o cumprimento de suas finalidades sociais e econômicas (VALENCIO ET AL, 2001; MARTINS E VALENCIO, 2003; RIBEIRO, 2003a; RIBEIRO, 2003b). As imbricações mútuas entre terra e água, isto é, vistos como meios indissociáveis de produção, são questão antiga e, porém, recorrente, das populações nordestinas, sobretudo lindeiras cujo desiderato é assistir, para seu proveito, à perenização dos corpos d'água com os quais interagem. Todavia, nesse processo, as barragens eclodem com implicações danosas para as redes sociais, tanto no plano cultural, quanto no econômico e político (VAINER, 1990; ROSA ET AL, 1998; MORAES E COSTA, 1984; VALENCIO ET AL, 1997; GONÇALVES ET AL, 2001). Há centenas de barragens em operação por todo o país, e muitas no Nordeste Brasileiro, cuja implantação resultou em aumento da destruição local – deslocamento populacional, desestabilização social, prejuízos ao meio biótico e físico -, ainda que repercutisse positivamente na riqueza econômica para além da região (PAIVA, 1986; NORMANDE, 1993).

Se grande parte da literatura dedica-se aos impactos negativos no meio natural e social decorrente do processo de implantação de tais obras, a presente reflexão vai num sentido alternativo que é o de analisar as várias representações sociais da vivência de um desastre relacionado ao colapso de uma barragem.

Desastre é a concretização de um risco. Este, por sua vez, tornou-se um tema relevante nas Ciências Sociais pela forma preocupante da produção territorial e social da modernidade, isto é, dos excessos, das saturações e dos efeitos indesejáveis que vimos assistir na concretização de fixos e fluxos que associamos ao progresso. Se os riscos podem ser entendidos como os resultados inesperados que têm uma consequência negativa nas atividades ou decisões levadas a cabo, a confiança nos sistemas peritos pressupõe a capacidade renovada de reduzi-los, por meio de novos olhares, discursos e práticas sobre os elementos materiais da paisagem, isto é, sobre a realidade concreta onde os sujeitos promovem a sua existência cotidiana. Caso as abordagens peritas sobre o meio produzam riscos e persistam, sem conseguir amainá-los, a confiança pública nos sistemas peritos decresce e passa a ser progressivamente questionada.

No que concerne aos grandes projetos hídricos, a maturidade que muitas obras civis vêm alcançando, sem que os processos de manutenção regular ocorram, gera incertezas junto à população inserida na área imediatamente à jusante. Todavia, a cada dia que passa, aumentam os casos, no Brasil, de obras civis ainda novas que colapsam, demonstrando haver fragilidades do conhecimento e das práticas do meio perito, o que redundará em perda de recursos públicos e vidas humanas. O clima de desconfiança quanto aos resultados socioambientais dessa “indução ao progresso” é, assim, incrementado.

Valencio (1995) e Villa (2000) estão entre os autores que, debruçados sobre os impactos sociais dos GPH's no semi-árido nordestino, identificaram tal desconfiança pública em relação ao meio perito construtor de barragens.

Valencio analisou a barragem de Açú, oficialmente denominada Armando Ribeiro Gonçalves, localizada a 250 km da capital do Rio Grande do Norte, com acesso pela BR 304. Sua área de influência abrange os municípios de Açú, Ipanguaçu, Carnaubais, São Rafael, dentre outros, circunscritos ao semi-árido,

regularizando um volume da ordem de 389 milhões de m³ de água na bacia do Piranhas-Açu. Sua construção exigiu o reassentamento de 730 famílias na porção urbana da área e de 1.852 na porção rural afetada e visando um aproveitamento agrícola em perímetro irrigado, que favoreceu desde o início grandes produtores em detrimento da população local. A produção de grande escala da fruticultura irrigada de exportação aproveitou-se da regularização da vazão para implantar métodos sofisticados de irrigação. O boato de que esta barragem foi instalada sob uma falha geológica, propiciando uma sismicidade induzida, não foi convenientemente dissipado durante sua construção ou depois disso. Os estudos geológicos a esse respeito não foram devidamente publicados, restando à população à jusante procurar lidar com seus medos de colapso da barragem fosse amontoando pneus à soleira da porta de suas casas fosse remetendo seus bens de maior valor, como jóias de família, para a casa de parentes residentes em outras localidades.

Villa, por sua vez, observou que o processo de escamoteamento da tragédia resultante do colapso da barragem de Orós, no Ceará, ocorrido na década 1960, foi possível pelo poder assimétrico de acesso dos sujeitos aos meios de comunicação disponíveis. Assim, a concepção de risco não apresenta apenas uma componente da realidade objetiva, mas também, e sobretudo, um elemento forte de ideologização, responsabilizando os segmentos mais frágeis inseridos no território pelo sofrimento de suas próprias perdas. Ainda que, tal como assevera Irwin (2001), tal inserção muito frequentemente preceda temporalmente a inserção do fator de ameaça. Obras iniciais de barragem em Orós, na década 1920, foram destruídas pelas chuvas. Reiniciadas na década de 1960, foram surpreendidas por novo período de chuvas anormais, quando um plano de contingência foi colocado precariamente em operação devido à iminência de um desastre relacionado ao transbordamento e força das águas que o barramento não conseguia conter. Conta Villa (2000, p.193-194):

Juscelino pretendia encerrar seu governo com a inauguração de uma grande obra no Nordeste. Para isso, foram intensificados os trabalhos de construção do açude de Orós, iniciado em 1921(...) No final de março de 1960, pouco antes da inauguração, de Brasília, a barragem do açude dava sinais de que iria romper(...) Em três dias choveram 752mmm. A situação a cada hora era mais desesperadora. As águas do rio Jaguaribe já tinham invadido Iguatu e ameaçavam Morada Nova, Jaguaribe, Russas, Limoeiro, Jaguaruna e Aracati, municípios que reuniam mais de 100 mil pessoas. No dia 25, o DNOCS informou que se as águas subissem mais um metro as paredes do açude seriam destruídas. Às 19:30 h, o DNOCS admitiu não ter mais esperanças (...) A fenda na barragem aumentou para 40 metros, mas acabou permitindo a retirada do excesso de água, diminuindo a pressão sobre toda a construção(...) No dia 28, vilas inteiras foram arrasadas pelas águas, mas de 100 mil pessoas estavam desabrigadas.

A pressa na inauguração foi tida como o fator desencadeador de falhas de planejamento. Segundo o referido autor, tentou-se minimizar o episódio, abafando-se a tragédia naquilo que revelava descaso e imperícia das autoridades.

Uma voz dissonante – a de um radioamador do local – foi rapidamente enquadrada: retirado das relações comunitárias onde se estabelecia, foi preso e considerado como louco. A reconstrução do que restou da barragem deu-se em seguida, com a diminuição das chuvas, e foi inaugurada em 1961. O desastre efetivo e as estratégias de recomposição material imediata da obra, associando à recomposição da memória social do evento, tornam Orós um caso emblemático para a diversidade e contraposição dos pontos de vista e das necessidades de comunidade vulneráveis e das forças políticas consolidadas.

Os processos de negociação em torno de como são decididas obras hídricas se assemelham àqueles nos quais são interpretados os riscos: revelam que determinados agentes, representações e estratégias de enfrentamento podem sair vencedores sem que sejam necessariamente os mais condizentes com as exigências da realidade (GUIVANT, 1998). A representação do risco – isto é, das ameaças e das condutas recomendadas para a redução da vulnerabilidade – não ocorre no limiar da ordem estabelecida, mas no centro dessa ordem, reforçando-a, não sendo trivial a preocupação, entre outros, de Douglas (1992), ao indagar: o que está sendo dito sobre o problema? Como o problema está sendo tipificado? Qual a retórica utilizada para persuadir os outros?

O caso do colapso da barragem de Camará, ocorrido em 2004, e que abaixo será analisado, demonstra que um fazer político centralista não está socialmente comprometido, sendo a falha na comunicação do risco e dos planos de contingência aspectos da indiferença social. As perdas materiais, modestas frente aos danos psicossociais que tais práticas políticas provocam, denotam que há lições a aprender com mais esse triste evento o qual evoca a faceta conservadora, desigual e injusta do desenvolvimento regional induzido por barragens.

Tomaremos esse caso interpretar não apenas aquilo a que os afetados, sobretudo desalojados e desabrigados², reportam como suas perdas visíveis e relevantes, mas também aquilo que se refere às suas perdas imateriais. Tais observações e relatos são confrontados com os registros jornalísticos e documentais, bem como com relatos oficiais e com as recomendações nacionais e multilaterais de política no tema, no bojo do que se torna possível identificar os gargalos político-institucionais na gestão de desastres no Brasil.

1. TECENDO O DESASTRE: A LÓGICA SOCIAL DA PRODUÇÃO DO RISCO

As agências multilaterais vinculadas a ONU, tais como a Organização Panamericana de Saúde (OPS), a Organização Mundial de Saúde (OMS) e a

2. Segundo a Política Nacional de Defesa Civil, desabrigados são aqueles cujas habitações foram danificadas ou destruídas os faz necessitar de abrigo temporário. Desalojados, são os que, embora a perda das habitações, não necessitam de abrigo temporário uma vez que recorrem a familiares e amigos para acolhê-los. Assim, a vulnerabilidade social do desabrigado é maior em vista da ausência dos laços de solidariedade no âmbito das relações da família, amigos e afins.

Estratégia Internacional de Redução de Desastres (EIRD) já internalizaram o debate acerca da sociedade de risco. Encontram na baixa reflexividade social as razões profundas do crescimento das tragédias relacionadas ao inadequado manejo das águas. A produção social do risco confundir-se-ia, segundo tais agências, com a concepção hegemônica, porém, equivocada de desenvolvimento sendo o desastre um efeito secundário dos processos de insaciabilidade do consumo, de obsolescência planejada e desigualdade distributiva (OPS, 2000; EIRD, 2001).

Isso coloca ao menos três questões para pensarmos o projeto modernizante e desigual no qual não apenas o território, mas o espaço se define no Brasil.

Em primeiro lugar, há a questão da heteronomia dos que, fixados ao lugar, ficam ao largo do processo decisório que impinge ameaças ambientais e tecnológicas ao mesmo. Perigos preexistentes somam-se àqueles que são produzidos *a posteriori*, incluindo as práticas estabelecidas na própria fixação, sem serem devidamente identificados e discutidos. Uma segunda questão diz respeito às ameaças particularmente derivadas de grandes obras civis, como as barragens, no entorno e ao pé das quais um sem número de cidades foram fundadas e/ou expandiram-se. O cálculo coletivo envolvido no risco aceitável (custo/benefício, custo/oportunidade) não raro desconsidera os fatores políticos implicados na forma de decisão. Uma última questão refere-se ao fato de que os danos derivados da susceptibilidade humana ao fator de ameaça não são de todo visíveis, quantificáveis e temporalmente simultâneos ao evento. Os efeitos psicossociais de um desastre estão para além dos ferimentos e das perdas materiais dos afetados bem como das limitações sanitárias e de saúde do local e, no geral, ficam sem resposta das autoridades. Ao lado das necessidades de abastecimento, habitação provisória e cuidados médicos para reabilitação da integridade física, há requerimentos de outra ordem, como de saúde mental individual e coletiva, desconsiderados quando as rotinas paulatinamente são refeitas. Há cicatrizes emocionais que impendem que pessoas ou grupos inteiros tornem a desempenhar seus papéis sociais de forma plena o que depõe, portanto, contra a sua auto-estima, identidade, sobrevivência e modo de vida.

2. ASPECTOS PSICOSSOCIAIS E SOCIOPOLÍTICOS DO

DESENHO DO DESASTRE

Num barramento, a transformação da base biofísica gera novos fluxos e fixos de risco, mas nem sempre há a devida mudança de representação do lugar pela população à jusante da obra. Aqueles que não passam por desapropriação ou processos semelhantes de confronto ou contato contínuo com o empreendedor podem permanecer com as mesmas visões sobre o lugar ou serem até mais otimistas quanto ao resultado das obras para o interesse público e privado, o que torna um desastre relacionado ao colapso das obras civis algo vivido como um elemento de subtileza. Porém, a noção de subtileza precisaria, aqui, ser relativizada: há o lugar sociopolítico dos envolvidos na implantação das obras e, assim, controlam o fator de ameaça, e os que são iludidos por persistente discurso de segurança e controle totais e, assim, não têm como discutir e reagir ao evento de forma planejada.

Diante o colapso de barragens, o espaço temporal em que a população à jusante é informada sobre o impacto que sofrerá e a condição de organizar sua reação pode ser súbito. Porém, esse não é o espaço temporal no qual o grupo social responsável pela execução, fiscalização e monitoramento da operação da obra hídrica, o fator de ameaça, age. Se esses tempos são, para ambos os grupos, idênticos e curtos, costuma-se dizer que estamos diante de uma *fatalidade*, isto é, de um perigo possível, mas não provável, desencadeado à revelia daqueles que supunham poder controlá-lo. A *fatalidade* é, assim, uma narrativa bem urdida como o esteio representacional conveniente para diluir responsabilidades e dar opacidade à tecnocracia e omissão, que são as causas mais frequentes de desastres. Quando se evidencia que o tempo entre a comunicação do risco e o impacto junto a população são distintos do tempo de conhecimento do problema pelos controladores do fator ameaçador mais claramente vemos que não se está apenas debruçado sobre um acontecimento trágico, o desastre *per si*, mas sobre um acontecimento político, a má configuração do poder e seu exercício sobre os meios e modos de vida de grandes contingentes.

A heteronomia sociopolítica é, pois, uma questão estrutural a qual todas as demais se ligam secundariamente, desde o colapso de obras civis aos danos psicossociais oriundos da perda de referência no desempenho dos papéis sociais correntes da família e do grupo afetados, sobretudo os desalojados e desabrigados. Donas de casa sem casa para gerir, sem condições de prover às rotinas do lar, o manejo da alimentação e roupa, os cuidados afetivos com filhos e cônjuges; trabalhadores da terra semeada sem safra para colher; comerciantes sem mercadorias para negociar; escolas que não funcionam como tal, crianças destituídas do espaço de aprendizado formal, tudo isso deriva menos de uma inépcia técnica que de uma configuração política adversa. “Quem, afinal, tem controle sobre o território?”, pergunta a comunidade que, até então, se julgava partícipe da produção social do lugar. A ausência, por destruição ou alteração de funções, do espaço de manifestação do *habitus* – isto é, das práticas corriqueiras e sistemáticas que constituem, dão sentido ao indivíduo e seu grupo de interação (BOURDIEU, 1989) – redefine adversamente o lugar. Logo, os papéis sociais ali exercitados, ao ponto da sua dissolução sem que haja novos papéis para ser validados num projeto de vida autodeterminado. Logo, não são as características materiais, objetivas, dos danos materiais, o que mais conta para os afetados, mas o sentido que tais danos têm para a manutenção de sua sociabilidade pública e privada ou, de outro modo, para a manutenção de sua identidade e direito à produção do lugar.

3. O COLAPSO DA BARRAGEM DE CAMARÁ (PB) FOI UM DESASTRE?

Em termos técnicos, um desastre é entendido como um evento danoso que supera a capacidade de resposta da comunidade afetada³. Isto é, quando a interação do fator de ameaça e a vulnerabilidade humana frente ao mesmo se dão num contexto no qual há insuficiência de atendimento tanto da organização

3. Cf. Política Nacional de Defesa Civil: <http://www.defesacivil.gov.br>

comunitária quanto pública local. Deste ponto de vista, o colapso da barragem de Camará foi um desastre: para os danos provocados houve a necessidade de assistência externa para a reabilitação local. Desde as primeiras horas do evento, foi necessário que estivesse envolvido a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil da Paraíba, a Secretaria Nacional de Defesa Civil, o Ministério da Saúde, o Exército Brasileiro, dentre outros. Desastres são, ainda, caracterizados como fenômenos que provocam efeitos deletérios sobre a vida social, as condições materiais estruturais e as condições mentais dos afetados⁴ e isso também foi verificável.

A barragem de Camará foi construída, entre os anos de 2000 e 2002, como iniciativa da Secretaria Estadual de Recursos Hídricos do estado da Paraíba. Foi, oficialmente, inaugurada em março de 2002, situando-se no município de Alagoa Nova, distante 150 km da capital paraibana, João Pessoa. Sua capacidade total de armazenamento era de 27 milhões de m³ de água, o equivalente a 26,5 bilhões de litros, contidos por uma paredão de concreto de 300 metros de extensão e 50 metros de altura e acumulando aproximadamente 60% deste volume por ocasião do início do vazamento (Governo do Estado da Paraíba, 2004). Culminou, na noite do dia 17 de junho de 2004, a ruptura da barragem, constituindo um buraco de 20 m de altura por 15m de largura na junção entre o muro de concreto e a lateral de solo e pedra onde estava fixada. Houve inundação rápida e súbita da área à jusante, a correnteza do rio Mamanguape avançando, num nível elevado em mais de cinco metros, sobre a zona rural e urbana abaixo. Na zona urbana, houve o efeito direto da perda de infra-estrutura hídrica, viária e de saneamento, além de moradias e edificações comerciais e públicas. Os moradores de Alagoa Grande (com cerca de três mil desabrigados) e Mulungu (com algo entre 500 a mil desabrigados) foram os mais afetados pela enxurrada. Dos cerca de 45 mil habitantes dessas localidades, 40 mil ficaram sem água, luz e sofreram outros prejuízos (Folha On Line, 2004a). Mas também foram afetados os municípios de Alagoa Nova, Araçagi, Alagoinha, Mamanguape e Rio Tinto (Agência Nordeste, 2004; Folha On Line, 2004b).

O vazamento foi o coroamento de um processo de desresponsabilização pública na gestão das águas. A descontinuidade administrativa – incluindo a alteração do grupo político no controle da máquina estatal – foi a brecha interpretativa na qual os grupos políticos envolvidos debateram e debelaram as responsabilidades, afugentando-as para longe de si.

A decisão e execução do projeto ocorreram numa gestão estadual e as obras colapsaram na gestão subsequente, o que deu margens para que ambos jogassem um no outro a responsabilidade sobre o evento. O grupo que estava no comando da gestão estadual quando do episódio do desastre apontou indícios de falhas no projeto. A gestão anterior, por sua vez, apelou para as obrigações de monitoramento da operação do reservatório que a gestão sucessora deveria ter assumido, nisso intentando eximir-se de responsabilidade, argumento que os

4. Cf. OPS/OMS, 2002;2003.

Ministérios Públicos, estadual e federal, que investigaram o caso, bem como a CPI do legislativo estadual, não aceitaram como lícito.

Em depoimento diante à Procuradoria Geral da República, o ex-Secretário Estadual de Recursos Hídricos atestou desconhecimento de falhas na obra, alegando que problemas técnico-executivos da obra cabiam ser resolvidos unicamente no âmbito das ações das construtoras responsáveis pela execução e da empresa contratada para o controle de qualidade das obras. O ente público, responsável pelo bem, teria, assim, aberto mão de tomar ciência do risco implicado na feitura e operação do empreendimento. Tal alegação foi refutada pela empresa contratada para controle de qualidade, afirmando ter comunicado, à referida autoridade, os problemas técnicos existentes – mais especificamente, no eixo da ombreira esquerda, com a descontinuidade na rocha de amparo à barragem – logo no início do projeto de execução, em janeiro de 2001. Segundo esta empresa, foi tomada medidas mitigadoras visando à recuperação da obra. A primeira polêmica foi, deste modo, em torno do conhecimento ou não do problema pelas autoridades responsáveis pela obra, o que apenas obscureceu a questão da responsabilidade pública pelo acompanhamento das diversas fases da obra, incluso as medidas mitigadoras, como planos de contingência no caso de acidente. Logo esta polêmica foi desfeita, com o reconhecimento do supervisor de obras da referida Secretaria de que as autoridades conheciam o conteúdo dos relatórios técnicos que apontavam falhas na construção da barragem bem como alertavam sobre a necessidade de monitoramento da barragem. O caso releva não apenas a impossibilidade da alegação de subtaneidade do evento, dado o recorte temporal bastante largo entre a identificação do risco de vazamento e ruptura da barragem (janeiro de 2001) e o colapso da mesma, já relativamente cheia (junho de 2004), mas uma forma política de agir face ao perigo eximindo-se, os operadores do Estado, de responsabilidades.

Após reconsiderar e admitir sua ciência sobre os riscos relacionados à obra, e diante o Ministério Público, o Secretário da gestão que protagonizou a autorização do projeto da obra alegou não ter passado a informação para a gestão subsequente por entender que ao novo gestor cabia conhecer os riscos relacionados aos bens públicos sob sua responsabilidade. Se o lago produzido pela barragem não havia enchido durante a gestão executora da obra, não haveria até então, segundo o ponto do Secretário, ameaça preexistente. Assim, o discurso sobre o fator de ameaça é construído visando deliberadamente constituir como legítima a possibilidade que informações cruciais para o bem estar coletivo mantenham-se numa cultura do ocultamento, como arma contra o opositor político que ganha direito de gerir a máquina pública.

O entrechoque de responsabilizações cria dois distintos cenários políticos para o contexto de riscos e o bem estar coletivo, isto é, a procura por segurança no processo cotidiano de territorialização das populações. No cenário conservador, a população pode concluir que não convém fortalecer as instituições democráticas, com possibilidade de alterar, pelo voto, os grupos no poder pelo receio de que isso gere uma ameaça à sua segurança. O continuísmo político passar, nessa perspectiva, a ser instrumentalizado pelo domínio exclusivo (e, por vezes, sigiloso) da informação do risco e de práticas mitigadoras do mesmo. Há,

porém, um cenário regenerador, em que é fomentado, no imaginário social, os valores da democracia e a convicção que apenas o maior controle social das decisões pública é o que minoraria os riscos a que se está sujeito.

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), instalada na Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, concluiu pela atribuição de responsabilidade às construtoras e ao governo anterior alegando que os envolvidos não tiveram adequada percepção de risco diante de um problema geológico indicando como sujeito de culpa, especialmente, a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH), pela omissão no acompanhamento e fiscalização das obras (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA, 2004). O Ministério Público, por sua vez, debruçou-se mais detidamente na ausência de licitação para execução do projeto, além de verificar a ocorrência de triplicação do valor das obras. Houve termos aditivos ao contrato inicial, que saltou de R\$ 9 milhões para, aproximadamente, R\$ 24 milhões, o que caracterizaria improbidade administrativa da autoridade pública envolvida (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL *ET AL*, 2004).

À cultura política, que concede poderes amplos e responsabilidades vagas aos grupos que decidem sobre as novas funções do lugar, subjaz a violência simbólica em torno do direito à informação das populações na área de influência.

3.1 E A ONDA CHEGOU...

“E veio como se fosse uma onda grande...um estrondo...como se fosse o mar chegando”, “Era como se fosse uma pororoca...”. Invariavelmente, esta foi a forma da população de Alagoa Grande expressar o impacto do grande volume de água vindo e tomando, em enxurrada, a área urbana mais baixa da cidade. Os avisos que, pelos telefonemas, vinham através dos parentes residentes à montante, juntaram-se ao ruído das águas volumosas e velozes que puseram os habitantes a correr na procura de refúgio nas áreas altas da cidade, lá permanecendo ilhada por três dias:

Moradores de Alagoa Nova, que tinham parentes em Alagoa Grande, começaram a telefonar (...) A notícia: ‘corram que lá vem água’. Não houve tempo de remover os objetos. Levou umas 3 horas [desde o rompimento da barragem], mas as ligações se deram uma meia hora antes [de atingir a cidade]. Só quando viram que a água era muita começaram a telefonar (...) Um irmão me ligou perguntando ‘você acha que essa notícia é verdadeira?’. Eu não sei mas, na dúvida, corra. (Eng. Wilton Carvalho Macedo, responsável pela Secretaria de Infraestrutura da Prefeitura Municipal de Alagoa Grande).

As características dos informantes – baseada em laços de parentesco e compadrio – e o tempo de chegada da informação – trinta minutos – revelam a ausência estrutural de controle social acerca do que se passava com a barragem bem como a vulnerabilidade comunitária causada pela insensibilidade de peritos e políticos, associadamente responsáveis pela construção, operação e monitoramento da obra e das águas.

Houve cidadãos locais que, transcendendo aos laços de parentesco e compadrio bem como às formas de comunicação tecnologizadas, se puseram a avisar os mais próximos da comunidade aos brados, na rua e no bairro. Mas, no geral, foram recebidos com descrença, dados como loucos ou bêbados:

O que nos levou a acreditar mais é que havia o receio de transbordamento por causa da chuva. Choveu nos dias anteriores ininterruptamente, só naquela dia uns 70mm (...) já sabia e se preocupava com parentes. Se pensa: para parente não se mente. (Eng. Wilton Carvalho Macedo, responsável pela Secretaria de Infraestrutura da Prefeitura Municipal de Alagoa Grande).

Essa rua, a da Glória, foi a mais atingida. Eu estou com 57 anos, nunca vi uma coisa dessa na minha vida. Eu corri para salvar todas as duas filhas. Eu, no caminho, eu jogava pedra da janela dos outros avisando. Dizem que eu tava assombrando todo mundo ‘dona Lúcia! Fazendo uma coisa dessas!’ . E eu disse: ‘mas é água que vem aí!’. Mas ninguém acreditou, não. Aí, daqui a pouco, todo mundo escutou a zoadá e saiu correndo. (Dona Lucia Ribeiro Moreno, 57 anos, moradora em Alagoa Grande).

Se os vínculos de parentesco e o somatório de telefonemas, com o mesmo conteúdo e recebidos no mesmo horário, propiciaram aos poucos a construção da confiabilidade na informação, o horário favoreceu a evacuação rápida:

Foi melhor o fato de ter sido cedo da noite. Tivesse sido de madrugada...Todo mundo estava ainda acordado. Isso favoreceu a retirada. (Eng. Wilton Carvalho Macedo, responsável pela Secretaria de Infraestrutura da Prefeitura Municipal de Alagoa Grande).

Foi por Deus que foi cedo da noite. Se fosse tarde da noite não tinha salvado ninguém. Fazia um ano que tinha comprado essa casinha [completamente destruída]. Estou morando com uma filha, na casa dela entrou meio metro, ficou só lama. Não me ofereceram nada. Na primeira lista, estava o nome da gente, na segunda, já não estava. O que eu ganho é uma cestinha básica. (Dona Luzia de Carvalho, conhecida como Ilda Tavares, 66 anos).

A distribuição dos danos foi, primeiramente, geográfica: quem morava na parte mais baixa foi imediatamente atingido pelas águas. Mas também foi econômica, pois quem tinha a casa mais frágil, de tijolo e sem fundações, viu a mesma ruir parcial ou totalmente. E sócio-cultural. Idosos compuseram a maior parte das vítimas fatais (quatro em cinco) não apenas em razão de limitações físicas para a fuga rápida, mas pela persistência em permanecer na sua casa, ao lugar e objetos que lhe faziam sentido. Os moradores das áreas mais baixas, os mais pobres e os mais velhos constituíram-se, dessa forma, no grupo mais afetado.

As redes sociais que se fragilizaram foram substituídas por outras, de apoio comunitário e governamental; e ambas, em maior ou menor medida, falharam.

O isolamento inicial obrigou que a resposta ao desastre partisse da própria comunidade, resgatando pessoas e pertences e na limpeza da lama dentro dos domicílios. Parentes que viviam nas áreas mais altas da cidade vieram em auxílio dos que viviam na parte baixa. Porém, amigos e vizinhos igualmente mobilizaram-se em auxílio, indistintamente de vínculos prévios, em solidariedade:

Ouvi o estrondo, sai pra acolher. Fomos tirar os troços do povo, numa carriola. Vou-me embora daqui. Fiquei traumatizado. Depois de encher aqui, na parte baixa, a água foi bater nas partes altas, pertinho da minha casa. Assim, quero arrumar um canto, vou-me embora. Correu prum lado, água; correu pra o outro, água. (Sr.Geraldo Carneiro, 66 anos, 15 anos morador em Alagoa Grande).

Por consequência do rompimento da adutora que passava sobre o rio, faltou água potável durante três dias. Tal fato levou ao encarecimento súbito da água envasada, denotando que, ao lado da ampliação da solidariedade, há os que vêem o contexto como forma de maximizar seus ganhos. As leis de mercado, e não da compaixão, funcionaram para o item mais fundamental de sobrevivência. Para quem não podia pagar – a situação corrente dos que perderam, em meio as casas e aos objetos, seu dinheiro, afora os que já não disponham correntemente de renda monetária ou crédito e, ainda, os que não dispunham de caixa d'água – beber água sem tratamento e barrenta do rio foi a opção:

A gente ficou dois, três dias sem água. Foi feito um buraco na margem do rio, com bomba, levada para a estação de tratamento e chegou precariamente às casas. No segundo dia, o governo do estado mandou carro pipa. Apenas na semana seguinte a ligação foi restabelecida. (Eng. Wilton Carvalho Macedo, responsável pela Secretaria de Infra-estrutura da Prefeitura Municipal de Alagoa Grande).

A suscetibilidade da comunidade recrudescceu quando a ausência de condições sanitárias transpôs as questões de higienização e abastecimento pessoal para as necessidades complementares de manipulação de escombros, na busca de parte dos pertences levados pela enxurrada. As autoridades de saúde pública recomendam:

Despues de un evento es necesario limpiar lo más rápidamente posible los escombros y otros desechos para despejar las calles o carretras, controlar enfermedades transmitidas por vectores y para generar un impacto psicológico positivo. (OPS/OMS, 2000 p. 334).

Dentre os que tomam iniciativa para abrigar parentes e os mantenedores de redes informais de apoio, destacam-se as mulheres. São elas quem culturalmente tomam a iniciativa para manter o sentido de segurança para o núcleo familiar e comunitário quando abalados em desastres como estes. É o caso de Dona Lúcia, que foi o único apoio a quem a filha, Elenita, teve quando perdeu a casa levada pela correnteza às vésperas do parto de seu segundo filho:

Ela tem as coisas porque eu rodei nas casas, que eu lavo roupa, pra pedir. Eu dei a minha cama pra ela(...) fiquei dormindo no chão porque não ia deixar ela o e menino do chão. (Dona Lúcia Ribeiro Moreno, 57 anos, moradora em Alagoa Grande).

Conta Elenita, a filha gestante à época do desastre:

Era o menino já perto de nascer. Eu já tava deitada, aí mainha chegou dizendo que passaram avisando a barragem de Camará tinha estourado. Aí, no que levantou e saiu, a água já tava na cintura da gente. Aí a gente subiu pra cima, lá pra perto do teatro. Eu tava com 8 meses e quinze dias. Montamos no caminhão do meu marido, mas a água já tava cobrindo os pneus. Já era bem umas 8:30 da noite quando a gente soube e peguei o menino nos braços (Tem 2 anos. Manoel nasceu um mês depois). Perdi todo o enxoval do nenê. Aí, umas pessoas deram roupa pra ele, a família deu. Ficou bem nada. Agora estou na casa da minha sogra (minha casa era nos fundos)(...)Minha casa tinha sala, quarto, sala do meio, cozinha, banheiro. Eu tinha tv (há 4 meses tinha comprado na loja), sofá, uma mesa com 6 cadeira, 4 cadeiras de ferro, geladeira, botijão, fogão, guarda roupa, uma cama de solteiro, cômoda, berço, cama de casal e um som. Eu tinha muita coisa de cozinha também, panela, liquidificador. Perdi roupa muita, minha do meu marido e dos meninos, a gente não encontrou nada, só ficamos com a roupa do corpo. Eu acho que uns R\$4 mil é o que paga o que eu perdi, isso sem a construção. (Elenita Ribeiro Moreno, 20 anos, moradora em Alagoa Grande).

Se os desalojados contaram com solidariedade de parentes e amigos, os desabrigados foram os mais extensivamente afetados em vista da privação e estigmatização que perdura no pós-desastre. Desabrigados são aqueles que, ao perderem a sua moradia, pelo comprometimento das condições estruturais de habitabilidade da residência, deixam público a ausência de laços que são comuns aos demais: não há vizinhos que os queiram acolher, nem parentes, nem amigos, algo que, no imaginário social, remete aos anti-sociais por algum desvio de conduta. Os desabrigados deixam público, ainda, a ausência de condição econômica para provimento de um domicílio provisório; portanto, nesse mesmo imaginário, uma mescla entre incapazes e ociosos. Os desabrigados cumprem, assim, os requisitos para se enquadrarem socialmente como os *outsiders* (ELIAS E SCOTSON, 2000), os marginais, a quem o desastre tornou mais explícito a condição de párias da comunidade. Não ter para onde ir e revelar sua condição estigmatizante é um aspecto do dano severo à auto-imagem e identidade do desabrigado. Um mínimo de dignidade pessoal torna-se difícil na rotina pós-desastre: necessita de asseio, mas falta acesso a água; necessita de roupa limpa, mas fica à espera da doação da roupa usada e alheia que medianamente lhe sirva; necessita guardar o lar, mas não há espaço privado de convivência para o núcleo familiar, para extravasar o *habitus* do grupo que começa, assim, a se desestruturar emocionalmente.

A mulher, a quem tradicionalmente compete as funções de manutenção dos valores no âmbito da família, sofre como a dupla pressão, a de não poder

externar sua fragilidade individual na vivência da situação e a de manter-se como referência para os demais membros da família. Em termos psicossociais, é mais sujeita a apresentar receios de reviver a experiência do impacto, nisso ficando em ansiedade, medo e vigília constantes.

Em Alagoa Grande, no estabelecimento escolar que serviu de abrigo temporário, fomos ao encontro de uma família que bem ilustrava a desestruturação a que nos referimos. Partilhavam de um mesmo ambiente de sala de aula mais de uma família, isoladas apenas por um varal de lençóis. Um chefe de domicílio relatou-nos conflito entre vizinhos, a perda da casa, seus cálculos acerca dos danos materiais sofridos. Foi relativamente fácil, fluido, que relatasse essas perdas até que, já com dificuldade de expressar-se, a voz embargada, falou de quão penoso lhe era aquela experiência, sobretudo por retirar sua autoridade sobre os filhos que, já sem a referência do espaço privado, não lhe tomavam mais a benção. A esposa, por sua vez, contou-nos que passava as noites agarrada ao filho menor, ambos em vigília, na espera de ouvir novamente o ruído da onda. Mostra a receita do ansiolítico que lhe foi prescrito, mas reportou a incapacidade de adquiri-lo – uma vez que a família perdeu todos os bens, inclusive o dinheiro de que dispunha – e a ausência de apoio para consegui-lo. Há, portanto, junto a esta população, um extenso processo de danos imateriais, intangíveis, de sofrimento pessoal e social que não foram priorizados como objeto de ação na resposta imediata e na reabilitação.

As crianças que vivem em abrigos temporários por períodos relativamente longos muito freqüentemente desfazem parte dos vínculos de confiança e autoridade junto aos pais, quando esses se encontram fragilizados, para estabelecê-los com quem lhes possam inspirar a maior possibilidade de obtenção do amparo de que carecem, não querendo se separar daqueles que assumem o papel de novos cuidadores (OPS/OMS,2002). Quando os cuidadores são professores do estabelecimento de ensino que freqüentam, mais ainda quando é esse o estabelecimento que serve de abrigo temporário, esse segundo lar parece mais assimilável à compreensão infantil. Mas isso está longe do paraíso. O risco que haja professores assumindo papéis e funções semelhantes às maternas – alimentar, dar banho, orientar nas atividades não formais – favorece uma auto-imagem ainda mais esgarçada que as mães têm de si próprias que, com isso, se sentem ainda mais incapazes e propensas à vitimização. Trata-se, portanto, de um equilíbrio delicado a situação em que há interesse e disposição comunitária para dar provimento às necessidades infantis, supondo desonerar as mães de atribuições corriqueiras, mas colocá-las em destituição do exercício de habilidades nas quais subjazem as relações afetivas com a criança e nas quais se preserva o sentido imaterial de família.

Para crianças, a vivência de um desastre é pior do que para um adulto devido o repertório de significados que atribui à situação, um medo que não está sob controle assim como ansiedade, fobias, comportamento regressivos, agressividade e as condições de expressar o que sente (OPS/OMS, 2002). E, assim, para ela, o fortalecimento das manifestações afetividade é muito mais importante para repor um sentimento de segurança.

Enfim, tanto para os desalojados quanto para os desabrigados, uma situação pós-desastre é uma prova dura aos vínculos familiares. A perda de referência material do domicílio vai corroendo as referências do lar, o espaço privado em que são exercitados os papéis do núcleo fundamental da vida social. Por isso, mais rapidamente a reabilitação das moradias deve ser atendida pelo Estado.

Medidas de abastecimento emergencial foram tomadas no caso em tela, com remessa de cestas básicas aos desalojados e desabrigados, providência que envolveu instituições federais e estaduais, mas também, a ajuda comunitária, no meio da qual se destacam as doações de 1,5 toneladas de alimentos remetidas pela população carcerária de cinco presídios paraibanos, inclusive femininos. A doação foi possível pela renúncia dos apenados a uma de suas refeições diárias (BARBOSA, 2004a). Todavia, surgiram denúncias em torno da dificuldade de acesso, ocultação e desvio, por parte de alguns provedores e por razões políticas, das cestas doadas:

Uma das reclamações foi a de que os alimentos doados para os desabrigados estão desaparecendo de forma misteriosa. As famílias contam que durante a madrugada elas vêem caminhonetes cheias de alimentos saírem de lá, mas elas não sabem para onde vão. (Frei Anastácio, deputado estadual, em entrevista a Barbosa, 2004b).

Durante o processo eleitoral, muito do apelo das campanhas remetem ao compromisso político com o suprimento básico da família, mantendo sob estrito controle a rede da desgraça social. Não estranha a suspeita de que fração das doações dirigidas aos afetados pelo desastre tivesse sido desviada para cumprir finalidades políticas. A insatisfação de afetados com o processo indenizatório compôs, por seu turno, o quadro de perda de confiança no poder público. Por mais de uma vez, famílias atingidas acamparam as margens da rodovia PB-075 e promoveram protestos contra os valores monetários de indenização oferecidos pelo poder público. Com a interrupção do tráfego rodoviário ganha espaço na mídia, essa estratégia costuma ser utilizada por grupos vulneráveis para pressionar o Estado, reivindicando uma interlocução mais permanente e constituição de arenas participativas de negociação. Até então, os valores monetários ofertados como indenização provisória não partiam de discussão com a demanda local e não condizia, segundo ao afetados, com a sua situação de perdas e prejuízos:

Existe esse receio [de que a indenização pare na casa dos dois mil reais por família]. É natural que haja um temor da população em relação aos seus prejuízos, até porque nós somos um município pobre, numa região pobre. A maioria das pessoas tem toda uma história na construção dos seus objetos, é uma vida feita com dificuldade, é natural que haja receio. E reconhecemos que há uma demora na ajuda e ressarcimento dessas pessoas. Mas nós também salientamos que, apesar da demora, existe um compromisso formal do governo do estado com o prefeito para fazer esse ressarcimento paulatinamente. São partidos coligados, o PL do prefeito e o PSDB, do governo estadual; o governador teve o apoio da população

local e do prefeito na eleição estadual. (Eng. Wilton Carvalho Macedo, responsável pela Secretaria de Infra-estrutura da Prefeitura Municipal de Alagoa Grande).

Um dos bloqueios na rodovia, realizado pelos manifestantes, que durou aproximadamente trinta horas, foi um misto de repúdio pela omissão e, após, de manifestação de insuficiência da resposta governamental frente os danos e prejuízos sofridos. Para uns, visava à liberação da indenização que não haviam recebido e, para outros, a revisão dos valores liberados. Segundo os últimos, foi oferecido R\$ 500,00 para cobrir provisoriamente as perdas:

A gente sabe que a situação não se resolve de uma hora para outra, mas acontece que estão resolvendo da maneira errada(...) Perdi parte de minha casa, mas também todos os móveis que estavam dentro. Eu tinha comprado uma geladeira novinha há menos de três meses e isso sem falar noutros pertences como roupas, calçados, entre outros, então, não posso aceitar R\$500,00 como indenização. (Agricultor Manoel Joaquim dos Santos, em entrevista a Souza, 2004).

Após essa oferta, a quantia de R\$ 2.120,00 foi oferecida para permitir a compra o que foi chamado de kit básico de utensílios: uma tv, um fogão, geladeira, cama, mesa e quatro cadeiras e utensílios de cozinha. A morosidade do processo de pagamento, além da desarticulação entre as medidas de reconstrução das casas e de oferecimento de objetos duráveis passíveis de refazer as rotinas do lar, formou o caldo da insatisfação crescente com o Estado.

Contudo, a estratégia de garantia da interlocução, por meio do impedimento do tráfego rodoviário não foi consensual. Houve conflito entre os desabrigados que estavam no estabelecimento escolar e os desalojados na estratégia de ganhar visibilidade pública às demandas através desta estratégia de publicização da questão. Os últimos, por via de algumas lideranças, reforçaram a estigmatização dos desabrigados, por questões políticas. Argumentavam que a aceitação do abrigo temporário e sua operação por voluntários estariam sendo interpretadas pelo governo estadual como medidas de reabilitação suficientes, razão pela qual se desaceleravam as negociações em torno das indenizações. Segundo esse ponto de vista, era necessário o abandono do abrigo e desconstituição do grupo de voluntários, alguns dos quais, um professor, segundo nos relatou, chegou a ser ameaçado de morte por tais lideranças e receava retornar à sua própria casa no final das tarefas diárias junto aos desabrigados.

4. MEDIDAS PRECONIZADAS E NÃO ADOTADAS PELA DEFESA CIVIL

No âmbito da Política Nacional de Defesa Civil⁵, o desastre de Camará é classificado como um desastre relacionado com a construção civil na subclassificação de desastres relacionados ao rompimento de barragens e risco de inundação à jusante. Na referida política, a intensidade de um desastre depende

5. Segundo o que define o CODAR, Código de Desastres, Ameaças e Riscos.

da interação entre a magnitude do evento adverso e a vulnerabilidade do sistema, sendo esta quantificada em funções de danos e prejuízos. Mas, quais práticas constróem um cenário de danos ou os agrava?

No caso de Camará, há cinco aspectos a considerar.

O primeiro, o de que os danos são constituídos em proporção inversa à suficiência das medidas de prevenção e, num nível abaixo, da eficácia das medidas de alerta, resposta e reabilitação. Não houve um ambiente aberto de discussão do empreendimento, nem implantação e operação responsáveis, tampouco de informação e treinamento da população à jusante da barragem para o caso de acidentes. Ações oficiais de evacuação falharam. O elemento agravante, no nível local e em termos preventivos, foi a inexistência de uma coordenadoria de defesa civil e despreparo das demais entidades para enfrentar desastres:

Não há Defesa Civil local, instalada. Houve a presença, até rápida para os padrões da gente, do Corpo de Bombeiros de Campina Grande (que dista 58 km daqui) e Guarabira (que fica a 30km). Eles chegaram uma hora depois da inundação. Só que, lamentavelmente, a enxurrada foi tão forte que não havia como entrar na água, eles ajudarem. Eles vieram com cordas. Dada a força da água, o equipamento não era suficiente. (Eng. Wilton Carvalho Macedo, responsável pela Secretaria de Infra-estrutura da Prefeitura Municipal de Alagoa Grande).

O padrão evolutivo desse tipo de desastre, que deve ser previsível para os envolvidos em obras hídricas dessa natureza, implicaria na elaboração de planos de contingência os quais, necessariamente, deveriam envolver simulações com a defesa civil, corpo de bombeiros e demais entidades no âmbito das urgências e emergências.

Um segundo aspecto, o de que a ausência de informação prévia sobre os riscos do empreendimento hídrico, por parte das autoridades, não é apenas vácuo onde se constróem variadas análises de operadores do Estado que se entrechocam em busca de isenção de responsabilidade, mas uma situação na qual o cidadão não encontra a necessária referência do Estado, em suas várias frações, em sua proteção. ‘Se é verdade isso que me dizem, que uma onda vem chegando, por que não são as autoridades quem me diz e age, me protegendo?’, descobre-se o afetado destituído de sua cidadania. Ao procurar respostas, perde um tempo precioso na evacuação rápida do lugar, assim como comete equívocos na tomada de decisão.

Do caso de Camará, depreende-se que:

- a) a informação acerca do risco não precisa ser apenas fornecida à população vulnerável, como um direito inalienável, mas fornecida em tempo hábil para redução de seus danos físicos, psicossociais e materiais. A cultura do ocultamento não pode nem deve constituir-se em *modus operandi* aceitável nas práticas institucionais voltadas para a proteção civil num contexto democrático; e,

b) quanto maior o controle social da deliberação sobre a produção de fatores de ameaça, bem como da informação sobre como conviver com o risco, conhecido e aceito no nível local, maior a celeridade e eficácia dos procedimentos de evacuação rápida, com a adoção de linguagens e práticas céleres porque amistosas ao corpo da cultura e da sociabilidade local, o que, no geral, não é o referente da cosmogonia e das interações do meio perito.

Um terceiro aspecto é o da política de ressarcimento, que deve procurar mecanismos para reconhecer e legitimar na escuta coletiva, e também particular, dos afetados, os valores monetários referentes suas perdas materiais. Nisso, saber que não haverá homogeneidade nas falas posto a heterogeneidade e conflitos no nível local para a descrição da realidade como de resto ocorre no tecido maior da sociedade envolvente. O que é aceito socialmente como *a realidade* nada mais é do que idéias compartilhadas por um grupo que podem tencionar frontalmente com as de outros (MOSCOVICI, 2004). As representações dos acontecimentos não são necessariamente comungadas também por grupos afetados num mesmo desastre. As dimensões envolvidas na narrativa das perdas podem ser diversas, as peculiaridades dos danos e os interesses envolvidos, idem, como se viu no caso de Camará.

Tão problemático quanto prescindir da avaliação dos danos por domicílio é julgar suficiente uma avaliação técnica do imóvel afetado, adentrando o espaço privado e condenando-o com a demarcação de um “X”, visível em suas paredes frontais e externas. Técnicos da Defesa Civil não podem olvidar que a moradia condenada é um lar, portanto, um espaço de referência para o desempenho dos papéis sociais fundamentais e complementares dos indivíduos que lá habitam. Além disso, uma vez perdida a estrutura material do domicílio, os demais papéis exercitados nas outras esferas da vida ficam prejudicados. Quando se foge rapidamente da correnteza das águas, apenas com a roupa do corpo, fica-se temporariamente sem referências para prosseguir o jogo social e esse jogo deixa, de certo modo, de ter a importância de outrora. O próprio território do jogo modifica-se para pior: ‘onde estão os fluxos e fixos regulares em que posso me apoiar?’, é uma indagação freqüente entre os desalojados e desabrigados.

Novos atores entraram no jogo sem as apresentações devidas à comunidade, esclarecendo quais são suas funções e canais de acesso disponíveis: ‘a quem dirigir minhas demandas mais imediatas acerca disso ou daquilo?’, é outra indagação que inevitavelmente surge. Assim, a ausência ou insuficiência de apresentações públicas dos órgãos envolvidos nos procedimentos de apoio aos afetados é desorientadora das regras de interações entre as partes. Em termos governamentais, cabe à Defesa Civil essa coordenação, integrando, fazendo a ponte com os fragmentos de Estado que darão suporte de alimentação, vestuário, saúde, abrigo, indenização, reconstrução, os quais não são facilmente reconhecíveis, assimiláveis ou acessíveis ao afetado. Quando os laços do cotidiano são rompidos sem que haja reconhecimento das novas redes instauradas, os grupos afetados por desastres têm diante si uma difícil tarefa de decodificação do mundo em desordem.

Linguagens (jargões e siglas), uniformes, rituais distintos, fazem desses fragmentos de Estado uma parafernália que distancia o afetado da interlocução ao invés de aproximá-lo e gera uma tortura à parte ao cidadão desatendido. É preciso considerar que tais fragmentos peritos precisam estar a serviço do cidadão, nos termos da cidadania, e não o contrário.

Em quarto lugar, a contabilização dos desabrigados e as providência de seu deslocamento para abrigos temporários, sendo uma tarefa partilhada entre vários órgãos, deveria ceder espaço para a tarefa de retirar tal população o mais rapidamente desse *status* estigmatizante, envolvendo-a ativamente na sua reabilitação para não incitar uma vitimização secundária, com riscos de danos psicossociais mais extensos que o desastre em si. Conforme recomendação multilateral (OPS/OMS, 2002; 2003), as medidas recuperativas deveriam esforçar-se para mitigar a perda de igualdade social bem como as assimetrias de atendimento em vista dos precários vínculos sociais, afetivos, políticos e econômicos dos desabrigados. Se acerto houve no alojamento temporário no caso de Camará, foi o da adoção do critério de não romper-se a unidade familiar.

Todavia, a perda de privacidade, a demora na solução permanente, a convivência constante de grupos com valores, crenças e práticas divergentes, engendrou um exercício de uma tolerância muito difícil de manejar no conjunto de uma população já descompensada e no limite: são, todos ali, suscetíveis à curiosidade pública, expostos ao olhar indiscreto e incriminador, obrigados ao contato indesejável, impedidos de demonstrações espontâneas de querência ou desagrado, sem condições de reclamar da insuficiência sanitária e diferenças de hábitos de higiene, de alimentação, dentre outros, indivíduos que acabam prostrados, no alheamento oriundo desses estressores secundários. Quanto mais se prolonga a situação, mais se deteriora a imagem do indivíduo e da família perante ela mesma e perante a comunidade envolvente. Tudo conspira para que se tornem s párias, se reafirmem como tal diante o Outro.

Há que se destacar, com último aspecto, a vulnerabilidade dos que ajudam em tais abrigos, suscetíveis a chamada ‘síndrome da compaixão’. Os voluntários em abrigos colocam-se em risco de elevado nível de estresse, submetendo suas próprias rotinas à realidade dos desabrigados, muitas vezes sendo solicitados para além das suas condições físicas e emocionais de resposta (OPS/OMS, 2003). Quanto mais tênue a vinculação institucional dos voluntários, mais frágeis se tornam frente aos que se rebelam, como no caso de Camará, em que foram vistos como obstáculo à constituição de uma interlocução política consistente com o governo estadual. Não se deve abrir mão da ajuda comunitária, tampouco desvalorizar a solidariedade, mas propiciar que essa ação encontre o respaldo institucional adequado. Voluntários devem ter clareza de que são mediadores entre o cidadão fragilizado e o Estado, não em sufocamento da cidadania do primeiro nem em substituição ao último. A capacidade operacional de abrigos não supõe apenas a disposição comunitária, mas treinamento específico de voluntários para lidar com a situação sem comprometer sua própria integridade física e sócio-psicológica.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Muito comumente, os desastres constituem-se da soma de diversos riscos ignorados ou mal gerenciados, isto é, de ameaças mal avaliadas assim como de uma compreensão incompleta da vulnerabilidade social frente às mesmas. Os barramentos de rios não são apenas incitadores de oportunidades múltiplas de uso da água; são, igualmente, fatores de perigo para a população à jusante, modificando o tipo de susceptibilidade em que a mesma se encontra no território. Não é mais a limitação do abastecimento, mas o de excesso d'água, o que pode colocar a vida em risco.

No caso do colapso da barragem de Camará, as decisões de implantação do projeto, assim como a de gestão do desastre que derivou dos erros de execução das obras, mantiveram a lógica de orbitar sempre num espaço tecnocrático.

Não foi apenas uma causa técnica – o rompimento da ombreira esquerda da barragem – o que deflagrou danos materiais e humanos à jusante. A escassa responsabilização pública pela comunicação do risco à população foi o maior dos erros imediatos, estruturalmente associado à cultura política do ocultamento de informações vitais para a segurança do público. O jogo do vai-e-vém de autoridades acerca das responsabilidades sobre o sucedido prevaleceu ao atendimento aos afetados. Das dimensões relevantes do desastre, a vulnerabilidade política dos que se encontram na área de influência das obras hídricas foi o mais destacado aspecto, donde derivaram os danos sócio-econômicos e psicossociais.

Nisso, dizer que as barragens precisam, definitivamente, passar a ser decididas num espaço social no qual, se aceitas as obras, isso venha incluir a elaboração e viabilidade dos planos de contingência, melhorando a resistência e segurança dos que estejam sob os efeitos diretos de um eventual colapso das obras civis.

A desconfiança em torno dos grupos políticos envolvidos precisaria ser contraposta à possibilidade de tornar a população afetada protagonista de sua recuperação. Isso incluiria o aumento do controle social sobre a obra hídrica, caso venha ser recuperada, a fim de que a dinâmica do espaço não seja mais vista como algo que conspira contra as rotinas públicas e privadas do lugar. A participação da população afetada em atividades que visem o restabelecimento da normalidade é algo legítimo. E, ainda, recomendável pelas agências multilaterais no tema de desastres, direitos humanos e saúde. Trata-se de aumentar a reflexividade em torno das práticas que materializam o que se entende por progresso e também por riscos.

O que se viu com o caso de Camará foi omissão da prevenção e falta de efetividade da resposta, a comunidade reagindo na sua reabilitação e assumindo tarefas para as quais não houve preparação prévia, um sistema no qual as demandas não encontraram uma interlocução afirmativa com o Estado. O exercício histórico do poder político no país, e não só na Paraíba, se deu alijando a população empobrecida do controle dos seus meios e modos de vida. Um desastre revela apenas mais uma faceta desta heteronomia.

A ausência de medidas preventivas, assim como a demora e insuficiência das ações públicas de reabilitação e reconstrução em Alagoa Grande, sinalizam que o sistema de confiança que ainda restava nas forças políticas regionais pode estar sendo paulatinamente desfeito. O que decepciona, para os afetados que assistem as estratégias de desresponsabilização dos envolvidos, talvez seja menos a tendência de subestimação, por parte do governo estadual, das perdas materiais e falta de urgência nas medidas reparadoras, e mais a possibilidade de impunidade dos envolvidos, o que gera um dano psicossocial relevante, porque passível de desmoralizá-los perante si mesmos e destruir mais profundamente o sentido e o valor de sua existência (OPS/OMS, 2002).

Entretanto, há que se considerar a possibilidade de que um eventual esgarçamento na relação dos afetados com as forças políticas regionais possa fazer emergir uma mobilização popular favorável à renovação das práticas de gestão pública. As efetividades da prevenção e da primeira reposta poderiam ter jogado a favor da minimização dos efeitos mais concretos das perdas, incluindo as imateriais, subjetivas e inestimáveis, o que não houve no caso de Câmara. Mas, nesse caso, a ausência de êxito joga a favor da reavaliação do quadro de valores e referências para a coesão da comunidade local e sua interlocução com as demais escalas do poder público, além do nível local.

Se a tradição política é o que cega para o risco, o desastre é o que permite o despertar para uma nova compreensão e prática sociopolítica.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA NORDESTE. PB: 600 desabrigados, 3 mortos, 6 desaparecidos. Brasil, p.1, 18 jun. 2004. Disponível em <http://www.agne.com.br/noticia.asp?not=1171&data_edicao18/6/2004>. Acesso em: 29 dez.2004.
- ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA. Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar possíveis irregularidades quanto ao arrombamento da barragem “Camará” bem como apontar suas causas e definir responsabilidades: relatório parcial. João Pessoa, 1-41, dez 2004. Disponível em http://www.paraiba.pb.gov/camara_relatorio/relatorio_cpi.shtml. Acesso em 30 dez.2004.
- BARBOSA, A. AL aprova pensão para vítimas de Camará. Correio da Paraíba, João Pessoa, B-2, 29 jul. 2004a.
- BARBOSA, A. Deputado denuncia politicagem. Correio da Paraíba, João Pessoa, B-2, 30 jul. 2004b.
- BORDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- DOUGLAS, M. **Risk and Blame: essays in cultural theory**. London and New York: Routledge, 1992.
- ESTRATÉGIA INTERNACIONAL DE REDUÇÃO DE DESASTRES. **Mejorando la información y la análisis sobre el impacto de los desastres**. Cápsulas Informativas, Geneve, ano 1, n. 4, 2001.
- ELIAS, N. & SCOTSON, J.L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Petrópolis: Zahar, 2000.
- FOLHA ON LINE. Rompimento de barragem causa ao menos 3 mortes na Paraíba. Folha de S Paulo, São Paulo, p.1, 18 jun. 2004. Disponível em : <<http://www.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u95859.shtml>>. Acesso em: 28 dez. 2004a.
- FOLHA ON LINE. Governo da PB confirma quinta morte após rompimento de barragem. Folha de S Paulo, São Paulo, p.1, 20 jun. 2004. Disponível em : <<http://www.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u95859.shtml>>. Acesso em: 28 dez.2004b.
- GONÇALVES J.C.et al. Análise das alterações de comportamento do mercado de terras rural provocadas pela implantação de megaprojetos hídricos. In: FELICIDADE et al (orgs). **Uso e gestão**

de recursos hídricos no Brasil: velhos e novos desafios para a cidadania. São Carlos: RiMa Editora, 2001, p.149-164

GUIVANT, J. A trajetória das Análises de Risco: da Periferia ao Centro da Teoria Social. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 46, nº2, p.3-38, 1998.

IRWIN, A. **Sociology and the environment:** a critical introduction to society, nature and knowledge. Brunel University, 2001.

MARTINS, R. C. & VALENCIO, N.F.L.S. A concretude da moderna crise sócio-ambiental. In: MARTINS, R.C.; VALENCIO, N.F.L.S. (orgs). **Uso e gestão dos recursos hídricos no Brasil:** aspectos teóricos e político-institucionais. São Carlos: RiMa Editora, 2003, p.21-34.

MINISTERIO PÚBLICO FEDERAL/PROCURADORIA DA REPUBLICA NA PARAÍBA/MINISTERIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA. I.C.P. n.º 1/24.000.00004/0/2004-03. João Pessoa, p 1-54., dez. 2004. Disponível em http://www.prpb.mpf.gov.br/netware/internetdocs/noticias/camara_acp_improbidade.doc. Acesso em 30 dez.2004

MORAES, A. C. R. & COSTA, W. M. **A valorização do espaço.** 2ªed. São Paulo: Hucitec, 1984.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais:** investigações em psicologia social. 2ªed. Petrópolis: Vozes, 2004.

NORMANDE, E.. Avaliação de impacto ambiental em lagos e represas. São Carlos. 27pp. Monografia. CRHEA/USP, 1993.

PAIVA, M. **Grandes represas no Brasil.** Brasília: Editerra, 1986.

OLIVEIRA, E. & ALBANO, M. Vítimas de queda de barragem bloqueiam rodovia na Paraíba. Folha de S Paulo, São Paulo, C-3, 30 jul. 2004.

ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD. **Los desastres naturales y la protección de la salud.** Publicación Científica, Washington D.C, v.575, 2000.

ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD/ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD. **Protección de la salud mental em situaciones de desastres y emergencias.** Serie Manuales y Guías sobre Desastres. Washington D.C, n. 1, 2002.

_____. **Preparativos de salud para situaciones de desastres: guía para el nivel local.** Serie Manuales y Guías sobre Desastres, Quito, n. 3, 2003.

RIBEIRO, W.C. Água doce: conflitos e segurança ambiental. In: MARTINS, R.C.; VALENCIO, N.F.L.S.(orgs.) **Uso e gestão dos recursos hídricos no Brasil:** desafios teóricos e político-institucionais. São Carlos: RiMa Editora, 2003a, p. 71-80.

_____. O Brasil na ordem ambiental internacional. In: _____. **Patrimônio Ambiental Brasileiro.** São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003b, v.1. p. 601-619.

ROSA, L. P et al (coord). **Impactos de grandes projetos hidroelétricos e nucleares: aspectos econômicos e tecnológicos, sociais e ambientais.** Rio de Janeiro e Brasília; AIE/COPPE e Editora Marco Zero em co-edição CNPq, 1998

SECRETARIA NACIONAL DE DEFESA CIVIL. **Política Nacional de Defesa Civil.** Brasília, p. 97, jan. 1995. Disponível em : <<http://www.defesacivil.gov.br>>. Acesso em 30 dez. 2004.

SOUZA, F. Famílias de Alagoa Grande fazem protesto. Correio da Paraíba, João Pessoa , B-1, 29 jul. 2004.

VAINER, C.B. Grandes projetos e organização territorial: os avatares do planejamento regional. In: MARGULIS, S. (ed). **Meio ambiente:** aspectos técnicos e econômicos. Brasília: IPEA/PNUD, 1990, p.179-211.

VALENCIO, N.F.L.S. **Grandes Projetos Hídricos no Nordeste:** implicações para a agricultura do semi-árido. Natal: Ed.UFRN, 1995.

VALENCIO, N.F.L.S. et al. **Grandes Projetos Hídricos no Estado de São Paulo.** Relatório Final de Pesquisa. São Paulo: Fapesp, processo 95/9389-8, 1997.

VALENCIO, N. F. L. S. et al .A água como valor social: considerações acerca de uma prática acadêmica em torno do tema. In: FELICIDADE et al (orgs). **Uso e gestão de recursos hídricos no Brasil:** velhos e novos desafios para a cidadania, São Carlos: Ed RiMa, 2001, p. 3-16.

VILLA, M.A . **Vida e Morte no sertão:** história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX. SP: Editora Ática, 2000.

SEÇÃO III

EDUCAÇÃO PARA REDUÇÃO DE DESASTRES

MAQUETES INTERATIVAS: FUNDAMENTOS TEÓRICOS, METODOLÓGICOS E EXPERIÊNCIAS DE APLICAÇÃO

NORMA VALENCIO

MARIANA SIENA

VICTOR MARCHEZINI

INTRODUÇÃO

Os eventos extremos relacionados às Mudanças Climáticas Globais e o crescimento desordenado das cidades, com a ampliação do contingente populacional empobrecido e em precárias condições de territorialização, é um quadro desafiador à Defesa Civil e àqueles que, sob sua coordenação, lidam com a gestão de desastres no Brasil. Na América Latina e Caribe, o anuário Estatístico de 2008 aponta a ocorrência de 4.875 perdas humanas em decorrência de inundações no período de 2003 a 2006, quando aproximadamente 3 milhões de pessoas foram afetadas (CEPAL, 2008). Em algumas regiões do país, em especial no Centro-Sul, os desastres relacionados às chuvas podem se intensificar nas próximas décadas gerando danos humanos, materiais e ambientais sem precedentes. Isso indica que está tomando corpo o cenário no qual a vulnerabilidade de significativos contingentes populacionais está potencialmente agravada. O conceito de vulnerabilidade aqui utilizado diz respeito à susceptibilidade de indivíduos ou grupos que, inseridos num ambiente hostil, demonstram escassa capacidade de defesa e de adaptação e tendem, assim, a vivenciar processos de deterioração de toda a ordem rumando ao perecimento. A redução da vulnerabilidade exigiria, pois, uma complexa percepção do meio sócio-ecológico e de novas formas de governança (ADGER, 2006), o que inclui, necessariamente, democratização de acesso a meios materiais e tecnológicos para proteger-se das adversidades que os fenômenos climáticos poderão impor.

No desenho corrente de desastres, a intensificação da precipitação pluviométrica, seja pelo aumento do volume das chuvas ou sua concentração, associa-se as más condições de drenagem urbana e à fragilidade das condições construtivas de moradias de populações empobrecidas inseridas nas bordas periféricas das cidades brasileiras. Milhares de famílias, ano após ano, vêm o vento, as águas pluviais e a lama arrastarem e destruírem seus bens móveis e imóveis, constituídos sob grandes esforços e o refazimento de suas moradias e de seu cotidiano exige-se sacrifícios ainda maiores sem que o poder público e a sociedade em geral estejam se dando conta da responsabilidade de amparar e garantir a cidadania dos afetados para manter a coesão social mínima da identidade coletiva chamada nação.

Se os grupos sociais constituem seus processos de territorialização conforme a distribuição das estruturas de capital - isto é, replicando a estrutura de classes sociais -, na ocorrência de um desastre os danos havidos não são identificáveis apenas através de posições geográficas, mas pela lógica de espacialização das relações sociais, sobretudo das relações de poder, subjacentes ao tipo de desenvolvimento ali contido.

Ventos fortes, aumento e descontrole de águas pluviais que levam águas contaminadas e lama aos domicílios, como também danificam equipamentos públicos podem, de fato, contribuir para o agravamento dos revezes cotidianos em camadas privilegiadas da sociedade que partilham o território citadino com populações historicamente fragilizadas, socializando-se, por assim dizer, os perigos aos quais ambas estão expostas; todavia, são distintas as condições para suplantar as adversidades (VALENCIO et al., 2004). Ainda que os grupos empobrecidos sofram mais com um desastre, o ente público, no Brasil, diante de um cenário do desastre, tende a dar prioridade à solução dos transtornos que recaem sobre os mais ricos, porque esses têm condições de influir diretamente nas instâncias de poder para fazer punir os agentes do Estado que não se colocam ao seu serviço conforme suas expectativas (VALENCIO, 2007).

No país, ampliam-se os contingentes que, na área urbana, inserem-se em habitações subnormais, denotando uma dinâmica de disputa territorial que induz os empobrecidos a conviverem com as chuvas como um risco permanente (ALVES, 2006). Trata-se de um cotidiano de aflição não apenas em relação à integridade de suas moradias, mas à vida da família ali estabelecida. Enxurradas, enchentes, deslizamentos e afins são fatores que induzem óbitos, respectivamente, por afogamento, doenças de veiculação hídrica e traumatismo (BRASIL, 2005).

A afetação dos mais vulneráveis inclui danos à vida social e emocional dos que têm sua moradia danificada ou destruída, porque seus bens, de difícil reposição, são os que ancoram a identidade do grupo familiar e a de seus membros individualmente, nos múltiplos papéis sociais que precisam desempenhar no mundo privado e público. Trata-se do(a) chefe de família que perde seu material ou local de trabalho - como oficinas mecânicas, mercearias de bairro, farmácias, carrinhos de pipoca e hot dogs, máquinas de costura - donas de casa que perdem fogão, geladeira, estudantes que perdem uniformes, livros, cadernos. Conforme Abramovay (2000, p.385), “um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades”, ou seja, é nele que são (re) produzidas as práticas cotidianas dos moradores, nas suas rotinas, nos seus fixos e fluxos, estabelecendo o seu sentido de ser no mundo. Se esse território é desorganizado numa situação de desastre, rompendo-se aquilo que é entendido como a normalidade do local, desarrumam-se também as rotinas e as referências de ser no mundo daquela população.

No âmbito da família, este desarranjo é muito mais deletério para a criança (EIRD/UNICEF, 2006). Isso porque ela está elaborando significados do mundo ao seu redor que se ajustem às suas capacidades – cognitivas, físicas, emocionais – que ainda estão em pleno desenvolvimento. De acordo com a teoria

piagetiana, os dois princípios básicos que orientam o desenvolvimento humano são: a organização e a adaptação. A criança organiza sua experiência em estruturas cognitivas de *operação*, isto é, manipulando idéias, realizando associações livres que podem ser reversíveis. Ao interagir com o meio, as estruturas pré-concebidas de respostas passam por novas experiências, as quais exigirão adaptação. A adaptação ocorre por meio de processos de *assimilação*, ou seja, quando idéias ou conceitos previamente adquiridos são utilizados para entender novas idéias. A *acomodação* é o passo seguinte, quando são modificados os conceitos existentes em resposta às influências do meio. O resultado desses processos é um estado temporário de equilíbrio ou estabilidade cognitiva (MUSSEN et al, 1995). Segundo Piaget (1990, p.20), “na medida em que é procurado um equilíbrio estável entre a assimilação e a acomodação, pode-se falar, pois, de adaptação propriamente inteligente”.

O autor acreditava que a experiência ativa com o mundo era decisiva para o crescimento cognitivo. Mussen *et al.* (1995, p.261) afirmam que a tese central de Piaget é a de que “as pessoas são ativas, curiosas e inventivas ao longo de sua vida. Assim, as crianças constroem seu mundo, impondo uma ordem nas informações que elas recebem por meio dos sentidos”. Quando o ordenamento que a criança faz do mundo falha, em virtude de uma desestruturação do ambiente onde se situa, incluindo a afetação física dos membros da família – como é característico nos desastres –, ela tem dificuldades em utilizar suas capacidades para aquilo que enxerga considerando-se, inclusive, um *timing* apropriado para decidir por novas práticas em prol de sua própria segurança. Assim, a criança pode apresentar-se muito vulnerável aos fatores de ameaça natural, como descargas elétrica, rajadas de vento, deslizamentos de terra, enxurradas e inundações.

Podemos dizer que a criança está sujeita a quatro tipos de vulnerabilidade na circunstância de desastres, a saber:

- ♦ *vulnerabilidade física*, já que ainda não tem pleno desenvolvimento das suas habilidades para tirar o seu corpo de uma situação de perigo: não tem força, não tem destreza e não desenvolveu coordenação completa;
- ♦ *vulnerabilidade cognitiva*, pois os processos para reelaborar o mundo exterior que correspondam às noções de segurança e perigo estão em plena elaboração;
- ♦ *vulnerabilidade emocional/psíquica*, pois a condição dela responder em termos de destemor, ou medos, é ainda muito instável, ou seja, não tem pleno domínio do controle emocional para permitir pensar adequadamente em torno de uma estratégia eficaz para sair da situação de perigo (VALENCIO *et al.*, 2007); e
- ♦ *vulnerabilidade social*, uma vez que a vivência de um desastre pode ser uma experiência de maior ou menor sofrimento em função de como a teia de relações que a criança tem cotidianamente a ampara na ocasião, e como, pela forma como tal teia se porta, a criança se sente segura. Por exemplo, se a coesão da família ocorre, mesmo quando perde sua

moradia e é obrigada a viver em locais como abrigos temporários, a criança pode se sentir menos impactada. Porém, se um membro provedor da família é ferido ou morre e deixa de dar assistência à ela, ou se outra base de socialização, como a escola, se inviabiliza, a dimensão emocional/psíquica da criança pode ser afetada deletariamente.

O enfrentamento da morte, em nossa cultura judaico-cristã, está calcado no mito da velhice, ou seja, a morte sendo algo natural somente para os muito idosos e, ainda, associada a doenças prévias que acometem, no geral, os mais idosos. Vivemos “na cultura do prazer e do consumo em que a dor e o sofrimento nos escandalizam e chocam (...) predomina verdadeira repulsa pela morte em cultura marcada pelo individualismo e materialismo” (LIBANIO, 2006, s/n). Assim, a vivência no desastre e a perda inesperada de um ente da família é algo perturbador para o grupo e ainda mais contundente para a criança, sujeita às várias vulnerabilidades anteriormente citadas. O “fantasma da morte” tende a assombrá-la, em divagações tenebrosas, ansiedades, somatizações e afins e uma mudança de comportamento social pode ser facilmente identificável.

Para crianças que testemunharam desastres ou têm vivência deles, o acontecimento é retido na memória de uma maneira ímpar, com a possibilidade de uma retenção persistente na lembrança, orientadora tanto de precauções cabidas ou descabidas quanto também de fobias e traumas. Daí porque ser pertinente não apenas a priorização dos cuidados de saúde mental nas crianças nesse contexto como também indagar: haveria meios, em termos de atividades lúdicas e interativas, para que a experiência da perda, da privação e do sofrimento permitisse à criança fazer uma (re) elaboração da vivência do desastre, ampliando sua compreensão dos acontecimentos? E, em havendo, quais são as possibilidades dessa (re) leitura auxiliá-la a ser mais pró-ativa e resiliente diante da recorrência dos perigos? Isto é, quais estratégias podem colaborar para que a criança rearrume as interpretações de suas experiências do passado para agir na construção de um futuro mais seguro para si diante do risco?

Em geral, no Brasil, as memórias infantis sobre o processo do desastre são desconsideradas e não há estratégias de reabilitação e recuperação que levem em conta a sua opinião. Por isso, agências multilaterais, como a EIRD (Estratégia Internacional para Redução de Desastres) e a UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) têm ressaltado a importância das crianças estarem preparadas tanto para garantir a sua segurança pessoal quanto a de terceiros frente a situações adversas, o que tem levado progressivamente a que vários órgãos de Defesa Civil realizem atividades preventivas com o grupo no tema de redução dos desastres, particularmente junto aos estabelecimentos escolares circunscritos às denominadas áreas de risco. Em consonância a esse esforço, numa interface entre os pressupostos do debate atual em sociologia dos desastres e da abordagem pedagógica construtivista, o Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres da Universidade Federal de São Carlos – NEPED/UFSCar desenvolveu uma tecnologia de educação em desastres denominada *Maquete Interativa*, para ser utilizada por diversos sujeitos em diferentes contextos. Por exemplo, no contexto de interação de agentes de Defesa Civil com o público

infantil, no contexto de discussão dos desastres em sala de aula, numa perspectiva curricular transversal e outros.

A maquete interativa é um recurso didático no tema de desastres cujos elementos materiais que representam alguns dos fixos e fluxos sócio-ambientais da localidade - incluindo aspectos da geografia física como topografia e hidrografia - dão base a uma dinâmica de grupo, lúdica e reflexiva, junto ao público infantil, mas também podendo dar suporte a dinâmicas de grupo com vários outros sujeitos, como na coordenação da defesa civil junto a órgãos locais para fins de planejamento de ações de prevenção, preparação, resposta e reconstrução seja num bairro, num município, numa bacia hidrográfica, numa unidade de conservação e outros.

Da mesma forma que é importante, à criança, desenvolver meios de receber, refletir e reelaborar a experiência significativa do desastre, miniaturizando o conjunto das relações no território para verificar a complexidade da situação, é também importante, para o gestor, usar estes mesmos meios para ter uma noção do todo. Significa dizer, das perdas e dos danos que envolvem a comunidade afetada, incluindo o tecido social no seu recorte etário, de gênero, étnico-racial, ocupacional, dentre outros. Nesse trabalho, serão descritas algumas das experiências de aplicação da maquete interativa tanto com grupos de crianças quanto com grupo de gestores públicos que permitiram validá-la como recurso de ensino-aprendizagem no tema dos desastres.

1. ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Embora a utilização de maquetes em uma relação de ensino-aprendizagem seja um recurso usual em áreas como engenharia, geralmente o uso desta ferramenta é feito para o meio perito mostrar ao público em geral a miniaturização de um mundo ideal que sofrerá a sua intervenção. Por exemplo, para mostrar como um empreendimento imobiliário que, na realidade concreta, está apenas nas fundações, ficará após concluído (ali incluído, não raro, cenas com pessoas e carros, arborização etc que mostra uma nova ordem do espaço em que tudo está bem integrado e todos são felizes).

Porém, o princípio da *Maquete Interativa* não é o de oferecer um modelo de ordem espacial, mas permitir que, a partir de uma base territorial, os sujeitos estejam livres para elaborar sua forma particular de interpretação do espaço, fazendo, desfazendo e refazendo a paisagem com as associações das mais diversas entre os elementos que tenha a mão e cujos significados são, pelo sujeito, atribuídos. A miniaturização do território, cuja cena pode ser vista dinamicamente, é capaz, em primeiro lugar, de reproduzir tanto uma representação espacial de riscos, como a representação de ideais de organização quanto, ainda, várias interpretações de um mesmo desastre. Em segundo lugar, a construção e a desconstrução dos cenários resultam da negociação de sentidos entre os participantes, isto é, subsidia a comunicação verbal ao permitir que o interlocutor seja remetido à situação cuja interpretação almeja alcançar validação. Os sujeitos que a manejam podem, de acordo com os objetivos propostos, projetar e manejar processualmente os acontecimentos, colocando os

elementos ambientais, materiais e humanos no território, por exemplo, desde um momento pré-desastre até o pós-desastre. É, enfim, um recurso que auxilia uma atividade, ao mesmo tempo, lúdica e reflexiva, ou seja, na essência, pode auxiliar a capacidade de pensar, de organizar idéias, de ouvir o Outro, aumentando o arcabouço interpretativo do mundo e a integração social dos envolvidos, embora uma interação que leva a aparência de uma simples brincadeira.

A recorrência do testemunho e das vivências, bem como a curiosidade diante do catastrófico, não permitem a indiferença de todos nós, sobretudo das crianças. Assim, é possível que crianças, a depender de sua faixa etária e grau de exposição a informações sobre desastres, demandem explicações acerca de tais fenômenos. É salutar que tais explicações, quando solicitadas, não lhes sejam negadas. Se a chegada da época das chuvas marca de insegurança e incerteza o cotidiano de sua família, o temor infantil frente aos fatores de ameaça (por exemplo, ventos fortes, precipitações intensas, descargas elétricas) pode ser paulatinamente substituído por um avanço da compreensão da dinâmica sócio-ambiental dos riscos à medida que a criança se desenvolve.

1.1 A UTILIZAÇÃO DE MAQUETES INTERATIVAS NO AMBIENTE ESCOLAR

O NEPED/UFSCar iniciou a aplicação do recurso de maquetes interativas no ambiente escolar visando tratar do tema dos desastres relacionados às chuvas com crianças do Ensino Fundamental, circunscritas à faixa etária dos 6 aos 12 anos de idade, isto é, quando as mesmas estão, segundo Piaget, no estágio de desenvolvimento denominado operatório concreto. Piaget entende que o desenvolvimento se processa descontinuamente, numa seqüência de quatro estágios. A transição de um estágio para outro leva a uma reorganização fundamental da maneira que a criança constrói (ou reconstrói) e interpreta o mundo. Para Piaget, os quatro estágios do desenvolvimento da criança são: o sensório-motor (de 0 a 18 meses); o pré-operacional (de 18 meses a seis anos); o operacional concreto (de seis a doze anos); e o operacional formal (de doze anos em diante).

No estágio operatório concreto, as crianças se tornam capazes de envolverem-se em operações mentais que são flexíveis e inteiramente reversíveis, podendo descentrar; isto é, percebem vários atributos de um objeto ou evento simultaneamente. Ocorre algo muito importante neste período: a passagem do egocentrismo inicial para a reciprocidade. A criança procura cada vez mais participar de atividades em grupo e a turma representa a tentativa de criar um núcleo social próprio. Neste momento, o grupo começa a dominar a vida da criança, ditando o estilo de roupas a usar, determina o tipo de atividade lúdica e dá a ela uma idéia sobre direitos e deveres.

Ao compreender o comportamento e os sentimentos dos que a cercam, a criança é capaz de condover-se com o sofrimento alheio e sensibilizar-se com as emoções de outras pessoas. Daí apreende o que significam verdadeiramente a solidariedade e compartilhamento de regras comuns. Portanto, a partir desse estágio, a criança pode favorecer-se da utilização de maquetes interativas para refletir acerca da dinâmica socioambiental envolvente, utilizando objetos

palpáveis que incitem a observação de fenômenos multifacetados e complexos, como os desastres, buscando internalizá-los para fazer parte ativa de uma *praxis* social voltada para a sua segurança e de seu meio.

A maquete interativa, nesse aspecto, fornece não apenas uma base material em que cenários podem ser arrumados, desarrumados e re-arrumados conforme a reflexão da criança, mas uma base material, em pequena escala, para que a mesma perceba, compreenda e atue, a uma distância emocionalmente mais segura, no rememorar das perdas e danos produzidos vivenciados ou testemunhados. Por meio de materiais miniaturizados (casas, veículos, árvores, bonecos) podem ser feitos, desfeitos e refeitos ordenamentos do espaço como algo dinâmico e passível de uma observação tridimensional (altura, largura e profundidade). Essa dinamicidade é que dá o sentido histórico da constituição do território, pois é uma tarefa que demanda ações coletivas de prevenção, preparação, resposta e reconstrução que podem ser feitas pelos diversos sujeitos em busca da constituição de uma comunidade mais segura.

Para a realização da atividade com a tônica de desastres relacionados às chuvas, foi desenvolvido um roteiro de oficina na qual a produção social do lugar fosse feita pelas crianças processualmente. Por este roteiro, se solicitava às crianças que partissem da paisagem natural/original do território (com referentes mínimos topográficos e hidrográficos da localidade) para ali assentarem, conforme sua visão, os diversos grupos sociais, em fixos e fluxos públicos e privados, conflitantes ou não. Para tanto, era deixado à disposição, fora da maquete, mas disposto dentro da sala onde se realizava a oficina, variados elementos materiais públicos e privados (casas, estabelecimentos comerciais, hospitais, escolas, automóveis etc.), ambientais (diferentes tipos de vegetação, pássaros, animais terrestres domesticados, de criação e selvagens, peixes) e humanos (diferenciados em gênero, etnia-raça, idade e pessoas com deficiência) (vide figura 1).

Com o aporte deste roteiro, as crianças criaram espaços representativos, segundo o olhar do grupo, do lugar de sua vivência cotidiana (bairro ou cidade ou ilha). Uma vez o reconhecimento de que a miniaturização era representativa do lugar, as crianças passavam a abordar o tema dos riscos, isto é, dos fatores de ameaça natural (ventos fortes, chuvas, raios) e a diversas dimensões de vulnerabilidade que os elementos da paisagem apresentavam na forma como foram colocados. Utilizando materiais que simulavam um conjunto de nuvens (saquinhos com pequenas bolinhas), as próprias crianças, cada qual com sua nuvem, vindo numa mesma direção, como uma frente fria, ‘fizeram chover’ no território. Outras, como Zeus, tinham em suas mãos raios e foram incumbidas de arbitrar sobre onde (ou sobre quem) as descargas elétricas seriam jogadas. Isso, num contexto em que rajadas de vento sopravam, arrebatando coberturas de moradias e postos de gasolina, fazendo cair fiação elétrica de postes nas ruas e árvores e outros constrangimentos à vida social local. Finda essa etapa, as crianças eram solicitadas a refletir sobre as alterações havidas na paisagem, analisando as várias dimensões de destruição e as razões para aquilo ter acontecido, isto é, analisar qual era a vulnerabilidade de cada sujeito frente

aquele fator de ameaça (vide figura 2). Vale ressaltar que, por fim, o desastre não era o final do roteiro, mas o fenômeno que, ligando o passado ao futuro, deixava lições pra a reconstrução em bases mais seguras. Isto é, uma experiência de aprendizagem para que processos de territorialização futuros fossem feitos dentro de uma concepção de redução de vulnerabilidade, o que exigiria acordos para restringir certas práticas de espacialização e buscar apoio para outras.



Figura 1 Aspectos construtivos, hidrográficos e humanos semelhantes ao da localidade onde foi realizada oficina com crianças da 1ª série do Ensino Fundamental, município de São Carlos/SP.



Figura 2 Impactos das chuvas no território da maquete: cenário produzido por crianças da 2ª série do Ensino Fundamental, município de São Carlos/SP.

O roteiro de aplicação referido pautou-se pelos pressupostos de tratamento dos Temas Transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's). O entendimento do tema de desastres pelo NEPED é que o mesmo tem caráter transversal, podendo ser abarcado nas áreas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História e Geografia, Arte e Educação Física, permeando a concepção, os objetivos, os conteúdos e as orientações didáticas de cada área. Ademais, o fazer da maquete, em suas sucessivas etapas, é um fazer coletivo, em que as decisões de produção do território competem às crianças, as quais refletem sobre as consequências das escolhas conjuntamente adotadas com os recursos de conhecimento que as áreas supra lhes fornecem, pois “a transversalidade pressupõe um tratamento integrado das áreas e um compromisso das relações interpessoais e sociais escolares com as questões que estão envolvidas nos temas” (BRASIL, 1997, p. 45).

2. EXPERIÊNCIAS COM A UTILIZAÇÃO DE *MAQUETES INTERATIVAS*

A seguir, sintetizaremos três dentre as várias experiências de aplicação da *Maquete Interativa* como recurso didático para desenvolvimento da temática de educação para a redução de desastres relacionados às chuvas: com crianças indígenas da etnia *guarany*, residentes em aldeamento no Litoral Norte de São Paulo; com crianças do meio urbano de uma periferia de São Carlos/SP; e, com gestores de órgão de Defesa Civil nacional.

Convidado pelo Conselho Regional de Psicologia, durante o I Simpósio Multiprofissional em Emergências e Desastres do Vale do Paraíba, Litoral Norte e Serra da Mantiqueira, o NEPED/UFSCar ficou incumbido de realizar uma oficina com crianças com o uso desse recurso de ensino-aprendizagem. O grupo de participantes da atividade foi composto por 26 crianças, sendo 20 delas indígenas da etnia *guarany* da Aldeia Boa Vista, e as demais crianças oriundas do meio urbano. Tal composição do grupo foi inusitado para o NEPED. Como se tratava de um tema exterior ao estilo de vida de uma comunidade indígena – que ainda preserva suas tradições numa dinâmica de interação com o meio rural e com o ecossistema natural ainda muito preservado – as crianças dispuseram-se a fazer uma interpretação, desde o seu ponto de vista, do que seria a estrutura e dinâmica de um modo de vida urbano e, quando do início da atividade, na criação de cinco subgrupos, cada uma das crianças do meio urbano foi integrada a um subgrupo de crianças indígenas, já que estas eram maioria.

Os cinco subgrupos diferentes, acompanhados cada um por um monitor, correspondiam a elementos distintos do espaço a ser construído na maquete, a saber: elementos humanos; elementos privados de uso particular e comercial; elementos públicos e comunitários; infra-estrutura viária e objetos de fluxos; elementos ambientais. A partir de uma paisagem natural pré-ocupação humana – com grande densidade de árvores, mata ciliar, e de fauna – os subgrupos foram, respectivamente, chamados a ocupar o espaço e criar a cidade miniatrizada.

As observações relevantes desta experiência foram as seguintes:

- a) No subgrupo com os elementos humanos, observou-se que as crianças procuraram reproduzir grupos familiares conforme a sua própria situação familiar. A característica da cultura indígena de convivência familiar ampliada retratou-se na situação da maquete;
- b) O subgrupo de elementos privados de uso particular e comercial trazia as diversas formas de habitações existentes, com características construtivas correspondentes a diferentes expressões arquitetônicas e níveis sociais como, por exemplo, casas de tijolo, casas de madeira etc. A criança do meio urbano reconheceu a distinção arquitetônica das miniaturas como definidora de uma estrutura de classe (exemplo, dizendo que a casa de alvenaria é de rico, a de madeira é de pobre). Já as crianças indígenas procuraram escolher elementos de moradia que estavam mais próximos à sua vida cotidiana e selecionaram preferencialmente casas de madeira, escolhendo a maior dentre todas, semelhante a uma oca, para colocá-la próxima a uma área mais preservada do cenário, em que havia ainda árvores da formação inicial do território;
- c) O subgrupo que tratou das sinalizações de trânsito e dos veículos coletivos e particulares, além da iluminação das ruas, lidou com objetos que, para as crianças indígenas, não fazia sentido. A função dos postes lhes pareceu estranha a ponto de não saber onde colocá-los, denotando que este aspecto da cidade não lhes chamou atenção em particular. Assim, foi por acomodação, desde a observação da prática da criança do meio urbano, que as crianças indígenas deduziram o lugar onde colocar tais elementos. Se tal estranhamento corresponde ao que é ausente do cenário de aldeamento, a equipe do NEPED e psicólogos que acompanharam a atividade consideraram relevante que a criança indígena, que paulatinamente vai interagindo com o meio urbano, sinta-se estimulada a aprender aspectos dos fluxos urbanos, como a codificação de regras de trânsito de veículos e pessoas para ampliar sua integridade física se as circunstâncias exigirem;
- d) No subgrupo de elementos materiais públicos e comunitários, as crianças indígenas se interessaram pela miniaturização do campo de futebol uma vez que o esporte é conhecido e praticado na sua localidade. Já o presídio e o posto policial chamaram mais a atenção da criança do meio urbano, uma vez que se trata de um elemento característico do seu meio e da violência existente na realidade contemporânea das cidades paulistas;
- e) No subgrupo de elementos de fluxo, foi perguntado às crianças indígenas quais dos fluxos elas tinham maior familiaridade, no que identificaram a bicicleta. Havia muitos elementos como carros, caminhões e motos. Contudo as crianças indígenas refletiam muito se deveriam ou não colocar cada um deles na paisagem da maquete, pois não estavam movidas pela idéia de fazer ruas, quanto mais de saturá-las com intenso tráfego. Esse comportamento influenciou a criança urbana a escolher ponderadamente os veículos como as crianças indígenas. Tal com-

portamento da criança do meio urbano foi inédito em relação às demais oficinas que o NEPED realizou, nas quais, em geral, as crianças mostraram-se fascinadas em criar congestionamentos e situações perigosas, criando na maquete uma oportunidade de socialização entre crianças de culturas diferentes nas quais há permeabilidade aos pontos de vista do outro;

- f) Por fim, no subgrupo de elementos paisagísticos, enquanto as crianças do meio urbano julgaram que a retirada da paisagem natural precisasse dar lugar à paisagem construída, vindo uma ação de re-arborização *a posteriori*, as crianças indígenas demonstravam estranhamento com a necessidade de desmatamento para ocupar e uma inserção florística ao final. Para elas, a ocupação deveria impactar o menos possível a área inicial arborizada, apenas cuidando em afastar os animais silvestres ao invés de retirá-los da paisagem.

Assim, após ser criada a cidade pelas crianças foi proposta a atividade das mesmas ‘fazerem chover’ sobre o território produzido para, posteriormente, analisarem os impactos e os danos provocados, dado a forma de ocupação por elas escolhida. Ficou claro para todos que a organização do espaço onde preponderava a concepção guarany era menos vulnerável.

A segunda experiência deu-se com a permissão da Secretaria de Educação do Município de São Carlos/SP, com crianças de 1^a e 2^a séries da Escola Municipal de Educação Básica Prof.^a Janete Martinelli Lia, que recebe alunos dos bairros Antenor Garcia e Cidade Aracy, localizados na região periférica da cidade de São Carlos. Como são bairros correspondentes às classes sociais inferiores, são os locais onde a população é a mais vulnerável às chuvas. Como estas crianças fazem parte desse meio, com vivências múltiplas de episódios de inundações e deslizamentos, a maquete propiciou o interesse pelo entendimento do fenômeno.

Um dos primeiros aspectos que a maquete permitiu aos alunos desta escola analisar foi a diferenciação entre ambiente natural e construído. Com a mediação da fala da monitora da atividade, contando o histórico do processo de ocupação do bairro, os alunos puderam construir o cenário paulatinamente, introduzindo os elementos públicos e comunitários do território, incluindo o próprio estabelecimento escolar onde, em escala real, estudavam. As características topográficas e hidrográficas do bairro foram pré-introduzidas para as crianças terem-nas como referências para inserção dos demais elementos da paisagem natural e social.

Tal como na experiência anterior, a partir de uma proposta comum de produção do lugar miniaturizado, as crianças foram divididas em subgrupos para melhor se familiarizarem com as classificações dos elementos do espaço e, daí, fazerem escolhas em relação aos processos de territorialização dos elementos humanos, tecnológicos e recursos naturais.

No subgrupo de elementos humanos, foi interessante observar que houve uma predileção por compor o cenário no uso de bonecos negros, representando

diferentes faixas etárias (crianças, adultos e idosos) e uma consideração de gênero. Isso mostrou a identificação das crianças com tais elementos, já que a comunidade onde se situa o estabelecimento escolar é constituída, em sua maioria, de afrodescendentes. As famílias representadas pelos conjuntos de bonecos também reproduziram a realidade local, indo de famílias extensas, casais sem filhos, lares chefiados por mulheres sem a figura do companheiro etc. Algumas crianças alocaram os elementos humanos próximos dos rios representados na maquete, demonstrando uma prática cotidiana do bairro. Porém, com a vinda das ‘chuvas’, ‘raios’, ‘ventos’ foi possível explicar que aquela prática não era segura, pois alguns dos bonecos foram levados pela enxurrada, e poderiam também, por exemplo, receber descargas elétricas em ambientes abertos.

As crianças adensaram o espaço na maquete tal como concebiam a paisagem de seus bairros, preocupando-se em alocar todos os elementos da vida urbana (carros, casas, pessoas em fluxo nas ruas e casa, indústrias, postes com fiação elétrica), não sem antes “fazer a terraplanagem”, isto é, suprimindo a fauna e a flora nativas, o que gerou, posteriormente, um território com problemas de drenagem. Outro fato observado foi a disputa dos meninos para integrarem o subgrupo que cuidaria da alocação dos elementos relacionados aos fluxos automotivos, o que reflete a lógica capitalista de atribuição de *status*, principalmente ao homem, àquele que possui automóvel. Os que puderam ficar no referido subgrupo, por seleção feita pela professora responsável pela classe, decidiram por intensificar o trânsito da localidade.

Na fase da oficina em que se propôs, às crianças, a avaliação dos danos, foram contabilizadas as perdas e refletiram sobre certas práticas de segurança e risco. O envolvimento da professora com a atividade foi relevante. Após a aplicação da maquete, a mesma deu continuidade à discussão em sala de aula com atividades relacionadas à produção de ‘relatórios’ a respeito do que deve ou não ser feito em uma situação de desastre. Alguns dos ‘relatórios’ trouxeram informações como: “não ficar dentro de rio quando está chovendo”, “ver se o telhado está bom antes das chuvas”, “não andar na água de enchente” etc.

A terceira experiência foi a convite da Secretaria Nacional de Defesa Civil, em janeiro de 2007, para o NEPED/UFSCar realizar a atividade de *Maquete Interativa* demonstrativamente para seus gestores e agentes. Os gestores/agentes de Defesa Civil são treinados na racionalidade do conhecimento especializado, o que significa dizer, um conhecimento que domina parcelas da compreensão de uma dada realidade, mas cujas frações, por vezes, peca por não acessar o problema da sua inteireza. O especialista em meteorologia entende o desastre sob um prisma diferente do engenheiro civil, que é diferente do assistente social e do que tem formação na área de saúde assim por diante. Ao invés de uma infrutífera disputa entre tais pontos de vista, em caso de desastres, o que se espera dos níveis superiores do Sistema Nacional de Defesa Civil é que o mesmo mantenha a visão integral do problema que um prefeito municipal tenta externar quando pede apoio para um elenco de prioridades diante a destruição sofrida.

A atividade de montagem de uma cidade imaginária e sua posterior destruição permitiu aos gestores/agentes da SEDEC pensarem o desastre do

ponto de vista da desestruturação da vida privada e pública com recortes detalhados, porém, integrados, do cotidiano da localidade. Um aspecto da atividade foi o de reforço da necessidade de discussão da problemática que atendimento simultâneo de demandas de estabelecimentos públicos. Um exemplo foi o do ‘hospital’, cujas vias de acesso estavam obstruídas pelas águas da enchente, que gerou o seguinte dilema: dar prioridade à desobstrução das referidas vias ou a outras demandas, atendendo feridos, adoentados e afins de forma alternativa, com o acionamento de unidades móveis mais próximas aos mesmos? Outro exemplo foi o de um ‘presídio’ inundado, que demandou reflexões sobre os procedimentos para o deslocamento rápido da população com privação de liberdade em prol da manutenção de sua integridade física. Neste caso, além da necessidade de mobilizar viaturas do sistema de segurança pública (e não de saúde, como no caso anterior), seria necessário mobilizar outras unidades de detenção, aptas a receber a população afetada, o que é difícil em vista da superlotação que o sistema carcerário já apresenta. E, para o gestor/ agente da Defesa Civil que vê a população afetada, na maioria das vezes, de forma homogênea, a maquete propiciou visualizar de maneira integrada os diferentes grupos contidos na população de um município em estado de calamidade pública.

Por fim, considera-se que as estratégias que, por meio de maquete, os gestores/agentes no âmbito nacional visualizaram, possam ser replicadas para os outros níveis do Sistema Nacional de Defesa Civil como um instrumento de auxílio na melhoria do processo de atendimento por parte dos órgãos constitutivos.

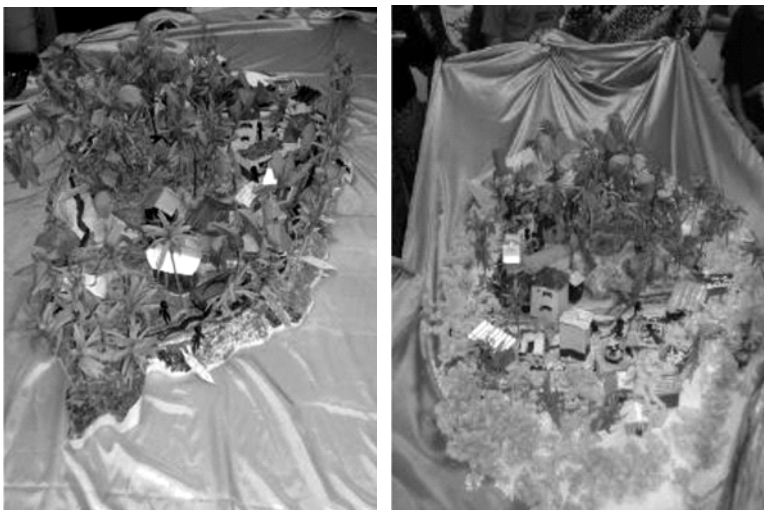
A utilização das *Maquetes Interativas* também se deu no desenvolvimento do tema das Mudanças Climáticas Globais e seus impactos sobre pequenos Estados insulares, tomando como exemplo o caso de São Tomé e Príncipe, África. Em agosto de 2007, foi realizada uma oficina com professores de Educação Básica das várias escolas e distritos da ilha de São Tomé (vide figura 3) visando capacitá-los para o tratamento do tema das Mudanças Climáticas em sala de aula.



Figura 3 Oficina realizada com professores de São Tomé e Príncipe, África.

Com relação a essa temática, procurou-se mostrar a validade do recurso da maquete para discutir com os alunos em sala de aula e dentro das diversas áreas: Português, História, Geografia, Física e outras. Propôs-se a simulação de um desastre devido a elevação do nível do mar (vide figuras 4 e 5), com impactos e perdas da parcialidade do território insular por inundação e erosão costeira, o que poderia trazer implicações sobre as formas de ocupação corrente do território, na economia e na vida social num sentido mais amplo, incluindo cenários de conflitos sociais derivados de disputas territoriais por áreas que viessem ser consideradas seguras.

Daí, a necessidade de refletir com os alunos as medidas mitigadoras, tais como: 1) o envolvimento comunitário no planejamento de ações de deslocamento e reassentamento; 2) o abrandamento preventivo de crises internas devido ao aumento da pressão sobre parcelas do território nacional que, paulatina e provisoriamente, serão consideradas seguras e, possivelmente, serão pontos de tensão ao acesso e uso dos recursos hídricos e alimentares (VALENCIO et al., 2008).



Figuras 4 e 5 Simulação da elevação do nível do mar no território de São Tomé e Príncipe, África.

Por fim, em julho de 2009, outra experiência com a utilização de *Maquetes Interativas* se deu em Arraial do Cabo/RJ com o apoio da Petrobrás (Programa Petrobrás Ambiental) junto ao Projeto Ressurgência (coordenado pelo SAGE/COPPE/UFRJ), para subsidiar a feitura do Plano de Manejo da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo/RJ. Participaram da atividade pescadores artesanais, lideranças de associações pesqueiras, professores da rede pública municipal e estadual, alunos do Centro Federal de Educação Tecnológica em Arraial do Cabo, representantes do setor turístico, representantes das Secretarias Municipais de Educação e Turismo e representantes do Projeto Ressurgência (vida figura 6).



Figura 6 Pescadores artesanais de Arraial do Cabo/RJ participam da oficina na composição do cenário de pesca

Ao propor a discussão de vários cenários de fixação dos elementos sociais e ambientais característicos do lugar, numa base topográfica inicial isenta de intervenções sociais diretas, *Maquetes Interativas* podem ser utilizadas como ferramenta de negociação na qual os mediadores podem definir os níveis de participação dos diversos sujeitos no desenho do processo de produção do espaço miniaturado que reflete as disputas do espaço em escala real. Ou seja, tais maquetes podem ser caracterizadas como ferramentas de negociação em processos de elaboração de Planos de Manejo nos quais estão subjacentes conflitos territoriais. Podem, ainda, configurar estratégias de Educação Ambiental, uma vez consoante com o que dispôs a Lei 9795/99, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, no que se refere à construção, coletiva e individual, de valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente (VALENCIO et al., 2009).

PARA CONCLUIR

A produção do território miniaturizado por meio da composição de formas múltiplas e dinâmicas de ordenamento dos elementos socioambientais pode servir para subsidiar uma reflexão qualificada dos envolvidos.

O uso coletivo de uma ferramenta pode ser manejada, com igual destreza, por sujeitos que portam trajetórias, saberes e conhecimentos diversos suscita um nivelamento argumentativo, isto é, uma autêntica polifonia. Significa dizer, o estabelecimento de uma relação não assimétrica posto que, na atividade, todos devem ter igual oportunidade de expressar suas visões de mundo na paisagem construída, cujos arranjos visuais dos elementos e suas inter-relações no espaço propiciam que os conflitos territoriais fiquem evidenciados, visualmente, para as partes. Uma vez o suporte da maquete na construção argumentativa e na vocalização dos sujeitos sobre os processos de territorialização problemáticos,

maior a possibilidade de engendrar cenários melhores, frutificados em torno de outros compromissos coletivos.

Por fim, as *Maquetes Interativas* permitem a construção de cenários tendenciais e alternativos, como os que se referem às Mudanças Climáticas Globais e seus impactos socioambientais, podendo incitar todo o tipo elucubrações espacializadas para definir regras, permanentes e transitórias, entre os sujeitos que, numa perspectiva multiescalar, são responsáveis pela produção, proteção e sustentabilidade dos lugares muitos nesse pequeno planeta.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Revista de Economia Aplicada**, Ribeirão Preto, v.4, n.2, p. 379-396, 2000.

ADGER, W. N. Vulnerability. **Global Environmental change**. Elsevier. v.16, p. 268-281. 2006. Disponível em: <<http://www.elsevier.com/locate/gloenvcha>>. Acesso em: 03 out. 2007.

ALVES, H. P. F. Desigualdade ambiental na Metrópole de São Paulo: uma análise dos diferentes grupos expostos a situações de risco ambiental através do uso de metodologias de geoprocessamento e SIG. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 3, 2006, Brasília. **Anais...** Brasília: ANPPAS, 2006. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro3/arquivos/TA365-03032006-222534.PDF>. Acesso em 12 abr. 2007.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Plano de Contingência de vigilância em saúde frente às inundações**. Brasília: MS/SVS, 2005.

CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe). **Anuario estadístico de América Latina y el Caribe**, 2008. Disponível em: <http://www.eclac.org/publicaciones/xml/7/35327/LCG2399B_3.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2009.

EIRD/UNICEF. **Memória: reunión de trabajo para la identificación de herramientas y mecanismos de colaboración para la inclusion de la gestión del riesgo de desastre em el sector educativo em América Latina**. Ciudad Del Saber, Panamá, 2006. Disponível em: <http://www.crid.or.cr/crid/PDF/memoria_IAI.pdf>. Acesso em 03 out. 2007.

LIBANIO, J. B. **Do viver apático ao viver simpático**. Sofrimento e morte. 2006 Disponível em: <<http://www.itf.org.br/index.php?pg=conteudo&revistaid=6&fasciculoid=175&sumarioid=2497>>. Acesso em 02 out. 2007.

MUSSEN, P. H. et al. **Desenvolvimento e Personalidade da Criança**. São Paulo: Ed. Harbra Ltda, 3ª ed, 1995.

PIAGET, J. **A formação do símbolo na criança – Imitação, Jogo e Sonho, Imagem e Representação**. Rio de Janeiro: Ed: LTC, 3ª ed., 1990.

UNICEF. Situação Mundial da Infância. **Mudar o mundo com as crianças**, 2002. Disponível em: <<http://www.unicef.org.br/>>. Acesso em: 01 out. 2007.

VALENCIO, N. **O Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC) diante das Mudanças Climáticas: desafios e limitações da estrutura e dinâmica institucional**. 2007. Disponível em: <<http://www.arqanalagoa.ufscar.br/abed/Integra/Norma%20Venancio,%2016-08-07.pdf>>. Acesso em 01 out 2007.

VALENCIO, N. et al. A produção social do desastre: dimensões técnicas e político-institucionais da vulnerabilidade das cidades brasileiras frente às chuvas. **Revista Teoria e Pesquisa**, São Carlos, n. 44-45, p. 67-115, 2004.

_____. **Gestão de desastres na escola: Bases metodológicas para a utilização de maquetes interativas no Ensino Fundamental**. 2007. Disponível em: <<http://www.defesacivil.gov.br/escola/exemplos/index.asp>>. Acesso em 01 out. 2007.

_____. **A utilização de maquetes interativas no tema das Mudanças Climáticas Globais:** uma proposta de aplicação no Ensino Básico de São Tomé e Príncipe, África. São Carlos: NEPED/UFSCar, 2008.41p.

_____. Plano de Manejo de Resex-Mar: o apoio de maquetes interativas na vocalização dos direitos dos grupos tradicionais. In: SEMINÁRIO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AQUICULTURA E DA PESCA NO BRASIL, 3, Arraial do Cabo, 2009. **Anais...** Arraial do Cabo: SEGAP, 2009.

CAPÍTULO 16

COOPERAÇÃO E VISÃO SISTÊMICA EM EQUIPES DE TRABALHO: UMA PROPOSTA COM JOGOS COOPERATIVOS EM TABULEIRO

SANDRA FELICIDADE LOPES DA SILVA

“É na brincadeira, no jogo, na atividade menos conflitiva, que o homem evidencia sua liberdade de criação. E, talvez, toda experiência cultural de humano seja derivada da brincadeira.”

Winnicott

INTRODUÇÃO

O trabalho cumpre uma função importante e complexa na vida das pessoas. Além de atender nossas necessidades mais elementares, como a nossa sobrevivência – outros aspectos mais subjetivos e igualmente importantes estão envolvidos nessa dimensão da vida. Isso porque, independente do tipo de organização na qual ocorra, é feito em coletividade, em contextos que envolvem a relação com o outro. A própria realização da atividade profissional depende, em grande parte, dessa interação. Portanto, o trabalho assume uma função que não diz respeito só à esfera do indivíduo, mas à esfera do social. Num certo sentido, ele é um importante mediador das relações que se estabelecem entre as pessoas. A intensa convivência entre colegas de trabalho pode favorecer o desenvolvimento pessoal e profissional, mas também pode ser fator de desgaste nas relações.

Em atividades profissionais que lidam com emergências, o nível de estresse individual e de desgaste nas relações interpessoais é, potencialmente, maior. Portanto, aumenta a necessidade de equipes que trabalhem com um alto grau de coesão e sinergia. O presente capítulo trata das relações interpessoais em equipes de trabalho e, mais especificamente, da utilização de jogos no desenvolvimento de equipes. A abordagem que apresentamos, utilizando jogos cooperativos em tabuleiro, tem se mostrado capaz de sensibilizar os integrantes com relação à importância do cuidado na relação com o outro. Além disso, possibilita o desenvolvimento da visão sistêmica e favorece o exercício de novos padrões de interação – baseados na cooperação e na alteridade.

1. AS EQUIPES DE TRABALHO COMO ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA E DE COMPORTAMENTOS TERRITORIAIS

A convivência é uma condição essencial em toda atividade humana. O ambiente de trabalho é, provavelmente, o mais complexo gerador de convivência. Isso porque reúne, diariamente, uma grande diversidade de pessoas -, cada uma com seu temperamento, sua visão de mundo, seus valores. Potencialmente, as

equipes de trabalho são contextos altamente criativos, que possibilitam uma ampla rede de interações, gerada por essa diversidade de pessoas, experiências e idéias. Todavia, temos observado o crescente nível de estresse em profissionais de diferentes áreas e níveis hierárquicos, fortemente associado ao ambiente de trabalho, com a gradativa deterioração das relações entre as pessoas. Portanto, esse tem sido um aspecto fundamental a ser trabalhado nas organizações.

Como vivemos numa sociedade que impõe às pessoas um nível crescente de dedicação à atividade profissional, isso faz com que essa convivência seja cada vez mais intensa e, portanto, mais propensa ao desgaste e a converter-se em fator de estresse. Isso pode ser agravado quando verificamos a incoerência que predomina em diferentes tipos de organização nas quais o trabalho ocorre. A mesma organização que cobra das pessoas *capacidade de trabalhar em equipe*, institui a cultura da recompensa que favorece a conduta territorial.

Simmons (1998) faz referência ao comportamento territorial dos profissionais ao afirmar que:

O impulso territorial está profundamente enraizado em nossa programação de sobrevivência – e que embora a ameaça à nossa sobrevivência hoje seja mais subjetiva – continuamos adotando antigos comportamentos territoriais que não são mais adequados ao nosso novo ambiente. Os equivalentes psicológicos de alimento e abrigo – no mundo do trabalho – são recursos, prêmios, verbas, reconhecimento – que estão na origem dos conflitos territoriais em equipes de trabalho (p. 22).

As recompensas e privilégios obtidos a partir da posição conquistada em uma equipe ou organização podem favorecer o comportamento territorial em profissionais das mais diversas áreas de atuação. Para Kohn (1998), a cultura da recompensa se constitui num poderoso treino ao individualismo. As premiações fomentam uma competitividade excessiva que corrói as relações entre os colegas. Segundo ele, as recompensas não promovem a colaboração ou um senso de comunidade e interferem nesses objetivos, favorecendo as rivalidades e ciúmes próprias de quando as pessoas disputam *gulseimas*.

Nesse cenário, as pessoas exigem, de si mesmas e dos colegas, níveis cada vez mais elevados de desempenho – e desconsideram perigosamente o outro, em todas as dimensões que o integram. Esse padrão de comportamento e de interação é um grande agente estressor. Num contexto que privilegia esse perfil profissional, vemos a crescente deterioração das relações interpessoais, com sério comprometimento da qualidade do ambiente de trabalho e preocupante aumento do nível de estresse em profissionais de diferentes áreas e níveis hierárquicos, com sérias implicações na saúde orgânica e psíquica. Estudos sobre o estresse ocupacional reforçam que o aspecto mais estressante não está no trabalho em si, mas nas pressões sofridas nas relações verticais e horizontais. Silva (2008) menciona uma pesquisa sobre assédio moral no trabalho¹ – cujos

1. Assédio Moral no Trabalho: Impactos sobre a Saúde dos Bancários e sua Relação com Gênero e Raça; - Sindicato dos Bancários de Pernambuco.

resultados revelam que, embora o superior hierárquico seja o maior agressor (em 63,71% dos casos), não é o único. Os colegas são apontados em 28,38% dos casos e os subordinados, em 5,46% dos casos. A pesquisa indica ainda a presença de sintomas de distúrbios psicológicos, podendo – em casos extremos – chegar a idéias suicidas. Portanto, é fundamental considerar as relações interpessoais no trabalho como uma questão de saúde do trabalhador. (p.1)

Os alarmantes índices de estresse ocupacional indicam o caráter epidêmico do problema. Portanto, as organizações se vêem hoje diante do desafio de desenvolver estratégias que resgatem a saúde das relações no ambiente de trabalho como forma de atuar também na saúde do trabalhador. Ao profissional, por sua vez, apresenta-se a questão da urgência em repensar a própria postura na relação com o outro e de atentar para a responsabilidade que compartilha com os demais na criação e sustentação de um ambiente de trabalho baseado em relações éticas.

1.1 OS DESAFIOS DE EQUIPES DE TRABALHO ATUANTES EM SITUAÇÕES EXTREMAS

Todos os desafios do trabalho em equipe podem ser potencializados quando a rotina profissional está ligada a situações extremas, principalmente quando envolvem um alto grau de risco pessoal e responsabilidade com a integridade física e/ou psicológica de pessoas e até mesmo de comunidades inteiras. Esse é o caso de todos os profissionais envolvidos em situações de emergência, como equipes de socorro, corpo de bombeiros, defesa civil etc. O cuidado com a saúde física e psicológica desses profissionais é uma questão prioritária. Esses profissionais estão sob estresse permanente, já que suas atividades são exercidas, em geral, em contextos com alto grau de imprevisibilidade e tensão. Todas as demandas se apresentam como urgentes. A “ordem” está temporariamente comprometida por algum evento extraordinário e existe uma altíssima expectativa, da comunidade, de que esses profissionais sejam capazes de salvar vidas, minimizar os danos e restabelecer a ordem, o mais rápido possível. Todas as tensões próprias dos grupos de trabalho, certamente são intensificadas nesse tipo de situação.

A capacidade de funcionar eficazmente como equipe é decisiva numa situação de emergência. Ripley (2008) faz referência ao comprometimento de percepção que sofremos numa situação de perigo extremo. Individualmente, temos nossa capacidade de resposta seriamente afetada. O cérebro precisa resolver o que vai priorizar e o que vai abandonar. A hidrocortisona age na parte do cérebro que lida com o pensamento complexo. Com isso, nosso raciocínio e percepção do ambiente ficam deteriorados. A autora relata ocorrências graves, nas quais a capacidade de trabalhar em equipe compensou a perda temporária das competências cognitivas individuais. Com isso, as consequências do desastre foram significativamente reduzidas, graças à competência e coesão da equipe.

2. O JOGO COMO FORMA DE APRENDER COLETIVAMENTE

Um desafio que se apresenta na questão do desenvolvimento de estratégias de intervenção nas relações interpessoais em equipes de trabalho é conciliar a

eficácia em mobilizar os integrantes com o cuidado em preservá-los de uma exposição inadequada e excessiva – e também de um confronto desgastante e improdutivo. A utilização de jogos tem sido adotada como recurso que permite a simulação de experiências do cotidiano, possibilitando o exercício e desenvolvimento de habilidades pessoais e técnicas, num contexto protegido. Gramigna (1993) acredita que “além do aperfeiçoamento de habilidades técnicas, o jogo proporciona o aprimoramento das relações sociais.” (p. 9).

Podemos pensar as diferentes experiências humanas como um certo tipo de jogo que escolhemos jogar num dado momento. Fazendo um paralelo do jogo com a vida, Carse (2003) considera que, a todo o momento, estamos participando de algum tipo de jogo, voluntária ou involuntariamente. O jogo que escolhemos jogar pode ser finito ou infinito. Nosso parceiro de jogo pode ser visto como um rival que precisamos eliminar ou como um companheiro, sem o qual o jogo não é possível. A percepção que temos do “jogo” que jogamos determina nosso posicionamento diante do outro. Esse *insight* torna muito pertinente o uso dos jogos, literalmente, como recursos para repensarmos as situações da vida e, mais especificamente, do trabalho.

O jogo é sempre uma representação da realidade que o grupo elege para si. A experiência de jogar é uma oportunidade aberta – que tanto pode apresentar novas possibilidades de relação com o outro, como pode servir para legitimar e cristalizar um padrão nocivo. Dependendo das motivações individuais e coletivas, podemos fazer do jogo uma oportunidade única de encontro e comunicação genuína, na qual é possível reconhecer o valor de cada integrante do grupo – criando espaço para todos. Por outro lado, o jogo também pode ser uma forma de intensificar relações de poder e dominação. E pode ser usado para medir desempenhos e justificar eliminações. Porém, o jogo sempre é revelador da dinâmica de um determinado grupo. Portanto, pode ser uma oportunidade valiosa de mudança de consciência e de estabelecimento de uma nova ética nas relações interpessoais no trabalho.

2.1 JOGOS COOPERATIVOS: UMA MUDANÇA DE PARADIGMA

Os Jogos Cooperativos constituem uma modalidade diferenciada de jogo. Nesse tipo de jogo, os participantes não jogam para ganhar, jogam pelo prazer de conviver. Num certo sentido, trata-se de um jogo infinito, pois o término do jogo não é definido pela vitória de alguém. O grupo decide até quando jogar e todos saem ganhadores. São jogos nos quais a competição e a eliminação não têm sentido. As aspirações individuais e as necessidades do grupo estão alinhadas. A conquista individual não implica em qualquer tipo de prejuízo para o grupo, ao contrário. Como representação de um modelo de funcionamento social, os Jogos Cooperativos simbolizam a possibilidade de uma sociedade na qual as pessoas consigam pensar e agir, visando o bem comum. E consigam encontrar formas de realização pessoal que estejam harmonizadas com a realização do grupo. São exercícios de inclusão, diversidade, tolerância, criatividade, comunicação e valorização de todos os integrantes de um determinado grupo ou comunidade. Esse tipo de experiência age muito profundamente na mudança de percepção das pessoas.

Segundo Ulrich (1997, apud BROTTTO, 1999), quando as pessoas ou grupos trabalham juntas para conseguir um objetivo comum, de tal maneira que o maior êxito de alguma das partes concorra para um maior êxito das demais, temos o processo social de cooperação. Os Jogos Cooperativos abrem a possibilidade de que as pessoas reconsiderem a postura baseada em interesses individuais e imediatos e comecem a pensar em termos de benefícios sustentáveis. Failde (2007) declara que as atuais tendências que visam à conquista e à manutenção do ótimo relacionamento interpessoal já consideram o ganharganha possível e fazem uso dos jogos cooperativos.

Kohn (1998, p. 66) defende que “para considerar a questão das relações entre trabalhadores, é preciso começar por reconhecer que a cooperação não faz apenas as tarefas mais agradáveis; ela é virtualmente um pré-requisito para a qualidade.”

2.2 O APRENDIZADO DE NOVOS PADRÕES DE INTERAÇÃO

Simmons (1998, p. 187) acredita que “territorialidade é um comportamento de grupo. Para uma mudança duradoura, o grupo inteiro precisa mudar ao mesmo tempo. Se uma pessoa muda e o resto do grupo não, no melhor dos casos não haverá nenhum efeito e, no pior, o indivíduo que mudou pode ser devorado vivo. O grupo inteiro precisa decidir mudar junto.”

Dessa forma, o autor enfatiza que as crenças provêm da experiência e que é necessário refutá-las através de novas experiências que permitam o estabelecimento de uma nova crença. Visando esse objetivo, o autor assim descreveu sua forma de intervenção para lidar com a questão da territorialidade:

Em minha prática, uso um exercício de simulação criado para salientar os efeitos negativos dos comportamentos territoriais, dando *feedback* imediato e experiência direta desses efeitos negativos. Deixo-os reconhecerem que jogam em uma simulação do mesmo modo que jogam nos negócios. Tive de criar uma experiência que superasse suas percepções de divisão. A experiência mais poderosa foi um simples jogo que exigia altas doses de trabalho em equipe e acelerava o fluxo de informações. A equipe redescobriu como era trabalhar junto. As pessoas precisam ter experiências que provem que suas percepções de divisão são falsas (SIMMONS, 1998, p. 211- 213).

Diversos autores referem experiências com o uso de jogos, relatando suas percepções sobre os efeitos desse tipo de abordagem em grupos de trabalho.

Gramigna (1993) defende que o jogo é um dos meios para atingir objetivos maiores, e um instrumento riquíssimo nos programas de desenvolvimento. Serve como ponto de partida para elaboração de conceitos e reformulação de atitudes. A partir do diagnóstico extraído pelo próprio grupo e após trabalhadas todas as facilidades e dificuldades vivenciadas, o processo de conscientização da necessidade de mudanças se estabelece entre os participantes.

O jogo que propicia a simulação de situações da realidade pessoal ou profissional dos participantes pode ser incluído na categoria denominada Educação de Laboratório. Sobre essa categoria, Moscovici (2001) esclarece que

a denominação indica o caráter experimental do treinamento, no sentido de que os participantes são encorajados a experimentar comportamentos diferentes do seu padrão costumeiro de interação com as outras pessoas, sem as consequências de tal experiência na vida real.

Sobre o aspecto metafórico do jogo, Falcão (2003) afirma que o importante é que os treinandos consigam fazer um link entre o jogo e a sua vida real, para que possam realmente mudar de comportamento no dia-a-dia. Eles poderão continuar jogando mental e emocionalmente mesmo após o fim do jogo. Com isso, estarão o tempo todo lembrando do aprendizado e a possibilidade de o colocarem em prática é muito maior.

Entre os principais objetivos do uso de jogos no contexto profissional, está o desenvolvimento de novas atitudes e comportamentos, visando transformações nos padrões de relação interpessoal no trabalho. Dessa forma, Moscovici (2001) defende que enquanto a competência técnica pode ser adquirida através de cursos, seminários e leituras, a competência interpessoal necessita treinamento especial de laboratório.

2.3 OS JOGOS DE TABULEIRO REVELAM UM CAMINHO DE TRANSFORMAÇÃO

Os jogos cooperativos são, muitas vezes, releituras de jogos tradicionais. Existe uma mudança essencial no jogo, quando praticado a partir da perspectiva da cooperação. O mesmo pode ocorrer com jogos de tabuleiro. Em geral, os jogos de tabuleiro têm como elemento central uma trilha que simboliza o caminho que os jogadores devem percorrer. O jogo termina quando um jogador chega primeiro ou conquista mais pontos, dependendo do jogo. Mas o jogo de tabuleiro também pode ser aplicado com enfoque cooperativo. Ele tem algumas especificidades que merecem ser destacadas aqui, pois os elementos usados nesse tipo de jogo enriquecem muito a percepção dos jogadores, com relação à realidade que está sendo representada.

O jogo de tabuleiro com enfoque cooperativo é aqui colocado numa “categoria” diferenciada dos demais jogos, em função do papel estratégico do tabuleiro, que cumpre várias funções importantes, como possibilitar uma visão da situação em perspectiva, permitindo redimensionar os elementos que se apresentam e sua função no todo; revelar uma trilha que simboliza o caminho percorrido e a percorrer; finalmente, o tabuleiro em si, como elemento central para onde as atenções se dirigem, atuando como mediador das experiências do grupo, contribuindo para diminuir as eventuais resistências dos participantes. Vejamos esses elementos mais detalhadamente.

Ainda que não seja um imperativo, uma condição para que os participantes joguem no tabuleiro é sentarem em círculo. A postura e a disposição que o grupo assume fisicamente favorece ou desfavorece o surgimento de determinadas posturas e disposições psicológicas. Sentar ao redor de um tabuleiro ativa forças grupais tão primitivas quanto sentar ao redor de uma fogueira. O “sentar em círculo” coloca os integrantes do grupo em posição de igualdade. Todos são vistos igualmente e conseguem ver uns aos outros. Isso também elimina qualquer hierarquia com relação ao direito do uso da palavra. Todos têm a mesma

possibilidade de se expressar no grupo. Diferentemente do que se possa pensar, isso não gera – necessariamente – confusão na comunicação. Ao contrário, quando se estabelece um contrato de comunicação no grupo, ele tende a ser respeitado por todos. As pessoas têm muito menos tendência a se dispersar nessa posição. São mais participativas e melhores ouvintes. O círculo nos convoca de uma forma meio ancestral e ativa, imediatamente, o sentimento de pertença em cada membro do grupo. Ele é inclusivo, igualitário e transformador².

A origem dos jogos de tabuleiro é bastante incerta, mas há registros de jogos em diferentes civilizações. O escritor Nigel Pennick (1992) pesquisou o paralelismo entre os jogos de tabuleiro e a estrutura das idades (e o funcionamento da sociedade), em diferentes culturas, desde os tempos mais remotos. Ele identificou interfaces entre o jogo e o desenvolvimento social e cultural de diferentes povos. Os jogos sempre foram usados como representação da organização geográfica e social de um povo. Em diferentes culturas, ele observou que o jogo de tabuleiro foi usado como representação de um sistema formalizado de estrutura, tanto em termos do próprio layout do tabuleiro, quanto dos movimentos das peças.

O jogo de tabuleiro é um instrumento muito rico para o trabalho com equipes e, mesmo sendo um recurso estruturado, mantém o grupo livre para desenvolver e explorar a vivência de muitas formas e em muitas direções. O tabuleiro é colocado como um elemento central, para onde as atenções convergem. Ele possibilita ver em perspectiva uma dada situação. Todos os elementos estão ali representados e é possível ter uma visão clara do todo e de como os elementos interagem. Ou seja, ele dá uma visão sistêmica. É possível ver os desafios do caminho e os recursos disponíveis para superá-los. A trilha – elemento essencial no tabuleiro – é uma metáfora do caminho a percorrer. Ela simboliza a jornada do indivíduo ou do grupo, para atingir um determinado propósito. Embora existam elementos que são “dados” – cada pessoa e/ou grupo percebe e explora esses elementos de formas muito peculiares.

O caráter lúdico da experiência permite abordar temas desafiadores e delicados de uma forma confortável, preservando os participantes e evitando confrontos improdutivos e desgastantes. As resistências do grupo diminuem muito quando se tem um elemento lúdico como mediador da vivência. Em geral, o próprio jogo é visualmente atraente, o que favorece que os participantes ativem a “criança interna” para participar do jogo. Ou seja, as pessoas assumem uma postura bastante desarmada e receptiva. Quando se consegue minimizar as resistências, o ganho em termos de qualidade na comunicação é imenso. O jogo é um simulador que permite aos participantes o exercício de novas possibilidades, num contexto protegido. Não há risco no jogo. Ele é muito efetivo no desenvolvimento de habilidades duradouras que resultam em transformações significativas na comunicação e nas relações interpessoais no trabalho. Isso porque ele atua muito profundamente na mudança de percepção das pessoas.

2. A psiquiatra e analista junguiana Jean Shinoda Bolen propõe que os círculos igualitários podem acelerar a mudança da humanidade e que são poderosos veículos de transformação social, cultural e psicoespiritual (BOLEN, 2003).

Como se trata de um jogo cooperativo, a liderança existe, mas não está restrita a uma pessoa. A liderança é um princípio unificador, não uma pessoa – é uma liderança circular³. Dessa forma não há razão para comparar desempenhos, na disputa pelo escasso posto de líder. A competição simplesmente não tem sentido nesse contexto. A liderança não é troféu. É um equívoco pensar que a única coisa que motiva as pessoas é a competição e algum tipo de troféu. As pessoas são mais interessantes do que isso. Então, o que move as pessoas quando elas deixam de se preocupar com as comparações e disputas por conquistas individuais e de curto prazo? Outras motivações mais sofisticadas começam a surgir. Curiosamente, todos começam a dar o seu melhor. As pessoas começam a acionar outros recursos e saltam para um outro patamar, como grupo.

Utilizar jogos de tabuleiro no desenvolvimento de grupos de trabalho é uma proposta ousada. É uma abordagem que aposta na capacidade do grupo de se auto-regular. Numa experiência desse tipo, o protagonista é sempre o grupo. O jogo é um instrumento, um pano de fundo, que apresenta algumas possibilidades para o grupo explorar. A riqueza dele está na capacidade de espelhar a realidade do grupo e permitir que os participantes exercitem novas formas de pensar e agir e percebam os novos padrões que podem ser gerados. O facilitador é um mediador que contribui com algumas percepções, mas deixa que o grupo cresça e construa sua própria experiência. Quanto mais maduro é o grupo, menos diretivo é o facilitador.

A utilização de um recurso aparentemente “rudimentar” como um jogo de tabuleiro pode ser ter efeitos muito transformadores no grupo, em grande parte, pela simplicidade da situação. O foco é colocado nas pessoas, dando a elas a oportunidade de sentarem em círculo – ao redor de um tabuleiro – num contexto no qual a liderança é um valor compartilhado, não um objeto de disputa. Liberadas das preocupações com disputas, as pessoas ingressam num outro nível de comunicação e criatividade. Elas têm a oportunidade de refletir sobre desafios comuns. Podem compartilhar experiências e percepções. Criam um espaço no qual todas são ouvidas. Caminham pelo tabuleiro juntas e percebem que podem construir e trilhar uma verdadeira jornada de transformação.

CONCLUSÕES

“Qualquer lugar de reunião de seres humanos oferece infinitas variações a serem observadas, cada uma apontando na direção de mais mudanças.”

James P. Carse

Temos observado diversas iniciativas na área de desenvolvimento humano, com uma visão transformadora da sociedade, das organizações e das pessoas que as integram. Esse é um movimento que surge em resposta às necessidades do momento atual.

3. A liderança circular se orienta pelo princípio do diálogo e do poder compartilhado. Não é o poder *sobre* é o poder *com*.

Uma época de desafios complexos, como a que vivemos, exige das pessoas a capacidade de pensar de forma sistêmica. Quando estamos buscando soluções para os nossos desafios pessoais ou profissionais, não podemos perder de vista todo o contexto em que essa situação se apresenta. Qualquer escolha ou movimento que façamos tem desdobramentos que afetam o todo. Quando se fala em desenvolvimento de pessoas, de equipes ou de organizações, essa compreensão determina a diferença entre a busca por soluções imediatistas ou por soluções sustentáveis. Em nenhum desses níveis podemos desconsiderar a dimensão maior na qual estamos inseridos. Todos nós já começamos a perceber o altíssimo preço que estamos pagando pelas soluções imediatistas.

A proposta dos Jogos Cooperativos e, mais especificamente, dos jogos cooperativos em tabuleiro – surge como um caminho para lidar com esse cenário complexo. O tabuleiro é uma metáfora da trajetória do grupo, rumo ao seu objetivo. A trilha permite que o grupo visualize um caminho, identifique obstáculos e ative recursos para superá-los. A simulação através do jogo proporciona aprendizado em vários níveis. O jogo recria situações da realidade do grupo, nas quais os participantes têm a oportunidade de acessar novos meios de pensar e novas formas de responder, podendo vivenciá-las num contexto protegido, livre das implicações que a experiência teria numa situação real. Porém, a ampliação de percepção gerada por essa vivência produz efeitos duradouros frente às situações reais. Nesse jogo, todos são ganhadores.

REFERÊNCIAS

- BOLEN, J. S. **O milionésimo círculo**. São Paulo: Triom, 2003.
- BROTTO, F.O. **Jogos cooperativos: se o importante é competir, o fundamental é cooperar!**. Santos: Projeto Cooperação, 1999.
- CARSE, J.P. **Jogos finitos e infinitos**. Rio de Janeiro: Nova Era, 2003.
- FAILDE, I. **Manual do facilitador para dinâmicas de grupo**. Campinas: Papirus, 2007.
- FALCÃO, P. **Criação e adaptação de jogos em T&D**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003.
- GRAMIGNA, M.R.M. **Jogos de empresa**. São Paulo: Makron Books, 1993.
- KOHN, A. **Punidos pelas recompensas**. São Paulo: Atlas, 1998.
- MOSCOVICI, F. **Desenvolvimento interpessoal**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.
- PENNICK, N. **Jogos dos Deuses**. São Paulo: Mercuryo, 1992.
- RIPLEY, A. **Impensável – como e por que as pessoas sobrevivem a desastres**. São Paulo: Editora Globo, 2008.
- SILVA, S.F.L. **Relações humanas no trabalho**, 2008. Disponível em: <<http://www.sandrafelicidade.com.br/artigos>>. Acesso em: 13 fev. 2009.
- SIMMONS, A. **Jogos territoriais – como entender e eliminar rivalidades e falta de comunicação no ambiente de trabalho**. São Paulo: Futura, 1998.

SEÇÃO IV

MUDANÇAS CLIMÁTICAS: CONSIDERAÇÕES DAS CIÊNCIAS HUMANAS PARA PENSAR O SOFRIMENTO SOCIAL NA ÁFRICA

DEFESA CIVIL NUM CONTEXTO MULTIÉTNICO E MULTIRRELIGIOSO: UMA CONTRIBUIÇÃO SOCIOLÓGICA NOS CAMINHOS PARA A ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA EM GUINÉ BISSAU¹

NORMA VALENCIO

INTRODUÇÃO

Os diversos povos que compõem a nação guineense, nos dias atuais, constituem, no geral, visões de mundo, discursos e práticas sociais típicos de um modo de vida tradicional. A tradição reafirma-se a cada nova geração através não apenas de processos endógenos de transmissão e assimilação de valores, regras e rituais, mas também quando este arcabouço cultural permite ao grupo, dentre outros aspectos, sobreviver em dado meio familiar e se manter pleno, na realização de sua humanidade, quando reconhece a si mesmo como parte constituinte de uma identidade coletiva.

A experiência de fortalecimento identitário para os diversos grupos sociais guineenses vem resultando em sínteses particulares entre componentes étnicos e religiosos e está incisamente atrelada com as interações estabelecidas em uma base territorial específica a qual, por seu turno, guarda suas características ecossistêmicas próprias. Ocorre que as mudanças climáticas vêm desenhando um cenário pouco auspicioso para a manutenção dos ecossistemas que compõem as paisagens habituais dos territórios onde tais grupos produzem o “seu lugar”, isto é, onde realizam os fixos e fluxos sócio-ecológicos que, em termos materiais e simbólicos, dão sentido identitário ao espaço. Eventos extremos relacionados ao clima são previstos como um fator de ameaça ambiental significativo na Guiné Bissau, capaz de instabilizar os lugares de vivência dos vários grupos sociais e num ponto tal em que o arcabouço cultural da tradição pode, por um lado, ser visto como um recurso pouco válido para gerar respostas adaptativas na mesma celeridade como o contexto adverso vier exigir, suscitando situações coletivas de anomia, como a desesperança e prostração; ou, de outro lado, ser reafirmado ou renovado para compor, a partir do acesso, respeito e reiteração dos fundamentos de sua cultura, novas soluções para os novos desafios que o espaço apresentar.

Os cenários tendenciais produzidos pela comunidade científica indicam, a princípio, o risco de uma baixa capacidade adaptativa de populações humanas de países menos avançados no enfrentamento de fenômenos extremos relacionados ao clima. A pobreza e miséria estruturais e a insuficiência das ações do

1. Apoio MCT-CNPq, Programa PROAFRICA.

Estado e fragilidade institucional para refreá-las são os elementos adicionais para eliminar a possibilidade de redução de desastres ou mitigação das perdas havidas. Ambiguamente, os recursos culturais próprios de cada grupo é o acervo onde se procura respostas para a proteção do modo de vida ali estabelecido, face um ambiente natural mais hostil; porém, no contexto sócio-econômico e político envolvente, tais recursos podem ser fatores dificultadores para se encontrar e implantar as soluções devidas numa perspectiva de negociação de sentidos e legitimização de práticas, nos prazos adequados, para garantir que cada grupo mantenha-se naquilo que reconhece como sendo “o seu lugar”, espaço de vivência, de reflexo e de reafirmação da sua identidade coletiva.

Numa interpretação multiescalar de desafios a enfrentar nos países menos avançados e em especial no continente africano, é pertinente considerar a existência de uma sinergia deletéria em que as dificuldades de sobrevivência comunitária conectam-se às dificuldades estruturais da vida social mais abrangente na qual falham, sucessivamente, tanto as políticas de desenvolvimento quanto os pactos de manutenção dos valores democráticos. Poder-se-á incluir, nesta problemática, os potenciais conflitos territoriais devido ao êxodo de populações que, sem acesso aos suprimentos vitais oriundos de seu próprio labor ou do amparo do Estado, se vêem a braços com sua sobrevivência e buscam acessar, em outros lugares – cujas paisagens são compostas também identitariamente -, os recursos naturais e provisões que lhes faltam no lugar de origem. Num contexto de escassez, as estratégias discursivas de contestação dos argumentos do Outro – seja daquele que invoca como legítima sua inserção territorial exclusiva seja do que invoca o direito positivo para merecer, na diversidade cultural, o acolhimento, o abrigo e a permanência em terra estranha – não raro renunciam-se as vontades na busca de consensos e culmina o seu oposto, os conflitos sangrentos, no qual a eliminação física do Outro é visto como a única saída possível para dissipar, ao mesmo durante algum tempo, as ameaças que o estranho representa ao seu próprio grupo.

Na Guiné Bissau, a ocupação humana nas savanas no interior do país, como nas zonas de mangais ou nas porções insulares, e mesmo na zona urbana, denota diferentes processos de territorialização relacionados aos diferentes ecossistemas naturais e construídos. O país se apresenta como um mosaico de paisagens as quais expressam a riqueza cultural da pluralidade de povos que mantêm e/ou reinventam identidades étnicas espacializadas, na conformação singular de seu “chão”. Por outro lado, é um mosaico que tem demonstrado o caráter ainda insuficiente das ações do Estado no atendimento aos mínimos vitais e sociais: a feição dos meios de transporte coletivos, do acesso à água potável e energia elétrica, das estratégias de segurança alimentar e outros indica gargalos de atendimento público que constroem outras iniciativas de alavancagem do desenvolvimento social e nacional.

Mudanças no ambiental natural que venham sujeitar tais grupos à vivência mais constante de situações de escassez de água doce para provimento humano, animal ou das lavouras – seja pelo fato da redução dos caudais no interior do país ou por intrusão de água marinha nas zonas costeiras – além de sujeitá-los

aos riscos de paralisia das pescas artesanais, devido à alteração da rota de cardumes, e riscos à saúde, com o aumento de incidência de pragas e de vetores de doenças associadas à ausência de saneamento, compõem o tripé desnutrição/desidratação/contaminação que requer mais do que ações setoriais. Se nos modos de vida tradicionais, como é característica na Guiné Bissau, as dimensões econômicas e extra-econômicas estão entrelaçadas, a problemática socioambiental acima referida – apresentando desafios relevantes que integram o mundo do trabalho, as condições sanitárias e de saúde, a segurança alimentar, as fontes de energia e outros (INEP, 1987) – revelar-se-á como fonte de crises multidimensionais: recorta a vida de indivíduos, de famílias e de comunidades inteiras, exigindo das esferas político-institucionais um projeto nacional para seguir em frente de forma coesa. Como uma provável vulnerabilidade extensiva aos vários grupos que compõem a nação, o referido tripé passa a exigir a montagem de uma densa política nacional de proteção civil, incluindo nessa política a montagem de estratégias para que quadros nacionais estejam muito rapidamente preparados para encontrar soluções endógenas ou mediar e controlar a recepção de assistência humanitária internacional se porventura isso se fizer necessário (GOVERNO DA GUINÉ BISSAU, 2006). Dito de outra forma, a eventual necessidade de auxílio externo não precisa significar, aos olhos da nação e dos agentes externos, perda de governabilidade. Havendo vontade política, o ente público, mesmo quando as provisões internas falham, pode, ainda assim, dotar-se de mecanismos para listar as carências e comunicá-las a um potencial provedor; saber como organizar as provisões que chegam e orientar como fazê-las chegar ao destino e às populações certas no menor tempo possível; proceder a evacuações rápidas; combater pragas; reabilitar contingentes humanos desabrigados com montagem eficiente de abrigos temporários; recuperar, identificar e remover corpos quando isso for necessário; dentre outros.

Uma vez que falhe a idéia de controle sobre possibilidade de um ajustamento adequado aos fatores limitantes do ambiente natural – no geral, na ineficácia de adoção de comportamentos coletivos preventivos frente às ameaças de escassez de recursos -, medidas de proteção civil no nível na ajuda humanitária passam a ser requeridas.

O contexto ambiental sinalizado pelo quarto relatório do Painel Intergovernamental das Mudanças Climáticas (IPCC) e, no nível nacional, pelo Programa de Ação Nacional de Adaptação as Mudanças Climáticas (NAPA/GB), é pouco auspicioso quanto à possibilidade de favorecimento do clima na manutenção de meios e modos de vida que, na África Ocidental e nas diversas regiões do país, dependam de recursos naturais como a água doce, as pescas, a agricultura, a pecuária, dentre outros. Ao contrario, cenários de escassez de fontes de abastecimento hídrico, com fuga dos pescados, quebra de safras, pragas, dentre outros, é o que tendem a se cumprir.

Ocorre que o NAPA/GB, em sua versão atual, ainda não conseguiu enviar esforços para delimitar adequadamente as ocupações humanas que, na nação guineense, se referem a identidades territorializadas. Por conseguinte, os vieses étnicos e religiosos que perpassam as representações coletivas dos fenômenos

ambientais e as práticas sociais correspondentes na produção social do lugar ainda são pouco sabidos pelo poder público a fim de fazer face às singularidades das demandas locais que serão feitas no suporte externo na manutenção da sobrevivência e reprodução coletiva no local. Os fenômenos de etnicidade tendem a gerar, de um lado, processos de coesão social entre os que se consideram iguais, mas isso, não raro, a subverter a assimilação e acomodação dos princípios do direito positivo que conferem igualdade a todos no seio de uma mesma nação (CARDOSO e AUGEL, 1996). Uma vez o desconhecimento de tal processo pelas autoridades, a ajuda externa, se e quando vier, tende a ser insuficiente ou insatisfatória para os diversos grupos étnicos, induzindo processos de desterritorialização e reterritorialização, esses últimos passíveis de engendrar conflitos pelo direito ao “chão”, conflitos que podem ceifar mais vidas humanas, em especial de subgrupos mais vulneráveis, como de crianças, idosos e mulheres de etnias ou religiões sujeitas à discriminação e preconceito.

Vai daí, a necessidade de uma ação premente de cartografização da ocupação social do território guineense que, tendo em conta as especificidades culturais da produção do espaço, nos fluxos e fixos significativos das diversas comunidades, joguem luzes sobre as medidas de proteção civil que, nos próprios termos culturais de cada grupo, sejam requeridas tanto para garantir sua manutenção no lugar onde está estabelecido quanto apontem para os mecanismos de negociação necessários para compor estratégias de deslocamento e reassentamento legítimas ante o meio social macroenvolvente.

É sabido que a inserção involuntária de um grupo étnico num território onde vigora direitos consuetudinários que dão precedência de fixação a outro grupo tende a incitar processos de discriminação e preconceito, elevando o nível de intolerância social a termos agudos se os recursos de sobrevivência tendem a ser cada vez mais limitados. Assim, soluções de deslocamento mal negociadas e gerenciadas tendem a gerar um quadro de crise humanitária ainda pior no momento subsequente.

1. A PROBLEMÁTICA GUINEENSE: SÍNTESE DE UM DEBATE RECENTE

Ao analisar as relações entre tradição e modernidade na Guiné Bissau, Silva (2000) conclui que o desenvolvimento não precisa necessariamente opor-se à tradição, pois podem ser aliados. Tal aliança seria bem vinda para, dentre outros, superar-se o processo de modernização conservadora que, tanto neste país quanto em outras nações africanas, vem levando à recorrência da adoção, por parte dos que conseguem uma mobilidade ascendente na estrutura social, de condutas individualistas e insensíveis à miséria alheia. Tais condutas, que deixam submergir a história recente de libertação – que vivenciou bombardeios de napalm, tiveram seus campos de arroz queimados, pessoas e rebanhos mortos impiedosamente e portos destruídos, fios telegráficos cortados (cf. SILVA, 2000) – podem ser similares à indiferença social frente aos impactos dos eventos extremos relacionados ao clima. Assim, explicitar esse comportamento social alienador é parte constituinte da análise sociológica que articula afluência e sofrimento coletivo numa figuração de subalternidade e preconceito que

precisa ser conscientemente enfrentada visando sua superação por um estágio superior de sociabilidade.

Fraqueza e fracasso parecem ser, segundo Munanga (2007), os traços da história do continente africano: desde o tráfico de pessoas à colonização, passando pela vitimização pelo racismo e subalternidade na escala da Sociedade-Mundo, as nações africanas vivem sucessivos entraves para gerir a coisa pública, de acordo com os interesses de seus povos. Até aqui, reconhece Kofi Annan (cf. Munanga, 2007), a ONU na África granjeou sucessivas derrotas e testemunha uma catástrofe humanitária, com dezenas de conflitos armados e provocando mais de oito milhões de refugiados e um imenso deslocamento das pessoas.

Conflitos não são uma excepcionalidade na vida e na ordem social. Embora se saiba que as disputas fazem parte da ordem social, é preciso compreender sociologicamente quais são suas regularidades, e as regras que permitem apaziguá-los, fazendo a síntese possível num dado momento, e como as intolerâncias são revitalizadas ou amainadas. No contexto guineense, o certo é que o Estado foi desenhado com o aporte da autoridade tradicional na consolidação de um projeto nacional no imaginário coletivo (KLUTE, 2008), o que não é diferente do que ocorre presentemente e do que deve ocorrer nos anos futuros, em que a autoridade tradicional tem o potencial para dar as referências mínimas de conduta e representação do mundo num percurso de coesão ou de conflito em torno da afirmação de um grupo (ou dos vários) e suas necessidades.

Não se pode falar em proteção civil sem reportar à necessária garantia dos direitos humanos, pois os direitos humanos, reporta Archer (2006), remetem à manutenção da dignidade humana e são a base para o *corpus* de uma instituição que pretenda tanto amoldar perícias técnicas na redução da vulnerabilidade quanto no controle possível de fatores severos de ameaça. A proteção civil que é lastreada num compromisso com a cidadania de seu povo não se deixa, tal como no caso da institucionalização de compromissos com os direitos humanos, se levar por valores alienígenas, estrangeiros aos costumes locais e arbitrários frente aos clamores sociais. Sua legitimidade depende de como os cidadãos identificam-se com as normas a serem propostas e consolidadas e, nesse sentido, retoma Archer (2006), os profissionais de governança e desenvolvimento devem procurar formas de atrair a estrutura conceitual dos direitos humanos onde quer que possam, quando buscarem reforçar a capacidade de desempenho institucional, pois tais direitos são quem constrói, na legitimidade política e democrática, uma mudança sustentável. Daí porque, a escuta ativa aos grupos mais vulneráveis socialmente não é um preciosismo, mas a virtude de uma proposta dita como uma ação em busca da sustentabilidade. Archer (2006), novamente, retoma: o teste definitivo do compromisso [com os direitos humanos] é o de que o grupo mais esquecido e mais oprimido se sinta ouvido e considerado e que a sociedade inteira prospere, nenhum grupo em favor de si e à custa do Outro. Ou, recuperando Flores (2007), quando reporta a Amílcar Cabral, “Sabemos também que, no plano político, por mais bela e atraente que seja a realidade dos outros, só poderemos transformar verdadeiramente a nossa própria realidade com base no seu conhecimento concreto e nos nossos esforços e sacrifícios próprios” (FLORES, 2007, p.115). É o desafio primordial de justiça (ARCHER, 2006).

Nessa mesma perspectiva, Martin (2006) retoma algumas das assertivas de Julius Nyerere, proferida em 1968, em Nairóbi, que reportam o fato que as pessoas não podem ser desenvolvidas senão se desenvolver por si próprias, assim como não há liberdade que possa ser concedida, mas algo que tenha que florescer no âmago do povo e *conditio sien qua non* para um desenvolvimento que beneficie extensivamente os cidadãos. A engenharia social que torne o desenvolvimento mantenedor da liberdade e a liberdade garantidora do desenvolvimento (cf. Martins, 2006) é a que permite que a diversidade tenha existência em condições de igualdade de expressão na vida social e política da nação.

2. CAMINHOS POSSÍVEIS PARA A ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA EM GUINÉ BISSAU

Em visita científica realizada em maio de 2008, realizada sob os auspícios do CNPq no âmbito do Programa PROAFRICA e sob supervisão do Núcleo de Mudanças Climáticas da Direção Geral do Ambiente da República da Guiné-Bissau, foi possível consultar lideranças cristãs e muçulmanas nacionais sobre o entendimento de seu papel na mediação com as diversas comunidades para favorecer a coleta de informações visando a adoção de medidas de proteção civil em caráter preparativo aos eventos extremos prognosticados. Essa mediação revela-se importante na medida em que a trajetória de interação social das lideranças religiosas com os diferentes grupos étnicos tem, na Guiné Bissau, um forte componente de assistência social diante o sofrimento social persistente e ausência ou ineficácia dos serviços públicos que garantam a dignidade mínima da pessoa humana.

Na interlocução havida na ocasião, culminou o consenso de tais lideranças na pertinência da realização de uma cartografia da vulnerabilidade socioambiental da ocupação humana do território guineense, levando em conta os vieses étnicos e religiosos, em relação à qual se identificaria as propostas locais de ações de proteção civil tal como é necessário para a implementação do Plano de Ação Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas.

Tal cartografização levaria em conta, a saber:

- a) os aspectos de utilização dos recursos naturais que estão ameaçados pelos eventos extremos na manutenção do modo de vida de cada grupo no seu processo de territorialização;
- b) as dimensões intergeracionais, de gênero e de necessidades especiais (pessoas com deficiência ou redução da mobilidade) tanto no que concerne à vulnerabilidade quanto às recomendações de proteção civil;
- c) a narrativa, oriunda do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), dos atributos simbólicos na produção social do lugar que se expressem por meio dos mapas comunitários, das maquetes interativas e dos relatos orais. Tal narrativa assenta os argumentos que ampliam ou restringem a mobilidade espacial do grupo, permitindo a construção de cenários de conflitos referente às disputas territoriais.

Uma boa proteção civil implementada no seio da nação é aquela que, em última instância, contribui para a paz social. O contexto presente de fragilidade institucional guineense, que culminou, no início de 2009, na execução sumária do Chefe de Estado e na seqüência, na convocação de um processo eleitoral, com múltiplos candidatos, faz crer na necessidade do estabelecimento de novos pactos de confiança da sociedade civil com o Estado e do Estado com a sociedade civil na busca de legitimidade de suas ações.

Coelho & Saraiva (2004) lembram que a paz e o desenvolvimento guardam íntima associação, mas nenhuma sociedade está condenada ao conflito. Um sinal de que não se pode crer que naturalmente haverá o retorno à situação de normalidade político-institucional e, ao contrário disso, trata-se de uma consciente e persistente vontade social, foi o Encontro de reflexão e concertação denominado “Que campanha eleitoral queremos”, ocorrida em 5 e 6 de maio p.p., sob os auspícios do PNUD, na qual três temas foram eleitos prioritários para a nação, a saber:

- 1) Unidade na diversidade;
- 2) Reconciliação Nacional;
- 3) Paz e Desenvolvimento.

Dentre outros representantes da sociedade civil que, após intensos debates, foram escolhidos para dinamizar a atividade cívica durante a após o processo eleitoral, encontram-se as Instituições Parceiras nesta proposta: o Conselho Superior Islâmico, o Conselho Nacional das Igrejas Evangélicas e a Diocese de Bissau (COMISSÃO ELEITORAL DE ELEIÇÕES, 2009).

Lechini (2008) lembra que o Brasil tem demonstrado empenho para oferecer apoio às nações africanas através de missões de natureza variada, embora em última instância, se debruce no interesse da manutenção da paz. Missões de pacificação, de equipe médica, de observadores militares, objetivando desde a preservação mínima da saúde ao controle de movimentos ilegais de pessoas e material bélico, foram próprios deste país em Angola, Ruanda, Uganda, dentre outros. De outra parte, Guimarães (2004) afirma que as relações do Brasil com a África, em especial com os países de língua portuguesa, é prioridade do governo brasileiro. Isso torna a contribuição científica do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos um dentre os vários parceiros brasileiros naturais que, no mesmo espírito, visam disponibilizar sua expertise em gestão de desastres objetivando maior capacitação dos membros da equipe técnica guineense e, de outro lado, estimular os sujeitos tradicionais envolvidos a perseverar, numa hermenêutica diatópica, na interação propositiva numa Cultura de Paz.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Espera-se que a adoção de uma cartografia da vulnerabilidade socioambiental e das recomendações de proteção civil possam, nas suas especificidades étnico-religiosas, permitir uma maior valorização dos saberes tradicionais na

formulação de políticas públicas em nível nacional. Isso significa um autêntico “diálogo de saberes” (cf LEFF, 2003) no qual a construção de instituições modernas na Guiné-Bissau, ao invés de descartar, assenta-se no valor da história multicultural de seu povo, como povos que reafirmam suas identidades e, contudo, marcham conciliados em torno de um projeto nacional.

Ao se configurar as interações socioambientais de cada grupo e as limitações que os fenômenos climáticos poderão gerar nos seus respectivos modos de vida delinea-se um caminho de analítico para a compreensão das especificidades sócio-culturais de medidas de redução ou mitigação da vulnerabilidade social o que subsidia a possibilidade de integração, com base no respeito ao atributo da diversidade cultural e socioambiental, das ações locais, regionais e nacionais de proteção civil.

A diversidade das crenças religiosas e das práticas assistenciais que o animismo, o Islã e as denominações cristãs imbricam e propagam no saber o no fazer da nação guineense é um fator da mais alta importância para entender a tessitura cotidiana do provimento dos mínimos vitais e sociais de cada comunidade, razão pela qual o Conselho de Anciãos, Islâmico, das Igrejas Evangélicas e Diocese são sujeitos da produção de regras cotidianas para a manutenção de uma concepção comum de direito à vida e à paz que, se subsistir como baliza para um ambiente de diálogo, é o passo necessário para o desenvolvimento que esta nação exige.

REFERÊNCIAS

- ARCHER, R. Os pontos positivos de diferentes tradições: o que se pode ganhar e o que se pode perder combinando direitos e desenvolvimento? SUR: **Revista Internacional de Direitos Humanos**, Rede Universitária de Direitos Humanos, São Paulo, n. 4, ano 3, p. 81-89, 2006.
- CARDOSO, C. e AUGEL, J. **Transição democrática na Guiné Bissau**. INEP: 1996.
- COELHO, P.M.P. & SARAIVA, J.F.S. Painei I: Inserção estratégica da África no Cenário Internacional. In: COELHO, P.M.P.; SARAIVA, J.F.S. (orgs). **Fórum Brasil-África: política, cooperação e comércio**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2004. p.65-7.
- COMISSÃO ELEITORAL DE ELEIÇÕES. **Resolução e Recomendações Finais**. João Landim: PNUD, 2009.
- FLORES, E. Impressões da África: olhar para trás, apressar o futuro. In: SUCUMA, Arnaldo; CHAVES, E. **Caminhos para o desenvolvimento: convênios e saberes para o século XXI**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. p.105-125.
- GOVERNO DA GUINÉ BISSAU. MINISTÉRIO DOS RECURSOS NATURAIS E AMBIENTE. **Programa de acção nacional de adaptação às mudanças climáticas**. Bissau: PNUD, 2006.
- GUIMARÃES, M. P. Secretário-Geral das Relações Exteriores no Brasil. In: COELHO, P.M.P.; SARAIVA, J.F.S. (orgs). **Fórum Brasil-África: política, cooperação e comércio**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2004. p.39-40.
- INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS. **Problemática do Meio Ambiente em alguns Países Africanos**. Seminário PNUMA/MDRP/INEP. C. Lopes (coord), 1987.
- KLUTE, G et al. Local experiences of conflict management. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas. Experiências Locais de Gestão de Conflitos. **Revista Soronda**, Número Especial, Bissau., p. 15-33. 2008.
- LECHINI, G. **O Brasil na África ou a África no Brasil?** A construção da política africana pelo Itamaraty. Nueva Sociedad, outubro 2008. Buenos Aires. p.55-71.

LEFF, E. A Geopolítica da Biodiversidade e o Desenvolvimento Sustentável: Economização do Mundo, Racionalidade Ambiental e Reapropriação Social da Natureza Natureza. In: Martins, R. C.; FELICIDADE, N (orgs). **Uso e Gestão de Recursos Hídricos no Brasil**: desafios teóricos e político-institucionais. São Carlos: RiMa Editora, 2003, p. 1-20.

MARTIN, J. P. Releitura do Desenvolvimento e dos Diretos: lições da África. SUR: **Revista Internacional de Direitos Humanos**. Rede Universitária de Direitos Humanos, n. 4, ano 3, São Paulo, p. 91-101, 2006.

MUNANGA, K. O Subdesenvolvimento e as Desigualdades Sociais no Continente Africano. In: SUCUMA, A.; CHAVES, E. **Caminhos para o desenvolvimento**: convênios e saberes para o século XXI. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. p .85-103.

SILVA, D.M. **Por entre as dórcades encantadas**: os bijagó da Guiné Bissau. São Paulo: Editora Terceira Margem, 2000.

REFUGIADOS AMBIENTAIS NO CONTEXTO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DO DIREITO INTERNACIONAL

CLAUDIA SILVANA DA COSTA

INTRODUÇÃO

Ao longo de toda a história da humanidade, pessoas e comunidades inteiras foram vítimas de perseguições políticas, religiosas, étnicas e dos mais variados tipos. Estima-se que haja, atualmente no mundo, cerca de 150 milhões de pessoas vivendo fora dos seus países de origem, sendo que, deste contingente, calcula-se que 10%, sejam de refugiados (ACNUR, 2000).

A problemática dos refugiados e das vítimas de deslocamentos forçados ganhou destaque no âmbito da comunidade internacional a partir do século XX, em decorrência dos grandes contingentes e acontecimentos devidos a Primeira e Segunda Guerra Mundiais. Para garantir a proteção necessária a esse contingente paulatinamente foram sendo constituídos e incorporados valores, sendo criados órgãos multilaterais de proteção e um arcabouço legal humanitário voltado aos refugiados em todo o mundo. Atualmente, a questão dos refugiados está incluída dentre os problemas mais complexos do planeta e surgem novas categorias de refugiados, frutos dos efeitos deletérios das mudanças climáticas que estão em processo, inviabilizando determinadas bases territoriais na produção social e identitária dos povos internos.

Neste capítulo, apresentaremos o processo de construção do termo refugiado ambiental e suas confluências no que se refere às mudanças climáticas e ao Direito Internacional.

1. A CONSTITUIÇÃO DO TERMO REFUGIADO

O termo refúgio, originado do latim *refugium*¹, significa o lugar seguro onde alguém se refugia ou o asilo para aquele que foge ou se sente perseguido, e que busca a proteção de toda e qualquer ameaça. Tendo como propósito garantir à proteção da pessoa humana, a condição de *refúgio* fez-se presente durante toda a história da humanidade, à medida que homens e mulheres foram forçados a abandonar suas casas, devido às guerras, conflitos armados ou pelas diversas formas de perseguições sofridas, buscando abrigo em outros locais considerados seguros e protegidos para sobrevivência.

1. Dicionário Michaelis.

Neste sentido, considera-se refugiado toda pessoa obrigada a deixar seu país de origem ou residência, seu lar, sua família, seus amigos, seu emprego, seu idioma, seus hábitos e costumes, para buscar a garantia de sua própria vida e sobrevivência em outro lugar. O “estar” na condição de refugiado, torna-se, então, uma experiência única tanto para o indivíduo quanto para um grupo, cujo processo de sofrimento decorrente da experiência revela significados, sentimentos e práticas múltiplas ao longo do tempo.

Em decorrência dos efeitos das Mudanças Climáticas, consideradas como fenômenos sócio-ambientais, espera-se haver efeitos adversos sobre os ecossistemas devastando as condições naturais, nas quais se assentam a reprodução dos mínimos vitais para a sobrevivência humana. Um novo desafio se coloca para tais grupos humanos, como o de, na ausência de recursos financeiros para acessar tecnologias mitigadoras das condições climáticas adversas, necessitam abandonar suas terras de origens ou vivência. Daí, o surgimento de uma nova categoria de refugiados, os chamados “refugiados ambientais”, indivíduos e grupos ainda não amparados juridicamente no âmbito da legislação internacional, mas que aumentam o contingente de refugiados no mundo.

Diferentemente dos demais refugiados, os refugiados ambientais não são vítimas necessariamente de perseguições, mas são obrigados a deixar o território de origem ou de residência em virtude do desaparecimento das possibilidades de ali sobreviver. Os refugiados ambientais são, portanto, sujeitos em construção, no sentido em que se constituem através da associação de duas categorias: a de ser refugiado procurando abrigo algum, e a de ter um contexto ambiental em deterioração, tendo como agravante o fato de não ter expectativa de retorno, à medida que não há mais para onde retornar. Assim, os pilares da caracterização do grupo são o *afastamento*, a *exclusão* e a *eliminação dos meios e modos de vida*. O refugiado ambiental se constrói com características únicas e exclusivas de um novo sujeito, cujo universo se compõe por um processo de fragmentação da existência social, em que a despersonalização, a perda cultural suscetível e o anonimato provocado por um afastamento forçado de seu lugar de pertencimento levam-no à crise.

Neste sentido, a situação de ruptura, em ser obrigado a deixar a sua casa, considerado como o “seu” lugar de pertencimento, em cujos ciclos e fluxos de seus vínculos afetivos e seu *habitus* se construíram e se consolidaram o de renunciar aos aspectos de sua própria história restando somente às memórias, provocam no sujeito uma experiência que tende a ser traumática, na medida do rompimento com as possibilidades de autodeterminação, de levar a cabo seus projetos, ilusões e convivência com os outros de sua escolha.

Nas palavras de Viñar,

Perde o espelho múltiplo a partir do qual criava e nutria sua própria imagem, seu personagem. (...) Aquele que eu era não existe mais O personagem está morto, o cenário não é mais o mesmo, os atores tampouco E nos encontramos ali, sem olhar, sem palavra: comoção radical de identidade. O homem está nu. (VIÑAR, 1992, p.71)

O estar na condição de refugiado ambiental é ter seu *habitus* social rompido, *habitus* que, segundo Bourdieu, torna-se essencial no processo de identidade de um povo, visto que traduz o exercício de seu cotidiano, calcado no ajustamento com o território, bem como consiste no conhecimento adquirido e num *haver*, num capital de disposições duráveis e transferíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, e num *continuum*, cuja identidade e lugar se auto-ajustam.

Desta maneira, quanto mais o *habitus* social perde terreno, e quanto mais se reconstitui a vida cotidiana em termos de interação dialética entre o local e o global, mais os indivíduos se vêem forçados a negociar opções por novos estilos de vida, colocando em “xeque” sua própria *narrative*, isto é, o “enredo” dominante por meio do qual foi inserido na história como ser portador de um passado definitivo e um futuro previsível (GIDDENS, 1991), como portador de uma identidade.

Segundo Castells (1999, p. 22), não há conhecimento na história de “um povo que não tenha nomes, idiomas ou culturas em que alguma forma de distinção entre o eu e o outro, nós e eles, não seja estabelecida”. Entende-se por identidade a fonte de significado e experiência de um povo. Deste modo, toda identidade é construída, sendo que a matéria prima é fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão tempo/espço.

Através da perda do lugar de pertencimento, cujo significado possui uma complexidade maior que a do próprio território², a partir do momento que o indivíduo e a coletividade reafirmam cotidianamente no lugar em que vive sua identidade, então, a renúncia deste lugar, no qual os vínculos afetivos, memória de vivências e histórias se construiu, implicam não apenas na perda de referências do contexto, mas da própria constituição de identidades, em saber quem é e quais são os papéis que se pode desempenhar enquanto referências no exercício de uma sociabilidade. A situação de refúgio apresenta-se ao indivíduo, como uma forma de violência velada, gerada pela fragmentação e desvalorização do indivíduo enquanto pessoa humana, através da ruptura com o seu conforto da relação em que era reconhecido enquanto cidadão, ou seja, enquanto sujeito portador de direitos e deveres cujo papel social era reconhecido por ele e pela comunidade a qual pertencia.

(...) não se pertencer ao mundo, que é uma das mais radicais e desesperadas experiências que o homem pode ter. É a perda de si mesmo. O eu e o mundo, a capacidade de pensar e de sentir, perdem-se ao mesmo tempo. Converte-se o indivíduo à condição de superfluidade (SOUKI, 1998, p. 21).

2. Território é o espaço físico ou ideal sobre o qual o Estado exerce a soberania com exclusividade, isto é, o âmbito de validade da norma jurídica no espaço.

Esse indivíduo supérfluo, condicionado à situação de refúgio, teve rompida a profunda ancoragem que possuía, enfrentando, deste modo, um conflito humano e social, ao mesmo tempo em que possui um profundo sentimento de perda de todas as suas referências consideradas primordiais para sua própria existência, vivencia um momento único de profundo sentimento de valorização pessoal e auto-respeito, à medida que o renunciar a tudo que construiu e possuía em “seu lugar” de pertencimento, não significou a renúncia de um valor essencial, que é o valor da ausência de si mesmo, o que lhe permite ter a esperança de uma nova busca, talvez incerta, mas que lhe permite buscar por sobrevivência em outros territórios e lugares.

Neste limiar, o refugiado convive ainda com a dor da busca por sua própria aceitação e pertencimento no âmbito da comunidade internacional, seja enquanto indivíduo, que não possui os mesmos códigos de conduta, comunicação e cultura de outras territorialidades, seja enquanto cidadão, que não possui voz ativa ou qualquer forma de participação, seja política ou social. A cidadania, segundo Marshal (1967, p. 53), se refere a tudo que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico até a segurança ao direito de participar, por completo, da herança social e levar a vida de um ser civilizado, de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade, exigindo um elo de liderança diferente, um sentimento de direito de participação numa comunidade baseado numa lealdade a uma civilização que é um patrimônio comum. Pressupondo a lealdade de homens livres, imbuídos de direitos e protegidos por uma lei comum, sendo seu desenvolvimento estimulado tanto pela luta para adquirir tais direitos quanto pelo gozo dos mesmos, uma vez adquiridos. Desta forma, visa não apenas garantir e fornecer aos indivíduos a igualdade de direitos e deveres, liberdades e limites, poderes e responsabilidades (VILLAVICENCIO, 2007 apud RIUTORT, 2007, p.13), mas efetivar a própria participação social e política do indivíduo junto à sociedade, garantindo-lhe o seu reconhecimento enquanto sujeito de direitos e a dignidade enquanto ser humano, o que se torna fragilizado e até mesmo inexistente quando se está na condição de refugiado.

Enquanto cidadão inexistente, excluído do campo social e político, não tendo chance de qualquer tipo de participação e dialogicidade com o outro, o refugiado ambiental tem como única alternativa “esmolar” a condição de cidadania pelo mundo, visto que em decorrência de sua impotência política e de sua capacidade humana frustrada, não possui outro recurso a não ser a obtenção da “caridade e solidariedade” internacional.

O campo da política é o do pensamento plural, é o pensar no lugar e na posição do outro. Ao mais o eu consigo mesmo, mas o diálogo com os outros com os quais devo chegar a um acordo. Este diálogo requer um espaço: a política e a ação. Em toda questão de ordem estritamente política, a importância fundamental do conceito de começo e de origem deriva do simples fato de que a ação política, como todo outro tipo de ação, é sempre o começo de qualquer coisa de novo; enquanto tal, este começo é, em termos de ciência política, a essência mesma da liberdade humana (SOUKI, 1998, p. 44).

A cidadania, então, se coloca em choque com a própria civilidade, considerada como um processo contínuo de construção da ordem pública e de sociabilidade cotidiana, cuja base consiste na capacidade de se relacionar com o outro de forma plena e com respeito (VILLAVICENCIO, 2007 apud RIUTORT, 2007, p.17), em que se busca a regulamentação dos conflitos e o extermínio das diversas formas de violência e de exclusão. Deste modo, não há como se constituir a civilidade e a cidadania plena, tendo em vista que o desrespeito e a desvalorização da pessoa humana se fazem presentes constantemente quando se esta na condição de refugio.

Estabelecendo a aceitação do indivíduo perante a um estatuto jurídico-legal vinculado ao território, cujo conceito abrange a área geográfica, marítima e aérea, o conceito de cidadania ainda estabelece o domínio de validade da ordem jurídica de um determinado Estado soberano (MELLO, 2007, apud MARCOVITCH, 2007, p. 113) que priorizando a segurança estatal, limitou em sua fronteira os conceitos jurídicos de quem é nacional ou estrangeiro. Desta forma, considerando que a nacionalidade corresponde ao grupo de indivíduos que possuem a mesma língua, raça, religião e um “querer viver em comum”, que possuem um vínculo jurídico-político que une o indivíduo ao Estado e o faz adquirir a qualidade de membro de um Estado-Nação, enquanto refugiado, o indivíduo torna-se totalmente impotente em sua condição de não pertencimento e não cidadão, pois apesar de possuir uma nacionalidade, uma vez desterritorializado, torna-se um estrangeiro a mercê e a implorar abrigo e ajuda de outras Nações.

Neste novo universo, em cujas bases se apresentam a fragmentação e a exclusão constante de direitos, em virtude da expulsão do indivíduo do “seu lugar de pertencimento”, a condição de refugiado mostra-se como a perda de autonomia, da individualidade e da própria emancipação no reconhecimento do sujeito de direitos.

Enquanto refugiado, encontra-se “na lacuna” entre o homem e o cidadão, entre a natureza humana e a comunidade política internacional; sendo um indivíduo “sem voz” e sem qualquer espaço, que passa a ser nada, senão uma criatura “à deriva e à espera, que não têm nada senão sua ‘vida crua’, cuja continuação depende de ajuda humanitária.” (YOUNGE, 2001, apud BAUMAN, 2005). Despido de todos os direitos, torna-se um indivíduo que perdeu suas raízes, e estando completamente “desenraizado” ou “sem chão”, tem como sentimento a derrota, em virtude de ser vitimado por um processo de eliminação. Vivencia-se, então, um sentimento de luto, cujo simbolismo, não será mais uma experiência privada para o refugiado, mas coletiva e partilhada com os demais membros de sua nação.

(...) seu luto é também social, no sentido que eles devem aceitar o fim de um *modus vivendi*, de um contexto social e político que não poderá mais se reproduzir tal como era. Perda de seus sistemas de referências, de seus objetos de amor, de seus pólos de investimento e de agressividade (ARAUJO, 1988. p. 46).

Neste universo dilacerado do refugiado, proporciona-se no indivíduo não apenas a fragmentação de sua própria identidade e de participação social e política, mas sua própria aniquilação enquanto ser humano.

(...) perde as referências com a realidade. Abandona os sinais dos antepassados, se desliga da realidade de significações que os próximos haviam tecido à sua volta, desde antes do nascimento, e se coloca no mundo, sem a terra a seus pés e com recordações – e nada mais que recordações – como únicas senhas de identidade (NEVARES, 1982, apud CRUZ, 1999, p.19).

Desta maneira, o principal fundamento para um indivíduo que perdeu tudo, como no caso dos refugiados, passou a ser a dignidade humana, a qual deve ser preservada por todos e, principalmente, pelos Estados, cuja função de relevância e princípio de cooperação num mundo inter-relacionado deve estabelecer a solidariedade e a tolerância entre as nações mundiais, para que a dignidade destes seres humanos e o direito de existência sejam novamente estabelecidos.

A solidariedade prende-se à idéia de responsabilidade de todos pelas carências ou necessidades de qualquer indivíduo ou grupo social. É a transposição, no plano da sociedade política, da *obligatio in solidum* do direito privado romano. O fundamento ético deste princípio encontra-se na idéia de justiça distributiva, entendida como necessária compensação de bens e vantagens entre as classes sociais, com a socialização dos riscos normais da existência humana (COMPARATO, 2001, p. 62).

No contexto mundial, a solidariedade torna-se essencial para o funcionamento das sociedades e para existência do próprio homem, sendo que os Estados devem se adequar e atuar por meios de novos paradigmas, pois

A solidariedade representa a constatação de que, ao lado das formas tradicionais de solidariedade, a sociedade caminha para uma complexidade crescente com novas práticas sociais, políticas, jurídicas, econômicas, culturais, industriais e tecnológicas que subvertem os dados da vida social. (...) a sociedade caminha para uma diferenciação cada vez maior, uma heterogeneidade crescente onde é excluída toda possibilidade de um retorno ao homogêneo. A vida social não pode mais ser pensada fora de um combate permanente, fora de turbulências, onde ‘uma pluralidade de formas de vida afeta todos os grupos que se encontram, se afrontam, se combatem, se aliam ou se acomodam entre si no interior de um espaço onde os homens nascem, por acaso’ (DUVIGNAUD, 1986, apud FARIAS, 1998).

2. O INSTITUTO DO REFÚGIO

Diante das novas perspectivas apresentadas para humanidade, em cuja vulnerabilidade e insegurança se instalam cotidianamente pelos efeitos pretéritos das mudanças climáticas, a questão dos refugiados se depara com novos desafios,

principalmente no que se refere aos refugiados ambientais, em cujas formas de legitimação, identificação e legislação ainda não se encontram constituídas no âmbito do direito internacional.

O instituto do refúgio, enquanto instituto de caráter humanitário e internacional surgiu e evoluiu a partir do século XX, primeiramente sob a égide da Liga das Nações (LDN), em 1921, e, posteriormente, através das Organizações das Nações Unidas (ONU), estando regulado pela Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951) e pelo Protocolo de 1967, o instituto do refúgio teve como propósito básico a proteção exclusiva da pessoa humana, assegurando essa proteção através da concessão do *status* de refugiado. Nos termos do artigo 1º da Convenção de 1951, o *status* de refugiado designa uma posição pessoal, uma condição, que no direito se refere aos atributos de personalidade legal de uma pessoa em face da lei, que passou a ser concedida a toda e qualquer pessoa que sofresse ou fosse vítima de perseguição em seu Estado de origem ou de residência habitual, visando, através da concessão desse *status*, garantir ao indivíduo os requisitos mínimos de vida e de dignidade da pessoa humana.

No entanto, o período do pós-guerra, também trouxe uma enorme eclosão no contingente de pessoas refugiadas, bem como levou a tona uma nova problemática relacionada a essa questão, à medida que os “novos refugiados não eram perseguidos por algo que tivessem feito ou pensado, mas simplesmente em virtude daquilo que imutavelmente eram, ou seja, nascidos na raça errada (como no caso dos judeus na Alemanha), ou na classe errada (como no caso dos aristocratas na Rússia), ou convocados pelo governo errado (como no caso dos soldados do Exército Republicano espanhol) (ARENDT, 1989, p. 328). Num contexto de milhares de pessoas deslocadas e na tentativa de amenizar os problemas mais emergentes, houve a criação da Administração das Nações Unidas para Assistência e Socorro – UNRRA, a qual visava o atendimento imediato das vítimas da guerra, em 1947, foi criada a Comissão Preparatória da Organização Internacional dos Refugiados e, em 1948, criou-se a Organização Internacional para Refugiados, a chamada OIR, com a finalidade de regulamentar a questão dos refugiados (CAVARZERE, 2001, p.105).

Paralelamente à criação desses órgãos, o Alto Comissariado da Liga das Nações prosseguiu com suas atividades, que somente foram encerradas em 31 de dezembro de 1946, quando suas funções primordiais passaram temporariamente para o Comitê Internacional para Refugiados e, posteriormente, para a Organização Internacional dos Refugiados, criada especialmente para atender aos refugiados da II Guerra Mundial, tendo entre as funções elementares: a repatriação, identificação e registro; auxílio e assistência; proteção jurídica e política; reassentamento e restabelecimento das pessoas sob sua proteção (MOREIRA, 2006, p. 52). Além disso, a Organização Internacional dos Refugiados estabeleceu ainda uma definição mais ampla ao termo refugiado, no qual o *status* de refugiado deveria ser concedido:

1. (...) a toda pessoa que partiu, ou que esteja fora, de seu país de nacionalidade, ou no qual tenha residência habitual, ou a quem, tenha ou não retido sua nacionalidade, pertença a uma das seguintes categorias:

- a) vítimas dos regimes nazista ou fascista ou de regimes que tomaram parte ao lado destes na Segunda Guerra Mundial, ou de regimes traidores ou similares que os auxiliaram contra as Nações Unidas, tenham ou não, gozado do *status* internacional de refugiado;
 - b) republicanos, espanhóis e outras vítimas do regime falangista na Espanha tenham, ou não, gozado do *status* internacional de refugiado;
 - c) pessoas que foram consideradas refugiados, antes do início da Segunda Guerra Mundial, por razões de raça, religião, nacionalidade ou opinião política.
2. (...) estiverem fora de seu país de nacionalidade, ou de residência habitual, e que, como resultado de eventos subseqüentes ao início da Segunda Guerra Mundial, estejam incapazes ou indesejosas de se beneficiarem da proteção do governo de seu país de nacionalidade ou nacionalidade pretérita.
3. (...) tendo residido na Alemanha ou na Áustria, e sendo de origem judia ou estrangeiros ou apátridas, foram vítimas da perseguição nazista e detidos em, ou foram obrigados a fugir de, e foram subsequentemente retornados a um daqueles países como resultado da ação inimiga, ou de circunstâncias de guerra, e ainda não foram definitivamente nele assentados.
4. (...) sejam órfãos de guerra ou cujos parentes desapareceram, e que estejam fora de seu país de nacionalidade (...) (ANDRADE, 1996, p.162-163, apud MOREIRA, 2006, p.52).

Neste sentido, a Organização Internacional para Refugiados (OIR), criada exclusivamente para dar amparo imediato aos refugiados do pós-guerra, colocou sob sua proteção todas as pessoas deslocadas e vítimas de “perseguição”, porem teve um mandato temporário, colaborando para o surgimento de novos documentos, que fossem mais eficazes e igualitários para a legitimação dos direitos dos refugiados no âmbito do direito internacional. Entretanto, essa legitimação somente veio a ocorrer com a Declaração Internacional dos Direitos Humanos, a qual preceituou em seu Artigo 14 que:

Todo ser humano, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países. 2. Este direito não pode ser invocado em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos objetivos e princípios das Nações Unidas (UN, 2004).

Por este artigo, legitimou-se o direito de toda pessoa, vítima de perseguição em seu país de origem, ser protegida ou buscar refúgio em outros países, porém não obrigou a aceitação pelos Estados de refugiados. Deste maneira, em 1950, foi criado o Estatuto do Alto Comissariado das Nações Unidas (ACNUR), visando garantir a proteção e o bem-estar aos refugiados, assegurando deste modo, o direito de buscar refúgio em outro país, bem como garantindo o direito de retorno ao país de origem.

Neste contexto, foi aprovado em 21 de julho de 1951, pela Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), a Convenção sobre Refugiados, que após ser ratificada pelos países integrantes da ONU, entrou em vigor no ano de 1954, estabelecendo em seu Artigo 1º que seria concedido o *status* de refugiado a toda pessoa que:

1. Que tenha sido considerada refugiada em aplicação dos Arranjos de 12 de Maio de 1926 e de 30 de Junho de 1928, ou em aplicação das Convenções de 28 de Outubro de 1933 e de 10 de Fevereiro de 1938 e do Protocolo de 14 de Setembro de 1939, ou ainda em aplicação da Constituição da Organização Internacional dos Refugiados.

As decisões de não elegibilidade tomadas pela Organização Internacional dos Refugiados enquanto durar o seu mandato não obsta a que se conceda a qualidade de refugiado a pessoas que preencham as condições previstas no (2) da presente secção;

2. Que, em consequência de acontecimentos ocorridos antes de 1º de Janeiro de 1951, e receando com razão ser perseguida em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou das suas opiniões políticas, se encontre fora do país de que tem a nacionalidade e não possa ou, em virtude daquele receio, não queira pedir a proteção daquele país; ou que, se não tiver nacionalidade e estiver fora do país no qual tinha a sua residência habitual após aqueles acontecimentos, não possa ou, em virtude do dito receio, a ele não queira voltar.

Por esta Convenção, todos os indivíduos que se encontrassem em situação de refúgio nos termos do Artigo 1º, estaria sendo reconhecido em seu *status* de refugiado, tendo assegurado a proteção dada pela ACNUR. É de se notar que, tanto a Convenção sobre Refugiados como o Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados, foram documentos fundamentais no processo de legitimação do instituto do refúgio no âmbito do direito internacional. Posteriormente, à aplicação desses documentos, vieram a contribuir com a questão dos refugiados, a Convenção da Organização da Unidade Africana (1969) e a Declaração de Cartagena³ (1984) adotada pelos países latino-americanos.

Apesar dos Direitos Humanos terem ganhado notoriedade a partir do pós-guerra e como política integrante da guerra fria, atualmente, busca-se como necessidade emergencial no âmbito do direito internacional e dos direitos humanos, repensar e ampliar o conceito de refugiado no âmbito do direito internacional, visto que os novos refugiados da modernidade, os “refugiados ambientais”, tendem a se avolumarem no contexto mundial, necessitando ter assegurado o direito de refúgio e o de ser aceito em outro local, como garantia

3. De acordo com a Declaração de Cartagena, criada em 1984 e adotada pelos países latino-americanos, seriam considerados refugiados as “... pessoas que tenham deixado seus países devido à ameaça às suas vidas, segurança, ou liberdade causadas por violência generalizada, agressão estrangeira, conflitos internos, violações em massa aos direitos humanos, ou outras circunstâncias que tenham perturbado a ordem pública”.

das condições de mínimas de sobrevivência, cidadania e, principalmente, de pertencimento.

3. PANORAMA APRESENTADO PELAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS PARA O CONTEXTO MUNDIAL

O paradigma da modernidade, que se reduz ao desenvolvimento capitalista e que supõe ter a natureza sob controle através de um sistema perito cada vez mais capacitado na competência técnica para compreender/controlar os fenômenos do mundo e traduzi-los como modernidade, se depara com os riscos deletérios deste processo, dentre os quais, os efeitos sócio-ambientais, proporcionados pelo aquecimento global e, por conseguinte, pelas Mudanças Climáticas, que se tornaram um dos maiores desafios da nossa atualidade. Neste sentido, não é possível prever o que acontecerá realmente nos próximos dias, mas é possível prever novos cenários mundiais para a humanidade.

Consideradas como fenômenos atmosféricos relacionados a causas antropogênicas, as Mudanças Climáticas colocam a humanidade defronte a questão da própria sobrevivência da humanidade, à medida que produz efeitos e desastres sobre os ecossistemas, causando danos irreparáveis nas condições de reprodução dos mínimos vitais para sobrevivência da espécie humana.

Como preocupação de ordem mundial, o fenômeno das mudanças climáticas foi debatido formalmente pela primeira vez em Estocolmo (Suécia), em 1972, durante a Primeira Conferência sobre o meio ambiente. Posteriormente, em 1979, realizou-se a Primeira Conferência Mundial sobre o Clima, na qual se criou o Programa Mundial do Clima, alertando os diversos governos mundiais a prever e prevenir Mudanças Climáticas de origem antrópica, as quais poderiam comprometer o bem-estar futuro da humanidade (BRASIL, 2002), para que assim, os diversos governos se conscientizassem das diversas implicações das Mudanças Climáticas no Planeta e promovessem medidas mitigadoras que garantissem uma melhor sobrevivência da população mundial.

No início dos anos 80, o debate acerca das Mudanças Climáticas intensificou-se e as diversas organizações sociais e governamentais passaram a proferir um discurso homogêneo sobre o problema e os riscos das Mudanças Climáticas no planeta. Através de observações científicas direta, constatou-se um aumento considerável na temperatura mundial em relação o período pré-industrial, a qual teve como causa principal o aumento da produção de gás carbônico - CO₂ na atmosfera (BRASIL, 2002), ocasionando assim, o chamado “efeito estufa”.

Neste sentido, no ano de 1988 implantou-se, através Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e da Organização Mundial de Meteorologia (OMM), o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas ou *Intergovernmental Panel on Climate Change* - IPCC, órgão intergovernamental constituídos pelos países membros do PNUMA e da OMM.

O IPCC foi estabelecido com o objetivo de coletar e reunir informações científicas, técnicas e socioeconômicas relevantes para o entendimento das Mudanças Climáticas, visando subsidiar o debate sobre essa questão no âmbito

da comunidade internacional, bem como na tentativa de minimizar os sintomas provocados pelas Mudanças Climáticas e de futuros riscos ambientais e sociais ao planeta, estabeleceu-se na Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, assinada na Conferência da Eco-92, na cidade do Rio de Janeiro/Br, a formalização de vários princípios para o desenvolvimento de um ambiente mais saudável, além de estabelecer medidas para a redução da emissão de gases do efeito estufa (GEE's) e de responsabilidade ambiental aos diversos países participantes que, posteriormente foram ratificadas no Protocolo de Quioto, em 1997.

De acordo com os dados apresentados pelos quatro relatórios do IPCC, nos anos de 1990, 1995, 2001 e 2007, aceitos como diretrizes aos Estados-partes da Convenção na formulação dos chamados Inventários Nacionais de Gases de Efeito Estufa, entre as implicações previstas estavam o aumento de 0,2°C da temperatura da terra por década, elevação do nível do mar e a perda da totalidade ou parcela de territórios de muitos países por inundação e erosão costeira, principalmente no caso dos Pequenos Estados Insulares, alteração nos suprimentos de água doce, aumentos da frequência de ciclones, tempestades e nevascas, além de ressecamentos de solos e desertificação de muitas regiões do planeta (Brasil, 2002). Então, alterações dos mais variados tipos ocorrerão no contexto mundial, além do aparecimento de novos fenômenos cotidianamente incomuns em determinadas localidades, como por exemplo, as *tsunamis*, tornados, erosões costeiras, inundações frequentes, que implicarão em outros fatores, como o aumento da fome, da miséria e da geração de novas categorias de seres humanos deslocados e em busca de sobrevivência em qualquer lugar, como será o caso dos refugiados ambientais. Indivíduos, cujos territórios tiveram impactos significativos na dinâmica sócio-histórica endógena da produção de seu espaço, no qual seus fixos e fluxos estavam elaborados e constituídos, mas que se desfizeram, fazendo parte da dinâmica social de territórios que agora se encontram ameaçados, como atualmente é o caso de países como Tuvalu, Ilhas Fiji, entre outros.

Diante de uma problemática emergente na ordem mundial, através dos dados divulgados pelos relatórios do IPCC, apresenta-se à sociedade global um novo desafio sobre o panorama dos efeitos deletérios das mudanças climáticas para o ambiente e para a população mundial, tornando público aos governantes e governados, que se faz urgente a composição de medidas estruturais concretas para a sobrevivência da humanidade.

4. O DIREITO INTERNACIONAL E SEU POSICIONAMENTO FRENTE AO NOVO CONTEXTO MUNDIAL

Nos últimos tempos, apesar do discurso “bem intencionado” por parte dos Estados-nação, no que se refere a questão dos direitos humanos e da inserção de indivíduos no âmbito social, no qual se valoriza o indivíduo como portador de direitos políticos, jurídicos e sociais, na prática nos confrontamos com uma realidade bastante divergente, principalmente quanto se trata da questão dos refugiados ambientais, visto que esta nova categoria, ainda em constituição, não encontra-se amparada pelo direito internacional.

Neste contexto macro-envolvente do Estado, das Instituições, dos Órgãos Oficiais Internacionais, tenta-se negociar uma estratégia de planeamento adequado para que esse grupo de refugiados possa sobreviver, ao mesmo tempo, sendo aceitável e dando eficácia à forma de governabilidade adotada, o que proporciona uma intersubjetividade e indecibilidade à questão. Tem-se, então, um complexo contexto de indeterminação entre a negociação e documentação desses devir, no qual se tem como necessidade a sobrevivência.

Com isso, o “estar” na condição de refugiado ambiental é ao mesmo tempo “estar” inserido numa zona “cinzenta ou indeterminada” definida como o próprio estado de exceção, que delimita a fronteira das decisões entre ser ou não ser aceito, entre a legalidade e a ilegalidade, e consequentemente, à medida que o indivíduo encontra-se inserido neste estado anula-se no estatuto do mundo jurídico, tornando-se um ser judicialmente inominável e inclassificável, bem como, se faz presente um encolhimento da responsabilidade por parte dos Estados, que protegem seus interesses corporativos globais e que delimitam ainda mais suas fronteiras através de uma blindagem territorial cada vez maior, não se preocupando em garantir a segurança e os direitos daqueles que estão na condição de refugio.

Neste universo, ainda sem respostas, o refugiado ambientais, que se encontra na lacuna do direito internacional, torna-se um objeto de dialogicidade entre as nações soberanas, que controlam e decidem de acordo com “tábua de valores”, quem será ou não aceito, deste modo, o “estar” na condição de refugiado é tornar-se o *homo sacer*, um “ser sacrificável, um “ser matável”, é estar vulnerável a viver na condição de risco, podendo ter a morte direta ou indireta, o que tanto faz para aquele que decide, o que realmente importa é o poder e a segurança das Nações. Então, a falta de um lugar de reconhecimento e do sentimento de pertencimento, sem o qual homens e mulheres não podem se reconhecer como cidadãos, caracteriza a própria negação dos direitos.⁴

Neste sentido, a insuficiência do arcabouço legal para a questão dos refugiados mostra-se cotidianamente numa incivilidade feita da violência de não encontrar no mundo um lugar de reconhecimento, tendo apenas o “direito de não ter direitos”, ou melhor, o direito de manter-se “calado”, em que se perde a referência do outro como sujeito político de interesses e aspirações legítimas que compartilha o mundo pela palavra, significa a ocorrência da própria conversão do indivíduo impotente do agir político a uma condição de superfluidade⁵, à condição de não-cidadão, à condição de “homem de massa”, reconhecido como indiferente e que pode ser descartado a todo e qualquer momento, já que é inaceitável.

No entanto, torna-se necessário, por parte da comunidade internacional, uma nova postura sobre a questão dos refugiados ambientais, sendo revista e analisada essa questão com maior sensibilidade e flexibilidade, à medida que as

4. TELLES, V. S. A Cidadania Inexistente: Incivilidade e Pobreza. Um estudo sobre trabalho e família na Grande São Paulo. Tese de Doutorado, p.44.

5. ARENDT, H. op.cit. p.21.

mudanças climáticas colocam em risco todas as nações, que tem como perigo imediato a proximidade de amplas e crescentes aglomerações de refugiados ambientais, as quais podem ser duradouras e permanentes. A partir da vontade política dos Estados-nações em manter e fazer com que a dialogicidade sobre essa questão se torne mais flexível, no que se refere à aceitação dessa nova categoria de refugiados em seus territórios, proporcionando condições mínimas vitais de sobrevivência humana, não apenas em caráter emergencial, mas em definitivo, será possível criar adequações no âmbito da legislação internacional vigente legitimando e efetivando os direitos fundamentais para os refugiados ambientais no que se refere a legislação/identidade/legitimação, tanto no contexto do Direito Internacional dos Direitos Humanos e quanto no Direito Internacional dos Refugiados.

O Brasil, como Estado participante e representante da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), poderá ter um papel relevante no tratamento desta questão, principalmente no que se refere aos países de língua portuguesa que carecem de ajuda humanitária. Além de possuir legislação específica para refugiados que compõe seu ordenamento jurídico, tem a proteção dos seres humanos no elenco de suas políticas públicas primordiais, bem como possui a Cáritas Arquidiocesana de São Paulo, entidade humanitária não-governamental que atua em parceria com o ACNUR e o CONARE (Comitê Nacional para os Refugiados do Governo Brasileiro) (JUBILUT, 2007). Neste sentido, o Brasil ocupa uma posição relevante no âmbito das Nações Unidas, à medida que tem como marco histórico na prerrogativa dos direitos humanos, ter sido o primeiro Estado-nação responsável pela criação de um programa de proteção, assistência e integração social aos refugiados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o mundo esteja assustado diante das previsões e desastres trazidos pelos efeitos deletérios das Mudanças Climáticas, para próximos cenários da humanidade, verificou-se nesta análise, o processo de evolução do instituto refugio e a existência de um sujeito em construção chamado de “refugiado ambiental”, que busca, em caráter iminente, um lugar de acolhimento para sua sobrevivência e de seu grupo no contexto da legislação internacional, que por sua vez, encontra-se num vácuo jurídico de desamparo e sem qualquer tipo de legitimação.

A permanente disputa pela soberania entre principais nações mundiais beneficiárias e responsáveis pelos efeitos conseqüentes do progresso, faz com que os refugiados ambientais continuem a viver na zona de indecibilidade como uma massa de seres humanos deslocados no mundo, cuja vulnerabilidade tem como nota específica a de não contar com o benefício da efetiva proteção de uma comunidade política nacional⁶ e internacional, mas apenas possuem como “muletas” a esperança do surgimento de uma figura quixotesca, considerada como o “Salvador da Pátria”, que os recolocam no mundo como cidadãos.

6. MARCOVITCH, J. (Org.). Sérgio Vieira de Mello: Pensamento e Memória. São Paulo: EDUSP/Editora Saraiva, 2004. p.27

Os refugiados ambientais, em cuja violência pela perda do território e desarticulação do mundo político, entendido como instância pública de discussão e de argumentação em torno dos parâmetros de julgamento, orientadores da convivência humana, proporcionam a retirada do humano daquilo que o faz ser humano⁷. Então, a falta de um lugar de reconhecimento e do sentimento de pertencimento, sem o qual homens e mulheres não podem se reconhecer como cidadãos, caracteriza a própria negação dos direitos⁸. Deste modo, percebe-se que através da corrida internacional por buscar cada vez mais proteção através de escudos bélicos, sejam químicos, biológicos ou humanos, na tentativa de proteção por uma ameaça, que no caso estas próprias acreditam ser sua humanidade, esta se coloca a frente como ameaça aos demais pares, os quais também entram nesta corrida objetivando uma proteção de um suposto ataque ao seu território nacional, então, a comunidade internacional mais uma vez se recusa a “abrir as suas fronteiras” para que o estrangeiro, na figura do refugiado ambiental, não seja acolhido.

O desafio que se coloca ao novo quadro da comunidade política internacional e das Nações Unidas, que será o de proporcionar um debate internacional, cujo foco principal seja o homem, priorizando a garantia plena de seus direitos amparados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, onde a dignidade da pessoa humana, independentemente de nacionalidade, deva ser mais valiosa, que qualquer questão relativa à territorialidade, credo ou ideologia.

Neste sentido, a ausência de mecanismos legais internacionais não pode deixar sem amparo essa nova categoria de refugiados em constituição, imergentes na lacuna do ordenamento jurídico internacional, ainda que as soluções emanem do direito comparado, da analogia e das mais nobres fontes jurídicas de que pode beber o legislador, o jurista e as demais autoridades responsáveis por esta interlocução e decisão para o amparo desses despossuídos de qualquer perspectiva de uma sobrevivência humana digna, conforme preceitua o artigo 22, §1º, da Convenção dos Direitos da Criança, adotada pela Resolução nº L.44(XLIV) da Assembléia Geral das Nações Unidas de 1989:

Os Estados-Membros adotarão medidas pertinentes para assegurar que a criança que tente obter a condição de refugiada, ou que seja considerada considerada refugiada, de acordo com o direito e os procedimentos internacionais ou internos aplicáveis, receba, tanto no caso de estar sozinha como acompanhada por seus pais ou por qualquer outra pessoa, a proteção e a assistência humanitária adequadas a fim de possa usufruir dos direitos enunciados na presente Convenção e em outros instrumentos internacionais de Direitos Humanos ou de caráter humanitário nos quais os citados Estados sejam parte.

7. ARENDT, H. *op.cit.* p.14.

8. TELLES, V. S. *A Cidadania Inexistente: Incivilidade e Pobreza. Um estudo sobre trabalho e família na Grande São Paulo. Tese de Doutorado.* p.44.

REFERÊNCIAS

- ACNUR. **La Evolución Dinámica Del Desplazamiento**. San José, 2000. Disponível em: <http://www.acnur.org/biblioteca/pdf/2051.pdf>, acesso em 05 de dezembro de 2008.
- ANDRADE, J.H.F. **Direito Internacional dos Refugiados: Evolução Histórica (1921-1952)**. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.
- ALMEIDA, G. A.; ARAUJO, N. **O Direito Internacional dos Refugiados: uma perspectiva brasileira**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
- ARAUJO, A. **Exils latino-américains. La Malédiction d'Ulysse**. Paris: CIEMI, L'Harmattan, 1988.
- ARENDT, H. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- BARRETO, L. P. T. F. **As diferenças entre os institutos jurídicos do asilo e do refúgio**. Comitê Nacional para os Refugiados – CONARE. Disponível em http://www.mj.gov.br/artigo_refugio.htm, acesso em 05 de dezembro de 2008.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vidas Desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005. Tradução de Carlos Alberto Medeiros.
- BRASIL. **Mudanças Climáticas - Guia de Informação**. Brasília: Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, 2002. 1ª edição.
- CASTRO, T.C. **Proteção ao Refúgio: Atendimento meramente burocrático?** Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Estadual Paulista (UNESP), Franca, 2005.
- CASTELLS, M. **O Poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999 – (A Era da Informação: economia, sociedade e cultura, v. 02). Tradução Klauss B. Gerhardt.
- CAVARZERE, T.T. **Direito Internacional da Pessoa Humana: a circulação internacional de pessoas**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
- COMPARATO, F. K. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2001.
- CRUZ, D. R. **Exílio: entre raízes e radares**. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- FARIAS, J. F. **A origem do Direito de Solidariedade**. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.
- GARCIA, C. H. **Direito Internacional dos Refugiados – História, Desenvolvimento, Definição e Alcance. A busca pela plena efetivação dos Direitos Humanos no plano internacional e seus efeitos no Brasil**. Dissertação Mestrado. UNIFLU. 2007. Faculdade de Direito de Campos – Programa de Mestrado. Disponível em: www.fdc.br/arquivos/Mestrado/Integra/CristianoGarcia.pdf. Acesso em 08 de junho de 2008.
- GIDDENS, A. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.
- JUBILUT, L.L. **O Direito Internacional dos Refugiados e sua aplicação no Ordenamento Jurídico Brasileiro**. São Paulo: Editora Método, 2007.
- MARCOVITCH, J. (Org). **Sérgio Vieira de Mello: Pensamento e Memória**. São Paulo: EDUSP/ Editora Saraiva, 2004.
- MARSHAL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MOREIRA, J. B. **A problemática dos refugiados na América Latina e no Brasil**. Cadernos PROLAM/USP, São Paulo, vol. 02, nº 07. Jul. 2005. Disponível em: http://www.usp.br/prolam/downloads/2005_2_3.pdf, acesso em 10 de janeiro de 2009.
- _____. **A questão dos refugiados no Contexto Internacional (de 1943 aos dias atuais)**. 2006. 197f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação San Tiago Dantas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.
- ONU. Resolução nº L.44(XLIV) da Assembléia Geral das Nações Unidas de 1989.
- RIUTORT, B. **Indagaciones sobre la ciudadanía – Transformaciones en la era global**. Barcelona: Icaria Editorial S.A, 2007.
- SOUKI, N. **Hannah Arendt e a Banalidade do Mal**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- TELLES, V. S. **A Cidadania Inexistente: Incivilidade e Pobreza**. Um estudo sobre trabalho e família na Grande São Paulo. Tese de Doutorado.
- UN, 2004. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: www.onu-brasil.org.br/documentos_direitos_humanos.php. Acesso em 19 de março de 2009.
- VIÑAR, M., **Exílio e Tortura**. São Paulo: Escuta, 1992.
- VIÑAR, M. **Exílio e Tortura**. São Paulo: Escuta, 1992.

VULNERABILIDADE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS NA ÁFRICA: CONTRIBUIÇÕES PARA UMA REFLEXÃO SOCIOLÓGICA SOBRE A INDIFERENÇA SOCIAL FRENTE AO GENOCÍDIO

NORMA VALENCIO

INTRODUÇÃO

O tema das Mudanças Climáticas ganha importância crescente na agenda contemporânea de discussão do desenvolvimento. Os relatórios recentes do Painel Intergovernamental de Mudança do Clima (IPCC, 2007a; 2007b) apontam para o aumento dos eventos extremos relacionados a esse expressivo fator ambiental de ameaça. Se, de um lado, os estudos sintetizados pelo referido Painel apontam riscos à espécie humana em escala global, de outro, deixa evidente que países menos avançados (PMAs), em razão da sua vulnerabilidade sócio-histórica, estão mais expostos às possibilidades de sofrer danos humanos e materiais. Tais danos apresentarão dimensões objetivas e simbólicas de perdas, ambas capazes de por em risco, de forma preocupante, a ordem social. Significa dizer, tornar-se-á mais difícil que os esforços de tais nações tanto para a garantia dos direitos humanos quanto dos valores institucionais, como o da democracia, venham se consolidar.

Em relação ao continente africano, trata-se de uma catástrofe anunciada. O grupo de trabalho 2, do IPCC, projeta que, até 2020, cerca de 250 milhões de pessoas no referido território sejam expostas a maior escassez de água do que ora há, com desdobramentos para além de sua dessedentação direta, pois repercute, dentre outros:

- a) em riscos à produção e acesso a alimentos devido à quebra de safras agrícolas por ausência de irrigação apropriada e pragas;
- b) em riscos esses extensivos à produção e/ou extração de proteína animal, pois se amplia a possibilidade de mortandade de animais de criação – por falta de água e áreas de pastagem – e de redução ou mudança de rota dos estoques pesqueiros;
- c) em piora das condições de saúde da população, devido à elevação da temperatura – com efeitos deletérios na pressão arterial e no agravamento de quadros cardiorrespiratórios sensíveis – e, ainda, devido à possibilidade de ampliação de ecossistemas favoráveis à reprodução de vetores de doenças endêmicas, como a malária e doenças de veiculação hídrica em geral, devido à água de má qualidade que passará a ser utilizada por falta de opções;

- d) na elevação do nível do mar e intrusão de água marinha nos caudais superficiais de água doce, o que, por seu turno, contribuirá para problematizar a ocupação humana em zonas baixas das regiões costeiras e, em especial, comprometendo a extensão do espaço socialmente útil e viável no contexto insular e respectivas necessidades de abastecimento hídrico; e, por fim
- e) em ambiente propício para a deflagração de conflitos nacionais, religiosos, étnicos, pela disputa do recurso hídrico escasso e territórios viáveis à moradia e devido à insuficiência técnica e de meios materiais para fazer face a outras formas de acesso, como através de perfuração de poços e desanilhação de águas marinhas e produção de habitações em zonas mais seguras.

Assim, os cientistas que seguem em relativo consenso em torno desse cenário socioambiental advertem para um provável recrudescimento do quadro de tensões sociais no referido continente. O contexto africano indica desdobramentos político-institucionais pouco alvissareiros, seja no concernente à condução dos processos internos de negociação entre os diversos grupos sociais, étnicos e religiosos componentes de uma mesma nação, seja na qualidade da interlocução das diferentes nações a disputar o acesso e uso do mesmo recurso hídrico, como ao que tange os usos múltiplos da água em bacias transfronteiriças.

O processo democrático ainda em consolidação em muitas das nações africanas já sofre o constante ataque interno derivado da estrutural iniquidade distributiva, ao que se sobreporão os desafios mais comezinhos de sobrevivência de expressivos contingentes humanos os quais, não raro, lançarão mão dos mais diversos argumentos – de classe, étnicos, da força armada, do direito humano e humanitário e afins – para requerer precedência no atendimento de sua demanda em circunstância de grave escassez de meios de sobrevivência. Enfim, projeta-se um cenário no qual o ambiente de entendimentos tende a dar meia volta. O espaço para o recrudescimento da intolerância está aberto com a miséria estrutural e seu encontro com os eventos climáticos, abrindo a justificação de toda ordem para o retorno de práticas genocidas.

As mesmas injunções de constrangimento à fixação dos grupos vulneráveis na produção social do lugar havida no passado recente, como as que cercearam direitos civis e políticos de povos estigmatizados dentro de várias nações, vem mesclar-se, no século XXI à variável dos eventos extremos do ambiente natural, compondo, no século presente, a figura do refugiado do clima.

Enquanto que para o refugiado típico, cuja condição reconhecida pelo direito internacional humanitário, se aponta a possibilidade de retorno à terra de origem, ao refugiado ambiental falta, ainda, contar com um arcabouço multilateral que lide com a perspectiva do não retorno ao lugar. Isso, devido tanto à ausência de viabilidade ambiental do lugar para garantir a sobrevivência humana (por exemplo, quando terras antes aráveis passam a ficar permanentemente submersas em áreas litorâneas) quanto à falta de amparo técnico e financeiro substantivo para artificializar o meio circundante, tornando o ambiente construído um lugar viável à ocupação, mas em outras bases técnicas.

Dito de outra forma, o êxodo que porventura ocorra tem sido suficiente para colocar em discussão prioritária, pelas nações desenvolvidas, uma política de absorção de populações de imigrantes africanos tampouco a facilitação e o incremento de recursos materiais e tecnológicos que estão acumulados e disponíveis apenas na lógica de mercado. E não está na pauta dos debates multilaterais o reconhecimento de responsabilidades substantivas na perversa transformação socioambiental dos lugares de origem destes que, mais do que grupos de indivíduos, são povos, cujas perdas irreparáveis na produção identitária coletiva (no geral, com forte componente de territorialização) só encontram agravos, como pelas práticas dos países ricos em afirmar suas identidades puras, execrar a miscigenação e o ambiente multicultural, e acelerar os seus respectivos processos de blindagem territorial para limitar o acesso de tais grupos empobrecidos aos lugares cujo progresso só mostrou sua face benéfica.

Diante o contexto socioambiental supra, essa breve reflexão pretende incitar a produção de subsídios para uma análise sociológica crítica acerca do estágio atual da modernidade, isto é, uma análise que venha circunscrever a lógica pela qual se desenha um cenário global de indiferença social frente ao genocídio que o caso africano aponta.

Para tanto, apresenta sucintamente a problemática da ambigüidade entre a promessa da multiterritorialidade dos grupos afluentes e a tendência de desterritorialização dos grupos vulneráveis, constituindo estes um tipo de refugiado diferenciado, de certo modo, daqueles caracterizados pelos eventos sócio-políticos havidos ao longo do século XX. Tenciona sinalizar rumos para um debate que considere uma composição analítica integrada dos cenários socioambientais adversos relacionados ao impacto dos eventos extremos no continente africano com as dificuldades estruturais que existem – em termos da complexidade cultural, desigualdade, injustiça sócio-econômica e fragilidade político-institucional – para implementar as medidas necessárias de garantia dos mínimos vitais e sociais para a generalidade dos grupos constituintes das diversas nações, em especial as que propendem para a crise iminente de acesso à água doce.

1. A CONSTRUÇÃO SOCIAL DAS PRÁTICAS GENOCIDAS NO SÉCULO XXI: A INDIFERENÇA COMO ARMA APROPRIADA PARA MÃOS LIMPAS E CONSCIÊNCIAS AUSENTES OU ESTRATÉGIAS DE UMA HUMILHAÇÃO CORDIAL

Das várias tragédias associadas à história da África, na sua imbricação com as demandas da modernidade, estamos prestes a testemunhar uma das piores. Trata-se dos impactos socioambientais que o continente sofrerá com os eventos extremos relacionados às Mudanças Climáticas.

Os países do referido continente, constituintes da Não Parte – Anexo 1 da Conferência-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC), com justa razão, clamam para si ações concretas da comunidade internacional

para garantir seus direitos de sobrevivência e manutenção como nação e, no entanto, vêm avançar os riscos, em passos mais acelerados, do que as medidas multilaterais que visam proteger sua integridade territorial e social. O cenário catastrófico que se desenha, conforme relatório recente do IPCC (2007a), tende a ser encarado pelas nações continentais e insulares da África como sendo oportunidade para colocar em discussão o tema da repercussão do modelo de desenvolvimento¹ hegemônico sobre a dinâmica socioambiental global e continental.

Porém, o máximo que conseguem é ver esse debate reduzido aos fóruns multilaterais, como nas Convenções das Partes (COPs) e, nesses, testemunhar os discursos dos países desenvolvidos e emergentes reduzidos a uma perspectiva economicista e distanciada, na qual os poucos recursos do Fundo do Ambiente (GEF), disponibilizados por meio de programas de desenvolvimento, são apresentados como compensação suficiente aos transtornos gerados. Por fim, a teia de interações entre essas autoridades e as autoridades africanas, que tais arenas proporcionam, deixa de ser estabelecida centralmente com foco num *accountability* e se transforma em mera sinalização de comprometimento voluntário – isto é, unilateral e sujeito a revisão –, com laivos humanitários. Tal figuração, isto é, tal conteúdo de relações entre os sujeitos políticos, tem sido eficaz para os propósitos concentracionistas e autocentrados das nações desenvolvidas e emergentes e, com ar *blasé*, humilha cordialmente as nações africanas. Com uma altivez expressa pela seleção criteriosa das palavras, gestos e providências (tomadas ou olvidadas), os representantes das nações desenvolvidas e emergentes, além dos altos funcionários de agências e programas da ONU, fingem ignorar solenemente o fato que o sem número de providências burocráticas vem impedir o acesso aos poucos recursos de fundos como o acima referido, alguns acessados muito ao custo de interferências e solicitações, como na contratação de consultores dos países doadores a peso de ouro, o que vem fazer com que o dinheiro doado a nações africanas retorne ao fluxo de riqueza das nações prósperas. Os cérebros contratados, levando até 30% do valor total dos projetos aprovados, são aqueles tidos como competentes para atuar nos diagnósticos e soluções de desenvolvimento requeridas o que impede que projetos participativos e controlados socialmente no nível local, com ações duráveis (ao invés de pontuais), sejam posto em execução. Ademais, com o desenho de crises econômicas circunstanciais no cotidiano os doadores, logo as provisões minguem, sinal de uma consciência sócio-histórica fugaz.

Deste modo, o discurso para ‘aplar demandas’ suscitadas pelas mudanças climáticas não parte de uma séria consideração sobre a vocalização das necessidades que a representação das nações africanas fazem em tais arenas. As mazelas expressas pelos relatos africanos, por mais pungentes que sejam, deixam de ser vistas como deflagradores de direitos ou de urgentes práticas compensatórias e passam a se submeter a outros ditames que preservam, sempre na primeira ordem do debate, o bem-estar e a lógica de acumulação dos países doadores. As mazelas expressas das nações empobrecidas da África não teriam, assim, o direito de reivindicar prioridades de atendimento nem ameaçar o

autocentrimento e aspirações dos demais, algo visto como grave quebra protocolar nas arenas multilaterais, gerador de melindres e suscetibilidades várias, pondo-se, os ofendidos, a lamber as feridas de uma soberania gratuitamente agredida.

Soa como algo trágico que países africanos tenham os seus pontos-focais na Convenção das Nações Unidas sobre Clima debruçados em manter uma agenda extenuante de cursos de capacitação, pressionados a contratar consultoria internacional ao preço de remunerações elevadas, incompatíveis e acintosas frente à miséria reinante no país onde vão se inserir, para aprenderem a elaborar projetos. Dentre esses, projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), com sofisticados balanços de energia e cálculos econômicos orientados para a possibilidade de manter intocados seus escassos recursos florestais. Para que, enfim, apresentem seus territórios como potenciais sumidouros de carbono para os investidores internacionais aparentemente comprometidos com a causa ambiental porém, evidentemente, no escopo das novas estratégias de maximização de seu lucro. Tudo se passa como se as nações africanas fossem obrigadas a fazer exaustivas demonstrações de disposição técnica e prática para ter direito a integrar-se, ao custo último do retorno da subjugação das práticas sociais locais sobre o território que lhes pertence, ao circuito do mercado global para, assim, fazer jus à transferência de recursos financeiros via fundos multilaterais; dito de outra forma, precisando, tais nações, aceitar como normal a opacidade da realidade, a poeira discursiva da política multilateral de compromissos ambientais jogada aos olhos. A cegueira coletiva produzida, no concernente às mudanças climáticas globais, obscurece o fato, até então inolvidável, que a África não está na posição de devedora, a qual deva, eventualmente, ser imputada necessidades de ajustamentos de conduta. Trata-se, pois, da constituição de um processo de legitimação de uma figuração política pervertida.

Tenha-se, como contraponto, as lições do Holocausto, paroxismo que foi do processo de sofrimento social que vinha, desde muito, provocando a dispersão, estigmatização e perseguição do povo judeu. A história contemporânea demonstrou que tal fenômeno genocida foi passível não apenas de reorientar prioridades no debate multilateral da segunda metade da década de 1940 – redundando em esforços concentrados que lograram a criação do Estado de Israel, em 1948 – mas fazê-lo tendo em conta, nas deliberações havidas, dos anseios do referido grupo estigmatizado por um território específico, prenhe de significados para a afirmação identitária daquele coletivo como também o era para outros povos, os quais tiveram que renunciar ou verem subjugadas suas aspirações de permanência na mão forte que a ONU teve no caso, para não dizer os Estados Unidos, Reino Unido e, na ocasião, o Brasil. Mais do que isso, o apoio técnico, financeiro e político posterior dos diversos países não faltou, em especial dos EUA, para que as estratégias de reterritorialização deste povo no Oriente Médio, e expansão de seus domínios nas décadas que se seguiram, fossem eficazes ainda que em contexto ambiental de deserto, um clima árido e ecossistema adverso à inserção humana, mas o dinheiro permitiu suportar; embora os campos de refugiados palestinos sofra todas as injunções ambientais

que a condição de párias do mundo, que lhes foi imposta e tem sido reafirmada pelas paranóias americanas e européias, não lhes permite reclamar. Portanto, o fluxo assimétrico da interlocução das potências econômicas com as nações africanas no tema das mudanças climáticas – resultando em recomendações (e pressões) exógenas sobre o que fazer, como fazer, para quem e quando – deveria ser objeto de reflexão crítica face a situações pretéritas de direitos territoriais reivindicados (que se desdobraram da discussão acerca do acesso ao espaço físico para o controle autônomo do conteúdo do espaço).

Ao acatar a necessidade de assimilar e acomodar lições de ‘bom comportamento econômico a adotar’, a frágil representação africana nas COPs acaba por assentir que se possa fugir ao que deveria ser teor central do debate, qual seja, a sinergia deletéria do drama socioambiental estrutural com o cenário desolador que se desenha. Não é pretensão do *timing* e das práticas da racionalidade instrumental que permeia a visão do mundo das assessorias pragmáticas no tema ambiental ajustarem-se ao *timing* e práticas dos direitos humanos e humanitários e, assim, continuam correndo em fóruns e discussões dissociadas umas das outras. Melhor dizendo, há pressões sutis para que os direitos humanos e humanitários ajustem-se à instrumentalidade das cosmologias dominantes, calcadas em modelos econométricos e fluxos de remuneração a serem preservados. Nada mais é, do que dissolver os direitos e dignidade da pessoa humana, dissipá-los, silenciá-los, tornando seus representantes incapazes de se impor nos debates, escapando, por assim dizer, à capacidade de serem compreendidos, nos seus próprios termos, na montagem legítimas de suas pautas e prioridades.

Embora o mérito do esforço científico corrente no tema de mudanças climáticas, congregando privilegiadamente a *expertise* das ciências naturais e exatas para subsidiar as discussões políticas multilaterais em torno de padrões alternativos de desenvolvimento, pouco avanço se fez notar na interface deste debate com o tema da necessária atualização do direito humanitário internacional para lidar com os denominados refugiados ambientais, que nas nações africanas deverá compor em maior número.

Conduzidos em fóruns diferenciados das Nações Unidas, o tema das mudanças climáticas cá e dos direitos humanos e humanitários alhures, perde-se condições, nas COPs, como na de Copenhague, que se avizinha, de focalização adequada das especificidades sócio-culturais dos povos e da condição político-institucional das nações onde tais povos se inserem, para resolver os problemas práticos que os eventos extremos relacionados ao clima provocarão. A isso corresponde uma faceta ainda mais pernóstica da vulnerabilidade político-econômica desse grupo de nações: não sendo potente o suficiente para destruir as condições ecológicas que propiciam a existência humana – tal como os países de *mal desenvolvimento* fizeram com o planeta -, não o é tampouco para reverter a destruição causada por estes, dependentes intelectuais das soluções alheias. Tem, tais nações, o desafio de lidar com os efeitos deletérios do progresso produzido e usufruído por outrem e algures e, ainda, procurar dar visibilidade ao seu drama particular a fim de capitalizar apoio externo para a formulação e implementação de medidas compensatórias adequadas.

2. CATÁSTROFES PREVISÍVEIS E DESRESPONSABILIZAÇÃO GLOBAL

Um aspecto adicional das necessidades das nações países africanos é o de que os *gaps* de desenvolvimento traduzem-se em vulnerabilidade da capacidade endógena para prevenção, preparação, reabilitação e recuperação de desastres ditos naturais.

A inteligibilidade das práticas sociopolíticas que, de uma forma ou de outra, responderão às previsíveis catástrofes, não repousa no entendimento aprofundado dos fatores de ameaça natural em si, favorecendo privilegiadamente a consulta a *expertises* em climatologia e das ciências naturais. repousam na compreensão da forma subordinada como estruturalmente a região articula-se ao projeto de modernidade, cujas injunções são frágil e insuficientemente compensadas por políticas deflagradas em fóruns multilaterais. Os efeitos deletérios que as mudanças climáticas trarão aos meios e modos de vida regional são, assim, mais compreensíveis se visto numa perspectiva processual que caracteriza: a) a lógica da globalização como fator antropogênico gerador de impactos ambientais; b) a inserção africana subsumida na referida lógica e, desde aí, c) a intensificação dos fatores dissolventes das sociedades locais.

Das várias definições de globalização, cabe a de Santos (1998) que a caracteriza como um contexto que coloca possibilidades de novos e intensos fluxos de bens e serviços e de pessoas na escala planetária, promovendo uma territorialização fluida aos capitais enquanto desterritorializa os grupos vulneráveis, lançados à sua própria sorte e inviabilizando sua permanência em todos os lugares.

Em tal contexto, com a reificação da felicidade, os objetos precisam ser rapidamente consumidos, descartados, superados; as relações sociais se reificam igualmente e se tornam efêmeras, decompondo-se na idéia da vertigem, de aceleração do tempo presente sem compromissos com o passado e o futuro. E, conforme Santos (1998), é um contexto que apresenta o risco de entender-se como a-histórico, além de naturalizar a submissão de outras temporalidades ao ritmo da modernidade. O modo de vida dos que se regem pela temporalidade do relógio se impõe sobre a dos que regem pelos ciclos naturais, como agricultores, pastores, pescadores artesanais. Há favorabilidades para que tecnologias, bens e serviços e recursos financeiros migrem sem embaraços e os *estabelecidos* (cf. expressão de Elias e Scotson, 2000) fortaleçam a concepção de convivência em uma aldeia global na qual a pobreza naturaliza-se como um dado da paisagem. E, de tal forma articulam-se as elites do mundo que, no imaginário hegemônico, a perspectiva de guerra torna-se arcaica, improdutiva, já que o mercado parece alcançar a todos, apaziguando-os.

A modernidade induziu processos migratórios sem precedentes na segunda metade do século XX, sendo, de países em desenvolvimento para países desenvolvidos, de 48 milhões de pessoas, em 1980, para 110 milhões em 2000. Dados da OCDE (apud UNHCR, 2005a) apontam que 12,3% da população residente nos Estados Unidos, 19% daquela residente no Canadá e 23% da que reside na Austrália já é composta de imigrantes. Tal fluxo dá a impressão, no imaginário social, de uma possibilidade de *multiterritorialidade* (cf. expressão de

HAESBAERT, 2004), isto é, de um acesso tão amplo dos indivíduos às bases geográficas alhures – além de acesso às bases não pretensamente geografizadas, como são as relações em redes virtuais, instrumentalizadas pela internet, pelos telefones celulares e afins – que as lutas pela soberania nacional e a planificação de Estado parecem não fazer mais sentido na modernidade.

Além disso, pessoas se globalizam quando seu estilo de vida se confunde com o das metrópoles mesmo quando não se esteja diretamente inserido no território físico da modernidade: as grifes, os hábitos alimentares, os meios e modos de comunicação e a artificialização crescente da paisagem faz com que os grupos que os promovem se sintam conectados ao que definem como progresso ainda que o entorno permaneça inelutavelmente não apenas diverso, mas, tido como atrasado. A sede de pertencer ao espaço-mundo acelerado enfraquece/subordina os Estados Nacionais, na busca de serem fluidos e competitivos e estejam integrados com os demais lugares dinâmicos. Aqueles que, pelas condições econômicas estruturais ou resistência cultural, ficam de fora dos fixos e fluxos dinâmicos da modernidade, tornam-se cada vez mais distantes, no sentido de parecerem mais difíceis de alcançar fisicamente, porque as distâncias geográficas só são de fácil superação aos *estabelecidos*. Basta ver as dificuldades para serem alcançados por via aérea. São países a que se deve, enfim, desistir de chegar, tamanhas as impossibilidades para ali estar.

Os grupos politicamente expressivos ali inseridos se ajustam para serem incluídos no sistema global de trocas. Os territórios particulares a que tais grupos dominam não ficam à margem, nem sofrem dificuldades crônicas para acessar o mínimo das comodidades do mundo moderno, como de transporte, educação e saúde, geradores de energia próprios, assim permanecendo numa outra temporalidade na qual a pobreza do entorno torna-se estranha e não mais intolerável. A pobreza tolerável é aquela, sobretudo, decorrente da busca individualista, menos pela sobrevivência do que pela mobilidade social. Para construir pontes entre os dois mundos, os grupos em ascensão na localidade tida como atrasada utilizam-se de práticas ambíguas: por um lado, na face externa, utilizam-se dos rudimentos das normas da boa educação para terem sua legitimidade reconhecida; na face interna, a polidez dá lugar à incivilidade, alimentando-se a cultura do medo junto aos concidadãos, expulsando os que não se ajustam ao contrato social da mobilidade buscada a qualquer custo, razão da massa de refugiados que o continente africano produz. Os fluxos de migração compulsória ocorre, dentre outros, quando os mecanismos institucionais são ativados não como proteção, mas como barreiras aos que não são funcionais ao capital, inábeis como força de trabalho, desvalidos para o consumidor, impróprios nas suas crenças e ritos em consonância com as crenças e ritos da modernidade.

A disponibilização submissa do território aos valores de mercado atrai relações predatórias dos recursos humanos e naturais do espaço. Aquilo que é predatório tem no seu bojo a hierarquia e a desigualdade; intolerante, igualmente, para aquele que é considerado como inferior. No verniz dos valores ocidentais, como a ponte entre dois mundos, a morte social parece menos

evidente que a morte bruta que vitimiza milhares de pessoas; no entanto, o racismo ambiental está presente, no massacre de grupos étnicos e religiosos resistentes às mudanças para aquilo que toma o entendimento de progresso. Aqueles que se mostram incapazes de realizar os seus papéis na vida social, na medida de sua desposseção de capital (monetário e social), tornam-se prescindíveis.

Segundo Bauman (1998), a modernidade é o contexto que viabiliza a prática política do racismo entendido com ação da técnica para impedir os avanços daquele que é concebido como diferente. Trata-se de algo maior do que a heterofobia, isto é, o contato desconfortável com o diferente, aquele frente a quem não se pode ancorar e prever desfechos. O racismo é a convicção de que a técnica e a ordem racional não podem ser incorporadas pelo grupo que se mantém para além das práticas reformatórias e dos esforços de melhorias. Deve o mesmo ser mantido em isolamento para não ofender e naturaliza-se, com indiferença social, o processo de desaparecimento do mesmo. O grupo torna-se aquilo “que não tem remédio”. Conforme o autor:

Com o aumento da distância, a responsabilidade pelo outro encolhe e as dimensões morais do objeto se embaçam, até que ambas atingem o ponto do desaparecimento e somem de vista(...) A importância – e perigo – da indiferença moral tornam-se particularmente agudos na nossa moderna sociedade industrial racionalizada, tecnologicamente eficiente, porque em tal sociedade a ação humana pode ser efetiva à distância e a uma distância sempre crescente com o progresso da ciência, da tecnologia e da burocracia. Em tal sociedade, os efeitos da ação humana alcançam muito além do ‘ponto de desaparecimento’ da visibilidade moral. (BAUMAN, 1998, p. 222)

A vulnerabilidade de expressivos contingentes africanos aos eventos extremos relacionados às Mudanças Climáticas Globais remete, portanto, a essa dimensão de racismo, a qual aponta para a assimetria de poder (nacional, regional e local) frente às forças transnacionais que regem o mercado e do qual as nações desenvolvidas se portam como interlocutores. São assimetrias entre as temporalidades nas quais esses coletivos produzem interpretações do mundo e operam mudanças ou transformações objetivas na sua zona de influência. Os dados da UNHCR, de 01 de janeiro de 2005, mostram que 4.860.120 africanos tiveram que sair do seu lugar de origem, 3.023.000 permanecendo no status de refugiados e apenas 330.000 os que, naquela data, tinham retornado aos seus lugares de origem, aproximadamente 10% do total. Trata-se, assim, de um processo expressivo de desterritorialização que está correspondendo, de outro lado, na blindagem territorial dos países desenvolvidos, os quais celeremente desenvolvem um arcabouço legal que inviabiliza que essas populações reivindiquem acessibilidade à sua base física e vida social. O apelo da campanha de Nicolas Sarkozy na campanha à presidência da França, embora ele próprio descendente de imigrantes, foi emblemático disso: “*A França para os franceses*”, foi o seu slogan.

O princípio de solidariedade e co-responsabilidade das Nações Unidas que esteou a ajuda humanitária ao longo da segunda metade do século XX encontrará, assim, barreiras para a aplicação frente ao contexto socioambiental que leva ao paroxismo, de um lado, a sociedade de consumo e descartabilidade das coisas e pessoas e, de outro, a ausência de autocritica ou *reflexividade* (cf. Giddens, 1997) da racionalidade hegemônica e de suas elites para com a responsabilização frente ao incremento dos conflitos internos suscitados por anseios díspares por territorialização e afirmação de identidades. Os fenômenos ambientais adversos exigirão reordenamento das populações na base territorial com disputas pelos recursos escassos de terra e água, deslocamentos num contexto de solidariedade em baixa. Forças militares e paramilitares tenderão a se contrapor às reivindicações por provimento dos mínimos vitais onde o tecido interno das negociações mostrar-se esgarçado e onde, no campo internacional, o grupo estiver economicamente desabilitado para entrar pelas portas convencionais.

A crescente xenofobia será uma realidade nos próximos anos devido à resistência que a sociedade de consumo terá para discutir mecanismos de redução da obsolescência planejada, de renúncia aos bens de consumo e necessidade de energia, mudança de padrão de demanda em geral e, pior, reconhecer sua responsabilidade na iniquidade distributiva. Assim, os desastres ambientais decorrente desde modelo econômico permanecerão, e ficarão na conta dos que, devido sua vulnerabilidade política nas arenas decisórias, não poderão vocalizar seu crescente incômodo.

Segundo a UNHCR (2005b) e de acordo com dados da Cruz Vermelha Internacional e do Crescente Vermelho, populações afetadas por desastres (naturais ou tecnológicos) somaram 2 bilhões de pessoas na última década ou 211 milhões por ano, 5 vezes maior do que as pessoas afetadas por conflitos armados. Não se trata do aumento dos eventos ameaçantes em si, mas da ampliação da vulnerabilidade perante tais ameaças. Uma vez que os conflitos políticos, de que decorrem as guerras internas e migrações compulsórias, perduram em várias regiões da África, incluindo a porção subsahariana, que será das mais afetadas com o *stress* hídrico, os eventos extremos relacionados às mudanças climáticas provocarão a sinergia nefasta entre tais conflitos e os desastres naturais. Tornar-se-á, daí, muito difícil para a assistência humanitária atuar, encontrando um ponto comum para negociar com ambos os afetados e os controladores do poder acerca das prioridades de ajuda.

O modelo da UNHCR, das últimas décadas, de responder à questão global dos refugiados com o *approach* de *regional solution* – não deixando o problema sócio-político fugir das bordas do território – não resolverá para o caso da afetação regional pelas mudanças climáticas. Se a região for inteiramente impactada pelos eventos ameaçantes, as migrações compulsórias para outras regiões, com maior possibilidade de deflagrar choques culturais, é o mais provável de ocorrer. Por outro lado, as Nações Unidas não estão provendo os fundos necessários para auxiliar os países dispostos a receber refugiados como também os que precisam de auxílio para sua preparação para as mudanças ambientais e/ou sua reconstrução frente à destruição ocorrida por guerra e

similares. Os campos de refugiados na fronteira do Chade com o Sudão, que congregam mais de 150 mil pessoas, são emblemáticos dessa situação de penúria.

Outro aspecto importante do direito humanitário que exige transformação no quadro sombrio que se avizinha é o preceito de concessão de *status* de refugiado à família, a partir da interlocução com o chefe, sem ter em consideração, na maior parte dos casos, a desestruturação dessa unidade social. Muitas crianças, jovens e mulheres que se tornam refugiados tiveram sua *família extensiva* (como o é no geral do contexto de sociedades tradicionais) dissolvida pelos conflitos. Chefes de família são mortos, meninos recrutados para as milícias e mulheres jovens e em idade fértil são abusadas sexualmente – não raro, com conseqüente contaminação por DSTs – e, em fuga, são confundidas com aventureiras, profissionais do sexo e ‘problemas’ de saúde pública, faltando-lhes assistência e negando-se o seu drama. Deslocamento de minorias envolve desnutrição, risco de abuso sexual e violência física, trauma emocional, tráfico de pessoas. Modos de vida tradicionais, como de agricultores e pastores, não conseguem fincar-se em seus lugares pacificamente; submetidos ou seduzidos, são levados a subordinarem-se à razão cidadina. Alguns, deslocando-se em razão de terem seus territórios atacados, como no Zimbábue e Sudão. Grupos paramilitares e tropas externas abusam e infectam, razão pela qual um esforço multilateral de reafirmação dos direitos territoriais de minorias deveria evitar soluções à base os processos de deslocamento compulsório, mas enfrentar, na dialogicidade cultural, a afirmação dos direitos humanos.

Na medida em que não há um esforço mundial consistente para acabar com as guerras e conflitos no continente africano, somado à devastação predita pelos eventos extremos, uma miscelânea de intolerâncias estará à espreita a acelerar-se-ão, na tríade político-autoritário/intervenção militar/comércio de material bélico, as disputas internas e externas pela exploração de recursos naturais, como minérios, discriminando a população local na garantia de suprimentos. Os fundos para a assistência humanitária das Nações Unidas vêm carimbados para amparar situações que, pela exposição na *mass media*, ganham legitimidade na comunidade dos países, tal como se dá com o Iraque e Afeganistão, priorizados frente aos afetados pelos conflitos no continente africano.

A Convenção das Nações Unidas para os Refugiados, adotada em 1951, reconhece que questões relativas a desastres naturais ou tecnológicos podem gerar deslocamentos compulsórios, para outros países e mesmo internamente; porém, a UNHCR reconhece que, mesmo com a parceria da EIRD, UNESCO, OCHA, UNICEF e outros, ainda os organismos e programas não sabem bem como lidar com tais questões e precisam ampliar habilidades em resposta de emergência incluindo garantia de recursos para amparar os grupos cujas vulnerabilidades se ampliaram devido ao limitado acesso à terra, abrigo, bens básicos e segurança, decorrente a discriminação étnica, religiosa, de gênero e política.

Como subtipo de refugiado, o refugiado ambiental, cujo deslocamento para outro território dentro de seu próprio país é inviável, só tem como alternativa migrar para outro espaço geopolítico, onde então a vulnerabilidade identitária

poderá ser também acentuada. Este grupo emergente de refugiados não consegue se adequar à política convencional da UNHCR de induzir a aspiração de retorno ao lar prevendo um retorno à normalidade no território, tal como o faz diante do cessar dos conflitos. Uma vez que haja perdas de áreas de moradia, perdas de áreas agricultáveis, contaminação de mananciais, mudança no regime de chuvas, colapso de estoques pesqueiros, resultantes das Mudanças Climáticas, pouco há como reassentar, já que os efeitos de aumento de temperatura e distúrbios do sistema climático podem persistir por várias décadas ou mais. Numa situação extrema de afetação da base territorial nacional, os refugiados ambientais não terão para onde ir e tampouco retornar se toda a extensão geográfica do país for processualmente tomada pela elevação do nível do mar e/ou sofrer redução dos caudais dos mananciais superficiais, sem tê-los disponíveis no subsolo, tal como a condição insular de São Tomé e Príncipe predispõe.

Em 1992, a República Democrática de São Tomé e Príncipe (STP) assinou, durante a Conferência do Rio, a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (CQNUMC), ratificando-a em 1998. No âmbito desta Convenção, foi oferecido aos Países Menos Avançados (PMAs), com o apoio do GEF, a elaboração de seus respectivos Planos Nacionais de Adaptação às Mudanças Climáticas (NAPA, cf. sigla em inglês). O NAPA caracteriza-se como o elenco de opções de adaptação que prescreve ações articuladas, urgentes e transversais, aos fazeres dos diversos setores, as quais o país deve adotar para que possa fazer face aos efeitos adversos das Mudanças Climáticas. Cumprindo a decisão 28 da Conferência das Partes – COP 7 (que estabelece as diretrizes do NAPA), São Tomé e Príncipe elaborou o seu respectivo Plano e, além de apresentá-lo à sociedade local, remeteu-o ao secretariado da CQNUMC em julho p.p..

As opções de adaptação indicadas pelo NAPA de STP alcançam prioridade na agenda nacional na medida em que as demais ações de desenvolvimento com as quais o Estado haja se comprometido, internamente e no âmbito multilateral, estão imbricadas na disponibilidade de território e de recursos naturais aos quais os eventos extremos relacionados às MCs ameaçam perigosamente. Mas, carecem estruturalmente de recursos materiais e humanos para implementar as medidas indicadas em seu documento.

A Guiné-Bissau, por seu turno, ilustra a problemática socioambiental que funde o contexto limitante da condição insular e da condição continental com tensões em regiões fronteiriças. O país estende-se por área de baixa altitude, suscetível ao fenômeno de elevação do nível do mar, sobretudo na sua porção insular, no arquipélago dos Bijagós. Seu ponto mais elevado está a 300 metros acima do nível do mar. De outro lado, o interior formado por savanas estará mais sujeito à desertificação. Como um dos 20 países mais pobres do mundo, dependente da agricultura, pesca e pastoreio, vivencia cotidianas condições são adversas na manutenção seja de sua frágil economia de mercado seja para a continuidade da economia de subsistência. Tal contexto tem um potencial de elevar as tensões no continente na medida em que houver baixa capacidade de adaptação à variabilidade climática (IPCC, 2007b). Daí porque, estar em os

países sujeitos à elaboração do chamado Planos de Ação Nacional para Adaptação às Mudanças Climáticas.

No nível nacional guineense, dentre outras ações, destaca-se a necessidade de avaliação dos efeitos e das conseqüências socioeconômicas da repercussão das mudanças climáticas em torno do que haja formulação de políticas amplas para ajustar e mitigar os efeitos desse fenômeno, no que está imbricado o melhoramento da compreensão pública e política da questão. Por exemplo, a necessidade de imbricar conflitos ambientais e religiosos, uma vez que disputas por terras férteis, por exemplo, entre agricultores e pastores da região de Gabu, podem tomar o significado de conflitos religiosos entre, respectivamente, cristãos e muçulmanos.

Outro exemplo de conflitos territoriais é os que envolvem os *tuaregs* na região subsaheliana. A vida nômade que caracterizou o modo de vida dos *tuareg* durante séculos, na referida região, é esteada por uma rede intertribal a cortar do leste ao oeste daquela faixa do continente e foi sendo colocada em dissolução ao longo do século XX. De um lado, o fracionamento territorial da região, em estados nacionais distintos – Mali, Níger, Burkina Fasso, Líbia, Nigéria, Senegal e Argélia – fragmentou as tribos obstaculizando os fluxos das caravanas e comunicabilidade nos ritmos de outrora. Sem serem absorvidos pelo projeto nacional das territorialidades modernas ali deflagradas francês tampouco lhes correspondeu direitos à manutenção de sua própria identidade territorializada. A região de Agadez, no Níger, onde de concentra tradicionalmente o grupo, é rica em minérios. A atração de negócios visando exploração de tais recursos não beneficiou os *tuareg* os quais, ao contrário, foram discriminados nas oportunidades de trabalho e renda (GREGOIRE, 1999).

Perdendo condições de se afirmar, muitos membros do grupo renunciaram ao nomadismo e se sedentarizaram vivendo na mendicância ou próximo a isso nos principais centros urbanos da região. Na tentativa de contraporem-se a tais óbices, os *tuareg* constituíram um partido (o Partido Nacional Tuareg – PNT) e, desde final de 2007, passaram a reivindicar a restituição de seus direitos territoriais que remontam à época pré-colonial. Balizado pela Declaração de Direitos dos Povos Autóctones, o grupo reivindica, junto à comunidade internacional, o reconhecimento de seu país *tuareg*, solicitando especialmente aos governos de Mali e do Níger que renunciem à parcela de seus respectivos territórios para viabilizar a soberania *tuareg* sobre os mesmos, recompondo as condições de sobrevivência e reprodução de seu povo. Assim, atualizam a luta pela autonomia que, na década de 1940, massacrou o seu povo, replicada na década de 1960, após a independência do Mali.

Não obstante o contexto sócio-político e ambiental supra que, jogando os *tuareg* num limbo político e depondo contra as possibilidades de convivência do referido grupo com os demais que ali se inserem, os governos do Mali e do Níger submeteram-se à parceria com o governo americano na identificação de células terroristas na África, em especial, da *Al Qaeda*. Tal parceria vem propiciando que os referidos Estados nacionais passem isolar ainda mais os *tuareg*, identificando-os não apenas com roubos e contrabandos em geral, que faz parte da estigma-

tização dos grupos nômades em geral mas como potenciais terroristas. O imaginário em torno do terror, semeado ideologicamente pela direita americana desde 9/11, torna passível, com o aval midiático, que os grupos identificados como potencialmente perigosos sejam eliminados, torturados, vilipendiados, caracterizando-se formas de genocídio contemporâneo a que a comunidade das nações tem tolerado obnubilando a questão dos direitos fundamentais da pessoa humana. A busca por células terroristas na África têm sido um dos esforços a que empenhadamente a Casa Branca se dedica, por meio militar e através de milícias, sem que os grupos assim identificados e, por tal razão, perseguidos, tenham uma interlocução que lhes permita desconstruir a imagem a si impingida e devida proteção internacional.

Quando o Estado Nacional falha na garantia da proteção dos direitos da pessoa humana, como nos casos acima, as agências e fóruns multilaterais não estão reagindo a contento. Em artigo no jornal Folha de S. Paulo, datado de 2007, a ministra das Relações Exteriores do Reino Unido, Margaret Beckett trouxe vários flashes inquietante de reunião do Conselho de Segurança da ONU:

O representante congolês falou mais ou menos na metade do debate no Conselho de Segurança da ONU : « Esta não será a primeira vez em que os povos lutaram por terra, água e recursos naturais », disse, « mas, desta vez, a luta será em uma escala que vai superar de muito longe os conflitos do passado». O representante francês falou da «ameaça número um à humanidade». (...) O secretário-geral da ONU, Ban Ki-Moon, disse que os cenários que nos confrontam são alarmantes (...) O clima cada vez mais instável já não é visto como problema primariamente ambiental ou econômico. A medida que a ameaça que enfrentamos cresce em escala e vem se aguçando nos últimos dois anos, se torna cada vez mais claro que as mudanças climáticas têm conseqüências que chegam ao próprio cerne de nossa agenda de segurança. Inundações, doença e fomes generalizadas – e daí a migrações em escala sem precedentes e em regiões em que o grau de tensão já é alto (...) Mais uma vez e tragicamente, serão os mais vulneráveis e os menos capazes de fazer frente à situação que serão os primeiros atingidos (BECKETT, 2007, p. A3).

Assim, está-se diante de uma dramática situação na qual as formas de discriminação, repressão e ineficácia das práticas de emergência terão recortes de classe, étnicos, religiosos, caracterizando as injustiças ambientais que a culminância da técnica, na insaciedade do consumo, engendrou mas finge não perceber, constatação infelizmente feita devido o fato que, dessa observação de Beckett até às vésperas da COP 15, os países desenvolvidos e emergentes nada mais fizeram que reduzir suas contribuições aos fundos multilaterais argumentando, suas dificuldades frente à crise financeira havida. A autoproteção, em primeiro lugar.

Os cientistas sociais consideram que o desastre está à espreita quando o risco, ao se materializar, rompe a situação de normalidade sem que haja capacidade endógena, do Estado Nacional e da sociedade, para reverter a

situação em prol de um estado de bem-estar coletivo. Sob esse prisma, muitos dos países africanos já vivem em estado permanente de desastre e a lógica da globalização, no fortalecimento das territorialidades hierarquizadas apenas incrementa tal contexto porque intensifica práticas externas e endógenas que esgarçam as relações no interior da sociedade local.

Ao mesmo tempo em que os eventos extremos anunciados deverão acelerar a predação ambiental no continente africano, os grupos vulneráveis serão compelidos a buscar pela sobrevivência em outra base territorial de molde que os deslocados internos e refugiados ambientais experimentarão, provavelmente, quatro dimensões de fragilidade nos seus novos contextos de territorialização precárias, a saber:

- a) a fragilidade dos direitos de cidadania, não se sentindo parte constitutiva da nação;
- b) a fragilidade dos laços comunitários, não estabelecendo relação entre sua identidade e o lugar disponível, com recortes étnicos e religiosos de distinção que lhe dirão: “*não sou parte deste grupo*”;
- c) a fragilidade dos laços familiares, não exercitando mais os papéis privados complementares de pai/filho, esposa/marido etc; e
- d) a fragilidade do entendimento de si próprio e dos limites de sua dignidade, como alguém que duvida do merecimento de ser tratado com respeito.

Por fim, considerar que o medo do diferente, do forasteiro, renovado pela guerra contra o terror, alavanca, nos países desenvolvidos, os argumentos contra a recepção de refugiados ambientais, colocando a solidariedade internacional em baixa na agenda multilateral que testemunha passivamente o desenrolar das tragédias (MELLO, 2004a).

À GUIA DE CONCLUSÃO

No último artigo que publicou antes de ser vitimado fatalmente, o diplomata brasileiro Sérgio Vieira de Mello escreveu:

Nossa atuação deve ter impacto sobre as vidas enquanto estas são vividas. (...) Como posso fazer com que isso funcione agora? (...) Como posso fundir o mais elevado nível de sofisticação, de que acredito dispormos (...) com as vidas cotidianas de pessoas que desesperadamente necessitam de nossa ajuda e não podem ficar esperando? (...) Os tempos não estão para complacência ou cinismo (MELLO, 2004b, p. 172).

Se o contexto socioambiental indica a probabilidade de reforçamento da apatidão social, cumpre dizer que o mundo moderno escapará da figura heróica da qual posou ao longo do século XX. Ao parecermos reféns da técnica, Santos (1998) lembra a frase de Sartre de que “compreender é mudar”.

Estreitar a relação entre os temas de segurança global, meio ambiente e direitos humanos é uma forma para que os regimes que violam os direitos de cidadania sintam-se constrangidos a fazê-lo, o que implica em açambarcar, em termos relacionais, os países desenvolvidos e emergentes, necessitados que estão de autocritica. Busca-se atualizar as sanções aos que violam os direitos humanos; mas, qual sanção haverá aos que seguem indiferentes ao sofrimento social alheio?

Enquanto pensamos a respeito, nunca é tarde para lembrar a emblemática frase de Martin Luther King: “*o que me incomoda não é o ruído dos maus, mas o silêncio dos bons*”.

A nova forma de genocídio, no século XXI, é manter a indiferença aos que não terão um território viável para sobreviver e se reproduzir; é permitirmos que, ao lado da estratégia de afastar, com políticas restritivas de migração, os que ameaçam na fronteira, permitamos igualmente eliminar da existência física e social os que estão dentro ilegalmente; que, entendidos como diferentes e fora das normas culturais que convém à afluência, são sempre suspeitos.

Os países do continente africano são os que demonstram a menor resiliência para lidar com fenômenos como o aumento da temperatura, a escassez de água doce e terras agricultáveis, as epidemias, dentre outros. E a indiferença social, em nível global, como prática consciente de omissão perante esta realidade, será a característica do genocídio que não apenas testemunharemos, mas do qual tomaremos parte. De mãos limpas.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Z. **Modernidade e holocausto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- BECKETT, M. Alarme para a maior ameaça à segurança global. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, Opinião – Tendências/Debates, 29/abr. Caderno A-3, 2007.
- ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- GREGOIRE, E. **Touaregs du Niger: le destin d'un myth**. Paris: Edition Karthala, 1999.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- MELLO, S. V. Cinco questões sobre Direitos Humanos. SUR. **Revista Internacional de Direitos Humanos**. São Paulo. ano 1, n. 1, 1.o semestre de 2004, p. 173-179, 2004a.
- MELLO, S. V. Apenas os Estados-membros podem fazer a ONU funcionar. SUR. **Revista Internacional de Direitos Humanos**. São Paulo. ano 1, n. 1, 1.o semestre de 2004, p. 169-172, 2004b.
- IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima). **Mudança do Clima 2007**: a base das Ciências Física. Paris: OMM/PNUMA, 2007a.
- IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima). **Mudança do Clima 2007**: impactos, adaptação e vulnerabilidade. Bruxelas: OMM/PNUMA, 2007b.
- SANTOS, M. **Meio técnico científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1998.
- UNHCR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados). **The state of world refugees**. Geneve, 2005a.
- _____. **Global refugee trends**: statistical overview of populations of refugees, asylum-seekers, internally displaced persons, stateless persons, and other persons of concern to UNHCR. Geneve: Division of Operational Services, 2005b. Disponível em: <http://www.unhcr.org/statistics>. Acesso em 30 ago 2006.

SOBRE OS AUTORES

Beatriz Janine Cardoso Pavan, Socióloga, Mestre em Ciências da Engenharia Ambiental (EESC/ USP). Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED) do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. e-mail: bia_pavan@yahoo.com.br

Claudia Silvana da Costa, bacharel em Ciências Sociais e Direito, Mestre em Ciências Sociais (PPGCSO/UFSCar), Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS/UFSCar). Advogada. Professora dos Cursos de Direito e Administração das Faculdades Integradas FAFIBE. Coordenadora do Núcleo de Práticas Jurídicas das Faculdades Integradas FAFIBE. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED) do Departamento de Sociologia da UFSCar. e-mail: clausilcosta@yahoo.com.br

Débora Geraldi, Socióloga, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (PPGS/UFSCar). Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED) do Departamento de Sociologia da UFSCar. e-mail: degeraldi@gmail.com

Denis Roberto Carreto Koga, bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (UNESP). e-mail: deniskoga@yahoo.com.br

Dora Vargas, Assistente Social, Mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ e Doutoranda em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (PPGS/UFSCar). Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED) do Departamento de Sociologia da UFSCar. e-mail: doravargas@uol.com.br

Érico Soriano, Geógrafo, Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências e Ciências Exatas de Rio Claro (UNESP), Doutorando do Programa de Ciências da Engenharia Ambiental da Universidade de São Paulo (EESC/ USP). Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED) do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. e-mail: ericogeo@yahoo.com.br

Joéverson Domingues Evangelista, bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), mestrando em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, membro do Núcleo de Estudos da Religião (NER/UFRGS). e-mail: joeverson@gmail.com

Juliano Costa Gonçalves, Sociólogo, Mestre em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente (IE/UNICAMP), Doutor em Ciências da Engenharia Ambiental (EESC/ USP). Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED) do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. e-mail: julianogon@yahoo.com.br

Mariana Siena, Socióloga, Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (PPGS/UFSCar) e Doutoranda em Sociologia PPGS/UFSCar. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED) do Departamento de Sociologia da UFSCar. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. e-mail: marisiena.neped@gmail.com

Norma Valencio, Economista, Mestre em Educação e Doutora em Ciências Sociais pela UNICAMP. Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED) do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. e-mail: normaf@terra.com.br

Sandra Felicidade Lopes da Silva, Psicóloga, Consultora organizacional e psicoterapeuta de abordagem sistêmica. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED) do Departamento de Sociologia da UFSCar. e-mail: sandra.happiness@terra.com.br

Victor Marchezini, Sociólogo, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (PPGS/UFSCar). Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED) do Departamento de Sociologia da UFSCar. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. e-mail: victor_marchezini@yahoo.com.br